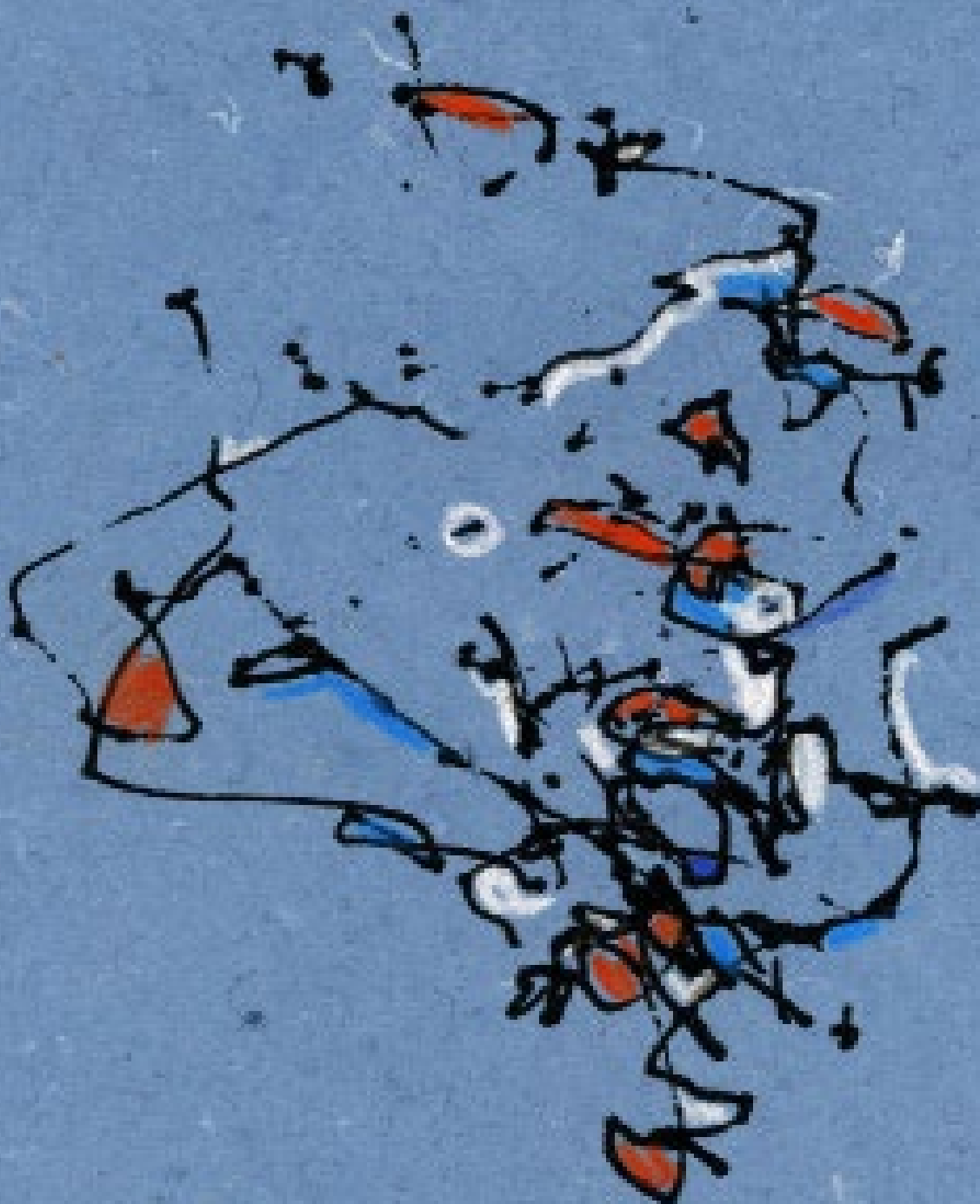


RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

v.4n.1 jan./mar. 2015
ISSN: 2317-2428
www.rigs.ufba.br



RIGS

revista interdisciplinar de gestão social

Publicação acadêmica, trimestral. Publica 3 tipos de documentos: textos, fotos e vídeos. Estimula 6 tipos de contribuições: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual. Explora a gestão social de forma ampla ao situá-la na contemporaneidade, em territórios pluridisciplinares de prática e na investigação acadêmica. Difunde estudos pautados pela interdisciplinaridade.

v.4 n.1 jan./mar. 2015 ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



Universidade Federal da Bahia
Reitor: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva

Escola de Administração/ UFBA
Diretor: Prof. Dr. Francisco Lima Cruz Teixeira

Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Tânia Fischer

Editor

Eduardo Paes Barreto Davel
(CIAGS/EA/UFBA)

Gestor Executivo

Kleber Moitinho
revistarigs@ciags.org.br

**Revisão da Língua Portuguesa
e Normalização**
Kleber Moitinho

Gestão da Comunicação

Rodrigo Maurício Freire Soares
(CIAGS/EA/UFBA)

Diagramação e Design

Márdel Santos
(CIAGS/EA/UFBA)

Gestão Financeira

Hugo Cardoso do Vale
(CIAGS/EA/UFBA)

Foto da Capa

Desenhos em Movimento
Gonzague Verdenal

Revista Interdisciplinar de Gestão Social / Universidade Federal da
Bahia, Escola de Administração, Centro Interdisciplinar de
Desenvolvimento e Gestão Social. – Vol. 4, n. 1 (jan./mar. 2015)-
- Salvador : EAUFBA, 2015 -
v.

trimestral.

Descrição baseada em: Vol. 1, n.1 (jan./ abr. 2012).

ISSN 2317-2428

1. Administração local - Periódicos. 2. Desenvolvimento social -
Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração.
CDD 352

Conselho editorial

Afef Benessaiah

(TÉLUQ, Université du Québec
à Montréal, Canadá)

Alain Chanlat

(HEC Montréal, Canadá)

Alexandre de Pádua Carrieri

(UFMG)

Ana Clara Torres Ribeiro

(UFRJ, ANPUR)

Ana Silvia Rocha Ipiranga (UECE)

(UFRJ, ANPUR)

Antônia de Lourdes Colbari

(UFES)

Antonio Strati

(Università degli Studi di
Trento, Itália)

Diane-Gabrielle Tremblay

(TÉLUQ, Université du Québec
à Montréal, Canadá)

Eda Castro Lucas de Souza

(UNB)

Fernando Gomes de Paiva Júnior

(UFPE)

Fernando Guilherme Tenorio

(EBAPE/FGV)

Jacqueline Butcher

(ISTR, México)

Jean-François Chanlat

(Université Paris -Dauphine,
França)

Jean-Pierre Dupuis

(HEC Montréal, Canadá)

José Antonio Gomes de Pinho

(NPGA/UFBA)

José Esteban Castro

(Newcastle University,
Reino Unido)

Luciano Junqueira

(PUC-SP)

Miriam Cristina Marcilio Rabelo

(UFBA)

Pedro Lincoln Mattos

(UFPE)

Peter Kevin Spink

(EAESP/FGV)

Roberto Costa Fachin

(PUC-MG)

Rosinha da Silva Machado

Carrion

(PPGA/UFRGS)

Sylvia Maria Azevedo Roesch

(British Journal of Industrial
Relations, Reino Unido)

Jean-Louis Laville

(Conservatoire National des
Arts et Métiers, França)

Maria Ester de Freitas

(EAESP-FGV)

Maria Tereza Flores-Pereira

(PUC-RS)

Mary Jo Hatch

(Boston College, EUA)

Neusa Rolita Cavedon

(UFRGS)

Paula Chies Schommer

(UDESC)

Silvia Gherardi

(Università degli Studi
di Trento, Itália)

Sylvia Constant Vergara

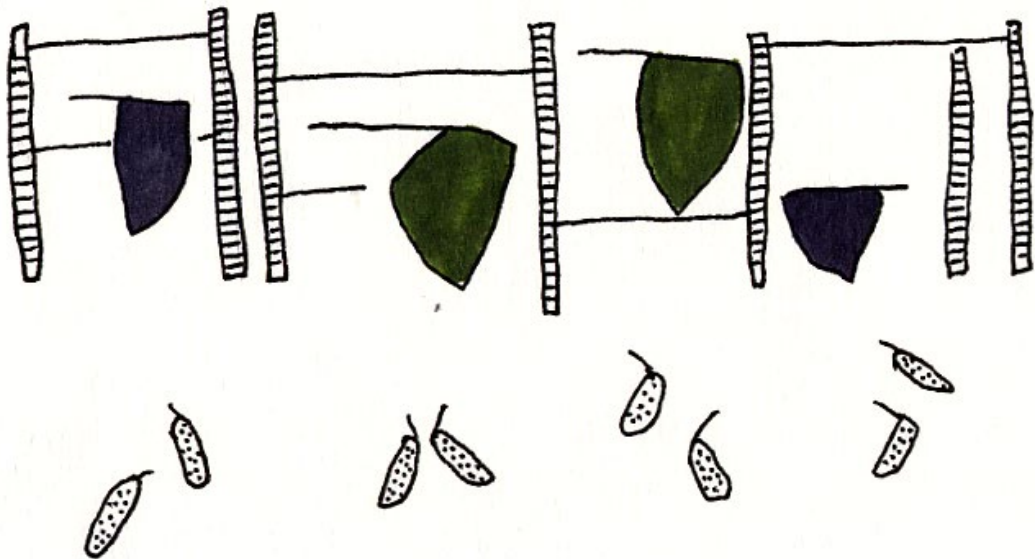
(EBAPE-FGV)

Tânia Fischer

(CIAGS/EA/UFBA)

Valéria Giannella

(UFCA)



sumário

9 Editorial

11 Imagem da Capa

Desenhos em Movimento

Gonzague Verdenal

13 Platão e a Gestão da Sociedade: Contribuições da Politeia à Gestão Social

Contribuição teórica

André de Oliveira, Airton Cardoso Cançado

39 Análise do Discurso: Um Aporte à Teoria das Organizações

Contribuição teórica

Vinicius Dornelles Valent, Luciana Iost Vinhas

55 A Utilização da Teoria Social do Discurso de Fairclough nos Estudos Organizacionais

Contribuição teórica

Elisabeth Cavalcante dos Santos, Danielle de Araújo Bispo, Débora Paschoal Dourado

75 *Accountability* na Gestão de Recursos Hídricos: O Comitê Itajaí como Instrumento de sua Ampliação

Contribuição teórica

Marcello Beckert Zapelini

97 Vida Errante?

Contribuição fotográfica

Rodilon Teixeira, Neusa Rolita Cavedon

115 Racionalidades na Dinâmica da Produção Pesqueira: A Percepção dos Pescadores Artesanais da Grande Florianópolis diante do Quadro de Degradação Socioambiental do Litoral Catarinense

Contribuição teórica

Elaine Cristina de Oliveira Menezes, Luciana Ronconi

139 Marketing e Estudos Organizacionais: O Fim do Divórcio

Contribuição teórica

Cristiana Trindade Ituassu, Matheus Santana Abreu, Rodrigo Hilário Fiche e Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão

165 Do Autoemprego ao Microempreendedorismo Individual: Desafios Conceituais e Empíricos

Contribuição teórica

Antonia de Lourdes Colbari

191 A Busca por um Desenvolvimento Participativo: O Caso do Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais (PCPR-MG)

Contribuição técnica

Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior

209 Movimentos Sociais em Redes Sociais Virtuais: Possibilidades de Organização de Ações Coletivas no Ciberespaço

Contribuição teórica

Wellington Tavares, Ana Paula Paes de Paula

233 Reflexões sobre Negras (in)confidências: Bullying não. Isto é Racismo

Contribuição indicativa

Maria José Santos Oliveira

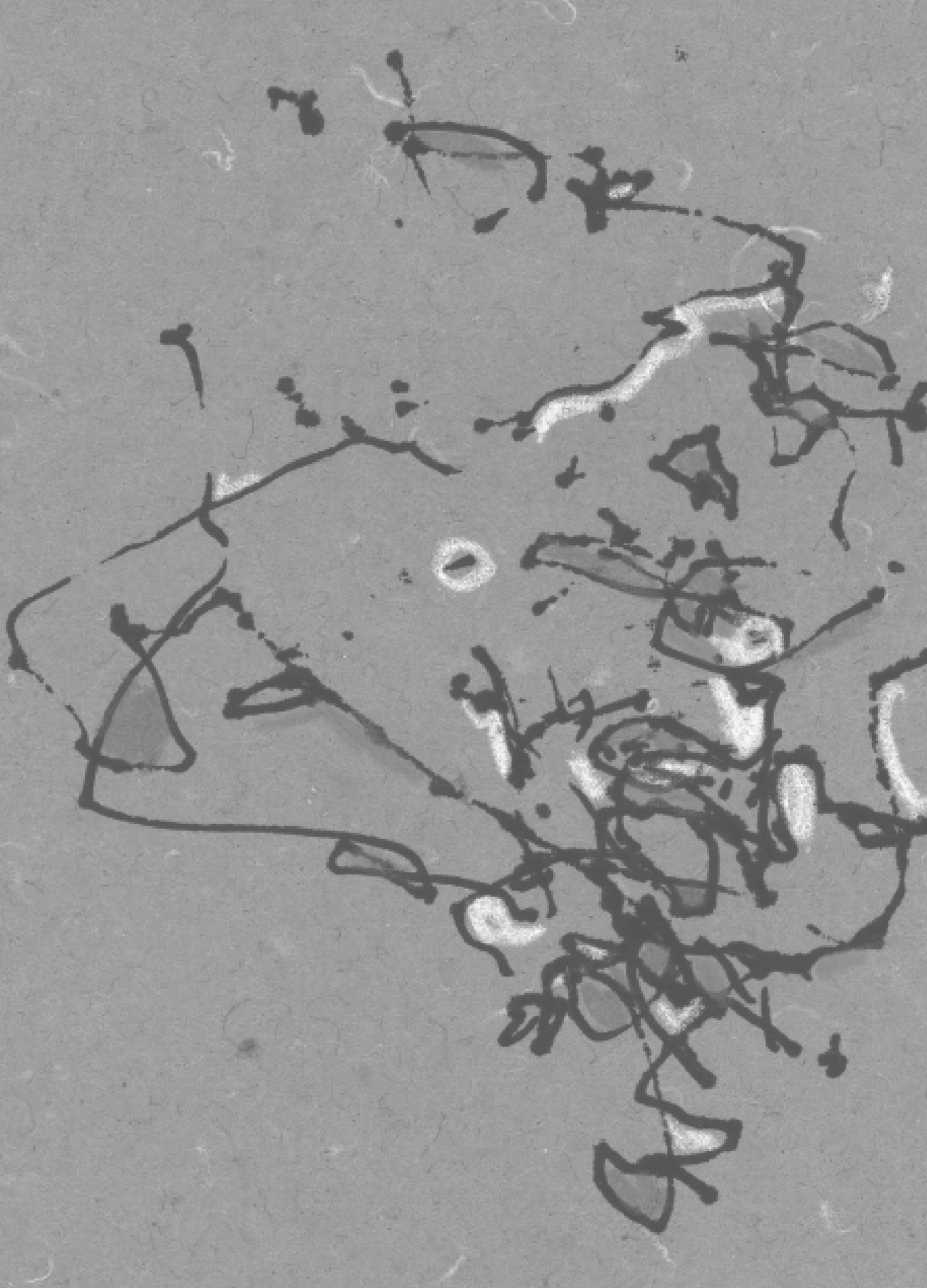
editorial

Este número da RIGS brinda-nos com assuntos variados: politeia, discurso, *accountability*, racionalidades, *marketing*, pós-modernismo, empreendedorismo, desenvolvimento participativo, redes sociais virtuais, racismo e parcerias intersetoriais. Dentro desses temas, conhecemos realidades como os serviços públicos de saúde, o projeto de combate à pobreza de Minas Gerais e a degradação socioambiental do litoral catarinense. Somos conduzidos a melhor conhecer o aporte de Platão para a gestão social, a utilização da teoria social do discurso, a conciliação entre marketing e estudos organizacionais, a percepção dos pescadores artesanais da Grande Florianópolis, os desafios na passagem do autoemprego para o microempreendedorismo individual, as possibilidades de organização de ações coletivas no ciberespaço, a proposta de um livro sobre *bullying* e racismo, a percepção da prestação de serviços pelos profissionais de saúde.

Assuntos e realidades são confrontados pelos desenhos de Gonzague Verdenal e pelas fotos de Rodilon Teixeira e Neusa Rolita Cavedon. Os desenhos revelam as cores e formas dos movimentos da vida, enquanto que as fotos nos instigam a sentir e refletir sobre a vida errante daquelas pessoas que se encontram em situação de rua. A RIGS busca inovar pelo caminho da interdisciplinaridade; os registros artísticos vêm se tornando um desses caminhos. Trata-se de um caminho que nos provoca a refletir sobre nosso padrão de aprendizagem. De que forma desenhos e fotos nos convidam a apreender o processo de conhecer algo sob outro prisma? Como a arte que permeia a RIGS lhe convida, prezado leitor, prezada leitora, a renovar sua percepção do universo da gestão social?

Boa leitura! Boa renovação!

Eduardo Paes Barreto Davel
Editor



Desenhos em Movimento

Gonzague Verdenal

2004-2014

A arte da capa foi realizada durante o trajeto de um ônibus em Salvador, Bahia. Foi motivado pela confusão lúdica e criativa que sempre me animou ao me deslocar por esse meio de transporte em Salvador.

Com um caderno sobre as pernas ou em pé, os desenhos dessa série buscam refletir as condições singulares dentro do ônibus (subida de vendedores ambulantes, compartilhamento de livros ou outro objeto entre passageiros em pé e sentados etc.), tentando imprimir movimentos efêmeros ao percurso: as viradas, as ladeiras, as paradas bruscas, as arrancadas, o balanço das pistas acidentadas...

Como renovar o traço do desenho em condições que não são propícias à sua realização? Este é o objetivo da série de desenhos “The Space of Drawings”. Assim, o que podemos desenhar no momento de turbulências em avião, conduzindo uma bicicleta, dentro de um elevador lotado, antes de dormir ou mesmo andando a pé em uma encruzilhada noturna? O que desenhamos quando uma pessoa na rua segura o caderno para nós e anda ao seu lado? O que desenhamos em um espetáculo de dança, no cinema, no teatro quando a sala é pequena e escura?

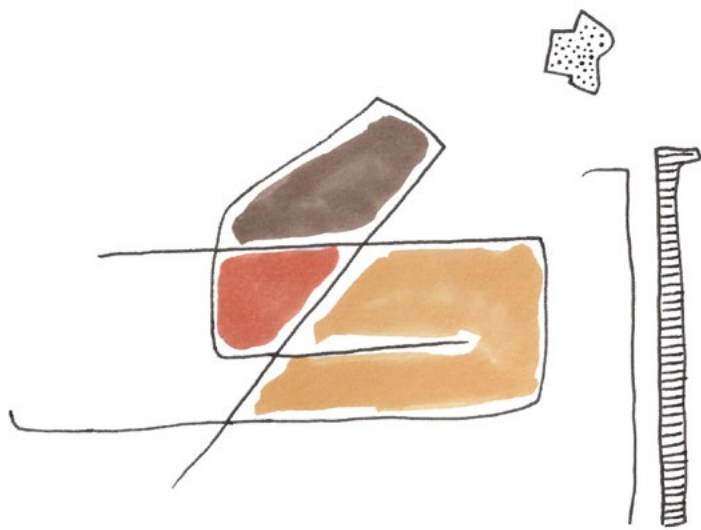
Estes desenhos emergem de instalações, performances e acontecimentos.

Na série “Unshaped Letters”, os desenhos buscam brincar com o traço da letra e multiplicar a ambiguidade entre a lembrança de uma letra adquirida ou conhecida e um traço revelador de um movimento. Esta série refere-se a instalações e performances (“World and Landscape in the Desert of Sertão”, “Word and Landscape with the Combi” etc.) que querem desconsertar o sentido da língua e multiplicar as possibilidades de comunicação imediata com as coisas e com nós mesmos para nos unirmos à natureza.

Por exemplo, na performance “Word and Space”, o objetivo foi de convidar o público a materializar o sopro de suas palavras e de cartografar a trajetória do sopro. Escreve-se, em bolas de aniversário, palavras com um pincel molhado de tinta. Cada um com sua própria cor de tinta. Em seguida, solta-se a bola e, ao voar, ela entra em contato com diferentes pontos de impacto, materializando na parede onde toca a trajetória da palavra.

Gonzague Verdenal

Artista franco-canadense e mestre em relações internacionais pela Université du Québec à Montréal, Canadá. Desenvolve uma prática artística multidisciplinar, envolvendo performances, happenings, instalações interativas e desenhos. Sua prática é desenvolvida a partir da interatividade lúdica, da mestiçagem cultural e da mistura de abordagens sobre a linguagem e a imagem. Seu trabalho foi apresentado no Brasil, na França e no Canadá.



Platão e a Gestão da Sociedade: Contribuições da Politeia à Gestão Social

André de Oliveira, Airton Cardoso Cançado

Resumo

O presente texto tem como objetivo avançar na construção do campo da Gestão Social. A proposta aqui delineada centra-se na análise da clássica obra de Platão “A República” (*Politeia*), buscando subsídios, tanto teóricos quanto ontológicos e epistemológicos, para esse intento. A Gestão Social é entendida neste trabalho como um modo de gestão antitético à gestão estratégica. As contribuições encontradas foram o conceito de justiça, tratado de forma análoga à compreensão contemporânea que dele possa ser feita, e a perspectiva governamental, assumida categoricamente com o significado do termo “Gestão”, do Filósofo-rei.

Palavras-chave

Gestão Social. Justiça. República. Emancipação. Esfera Pública.

Abstract

This paper aims to advance on the construction of the field of Social Management. The proposal outlined here focuses on the analysis of the classical work by Plato “The Republic” (*Politeia*), seeking theoretical as well as ontological and epistemological foundation for this purpose. Social Management is understood in this work as a way of managing antithetical to strategic management. The contributions found were the concept of justice, treated by analogy within the contemporary understanding of it, and the government’s perspective, which carries the meaning of “management” as stated by the philosopher-king.

Keywords

Social Management. Justice. Republic. Emancipation. Public Sphere.

INTRODUÇÃO

Mas a justiça não é a perfeição dos homens?

(PLATÃO, Livro I da República, 15b)

O presente texto tem como objetivo avançar na construção do campo da Gestão Social. A proposta aqui delineada centra-se na análise da clássica obra de Platão “A República” (*Politeia*), buscando subsídios, tanto teóricos quanto ontológicos, antropológicos e epistemológicos, para esse intento.

Essa busca dá-se em um contexto no qual a Gestão Social vem se consolidando como um campo teórico e de práticas, mas que ainda necessita de aportes, quer sejam epistemológicos, quer sejam filosóficos, que sustentem essa construção e a direcionem para se apresentar como um parecer definível, em termos de cientificidade e práxis reflexiva. Nesse sentido, a escolha por “A República” justifica-se no sentido de buscar na proposta de “gestão da polis” platônica elementos que possam ser incorporados à discussão sobre Gestão Social, ampliando o escopo da construção do campo. Não se tem a intenção aqui, pela própria natureza deste trabalho e seu tamanho limitado, de esgotar as multifacetadas e possíveis contribuições de Platão para a Gestão Social, colhidas, em sua maior parte, das Teoria das Ideias-Formas¹ e a veiculação dialética que, em relação a essas, se oportuniza. O intuito acadêmico é o de realizar um estudo, de caráter inicial, porém, propositivo e hipotético, que se prontifique em identificar categorias que possam ser discutidas à luz de uma de suas principais obras que versa sobre a “gestão cidade ideal”.

Algumas publicações recentes também buscam interdisciplinarmente ou mesmo multidisciplinarmente outras bases para o avanço do campo da Gestão Social. Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) realizam a aproximação entre a Gestão Social e o constructo de governança territorial, os quais, segundo os autores, se aproximam pelos adjetivos. Pereira (2012a) revisita o pensamento social brasileiro no intuito de identificar convergências com a Gestão Social e Pereira (2012b) busca, no contexto histórico entre as relações entre Estado, sociedade e mercado, pistas para o desenvolvimento do campo. Tenório (2013), por meio do significado de “Social”, apresenta contribuições para deixar claro de que Gestão Social “se está falando”. Pinheiro e Cançado (2012) aprofundam a importância do conceito de Emancipação para a Gestão Social. Este trabalho insere-se nessa perspectiva, mas primando pela alusão à autoridade filosófica de Platão para permitir que se transponha o nível de inter-referenciação entre o dinamismo humano da pólis grega e a humanismo dinâmico que se propõe a ser veiculado, pela operacionalização do consenso, em Gestão Social.

Tendo esses limiares, assume-se a perspectiva de entender a cidade de Platão enquanto “território”, em uma perspectiva de aproximação com o constructo de Gestão Social. Na época de Platão, a cidade (pólis) era o átomo da civilização, porém, no atual contexto, a própria noção de cidade está difusa, como, por exemplo, quando se trata de Região Metropolitana, Região Administrativa, ou da própria identidade social e cultural entre moradores de cidades próximas (Microrregião). Assim, faz mais sentido tratar de território em termos de Gestão Social, ou de governança territorial, como discutido no texto de Cançado, Tavares

e Dallabrida (2013). Doravante, tem-se como inferência a esta perspectiva, localizar, para o sentido sociológico contemporâneo de “cidade”, elementos que, porventura, venham a emprestar sentido iconográfico ou concreto à noção de cidade atual não encontráveis, todavia, na *Politeia* e que, destarte, endossem o pensamento cosmo-político de Platão como mais uma alusão teórica de valor e qualidade intelectual a esse contexto que, propriamente, a uma chave prática para principiações de comportamentos sociais coletivos, por exemplo.

Desse modo, a metodologia utilizada é a hermenêutica, tendo como finalidades próprias a discussão dos arquétipos teóricos da Gestão Social em consonância com a clássica teoria platônica do Estado que, deveras, obteve, idiossincriticamente, sua extensão mais pormenorizada na filosofia política do Contrato Social de Rousseau e no dimensionamento da Teoria Orgânica do Estado, pressuposta por William Dilthey. Com a hipótese adiantada de que toda Gestão Social ideal, em relação à principiação do pensamento político em Platão, deve compreender necessariamente um embasamento de justiça, para os fins do alcance do sonho de bem comum em territórios de vivência ou de Gestão Social, será disposta, com centralidade, neste texto, o tipo de gestão política, condicionalmente coletiva, aludida por Platão e sobre quais intercâmbios filosóficos a Gestão Social possa se pavimentar no escrutínio de se determinar como uma reflexão epistemológica sobre o social, referindo-se, mormente, como via de interpretação, ao *case* “filosófico” da *Politeia* (A República).

Além desta introdução, o texto está dividido em mais quatro seções. Na primeira, são apresentadas as ideias e os constructos discutidos em “A República” que interessam a esta empreitada. Na seção seguinte, apresenta-se a perspectiva adotada para a Gestão Social neste trabalho. Na terceira, é realizada a discussão central, que representa os resultados deste artigo. Por fim, são apresentadas as considerações finais à guisa de encerramento do texto.

“A REPÚBLICA” OU A CIDADE IDEAL

O livro *Politeia* de Platão é o protótipo, tanto utópico e formal quanto organizador, para o estabelecimento de uma cidade ainda não afeita ao jogo espúrio da corrupção, que, ao dizimar as mentes humanas desviando-as da inclinação ao Bem Comum (que uma educação, a exemplo da grega, em épocas ainda prevalentemente homéricas, poderia lhes proporcionar), torna-as autocentradas na famigeração egóica da busca da satisfação dos interesses pessoais.

Na cidade dos homens, o clima construído para a vivência situa-se no horizonte da sobrevivência individual, mormente aquela que conserva o princípio de que, por razões muito específicas de bem-estar pessoal, a ética, enfim, deva submeter-se intransigentemente à economia. Neste cenário negativo, por ora reafirmado pela incessante busca de poder e pelos meios que tornem as ações de consumo a mais esplêndida eloquência da vida cidadã, a categoria do público merece uma melhor emancipação para a retomada de um princípio helênico outrora apagado em tempos hodiernos, mas que volta a se propugnar como elemento de reflexão para a “Gestão de Sociedade”: a ideia de Bem Comum e seus aspectos intrinsecamente relevantes para a superabundância da Justiça nos veículos sobre os quais o

quotidiano na cidade se desenrola. Em razão disso, faz-se mister apresentar, embora ainda sob certo véu de ineditismo, a força com a qual o livro “A República” (*Politeia*) de Platão se caracteriza como marco teórico de uma discussão, oportunamente em nível ontológico, e, posteriormente, sociológico-antropológico, para a discussão fundamental e até mesmo complementar, de como a sociedade deva se inspirar nas categorias colhidas, porventura, a partir de tal obra, para a elucidação das reflexões paradigmáticas que se refiram de pronto ao escopo de elucidação da Gestão Social.

Para que esse intento assuma, em razão disso, seus propósitos mais convenientes, necessário se torna que, como item de antecipação de uma exegese do social, sejam considerados os princípios políticos e filosófico-morais dispostos na referida obra para que sua explicitação na teoria contemporânea da gestão social torne os efeitos de sua apresentação mais acadêmicos e suficientemente conjecturados. Desse modo, três temas serão desenvolvidos na intenção de aplicarem-se a expor o constructo geral segundo o qual Platão planejara o protótipo da vida a ser levado na cidade: o **tema da justiça**, centro e ápice de toda filosofia política clássica (a começar em Platão e encetar toda a teoria política uniforme de Aristóteles, em “A Política”); o **tema da constituição da cidade**, e a ideia *sui generis* de uma justa hierarquização de pessoal segundo a rítmica ordinária do cotidiano da cidade e o **tema da governança da cidade** pelo Filósofo-rei, a peça social com a qual a inteligibilidade administrativa da cidade viria a se potencializar, mediante, sobretudo, dois aspectos capilares na decisão que o rei embargaria à cidade: **à sua experiência de vida**, demonstrável na capacidade de temperar os interesses dos indivíduos aos da cidade e **à sua sabedoria** (*Sophia*), que o predispõe, em certa medida, como o vértice para a segurança de que a decisão sobre a cidade não seja contaminada, ao sabor dos acontecimentos, pela injustiça.

Esses três temas, elencados de acordo com a suposição de Platão, resultariam, caso concretizados a contento, na formação de uma Cidade Ideal, a cidade na qual poderia se exprimir uma “gigantografia” da *psique* humana, na qual, tecnicamente, o Indivíduo não apenas formaria uma relação de dependência com o governo, mas de verossimilhanças. No modelo da fala de Reale (1998, p. 162): “Construir a cidade significa conhecer o homem e seu lugar no universo. De fato, afirma Platão, o estado não é, senão, o engrandecimento de nossa alma”. Tal qual a alma humana possui, de acordo com Platão, uma divisão que reproduz, *quommodo*, suas tendências concupiscíveis, irascíveis e racionais, assim o Estado (cidade dos homens) deve harmonicamente também estar dividido segundo as mesmas aptidões, a saber que as classes sociais são, antes de tudo, coabitáveis e intercambiáveis entre si, de tal forma que uma se refira a outra como importantíssima². Tais classes são compostas pelos a) **camponeses e artesãos**; b) pelos **guerreiros e defensores** da cidade e c) pelos **filósofos** – homens sábios que exercitam a deliberação dos assuntos práticos da cidade segundo os pareceres que mais conseguem se identificar com os ideais da verdade e de bem (Livro III da *República*).

Ideologicamente, o que sedimentaria essa lógica de superveniência de “estados de vida” na sociedade platônica seria o ideal de justiça, a ser confirmado pela nova preceptoria educativa do povo grego, outrora baseada no mito e na poesia e, porventura, a partir de Platão, baseada na dialética (Livro VII da *República*).

A CONCEPÇÃO DE JUSTIÇA PARA PLATÃO: APONTAMENTOS APRIORÍSTICOS PARA A DISPONIBILIDADE DO CONCEITO MODERNO DE “JUSTIÇA SOCIAL”

Uma cidade justa, habitada por cidadãos justos: esse tende a ser o projeto da Cidade Platônica almejada em “A República”. Doravante, como se esteriotipiza o conceito de justiça em Platão e como poderemos atribuir-lhe valor, para nossa época, ao compreendermos os cenários sociais contemporâneos em razão dos quais se ergue a necessidade de se estabelecerem projetos de viabilização de uma “justiça social”?

Acreditamos que possa ser construída uma veia de intelecção de uma prática corriqueira da justiça em tempos hodiernos desde que sejam ao menos pavimentados mecanismos e orientações que possam administrar, no rol da sociedade, as desigualdades sociais que, porventura, ali se instalaram, ora direta ora indiretamente. Nisso, faz-se como exigência a proclamação de um princípio que se desenvolva como sendo aquele segundo o qual se apresentará uma nova ordem social, na qual tanto as opressões quanto as diferenciações sociais em geral sejam reduzidas ao nível de um projeto em que faça-se requerida tanto a felicidade do indivíduo, gozando de uma possível “plenitude de bens” quanto da felicidade de um povo ou de uma comunidade. Esse princípio pode ser ordinariamente caracterizado, *grosso modo*, como “justiça social”, definido por Pegoraro (1995) como

[o princípio que] prescreve que a organização da sociedade crie estruturas que garantam a todos os cidadãos a oportunidade de desenvolver suas capacidades e de evoluir em suas condições históricas. Dito negativamente, a injustiça social consiste em a) negar a alguém a oportunidade de progredir em sua vida; b) em criar estruturas de exclusão; c) em evitar a criação de estruturas de promoção das pessoas. Numa palavra, é suma injustiça suprimir os talentos das pessoas (p.107).

Embora muito inteligível e apontando para algumas semelhanças para com a genuinidade do conceito de “justiça enquanto forma política” de Platão, Pegoraro (1995) sustenta, para além dos delineamentos, uma predisposição inversa à intenção de Platão com a qual os horizontes de possibilidade de vivências na cidade deveriam ser estruturados: para Platão, a justiça é causa da cidadania. Primeiro os homens devem ser ensinados a se devotarem à contemplação fidedigna de justiça, segundo a qual “cada um deva cumprir o que lhe foi predeterminado” (Livro IV, d46). Na vida cidadã, segundo Platão, o cumprimento de deveres específicos deve ser a condição *sine qua non* para que a cidade adquira uma aura de justiça e harmonia. De fato, o que se presume, nesses termos, em relação ao que Platão estava elencando, seria a concretude da justiça como norma agente da vida social³. Porquanto, essa justiça já estaria eivada de sua categoria mais específica, a de “justiça social”, dado que a cidade já se arquitetaria como justa e a própria sociedade seria indicada como representação concreta desse ideal.

Um exemplo muito incisivo dessa emanção de justiça na cidade, com o ordenamento dos indivíduos em classes, é apresentado por Platão, na necessidade de tanto se efetivar quanto de se efetuar o comércio, segundo as instâncias próprias pelas quais há de se realizar. Nessa passagem em que transcorre o exemplar diálogo de Sócrates com Adimanto, no Livro II

da República, são apontados dois elementos essenciais para a vivificação do comércio: a produção e o consumo, segundo “qualidade e quantidade” de que a cidade necessita:

- Portanto, é preciso que não só se produza o suficiente nesta cidade, mas também produtos na qualidade e quantidade que eles necessitarem.
- É preciso.
- Então a nossa cidade carece de mais lavradores e de mais dos restantes artífices.
- De mais, com efeito.
- E, em especial, de mais mensageiros, dos que importam e exportam os produtos. Esses são os comerciantes, não é assim?
- É.
- Então, precisaremos também de comerciantes.
- Absolutamente.
- E se o comércio se fizer por mar, haverá ainda necessidade de muitos outros homens instruídos na labuta marítima.
- De muitos, sim.
- E então? Na mesma cidade, de que modo trocarão eles entre si os seus produtos? Por causa deles é que estabelecemos uma sociedade e fundamos uma cidade.
- É evidente – respondeu ele – que por meio da compra e venda.
- Daí resultará para nós um mercado e uma moeda, sinal dos resultados das trocas comerciais.
- Absolutamente. (75, 371 a, b, c e d – grifos nossos)

Uma veiculação hermenêutica do texto à compreensão da ideia atual de justiça permitirá enfocar, sobremaneira, que, nesse diálogo, as razões de fundação de uma cidade se presumem na troca de comunicações justas, em razão das quais o próprio comércio e as atividades econômicas, por força da troca e não do monetarismo, deverão se firmar. É de se observar que o comércio deverá fornecer a regência das várias classes e que, quando Sócrates afirma que “[...] por causa deles é que estabelecemos uma sociedade e fundamos uma cidade”, (b) esteja, de pronto, se referindo à gestão humana da troca de atividades e não, especificamente, à valoração exponencial do produto. Ademais, a gestão humana da cidade é oportunizada por aquilo que a cada um compete ser feito (*dikáiresis*). Essa é a legitimidade conceitual

com que o conceito de justiça se repercute nas linhas gerais da República e exprime sua potencialidade de se enraizar como subsídio de elucidação teórica para sustentar uma *ontologia antropológica* afeita à Gestão Social. Um exemplo direcionado desse feito reflexivo poderá ser denotado no *tipo de educação* de que a cidade se constitui, tanto em seus aspectos de legitimação quanto de moralização.

UMA CONSTITUIÇÃO SÓLIDA, UMA CIDADE PROVIDA POR UMA MESMA DIMENSÃO EDUCACIONAL

- Mas a cidade pareceu-nos justa, quando existiam dentro dela três espécies de naturezas, que executavam cada uma a tarefa que lhe era própria; e, por sua vez, temperante, corajosa e sábia, devido a outras disposições e qualidades dessas mesmas espécies.

- É verdade.

- Logo, meu amigo, entenderemos que o indivíduo, que tiver na sua alma estas mesmas espécies, merece bem, devido a essas mesmas qualidades, ser tratado pelos mesmos nomes que a cidade.

- É absolutamente forçoso – confirmou ele. (diálogo de Sócrates com Glauco, A República, p. 189, 435b).

O livro “A República” pode também ser chamado de “Constituição”, se nos ativermos às demandas literárias fixáveis no projeto de tradução verticalizada do espírito de texto grego para o português. Quando as coisas se tornam *públicas* e, em razão desse pensamento, todas as realidades humanas que tramitam na cidade, tenham, por inclinação a um molde de justiça, de tornar-se *públicas*, os indivíduos tendem a superar os ditames de sua consciência ocasionalmente individual, inclinando-se a construir um exercício de coletividade no qual o papel decisório seja equilibrado com base no uso do consenso – cuja obrigação em ser promovido pertence à autoridade do Estado - em vez da força bruta.

O uso da partilha de situações, a engendrar uma situação de consenso e equanimidade política na cidade, fará dos próprios cidadãos componentes dessa cidade geometricamente iguais, no sentido de sua razão de serem cidadãos e no exercício de poderem proliferar as várias formas de justiça como virtude essencialmente cívica. O verdadeiro civismo, amiúde, será aquele no qual os homens somarão, para o bem da cidade platônica, parcerias segundo as quais a cidade possa garantir os aspectos de multiplicidade de vivências a partir das aptidões das classes que trabalham e labutam em prol dos interesses da mesma. As divisões de classe herdadas, desse modo, em “A República”, um esquema de divisão equiparativa, segundo a qual as potencialidades humanas, nas suas razões de diversidades⁴, são postas em prol do estratagema de manutenção da cidade, segundo a ordem de que caiba a cada um fazer o que, de fato, tende a fazer, segundo critérios sociais determinados pela justa medida (*mesothés dikaiōn*). Doravante, assim como a alma preside, em relação ao corpo, as funções de reprodução, alimentação, domínio, manutenção, segurança, liberdade e racionalidade, a

cidade, por meio de seu *somma* (corpo-povo), será estruturada na classe dos camponeses, artesãos e comerciantes, na dos guerreiros e defensores da cidade, e na dos guardiães e governantes chefiados tecnicamente pelos filósofos, a quem se atribuirá, mediante a mensuração da experiência e da virtude irrepreensível, o papel de se consagrarem à tarefa nobre de expor ao coletivo as decisões que melhor se refiram aos negócios da cidade. Note-se que, ainda aqui, não se faz sobrepujar o terreno do direito. O que se coloca, todavia, é a incumbência moral de cada cidadão na tarefa permitida para que ele a desenvolva. Trata-se de um dever específico condicionado à prática da justiça: o dever da felicidade coletiva, fruto primacial da justiça. É bem verdade que, ao voltar ao assunto muitos anos depois, no diálogo *As leis*, Platão reafirmou enfaticamente que “a felicidade consiste em viver com a justiça” (*As leis*, Livro IX, 61b). Trata-se, portanto, de duas causas genuínas, porém, não indiferentes que perfarão o bem da cidade: de um lado, a justiça a assegurar que a cidade não se corrompa, de outro a felicidade como meio de legitimação, tanto sentimental quanto orgânica, de que outro não pode ser o modelo de constituição da cidade.

A cidade tem que criar e se apropriar de dimensões cada vez mais universalizadoras para que os indivíduos não oprimam uns aos outros e, tampouco, o governo se remonte às ordens do tirano. O Filósofo-rei não é um mandão, é um gestor, ao qual caibam, igualmente, os mesmos direitos cidadãos para se viver na cidade, e, mais ainda, de acordo com o conselho de Sócrates, não poderiam gastar como se lhes conviesse o estipêndio recebido por suas funções públicas, bem como frequentar, ao fragor de suas itinerantes paixões, casas de meretrício (Livro IV de *A República*, 63d, p. 132). E vaticina com Adimanto, em diálogo posterior que “a Cidade Justa seria aquela na qual todos os cidadãos e não apenas um deles, tenham direito à felicidade” (*República*, Livro III, 42c, p.101). Observe-se, aqui, em primeiro grau, a necessidade de que a Cidade veja protegido seu direito à felicidade. Sob a fórmula de “a lei garanta o direito à felicidade cidadina”, um projeto de felicidade deve ser perseguido pelo governante: o de instrumentalizar os ditames segundo os quais as pessoas que vivem na cidade possam ser virtuosas e isso, em certo grau, implicaria a sujeição à lei moral do consenso (aceitação do lugar que cabe aos indivíduos na sociedade) e à lei orgânica, à qual o governante se sujeita com a intenção de modificá-la, segundo a exigência particular de cada *case* político que se promova.

Hare (1996) explicita a gestão do governante em Platão não como uma prática, mas uma arte, não como sabedoria, mas como capacidade de ação:

[...] pretende Platão na *República* que seus dirigentes tenham essa mesma atitude de obediência implícita às leis? A questão é discutida e esclarecida num Diálogo posterior, o *Político*, a que muito deve a discussão de Aristóteles (293ss). Num Estado ideal com dirigentes ideais, pensa Platão, os dirigentes não devem se submeter às leis mas ser capazes, em vez disso, de alterá-las *ad hoc* para adaptá-las a casos individuais, da mesma maneira como um médico adapta seu tratamento à condição de cada paciente. Toda tentativa de implantar leis a que os próprios dirigentes devam submeter-se levaria à incapacidade de adaptar medidas a casos particulares e ao banimento de toda inovação, por mais benéfica que fosse. Desde que *detenha a arte de governar*, o regente deve estar livre para adaptar as leis ao conhecimento do Bem. (HARE, 1996, p. 68)

Em consonância à voz de seu mestre, Aristóteles, na sua “Ética a Nicômaco”, releva ao governante a função de tornar os homens melhores, e isso se apresenta como uma continuação ao paradigma platônico de que na cidade, não tenham os homens a chance de se corromperem ou de se sobrepujarem aos demais. São muito referenciais as palavras do Estagirita: “aquele que quiser tornar outras pessoas melhores deve esforçar-se por adquirir a ciência da elaboração das normas (*epistheme nomothêtike*)” (Ética a Nicômaco, Livro X, 1180b, p. 117).

Tal intento, em Aristóteles, visa não somente perseguir a virtude, mas a glória política dada pelo ideal da imortalidade. Desse modo, os negócios na vida da cidade seguem orientações moralizadoras de cunho íntimo, ao se propor que, numa porção das consciências que regem, por exemplo, uma troca comercial, a virtude que eleva o homem para além de sua condição mortal, ou da rudeza de sua vida material, ou ainda, para além de sua expressão de finitude espaço-temporal como homem. Solícita a essa percepção, Hannah Arendt reserva, na sua *A condição humana*, um elogio político à arte de dar-se por fazer a política, ou a principiação dessa, em Aristóteles:

O famoso trecho de Aristóteles – “ao considerar os negócios humanos não se deve [...] considerar o que é mortal nas coisas mortais, mas pensar neles (somente) na medida em que tem a possibilidade de se tornarem imortais” (Ética a Nicômaco, Livro X, 1177b3) – ocorre, muito adequadamente, em uma de suas obras políticas. Pois a polis era para os gregos, como a *res publica* para os romanos, em primeiro lugar a garantia contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra esta futilidade e reservado à relativa permanência, senão à imortalidade, dos mortais (ARENDR, 2009, p. 65-66).

Assim sendo, resta ao filósofo, então, a capacidade de legislar, bem como o comando inteligível da cidade, segundo ao que se proporá, em Platão e Aristóteles, como arte ou ciência da legislação deduzir em nível antropológico e ético uma “especial sabedoria decisória”, a *phrónesis*, traduzida pelos romanos por *prudentia*. É a forma mais elevada do saber prático, e, como tal, essa virtude está arquetipada em poucos cidadãos. Esses cidadãos adquirem-na ora pela experiência de mundo ora pela forma segundo a qual são capazes não só de ensinarem as virtudes, mas também a verdade e o belo às pessoas de olhos semicerrados, em nível de moral cidadã⁵.

Conciliando essa prerrogativa, com a necessidade temporal da cidade a ser governada, através de um processo decisório fixo e imutável, no qual as leis não sejam suplantadas por decretos e nos quais as ações pessoais não sejam mais condizentes às finalidades da cidade que as ações coletivas, é que Comparato (2006) sublinha:

[e é por isso que] o poder supremo (*kyrion*), na *polis* ideal que Platão descreveu longamente na *República*, deve pertencer aos filósofos, aos homens sábios, não aos cidadãos mais ricos, como nas cidades oligárquicas, nem à generalidade do povo reunido em assembleias, como acontecia na democracia ateniense (p. 105).

O pensamento acima explicita colocar, num primeiro momento, que a interpretação sobre Platão quanto ao papel decisório que a cidade viria a desempenhar seja tão somente

relegado ao seu governante, que disporia da essencial responsabilidade para poder gerir a cidade com supremacia. Isso poderia recrudescer a ideia de que Platão, aqui, demonstra uma acentuada insatisfação para com a democracia, principalmente a popular. Notadamente, não seria a democracia a salvação metodológica para os fins da governança da cidade. O projeto de uma “república” requer como preenchimento da razão política uma ciência segundo a qual os homens não se atenham somente à opinião (*doxa*) ou imaginação (*eikasia*) de cenários futuros nos quais seus interesses estejam em jogo, mas de uma ciência (*epistheme*) que vigore nas mentes dos mais capacitados, cuja ação demiúrgica, em prol dos “menos iluminados” coloque-os na fonte de contemplação do bem, segundo o qual, espelham-se as coisas divinas⁶. Esse critério permite, por exemplo, estipular a democracia como uma coisa boa, mas cheia de propósitos ruins e pouco objetivos. Far-se-á cômodo provar que, para Platão, a democracia seria, por conseguinte, uma boa forma de governo, mas não a forma de um governo único para sua Cidade Ideal, cujos assentimentos seriam constatados por uma espécie de racionalidade maior, provada pela virtude do Filósofo-rei. É nesse sentido que Platão assegura ao Político o verdadeiro exercício de governança da cidade, que seria executado com sabedoria (*Sophia*). Destarte, Goldschmidt (1993) prossegue afirmando que

Para separar o político das falsas constituições, dispusemos liminarmente de um critério: a ciência. Para distinguir, entre os prazeres, aqueles que são bons, terminamos igualmente por encontrar o critério da pureza. Não se vê, porém, de imediato como encontrar a Justiça em uma cidade quase corrompida. A não ser que seja ‘purificada’. [...] Que a Justiça seja boa, eis precisamente o que será preciso demonstrar. Ela não poderá ter igualmente por objeto a Cidade. [...] Ela terá por objeto Deus (p. 261).

Tal qual a divindade, o guardião ou governante da cidade teria um papel aureolado e consagrado, simultaneamente, à bondade e verdade, fontes inolvidáveis da Ideia de Bem, a que se dará um tratamento filosófico mais extenso e intenso a partir dos Livros VII e VIII da *República*. Assim como se pressupõe a um Deus, deve o guardião não mentir, e, tampouco, tiranizar. Em razão dessa causa, completa, novamente, Goldschmidt (1993, p. 267):

Intervêm outras exigências, menos elevadas talvez, visto ser suficiente, para formulá-las considerar a função própria do guardião. Ele deve ser corajoso (Livro II da *República*) e temperante (idem). Bem entendido, não está em questão definir a virtude, mas simplesmente saber qual deve ser o comportamento de um guardião útil. É claro que este comportamento se exprime em atos virtuosos⁷.

Não se interpõe aqui que a cidade deva ser gerida por uma ética das virtudes, estruturalmente formulada por Aristóteles, nem tampouco por uma ética do consenso (segundo a qual se presumia a democracia ateniense), mas por uma ética da justiça, por uma ética que vê a justiça não em seu sentido categorial crítico, mas em seu sentido prático de aceitação, ora por vias educacionais, ora por vias predominantemente políticas.

A aceitação da fórmula da justiça para se governar a cidade baseia-se na suposição de que nenhuma classe social seja desprovida do alcance cidadão de bem-estar e que essas contribuam de modo conjecturado, para que os bens particulares se constituam uniformemente em “bens

públicos”, eliminando a inclinação para fazer das coisas espécimes de um “mal radical”, tal qual aquele apontando por Kant, segundo o qual as coisas naturais se transmutam, por uma ordem de consciência, à categoria de coisas pessoais. O que nutriria o processo de resolução do cotidiano da cidade em oportunizar mecanismos justos para que seus membros pudessem viver e se comunicar de acordo com a mais intencional dialogicidade. Essa virtude cívica, orientada tanto para o diálogo quanto para o consenso e a adaptação às leis, é fruto da educação do povo na cidade, que prima pela governança em que a igualdade não seja uma quimera, mas antes, um ideal que devota o cidadão à obrigatoriedade de servir ao contexto humano em que se insurge.

QUE GOVERNANÇA PARA A CIDADE?

Críticos como Cornford (1947) e Richard Hare (1982) têm apontado para uma sublevação do pensamento platônico a respeito da criação da cidade e de sua governança como uma espécie de tecnocracia necessária que, de certa forma, ao mesmo tempo em que implica em propor um sistema de decisão para a cidade baseado sobretudo no pensamento e vozes prediletos ao filósofo conclama em fazê-la efetivamente ser gerida ao prisma dessa recalcitrante análise do político maior.

É ausente em Platão o *factum* de como o governante e a lei se imbricarão na condução governamental da cidade. Também não ficam claros, para além de uma visualização causal de uma ordem harmônica entre as classes, como essa cidade bastaria ao povo e sobre como seus membros se comportariam frente a um ideal tão altissonante, a essa espécie de virtude maior da condição humana, que englobaria, por conseguinte, todas as outras virtudes.

Essa preocupação, outrora resguardada à relação do Filósofo-rei com as Leis, é salientada por Hare (1982), que vê na atuação do político maior a grande potencialidade para que a gestão da cidade assemelhe-se muito a uma arte de governar.

Poucos são os detalhes dados na *República* sobre como o governo do Estado ideal será de fato conduzido. Permanece obscura, em particular, a relação dos dirigentes com as leis. No *Críton*, uma obra anterior, Sócrates conclama, exemplificando pessoalmente, a uma atitude altamente reverencial perante a lei; embora tenha sido condenado injustamente à morte, seria errado que ele violasse as leis fugindo para o exílio, porque as leis poderiam então acusá-lo de romper um pacto firmado com aqueles dos quais ele se beneficiara no passado (50). Pretende Platão que na *República* seus dirigentes tenham essa mesma atitude de obediência implícita às leis? A questão é discutida e esclarecida posteriormente num Diálogo posterior, *O Político*, a que muito se deve a discussão de Aristóteles (293ss). Num estado ideal com dirigentes ideais, pensa Platão, os dirigentes não devem se submeter às leis, mas serem capazes, em vez disso, de alterá-las *ad hoc* para adaptá-las a casos individuais, da mesma maneira como um médico adapta seu tratamento à condição de cada paciente. Toda tentativa de implantar leis a que os próprios dirigentes devam submeter-se levaria à incapacidade de adaptar medidas aos casos particulares e ao banimento de toda inovação, por mais benéfica que fosse. Desde que detenha a *arte de governar*, o regente deve estar livre

para adaptar as leis a seu conhecimento do Bem (HARE, 1982, p. 88)

Esse pressuposto de que o filósofo esteja, antes de qualquer ação e proclamação legisladora, municiado do conhecimento de que seja o Bem para a cidade, constitui-se-lhe a razão de ser de sua responsabilidade governamental. Em suma, o Bem intuído ou inteligido pelo Filósofo-rei pressuporá, por exemplo, qual impacto sua ação em moldar as leis e fazê-las aplicadas causará aos membros da cidade ideal. Doravante, a noção de Bem, para Platão, não está especificada em espécies de, por exemplo, bens materiais, bens culturais, bens políticos, bens convivenciais (Livro VI, 505a, p. 301 e 508 b e c, p. 308). Ela apenas indica, num primeiro momento, que o Filósofo-rei oportunizará como governo seja a garantia de que nenhuma sorte de males, alheia à vontade e inteligência gestora e legisladora, prevaleça sobre a Cidade. O potencial governamental de uma cidade seria, portanto, o da “celebração da justiça”, essencialmente boa e de efeitos abrangentemente benéficos.

De fato, o raciocínio prudencial que é presumido na República não é o que privilegia propriamente a segurança processual da gestão, mas a forma segundo a qual os efeitos dos devidos processos decisórios possam ser os mais universalizáveis possíveis. Quanto a essa intenção, os homens, na cidade justa preconizada por Platão, deveriam encontrar o (seu) próprio ser nas coisas. Essa atitude máxima e integralmente libertadora significaria, por assim dizer, uma “conversão filosófica” (Livro VII e VIII da *República*), que os condicionaria à procura de como as coisas devem ser valoradas de acordo com o íntegro valor que se lhes dê. Não se trata, pois, para Platão, de apenas principiar a validação de um consenso positivo e benéfico, que desponta na ação do Filósofo-rei, sua causa principal e na analogia da natureza criadora do universo e da alma humana sua veiculação mais analógica⁸, do tipo *cosmo-física*. Acorrendo à metáfora do armador do leme, segundo a qual nem todos podem governar um navio, Platão, por meio da interlocução de Sócrates, promove o parecer útil à forma de se governar com base na ação unitária do Filósofo-rei (Livro VI, 488b, p. 272).

Ao cidadão que queira desfrutar de sua “liberdade latente” e estabelecer-se como partícipe da cidade justa, deve saber cultivar a sabedoria, metodologicamente apresentada por Platão na forma de estudos (ginástica, arte das musas – música, ciências etc.), na forma de um desejo pela totalidade, ou um desejo por um bem explicitamente geral e acondicionado. Chamaremos a reta intenção dada a esse desejo de “conversão à filosofia”, explicitada, proficuamente, num diálogo esporádico de Sócrates com Glauco no Livro IV da *República*:

- Diz-me então se assim ou não: se dissermos que alguém está desejoso de alguma coisa, afirmaremos que a deseja na totalidade, ou uma parte sim e outra não?

- Na totalidade, respondeu.

- Porventura, não diremos também do filósofo que está desejoso da sabedoria, não de uma parte sim e da outra não, mas da totalidade?

- É verdade.

- Ora, daquele que tem aversão às ciências, sobretudo sendo jovem, e ainda sem discernimento para saber o que é bom e o que não é, não diremos que gosta da ciência nem da filosofia; tal como daquele que tem aversão à comida, não diremos que tem fome, nem que está desejoso do alimento, nem que é comilão, mas que está sem apetite!

- E diremos bem.

- Mas àquele que deseja prontamente provar de todas as ciências e se atira ao estudo com prazer e sem saciar a este chamaremos com justiça filósofo [...]. (475b, c e d, p. 254).

Para Platão, o Filósofo-rei é a encarnação da decisão mais balizada, aquela que só poderá estar confinada na mente de um homem sábio e experimentado, provido de todas as ciências e que seja a símile humana, no indivíduo, de uma cidade constituída como um universo de sabedoria, uma floresta de significados, uma emanção de verdades que expressam-se em razões de ordem idealística, tal como expressou-se mormente o pensamento de Platão.

Por fim, uma cidade justa, governada por um justo e cidadãos justos, na qual seu governante não esteja diferenciado dos demais co-cidadãos, é o grande enveredamento filosófico-político que encontramos ou podemos encontrar na filosofia moral de Platão. Chamemos a esse cenário de cidade justa “A Urbe Filosófica”, a cidade na qual a racionalidade versa sobre si mesma, ao oportunizar que, pela prática da justiça, nem alternada nem contígua, mas sempre incessante, os cidadãos deem-se razão.

Cabe, assim, após demonstrar que a elucidação platônica a respeito de uma cidade justa não quer prefigurar a justiça como o único bem sócio-político a ser herdado. Intenta-se, pois, fazê-la submetida à razão e a razão à ideia de bem, pois tanto o moral quanto o justo não passam de acordos consensuais com o desejo de que se crie uma razão capaz de confirmá-los. Assim, tal como se evidenciará no livro II da República, a justiça é uma escolha, mormente turbinada pelo potencial de racionalização do homem no mundo sensível.

Segue-se, pois, agora, considerando-se, sobretudo, a última passagem abordada abaixo, na qual Sócrates questiona o firmamento de certa bondade na natureza da justiça.

Segundo a natureza, diz-se, cometer a injustiça é bom, sofrê-la é um mal, e há mais mal em sofrer a injustiça que bem em cometê-la. Se bem que, quando os homens agem injustamente uns com os outros ou sofrem as injustiças, e provam a realidade ambivalente, parece que, para aqueles que não podem evitar um lado escolhendo um outro, que é vantajoso entender-se juntos para não conhecer nem sofrer as injustiças. Tal é a origem e a essência da justiça: um meio termo entre o bem máximo, agir injustamente na impunidade, e o mal máximo, sofrer a injustiça sem ser vingado. Situada entre estes dois extremos, a justiça não é amada como um bem; sua consideração não lhe vem da importância que tem de ser injusto. De fato, o homem digno desse nome, e que teria a possibilidade de ser injusto, não concordaria nunca com qualquer um em cometer ou sofrer a injustiça; seria preciso ser louco [ou ter caído estranhamente de uma nave alienígena]. Eis, portanto, Sócrates, qual é a natureza da justiça e sua ori-

gem, segundo o que foi dito. (diálogo de Sócrates com Glauco, após a retirada de Trasímaco, 358a e b, p. 55-56).

Hannah Arendt deve, aqui, ser citada como um exemplo de técnica filosófica que soube transpor, à luz das categorias platônicas, os indícios desse ideal numa sociedade plural, para a qual tanto a ação de governança quanto a de consenso estipulam uma visualização, ou antes, um ideário comum – como objeto de contemplação política- tanto de felicidade interpessoal quanto de harmonia na cidade. Platão é revisitado nas palavras da maior filósofa pós-nazista, para quem a cidade é fonte de comunhão de comunicações e não de isolamento ou apoderamento individual e egóico.

Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela “natureza comum” de todos os homens que o constituem, mas sobretudo pelo fato de que, a despeito de diferenças de posições e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. Quando já não se pode mais discernir a mesma identidade do objeto, nenhuma natureza humana comum, e muito menos o conformismo artificial de uma sociedade de massas, pode evitar a destruição do mundo comum, que é geralmente precedida pela destruição dos muitos aspectos nos quais ele apresenta à pluralidade humana. Isto pode ocorrer nas condições do isolamento radical, no qual ninguém mais pode concordar como ninguém, como acontece nas tiranias; mas pode também ocorrer nas condições da sociedade de massas ou de histeria em massa, onde vemos todos passarem subitamente a se comportar como se fossem membros de uma única família, cada um a manipular e prolongar a perspectiva do vizinho. Em ambos os casos, os homens tornaram-se inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles (ARENDR, 2009, p. 67).

Como prática cientificizada da busca pelo consenso, a partir do exercício contemporâneo da intersubjetividade, e como veículo praxístico para que a sociedade oportunize-se como um grande campo de vivência social plural e radicada numa ideia equânime de gestão, a Gestão Social vem nutrir-se dessa perspectiva apresentada em ritmo filosófico para consolidar-se epistemologicamente tanto quanto uma execução paradigmática de um modelo para a discussão atual sobre igualdade, justiça e democracia nos parâmetros sociais quanto uma escolha teórica, segundo a qual a noção de “Bem comum” pode ser transmutada discursivamente na noção de “Interesse Bem Compreendido” e a categoria de “justiça social” como “Emancipação”, categorias que serão apresentadas e discutidas na próxima seção.

Dessa lógica, na qual se destacam algumas similitudes afeitas ao ideal platônico de cidade, será constituído o item seguinte de análise neste estudo. Na seção seguinte, serão apresentadas a perspectiva da Gestão Social adotada neste texto, bem como as possíveis apropriações do trabalho de Platão para o seu desenvolvimento.

GESTÃO SOCIAL: ESCOLHA TEÓRICA

Recentes publicações têm avançado na discussão em torno da Gestão Social no sentido da

construção do campo (CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA, 2011; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2013; TENÓRIO, 2012; 2013) ou de questionar, cada um em uma perspectiva própria, os avanços realizados e/ou a institucionalização do campo (ARAÚJO, 2012; BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008; 2009; PINHO, 2010).

Dessa discussão, emerge a necessidade de avançar na construção do campo da Gestão Social, seja porque ele se constitui precocemente (ARAÚJO, 2012; BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008; 2009), seja pelo perigo iminente de banalização e esvaziamento do campo (CANÇADO, 2011; FRANÇA FILHO, 2003; 2008) ou para a construção de um sentido para a Gestão Social (FISCHER, 2002).

Porém, como o campo ainda está em construção (BOULLOSA, 2009) e existem ainda inconsistências (ARAÚJO, 2012), além de diversas acepções sobre o próprio campo (CANÇADO, 2011), se faz necessário realizar uma escolha teórica. Esta escolha não tem a intenção de indicar o melhor ou o único caminho para a compreensão da Gestão Social, porém, parece ser a mais adequada para o objetivo apresentado neste trabalho. Para tanto, este trabalho opta por seguir na linha de Tenório (1998; 2008a; 2008b; 2012; 2013), de Cançado (2011) e de Cançado, Pereira e Tenório (2013), os quais consideram a Gestão Social um modo de gerir antitético à gestão estratégica⁹. Cançado, Tenório e Pereira (2011), avançando nesta discussão, propõem características para a Gestão Social que se integram.

Em síntese, a gestão social pode ser apresentada como a **tomada de decisão coletiva, sem coerção**, baseada na **inteligibilidade** da linguagem, na **dialogicidade** e no **entendimento** esclarecido como processo, na **transparência** como pressuposto e na **emancipação** enquanto fim último. Esta síntese não tem caráter prescritivo, em outras palavras, pode haver gestão social para além dela. O intuito aqui é a delimitação do campo não para ‘cercar o que tem dentro’ e sim para criar fronteiras para serem mudadas com o decorrer das pesquisas e da própria prática na área (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 697, grifos nossos).

Para além dessa definição, a Gestão Social, na perspectiva de Cançado (2011), aprofundada em Cançado, Pereira e Tenório (2013), funda-se no Interesse Bem Compreendido, em bases de Solidariedade e Sustentabilidade, acontece na Esfera Pública e tem como fim a Emancipação, conforme Figura 1.

Figura 1 – Aproximação Teórica para a gestão social.



Fonte: adaptado de Cançado (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2013).

O Interesse Bem Compreendido¹⁰ está relacionado à compreensão de que o alcance interesse coletivo é pré-condição para se efetivar o interesse individual. Pois, se a vida é em comunidade, o não atendimento ao interesse coletivo gera uma tensão que torna frágil e volátil o alcance do interesse individual. Dessa forma, essa categoria deve ser entendida em bases de Solidariedade (interdependência entre as pessoas) e Sustentabilidade (no sentido amplo de continuidade, não apenas no sentido ambiental, mais em voga atualmente) (CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

A Esfera Pública é o local por excelência da Gestão Social, pois é onde as pessoas privadas se encontram no público para tratar de temas relacionados à sociedade. Essa Esfera Pública, descrita por Cançado (2011), deve ter as características elencadas anteriormente para a Gestão Social¹¹.

Hannah Arendt (2009), novamente, destacará a ambivalência do termo “público”, entendido como “esfera pública” ou “ideal público de vivência na cidade/comunidade”. Para ela, o termo pode assumir a conotação daquilo que possa ser divulgado, consumando-se como visto e ouvido por todos, ou como “mundo”, no qual as possibilidades diversas de vivência são interpostas (2009, p. 59-62).

Na esfera pública, a Emancipação ocasiona-se não só como a oferta para um “mundo comum de vivências”, mas também como o elo que as une intencionalmente e as identifica como força de conjuntura, segundo a percepção arendtiana (ARENDRT, 2009).

A Emancipação seria, dentro dessa perspectiva, o fim último da Gestão Social. Emancipação no sentido de livrar-se da tutela e pensar por si próprio, ultrapassando as perspectivas de consecução e manutenção do poder e buscando o Bem Comum (CANÇADO, 2011).

Ainda nesse modelo, a perspectiva da dialética negativa adorniana¹² (tese e antítese, sem pretensão de síntese) apresenta a ligação, ou a inter-relação entre as Categorias. Quanto mais se avança no sentido do Interesse Bem Compreendido na Esfera Pública (com as características da Gestão Social), mais se aproxima da Emancipação e vice-versa (CANÇADO, 2011). Tendo a esfera pública, com as características apresentadas, como *locus* da Gestão Social, O Interesse Bem Compreendido e a Emancipação alimentam-se mutuamente no sentido de propiciar as condições de estabelecimento dessa esfera pública.

Em outras palavras, constrói-se a Gestão Social a partir de sua prática e vivência. Finalizando esta breve descrição desta opção teórica, cabe dizer que esta delineação se constitui em um tipo ideal weberiano, pois se tem a plena consciência de que essas categorias não se apresentarão em estado pleno, porém, podem ser consideradas como o norte para a caracterização da Gestão Social.

Nesse sentido, a crítica de Pinho (2010) sobre o que se tem escrito sobre a Gestão Social, chamada pelo autor de “freio de arrumação”, está vinculada à incapacidade das pessoas de participarem do processo de Gestão Social. Segundo o autor, há um iminente perigo das pessoas serem co-optadas pelos “mais preparados” nos espaços de Gestão Social, legitimando decisões que interessam apenas a alguns grupos. Dessa forma, a Gestão Social

ampla, sem uma preparação anterior - Pinho (2010) se refere a um amplo processo de educação da sociedade - traria mais problemas que benefícios. Em outras palavras, serviria mais para legitimar decisões que favorecem aos grupos que já estão no poder do que para criar uma pretensa discussão e busca democrática pelo bem comum. Cançado (2011) e Cançado, Tenório e Pereira (2011) acreditam, por outro lado, que a própria participação é uma “escola” de Gestão Social e que a educação deve ser realizada durante e não antes do processo de Gestão Social.

Reforçando essa percepção, os conceitos de Comunidades de Prática e Participação Periférica Legítima são aportes teóricos importantes para a configuração da Esfera Pública para a Gestão Social. Segundo Lave e Wenger (1991), Comunidades de Prática são espaços interacionais de aprendizado onde todos ensinam e aprendem ao mesmo tempo.

As comunidades de prática podem ser definidas como grupos de praticantes que compartilham objetivos e desafios, interagem regularmente, aprendem *pelos* outros e *com* os outros, e desenvolvem habilidades para lidar com tais desafios e atingir seus objetivos (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2006, p. 66, grifos dos autores).

Além de Schommer e França Filho (2006; 2008; 2010) e Boullosa e Schommer (2008; 2009). Comunidades de Prática são entendidas como espaços de dialogicidade e intersubjetividade que buscam o entendimento (CANÇADO, 2011). Ainda nesse caminho, Cançado (2011) sugere que a Participação Periférica Legítima (LAVE; WENGER, 1991) é o caminho para a construção da educação durante o processo, por meio da prática da gestão social. A participação periférica legítima é definida como a participação que, apesar de ser inicialmente periférica (no sentido de assimetria de informação e conhecimento), a partir de quando acontece, realiza um espiral em direção ao centro, deixando de ser periférica à medida que acontece, ou, quanto mais se participa, menos se é periférico. Porém, para isso, o grupo “mais antigo” que deve estar aberto a “novas participações” na Esfera Pública/ Comunidade de Prática no sentido de aprender e ensinar a partir dessas novas relações. Aprende-se praticando e ensinando, pois consideram-se os saberes como não hierarquizados (CANÇADO, 2011).

Em síntese, pode-se dizer que a escolha teórica aqui realizada acredita no potencial das pessoas (individual e coletivo) para a Gestão Social e que a mesma se (re)constrói durante o processo. As pessoas envolvidas podem não ter conhecimento técnico, mas isto é passível de aprendizado, que não é fácil, mas possível, via Participação Periférica Legítima. A própria designação como tipo ideal weberiano, de certa forma, deixa claro que é um processo de aprendizado e que se reforça via dialética negativa. Assim, a Gestão Social pode ser considerada por alguns como utópica na nossa sociedade; este, sem dúvida, é o caminho mais fácil para criticar esta perspectiva. Porém, a Gestão Social também pode ser considerada por outros, e este trabalho advoga nesta linha, como uma alternativa, que se apresenta de maneira processual e imperfeita, mas que traz a co-responsabilidade da gestão diretamente para aqueles que serão impactados por ela. Em outras palavras, é “justo” que se participe de uma decisão que trará impactos para a sua vida.

Feita a escolha teórica e sua breve apresentação, passa-se à apresentação da questão central do texto.

GESTÃO SOCIAL E “A REPÚBLICA” DE PLATÃO: POSSIBILIDADES

A discussão mais latente da “Urbe Filosófica” platônica está na questão da justiça. Para Platão, a justiça é a causa da cidadania e da felicidade, assegurando que a cidade não se corrompa, legitimando-se como o principal critério para a tomada de decisão do Filósofo-Rei.

Nesse aspecto, pode-se identificar uma contribuição para a construção da Gestão Social. Pois as Categorias Teóricas da Gestão Social elencadas - Interesse Bem Compreendido, Esfera Pública e Emancipação - perdem o sentido sem a noção de justiça presente no processo. Justiça, nessa perspectiva, traz segurança, no sentido de compreender as regras do jogo social.

Porém, a justiça discutida aqui é a do sentido dado a ela por Platão, pois pode-se argumentar que já existe um tipo de “justiça” na nossa sociedade, que é baseada em leis, e que é reflexo dos costumes de cada sociedade a cada tempo. Porém, é notório que hoje (e também em tempos passados), mesmo nas sociedades ditas “mais desenvolvidas/civilizadas”, há ocasiões em que as chances de ter a sua “justiça” seja empreendida por quem tem melhores condições de operar no judiciário (por meio de profissionais mais habilitados e quase sempre inacessíveis para a grande maioria da população), pois as leis são sujeitas à interpretação e alguns a fazem melhor que outros. Aí talvez esteja o grande obstáculo à justiça social propriamente dita. Para Platão, a justiça ultrapassa essa categorização hodierna de aplicação/interpretação de leis, a justiça é a busca da felicidade para todos e não para alguns, ao menos que cada um esteja designado a cumprir sua tarefa social sem falsas pretensões. A justiça social nos moldes platônicos permite e promove o desenvolvimento do potencial de cada pessoa, mas num tipo ainda abstrativo de sociedade.

Para evitar subterfúgios vagos e deveras subjetivos, qualificaremos essa justiça social como baseada na suposição de nenhum membro da sociedade (Platão fala em classe social: camponeses e artesãos; guerreiros e defensores; e filósofos) esteja desprovido do alcance do bem-estar e que esses membros contribuam conjecturalmente para que os bens particulares se constituam uniformemente em “bens públicos”. Em termos ideais, a cidade e o indivíduo constituir-se-iam sob um único organograma uma realidade única, na qual se situasse uniformemente o tipo de Bem a se esperar em relação à realidade humana de cada classe, com vistas de se promover, enfim, uma Emancipação na qual o que se suporá será a vantagem para a cidade, com a promoção de uma noção de Interesse Bem Compreendido, compelido na forma de Interesse Social ou Interesse Intersubjetivo (vide Figura 1).

Ainda sobre a questão da justiça, pode-se argumentar que justiça é ter a chance de participar da gestão do território, por meio das características da Gestão Social (tomada de decisão coletiva, sem coerção, com transparência, intersubjetivamente, dialogicamente, baseando-se no entendimento, e em busca da emancipação). Essa participação pode ser inicialmente

assimétrica, mas tendendo a não mais sê-la, na medida em que o ideário do Interesse bem Compreendido transcenda os limites geográficos e configure-se, antes, como um marco da realidade cultural do poder decisório cabível a cada comunidade.

Outra questão que, à primeira vista, parece destoar da Gestão Social, mas que, sob novo entendimento, pode ser uma contribuição para a Gestão Social, é a opção platônica pela governança do Filósofo-Rei. Pela descrição, parece que este Filósofo-Rei pode ser entendido como quase uma divindade que tem o poder de criar leis *ad hoc* e entender cada situação, trabalhando na construção do Bem comum e na felicidade da sociedade por meio da perspectiva da justiça (já discutida). Por outro lado, na perspectiva da “conversão filosófica”, pode-se entender, em relação à Gestão Social, que este Filósofo-Rei não seja exatamente uma pessoa, mas a massa de cidadãos (*corpus* político-cidadão), emancipados por meio da racionalidade político-decisória que lhes é inerente. No caso da Gestão Social, uma abordagem teórica tal qual a propugnada pela racionalidade comunicativa habermasiana, que promoverá (em tese), pela ação dos atos de fala, o “cálculo intersubjetivo” - no qual os cidadãos se conclamam na gestão da cidade pelo entendimento que visam conceder a eles próprios, no sentido de afirmarem ou reafirmarem as diretrizes e desígnios da comunidade - fornecerá as medidas tanto de discurso quanto de práticas segundo normas que tangem o bom-senso, o equilíbrio político e a equanimidade quer seja moral, jurídica ou humana, para a efetivação da Emancipação, dada pelo consenso ou entendimento.

O entendimento, dado como pressuposto ideológico para fomentação do discurso de explanação da Gestão Social, pode ser considerado como elemento de arquetipização de uma sociedade com fins justos, entendida na divagação política contemporânea, indicando-se para além, por exemplo, de uma pedagogia de partido ou de uma militância social com objetivos muito especificados. O entendimento também grassa pela adaptação às fontes de gestão social aquinhoadas no mundo urbano e na civilização que vai criando, tendo como preocupação fundante o apelo à grandiloquência de sua imagem (tal como a sociedade norte-americana).

O tema da governança da cidade, segundo Platão, está baseado na experiência de vida (capacidade de temperar os interesses dos indivíduos e da cidade) e na sabedoria (segurança da aplicação da justiça) do Filósofo-rei. Sob a perspectiva apresentada do Filósofo-rei coletivo no exercício da Gestão Social, o cenário se dá na sinergia e conflito entre as experiências de vida e as sabedorias (no sentido amplo) dos integrantes da sociedade. Assim, acredita-se que a “chance de injustiça” seria minimizada pela quantidade de opiniões presentes e pelo debate realizado e as decisões tomadas coletivamente com base no entendimento. Considerando como necessária a questão da Participação Periférica Legítima, pois, o outro também pode ensinar.

Cabe aqui um pequeno excuro no intuito de estimular novas abordagens como a deste trabalho. Dos participantes de um processo baseado na Gestão Social, espera-se, além da disposição de estar em uma Comunidade de Prática e subscreverem a Participação Periférica Legítima, que se atentem para o fato que a Gestão Social, pelo menos como foi apresentado neste texto, é um processo de difícil construção. Pois conceitos como “justiça”

não são decididos por alguém, são construídos, como a confiança nos outros também o é. Porém, comportamentos oportunistas, tão salientados na literatura tradicional (como a perspectiva do *free rider*, por exemplo) são tão daninhos a essa prática como o é a falta de Interesse Bem Compreendido e/ou Emancipação nos participantes. Aqui o aprofundamento em algumas abordagens, como a do intelectual orgânico gramsciano, o homem parentético de Guerreiro Ramos ou a consciência crítica freiriana; são bem vindas. Não no sentido de construir modelos, mas de buscar o que pode ser incorporado ao constructo da Gestão Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da busca proposta neste trabalho, percebe-se que ainda há um bom caminho a ser percorrido, mas, ao se olhar para trás, também não se vê mais o início, pois já se andou bastante também. Cabe agora organizar o que se conseguiu e partir para outras buscas. Não se tem aqui a perspectiva ingênua, de completude da busca, pois *A República* pode trazer mais contribuições que as encontradas aqui, se vista por outros aspectos, ou por pesquisadores com diferentes “lentes”. Talvez esta seja a limitação latente de trabalhos desta natureza.

O conceito de justiça e a perspectiva do Filósofo-rei foram as contribuições aqui encontradas para a construção do campo da Gestão Social. A justiça como pano de fundo de todo o processo de Gestão Social, base para a cidadania, mas não condição suficiente. Justiça que realiza o potencial do cidadão, que traz equidade na possibilidade de desenvolvimento do ser humano.

O Filósofo-rei, por sua vez, interpretado enquanto *corpus* político-cidadão, para a gestão coletiva do território/*polis* é de uma intencionalidade perspectiva prática para um uso mais corporificado de exemplo ideal de gestão política, pois, se a *polis* deve ser governada com a experiência e a sabedoria do Filósofo-rei, então, se este for entendido como o conjunto dos cidadãos, em uma perspectiva de Comunidade de Prática, que preza pela Participação Periférica Legítima, há a possibilidade de se construir uma Esfera Pública nos moldes da Gestão Social.

Como sugestão para novos trabalhos na área, apresentam-se as possibilidades de estudar outras perspectivas de Gestão da Sociedade, como a “Cidade do Sol” de Campanella (CAMPANELLA, 1965) ou ainda “A Paz Perpétua”, livro pertencente à velhice de Kant, em que são postuladas as razões de ser para a composição, normatização e integralização do pacto federativo e emancipatório de uma principiação decisória que amealhe, em relação ao espaço coletivo, as formas diretas para a disponibilização da sociabilidade (KANT, 1976).

NOTAS

- 1 Soares (2001) discorre que a análise do termo “ideia” em Platão seja ocasionado como a estrutura essencial pela qual as coisas, abstratas e concretas, são, sem negligenciarem sua origem transcendental, formal, divina e inteligível: “Sabemos que a tradução *idéia* para os termos

platônicos *eidos e idea* pode ser altamente enganosa se não tomarmos suficiente cuidado. Esse termo adquiriu para nós, desde a modernidade, um sentido diametralmente oposto àquele dado por Platão para *idea*, do qual *idéia* não é mais que uma transliteração. Entendemos por *idéia* um conceito, um pensamento, uma representação mental, mas Platão entendia por *eidos* ou *idea* a essência (*ousia*) ou natureza fundamental e primeira (*fisis*) das coisas. Trata-se, em outras palavras, do ser em si mesmo, que é absoluto, eterno, universal e separado do mundo dos fenômenos sensíveis. Do outro lado, as idéias platônicas não são pensamentos, mas o objeto por excelência do pensamento” (p. 21). O sentido de justiça, aqui requerido para tipificar um estudo a respeito da Gestão Social é o estipulado por Platão, na coisa que torna sentida a ideia; não se falará aqui da expressão justiça dada na sua máxima abstração, mas naquilo que ousa referir-se à coisa justa.

- 2 Isto é evidenciado logo no primeiro Livro da República no qual a fala do personagem Simônides deixa transparecer o ideal concreto da coisa justa: **a justiça significa restituir a cada um o que lhe convém -332c 11.**
- 3 No livro II, Sócrates faz destacar que, por atenção à justiça, “a cidade seja maior que o indivíduo” (368, p. 71). Esta consideração não é meramente fortuita, sinaliza, para além de todo discurso contrário, que, numa cidade justa os interesses egóicos não sejam ambivalentes aos coletivos.
- 4 Que seja verificado, no Livro IV, o diálogo de Sócrates com Adimanto, pelo qual será ponderado que “o impulso que cada um há de tomar pela educação em nível cívico determinará o que cada um poderá fazer” (425c, p. 171).
- 5 Referência ao tema da epistemologia do Livro VII de “A República”.
- 6 Há, aqui, um trocadilho entre a frase acima e o título original da obra platônica “A República”, chamada de *Polithéia*.
- 7 Toda a passagem sobre os discursos examina as virtudes tradicionais, da piedade até a justiça (A República, Livro II, 392 b, p. 76).
- 8 Segundo o que se presume, também, no Diálogo Górgias, de Platão, 507e., p. 113.
- 9 De forma sintética, a gestão estratégica é aquela baseada no cálculo utilitário de consequências (RAMOS, 1981), para aprofundamento nesta discussão, veja Tenório (1998; 2008a; 2008b).
- 10 Este conceito foi adaptado em Tocqueville (1987).
- 11 Em Caçado (2011), esta discussão é mais aprofundada com a inclusão de outras subcategorias para Esfera Pública: Democracia Deliberativa, Ação Racional Substantiva, Comunidades de Prática, Intersubjetividade, Dialogicidade e Interorganizações.
- 12 Ver Adorno (2009).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. T. de. **(In)consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção.** 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** São Paulo: Abril Cultural, 1979. [Col. Os pensadores].

_____. **O político**. Lisboa: Edições Setenta, 1967.

BOULLOSA, R. de F. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de Gestão Social a partir das perspectivas da *policyanalysis* e da abordagem social da aprendizagem. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11, 2009, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

_____; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. **Anais...**, Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

_____. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da Gestão Social? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM.

CAMPANELLA, Tommaso. **La città del soli**. Roma: Marietti, 1965.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

_____; PEREIRA, J. R. Gestão Social: por onde anda o conceito? In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo (org.). **Administração pública, Gestão Social e economia solidária: avanços e desafios**. Viçosa: UFV, 2011, 350p.

_____; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2013, 216p.

_____; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 7, Belém. **Anais...**, Belém, 2013.

_____; TENÓRIO F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

COMPARATO, F. K. **Ética**. Direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CORNFORD, J. **O pensamento filosófico grego**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1986.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, p. 12-32, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definindo Gestão Social. In: SILVA Jr., J. T.; MÂISH, R. T.;

CANÇADO, A. C. **Gestão Social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

_____. **Gestão Social: um conceito em construção**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9, 2003, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD ROM.

GOLDSCHMIDT, V. **Os diálogos de Platão**. Estrutura e método dialético. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola Edições, 2002.

HARE, Richard M. **Platão**. São Paulo: Loyola, 2000.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. Tradução e prefácio de Afonso Bertagnoli. Rio de Janeiro: Clássicos de bolso, 1964.

_____. **Zum ewigen frieden**. München, 1976.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991. p. 27-58; p. 89-101.

PEGORARO, O. **Ética é justiça**. Petrópolis: Vozes, 1995.

PEREIRA, J. R. **Contribuições do pensamento social brasileiro para a gestão social**. (Documento para discussão no âmbito do Programa Pró-Adm “Gestão Social: ensino, pesquisa e prática”). Florianópolis, 2012a.

_____. **Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, mercado e sociedade**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 12, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2012b.

PINHO, J. A. G. de. **Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira**. In: RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social e políticas públicas de desenvolvimento**: ações, articulações e agenda. Recife: UNIVASF, 2010.

PLATÃO. **As leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1992. [Col. Os pensadores].

_____. **A república**. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1949.

_____. **A república**: Livro VII. Comentários de Bernard Pieltre. Brasília: Editora UNB, 1989.

_____. **Górgias**. Rio de Janeiro: 1965.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**. Vol. I. Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1995.

ROGUE, C. **Comprendre Platon**. Paris: J Vrin, 1998.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, p. 203-226, jun./nov. 2010.

_____. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: SILVA Jr., J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

_____. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidades de prática. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, p. 63-82, 2006.

SOARES, Márcio. **A ontologia de Platão**. Um estudo das formas no Parmênides. Passo Fundo (RS): UPF, 2001.

TENÓRIO, F. G. Tem razão a gestão social? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 3, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: UFSC, 2013. 1 CD ROM.

_____. **Gestão social, um conceito não-idêntico?** Ou a insuficiência inevitável do pensamento. 2012 In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA Jr., J. T. (Org.). **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: UNIJUÍ, 2012, 456p.

_____. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008a.

_____. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.

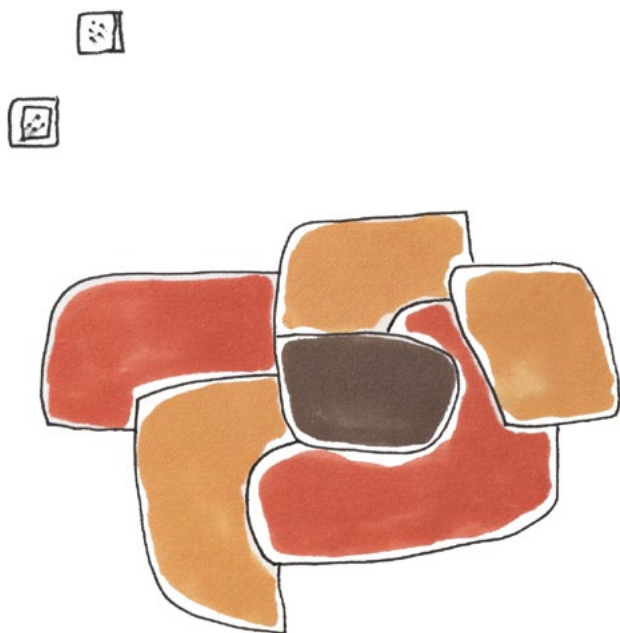
_____. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p.7-23, set./out. 1998.

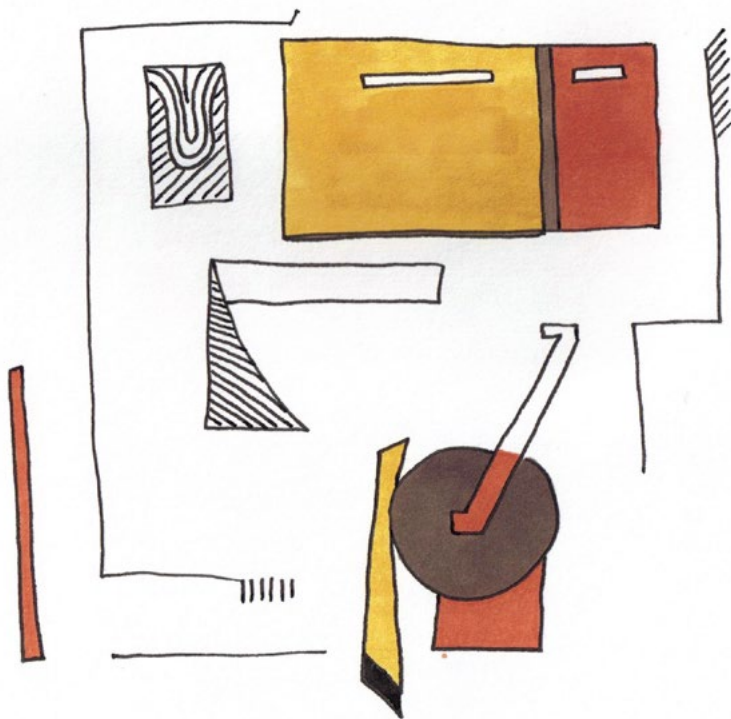
André de Oliveira

Professor de Ética e Teoria da Ciência Política no curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins - Campus Palmas/TO. Graduado em Filosofia (PUCCAMP), Mestre em Filosofia - Área de Concentração Ética (PUCCAMP) e Doutorando em Filosofia pela UFSC.

Airton Cardoso Cançado

Pós-doutor em Administração (EBAPE/FGV), Doutor em Administração (UFLA), Mestre em Administração (UFBA), Graduado em Administração de Cooperativas (UFV). Professor do Curso de Administração e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. Membro da Rede Brasileira de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e da Rede Brasileira de Pesquisadores em Cooperativismo.





Análise do Discurso: Um Aporte à Teoria das Organizações

Vinicius Dornelles Valent e Luciana Iost Vinhas

Resumo

O presente trabalho apresenta elementos da Análise do Discurso da linha francesa, na esteira de Michel Pêcheux, que podem ser aplicados à Teoria das Organizações. Expõe-se a influência da ideologia na comunicação do conhecimento científico e como a Teoria da Análise do Discurso pode ajudar na identificação das camadas discursivas em contexto organizacional. Em seguida, é abordada a importância dos conceitos e dos fundamentos metodológicos, tanto no modo de agir do analista do discurso quanto na ação gerencial. Aplicando-se a Análise do Discurso no meio organizacional, são tecidas algumas considerações de como o uso da ideologia pode mitigar os conflitos de interesse neste contexto.

Palavras-chave

Análise do Discurso. Teoria das Organizações. Ideologia. Conceito.

Abstract

This paper presents elements of the French Discourse Analysis, based on principles outlined by Michel Pêcheux, which can be applied to Organizational Theory. It exposes the influence of the ideology upon the communication of scientific knowledge and how Discourse Analysis Theory can help to identify discursive layers in organizational context. Then, it is discussed the importance of such concepts and methodological foundations, both in discourse analyst's procedures and in management action. By applying Discourse Analysis in the organizational environment, some light can be shed on how the use of ideology can mitigate interest conflicts within this context.

Keywords

Discourse Analysis. Organization Theory. Ideology. Concept.

INTRODUÇÃO

Uma organização pode ser entendida, na perspectiva endógena, como uma arena onde atores sociais interagem por meio da fala (MORGAN, 1996). É um espaço, onde as margens de atuação política variam de acordo com a amplitude de poder investido a cada pessoa (MOTTA; VASCONCELOS, 2002). Nesse movimento, acontece a comunicação. Ela é considerada “um dos elementos essenciais no processo de criação, transmissão e cristalização do universo simbólico de uma organização” (FLEURY; FISCHER, 1996, p. 24). A partir dela, formam-se canais ou as chamadas redes que ligam pessoas, organizações e sociedade. Nessa perspectiva, a Teoria das Organizações (TO), tanto no âmbito da Gestão de Pessoas quanto da Cultura Organizacional, procura explicar essa dinâmica das relações existentes no mundo do trabalho. Nesse sentido, entende-se que as relações de poder, uma vez identificadas e descritas, poderão ser melhor compreendidas se submetidas a uma análise do discurso. Entende-se por discurso uma “sequência verbal oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase” (PÊCHEUX, 2010, p. 180). Expresso em diferentes formas de comunicação, ele vai além do uso natural da linguagem (ato de fala). É possível, por meio de uma análise do discurso, revelar o lugar de onde as pessoas falam e fornecer indícios da ideologia que os interpela, o agir desta ou daquela maneira. Interpretar o discurso consiste em explicar diferentes formas de relatar e entender fatos e fenômenos do cotidiano nas organizações à vida associada. Com base nessa análise, pode-se avançar sobre os meios de comunicação formais e informais existentes nas organizações para desvendar o componente ideológico dominante nas relações de poder. Na estrutura organizacional, é possível fazer uma análise entre níveis hierárquicos, grupos de trabalho, equipes, sistemas, plantas e organizações diferentes.

No presente artigo, a opção teórica foi pela Análise do Discurso (AD) na linha de origem francesa de Michel Pêcheux, abrangendo as três épocas por ele apresentadas. A conexão multidisciplinar estabelecida, entre a Teoria das Organizações com ênfase na Cultura Organizacional, buscou, na teoria de Pêcheux, identificar, na linguagem usual, a carga ideológica veiculada em conceitos-chave empregados nas relações de trabalho. Um exemplo pode ser o próprio conceito de trabalho, variável desde a visão individual das pessoas à dimensão macroeconômica do modo de produção vigente. Nessa linha, o artigo objetiva apresentar uma alternativa de análise da ideologia que sustenta as relações de poder nas organizações e como ela pode ser aplicada para diminuir os conflitos de interesse intraorganizacionais. Tais relações transparecem nos sistemas de comunicação organizacionais, envolvendo elementos básicos da AD, tais como a língua, o sujeito e sua história. Como contribuição para outros estudos, depreende-se que a Análise do Discurso pode contemplar questões internas do uso de poder nas organizações e ainda em seu círculo relacional na sociedade.

A COMUNICAÇÃO NO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E NAS CONCEPÇÕES DE IDEOLOGIA

O conhecimento científico é um ponto de partida para compreender a intervenção humana no mundo moderno. A ação não acontece de maneira direta, mas por meio de instrumentos

e ser comunicável é um de seus requisitos básicos. Reforçando este argumento sobre o modo de agir humano, Marx (2009 *apud* VOLPE, 1984) explica o papel desempenhado pelo homem ao utilizar-se de instrumentos no domínio da natureza. Nesse modo de agir, ele modifica-a e submete-se às próprias modificações feitas. A seguir, vai fazendo ciência em benefício próprio – pode tornar-se sujeito de si – e vai alterando a natureza, enquanto difunde sua obra ao longo do tempo e faz a História.

Nessa trajetória do trabalho, surge o conhecimento científico. Enquanto componente da Ciência, este conhecimento é entendido como um conjunto organizado de saberes relativos a determinado objeto, especialmente obtido mediante a observação, a experiência dos fatos e um método próprio (DORNELLES, 2006). Este conceito, Chauí (1995, p. 278) complementa explicando que a Ciência, além de reunir todos os níveis de conhecimento, “é a confiança que a cultura ocidental deposita na razão como capacidade para conhecer a realidade”.

A Teoria de Pêcheux admite a divisão comtiana entre ciências naturais e ciências humanas, porque cada uma corresponde a determinado universo. No entendimento desse autor, as ciências naturais correspondem ao universo logicamente estabilizado, enquanto o universo das ciências humanas é aquele das formulações irremediavelmente equívocas. Ele justifica sua opção pelo segundo universo ao afirmar que a Ciência não pode ser compreendida como explicação fiel da realidade de todos os fenômenos, sobretudo, por ela ser uma prática determinada ideologicamente. Nesse fundamento, são apresentadas as noções de ideologia e de discurso. Para ele, nenhuma prática humana foge de determinações sócio-histórico-ideológicas, inclusive as práticas científicas (PÊCHEUX, 2006).

Na argumentação de Pêcheux, prática científica e prática política não se podem separar (GRIGOLETTO, 2005). Porém, há que considerar a separação que acontece via ideologia dominante. Ela atribui à Ciência o papel de verificadora das realidades, desatrelada do político que a determina. O fazer científico torna-se, na realidade, mais idealista que, propriamente, materialista, pois a Ciência representa interesses que não são em maioria da sociedade (ZANDWAIS, 2005).

Nesse cenário, a Cultura Organizacional investiga fatos e fenômenos da vida cotidiana das pessoas nas organizações, suas relações sociais e seus vínculos com a sociedade. Para tanto, os problemas identificados poderão ser mais bem explicados caso os elementos ideológicos presentes forem contemplados em suas análises (SOUZA; HONÓRIO, 2013).

Para interpretar ideologia, a literatura disponibiliza vários conceitos. Na forma clássica, segundo Marx e Engels (2009), a ideologia expressa-se como uma ligação necessária entre as formas “invertidas” de consciência e existência material do homem. Os autores afirmam que, dessa distorção do pensamento, originam-se e emergem as contradições sociais. No entanto, o conceito de ideologia, de acordo com Bobbio (1993), foi revisado ao longo do tempo e adquiriu novos significados, sobretudo, por autores frankfurtianos como Jürgen Habermas e seus seguidores.

Althusser (1989) categoriza a ideologia em duas: geral e específica. Na primeira, a função da

ideologia é garantir a coesão na sociedade. A segunda, sobrepondo-se à primeira, tem por função assegurar a dominação de uma classe. Para o autor, a ideologia pode desempenhar, ao mesmo tempo, ambas funções, na medida em que esta é uma representação imaginária dos indivíduos e, também, os constitui como sujeitos que aceitam seu papel dentro do sistema de relações de produção.

Complementando – com a evolução do conceito – de acordo com Geuss (1988 *apud* DORNELLES, 2006), podem ser atribuídos à ideologia os seguintes sentidos: descritivo (antropologia), pejorativo (dominação), positivo (visão de mundo). Há ainda, um quarto sentido, oriundo da Escola de Frankfurt do pós-guerra e chamado de *Ideologiekritik*. Ele é compreendido como um empreendimento cognitivo, próprio para fazer a crítica radical da sociedade, bem como de sua ideologia.

Michel Pêcheux expandiu seus estudos sobre a ideologia e agregou novas disciplinas a sua teoria do discurso. Com tal união, o autor apresentou à comunidade científica da década de 1960 uma nova compreensão do funcionamento da ideologia. Para ele, a ideologia não pode ser concebida fora de uma relação com a história, o sujeito e a língua (FONTANA; SCHROEDER; LESIKO, 2008).

A TEORIA DA ANÁLISE DO DISCURSO DE PÊCHEUX

A Análise do Discurso – dispositivo teórico-analítico desenvolvido por Pêcheux – surgiu para resgatar a contradição, enfatizando sua importância no estudo da atual sociedade do trabalho. Seu foco passou a ser o discurso, que segundo ele, é a materialização da ideologia. O discurso vigente é acessado por meio da linguagem. Assim, não existe linguagem sem discurso e, tampouco, discurso sem ideologia (ORLANDI, 1994).

No desenvolvimento de sua abordagem teórica, Michel Pêcheux passou por três épocas (MARTINS E SILVA, 2003). Na AD-1 (como foi chamada a primeira época), é possível identificar um comportamento que interpreta conteúdo. Nesta, a intenção foi desconstruir o conteúdo político das análises apresentadas pela ciência linguística vigente. A AD-1 resume-se a um estudo do discurso por meio de uma maquinaria discursivo-estrutural. Tal maquinaria configura o processo de produção discursiva como autodeterminado e fechado. Nesse sentido, os sujeitos acreditam ser produtores de seus discursos, porém não passam de servos assujeitados destes (PÊCHEUX, 2010).

Como a AD-1 foi um momento de *esboço* da teoria, a sua ordem é rígida, guiada por meios matemáticos pré-estabelecidos. Michel Pêcheux e Phillipe Duval utilizam-se da informática para elaborar uma linha de programação – em linguagem FORTRAN IV. Tal linha (algoritmo) analisa discursos autônomos, baseada nas relações binárias das palavras. A língua natural é seu alicerce e constitui-se de um espaço multifacetado e de complexa ligação de processos discursivos. Na formulação de sequências discursivas (as falas dos sujeitos), o objetivo está em detectar e construir lugares com identidades expressas em situações diferentes (LAMPOGLIA; SILVA; ROMÃO, 2010). O traço marcante da AD-1 é o fechamento do espaço discursivo. Nesse sentido, a formação discursiva é compreendida

como um bloco homogêneo de saberes (TEIXEIRA, 1997).

No entanto, há uma concepção de que o texto não é separado de seu contexto de produção. Assim, surge a fase de transição. Nela, Pêcheux (2010) abandona a corrente de pensamento estruturalista, norteadora da AD-1. Com isso, a dominação pela máquina discursiva de assujeitamento para análise das comunicações entre os sujeitos não é mais a condição principal.

Começa a surgir, então, a segunda época: AD-2, voltada para novos objetos. Sua teoria evoluiu, indo além de um dispositivo vinculado à informática. Em 1975, Pêcheux e Fuchs articulam os conceitos de formação discursiva e formação ideológica (INDURSKY, 2005).

Sob esse novo plano, as relações entre as pessoas, carentes de maior reflexão, revelam desigualdades de força nos processos discursivos. Pêcheux (2010) utiliza-se da noção de formação discursiva, de Michel Foucault, para romper as barreiras estruturais impostas pela máquina fechada em si mesma. A Formação Discursiva (FD) é definida como um espaço aberto, que se choca com outras formações discursivas oriundas de lugares diferentes.

Quando uma FD incorpora outra, surge uma evidência discursiva fundamental: o chamado discurso pré-construído. Caso o choque resulte em repulsa recíproca das FDs, ambas adquirem evidência discursiva fundamental, originando o discurso transversal (BRANDÃO, 2004). Discurso transversal articula, em relação direta, a parte com o todo; a causa com o efeito; o sintoma com o que ele designa (PÊCHEUX, 2009).

A abertura da FD revela a existência necessária de algo exterior, com maior dimensão e abrangência, é o “todo complexo com dominante” de Pêcheux (2009, p. 149). A este “exterior específico”, que abrange as formações discursivas das pessoas ou grupos, o autor chamou de interdiscurso. A noção de interdiscurso, em Pêcheux (2010, p. 310), ao funcionar como lugar externo à formação discursiva, entra com ímpeto nessa formação para “construí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição fechada”. Quando isso acontece, surge uma relação paradoxal do arrojo de um “além” exterior e anterior.

Em termos de inovação, a AD-2 apresenta a noção de interdiscurso. Com isso, tal época admite, hipoteticamente, um procedimento que determina as relações internas necessárias ao texto. Por ser um momento de transição, é considerado um período de novas descobertas, concernentes, sobretudo, à relação entre língua, psicanálise e política. Isso fica evidente na afirmação de Maldidier (2003, p. 57): “A teoria aí aparece às vezes como que diretamente governada pela política. [...] Michel Pêcheux, com os althusserianos, conduz resolutamente a batalha teórico-política contra o reformismo”. É nesse espaço que a teoria do discurso adquire firmeza em discutir o político na relação com o linguístico. Condição essa que garante a especificidade da Análise do Discurso.

A partir de então, surgiu a terceira época – AD-3. Gradativamente ela começou apresentando um novo elemento: a anexação da semântica ao discurso. Nessa fase, Michel Pêcheux desenvolveu uma reflexão mais elaborada – incluindo a questão do sujeito – na relação entre ideologia e inconsciente. Como contribuição teórica, ele admite que não há ritual

sem falhas. É necessário questionar se a ideologia dominante consegue dominar bem as ideologias dominadas (MALDIDIER, 2003), ou se esse ritual de dominação do sujeito possui falhas. Assim, com a retomada das noções de Althusser (VINHAS, 2009), passam a ocorrer reformulações no conceito de sujeito da análise de discurso.

Althusser faz entender que não é possível escapar das injunções da ideologia dominante e tal lição é difícil de aceitar (MALDIDIER, 2003). Entretanto, a retificação instaurada por Pêcheux admite haver falhas nesse processo de submissão do sujeito, no qual a estrutura que permite subverter o ritual da interpelação é o próprio inconsciente. Por meio dele, afloram atos falhos, o *witz*, lapsos e sonhos, entendidos como sintomas de manifestação do inconsciente dentro da teoria psicanalítica freudiana (CUNHA, 2010). O verdadeiro sujeito emergirá no discurso, pois o sujeito do inconsciente possui potencial para tanto. Nesse ponto, a perfeição de dominação da ideologia evocada por Althusser apresenta suas falhas (PIMENTEL, 2010). Nenhum sujeito pode ser dominado o tempo todo, existe um limite para tal condição.

Com essa abordagem, a AD-3 é a última instância de desenvolvimento da teoria de Pêcheux. O nó borromeano da FIGURA 1, parece ser a representação de maior identidade teórica com essa terceira época da Análise do Discurso.

Figura 1 – Nó borromeano



Fonte: LYRA, 2012

O fato de o nó borromeano conter o dentro e o fora permite representar a união entre ideologia e inconsciente. Tanto a ideologia como o inconsciente estão ligados e articulados na língua, não sendo possível identificar um ponto de interrupção. Agora, não somente a estrutura é levada em conta. Ela agrega um fator exterior à língua: o acontecimento. Os acontecimentos, por sua vez, formam a história. Em decorrência disso, novas questões sobre a construção teórica começam a emergir, envolvendo a língua, o sujeito e a história.

A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO E DA BASE METODOLÓGICA

A Análise do Discurso formulou, ao longo de sua constituição, conceitos que são fundamentais à descrição e à interpretação dos processos discursivos. Três desses conceitos

constituem o tripé desse dispositivo teórico-analítico: a língua, a história e o sujeito. Ao longo das três épocas de sua constituição, foram sendo acrescentados novos elementos para a compreensão desses conceitos. É possível afirmar que, a AD tem, à sua disposição, um conjunto de conceitos (FERREIRA, 2003). Este conjunto, que dependendo do objeto de análise do estudo, faculta ao pesquisador acionar uns e não outros. No entanto, ele não pode deixar de tratar: língua, sujeito e história, porque os três conceitos constituem a base para a emergência do conceito de discurso.

Em 1969, na apresentação de sua obra – Por uma Análise Automática do Discurso – posteriormente conhecida como AAD-69, o conceito de discurso, segundo Pêcheux (2010, p. 109) era a “sequência linguística limitada por dois brancos semânticos e que corresponde a condições de produção discursivas definidas”. Ao longo de seu trabalho teórico-analítico, Pêcheux, à medida que avança nas reflexões, apresenta novas definições do termo “discurso”. Em 1975, com Catherine Fuchs, elabora o texto “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, com novas reformulações. É possível entender o discurso como uma “sequência verbal oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase” (PÊCHEUX, 2010, p. 180). Entretanto, a definição de discurso que mais circula entre os analistas de discurso é: efeitos de sentido entre interlocutores.

Como a ideologia interpela o enunciador e o transforma em sujeito na história e da história, o plano conceitual da AD tem no discurso seu objeto teórico. Contudo, o que se pode compreender sobre discurso em Pêcheux é que este acontece de fato – possui materialidade específica – quando o sujeito histórico, determinado por forças ideológicas, utiliza a língua para materializar o discurso e colocar sentidos em circulação.

Desse modo, a língua é o elemento fundamental na compreensão dos processos discursivos. No entanto, a língua concebida por Pêcheux não se coaduna com a língua da linguística estruturalista, posto que não concerne somente a um sistema abstrato e psíquico presente nas pessoas de determinada sociedade (HENRY, 2010).

As proposições teóricas da ciência linguística produzidas, até então, se limitavam a questionar os significados de textos, verificar suas concordâncias estruturais, entender ideias principais e, no limite, comparar as interpretações feitas. Em um uso alternado entre análise sintática e análise semântica, carente de crítica e indiferente à história. A ciência clássica da linguagem confundia seu objeto com seus métodos.

A partir dessa desordem metodológica, Pêcheux passou a refletir sobre o objeto de uma Ciência cuja língua fosse pensada como uma estrutura aberta. Se considerada um sistema, a língua seria esterilizada para exprimir sentidos determinados ideologicamente, o que anularia sua função.

A AD, como um novo território de análise, fornece os meios necessários para explorar os vazios existentes nas formulações teóricas apresentadas. Com o propósito de mostrar que a superfície discursiva era somente uma das camadas existentes em um discurso, Pêcheux formula o conceito que trata das circunstâncias nas quais é produzido um discurso. Ele dá o nome, a essas circunstâncias, de condição de produção. Desse modo, adiciona a variável

“condições de produção” ao discurso. Assim, abre-se o espaço para a ideologia interferir no processo discursivo. Nesse corpo teórico da análise do discurso, aparece o sujeito.

Para ser sujeito, é necessário que a pessoa seja subjugada às condições de produção. Nesse espaço, a pessoa é submetida ao lugar de onde fala e é interpelada pela ideologia vigente. Surgindo, ao mesmo tempo, a justificativa da construção da prática discursiva. Tal justificativa pode ser entendida como o fator que delimita o espaço do discurso.

O MODO DE AGIR DO ANALISTA DO DISCURSO

Sendo a língua da ordem da incompletude – sensível às mudanças – entende-se que ela é passível de falhas (FERREIRA, 1998). Da mesma forma, o processo de determinação ideológica é um ritual falível. Tais falhas, enquanto materialização da ideologia, são reveladas pela língua, sobretudo, em função do conflito com as forças do inconsciente. É por isso que os sentidos não podem ser censurados ou impedidos de emergirem nas manifestações linguísticas: a falha é constitutiva do ritual (SILVA, 2009).

Na AD, a estrutura da língua é entrecortada por eventos históricos e particulares de cada meio social, o que a torna opaca – de pouca clareza. Com isso, tal opacidade é peculiar à língua e ao discurso. São os frequentes rituais de falhas e brechas, caudatários dos processos de materialização da ideologia no discurso e deste na língua, que tornam, de forma exponencial, a superfície discursiva turva. Eis que, do ponto de vista do analista, uma pergunta clamorosa permeia a análise do discurso: Como analisar um discurso, partindo de uma superfície discursiva opaca (sem clareza) (BRAGA; PEREIRA, 2011)?

O analista do discurso, em um primeiro momento, tenta entender o estatuto da superfície discursiva. Por meio dela, é possível enxergar os elementos que dão acesso ao objeto discursivo e suas relações de contradição. É necessário visualizar as condições de produção nas quais acontece o enunciado do discurso. Assim, os mecanismos discursivos que tornam esse enunciado possível ficam mais claros. A partir de um entendimento dos mecanismos discursivos, o analista consegue enxergar o nível de particularidade que contém esse enunciado, nele o sujeito começa a revelar-se (BRAGA; PEREIRA, 2011).

Diante dessa ramificação chamada sujeito, o analista pode optar por outros caminhos a seguir, a fim de melhor captar os sentidos do enunciado. Esquadrinhar a formação discursiva pode ser uma das formas de aproximar o sujeito da autenticidade (paráfrase), excluindo a possibilidade de muitos significados em uma só palavra (polissemia).

A identificação da paráfrase (lugar de reafirmação ideológica) pode ajudar o analista a depreender a evidência discursiva presente no enunciado, bem como mostrar de que lugar fala esse enunciatador. Dependendo das condições de produção, a evidência discursiva pode passar do pré-construído para o discurso transversal (CAZARIN; CELADA, 2007).

A AD vale-se de uma dialética para a análise de seu objeto. Vai da prática à teoria e retorna à prática, sem determinar generalizações, considerando a singularidade de seu

objeto. Mormente, porque trabalha com a contradição em um movimento dialético (NASCIMENTO JUNIOR, 2000).

Sendo assim, o que diferencia a AD, entre as áreas das ciências humanas, é o procedimento metodológico utilizado. Ele exige um diálogo constante entre o teórico e o analítico. Além disso, torna necessária a descrição e interpretação do objeto de estudo (o discurso ideológico), em constante diálogo, inclusive com questionamento da própria teoria.

Nessa linha de pensamento, a AD pode ser considerada uma área de desterritorialização dos significados. Tendo em vista que ela ressignifica o sentido das palavras (as noções), para que estas sejam utilizadas de acordo com as condições reais (materialidade) encontradas na análise.

ANÁLISE DO DISCURSO NO MEIO ORGANIZACIONAL

A Análise do Discurso concebe entender a ideologia considerando três elementos: sujeito, língua e história. Por analogia, a Cultura Organizacional na Teoria das Organizações pode ser analisada em três eixos: decisor, linguagem própria da sociedade do trabalho e realidade organizacional. Neste paralelo à teoria da AD, a ênfase ideológica recai sobre o decisor, pois ele é interpelado pela ideologia dominante.

A estrutura ideológica ocidental tem sido alvo de críticos como Braverman (1987), Harvey (1992) e Aktouf (2004), entre outros que analisam o papel das organizações neste modo de produção contemporâneo. Muitos alertas foram feitos sobre a existência de um ímpeto de manipulação nas condições de produção existente na tecnoburocracia. Liderada pelo decisor, é a classe que rege a ação humana nas organizações modernas. Nesse sentido, Tragtenberg (1971) explica que a ambiguidade contida na relação tecnologia/trabalho deforma a realidade, justificando-a a partir dos parâmetros de um determinado sistema.

Da relação dialética existente entre dois fatores de produção – segundo a Teoria Econômica – tecnologia (fator Capacidade Empresarial) e o trabalho (fator Trabalho) é que surge o equilíbrio nas práticas organizacionais. Para além da Teoria das Organizações, essa tensão gerada produz o interdiscurso da Administração.

No arranjo dos fatores produtivos, no âmbito da sociedade capitalista, a organização de seus elementos constituintes fica condicionada à vontade imposta por um deles. Desde a segunda Revolução Industrial, até os dias atuais, as regras têm sido ditadas pelo fator Capacidade Empresarial, de acordo com os interesses do Capital (TRAGTENBERG, 1971). Dessa forma, é natural que os “já-ditos” presentes nesse interdiscurso sejam condicionados a uma evidência discursiva constituída pelo Capital. Porém, o discurso dominante, embora funcione a favor da ideologia dominante, possui equívocos e falhas.

O fator Trabalho, entendido na Teoria das Organizações como “recurso humano”, em seu próprio nome já elimina a subjetividade do homem. Ao equipará-lo, em nível de importância, aos demais recursos necessários (uma máquina ou um prédio), acontece o que se chama de

reducionismo. Dessa maneira, todo recurso é nivelado e passível de ser dirigido e controlado, a despeito das falhas no ritual. Contudo, existe a probabilidade de um choque de formações discursivas, dando origem a um discurso transverso na formação ideológica do trabalhador.

Nesse contexto, o trabalhador (fator Trabalho) é subjugado pelo capitalista (fator Capital) via tecnoburocracia (fator Capacidade Empresarial). Essa subordinação do trabalhador ao discurso faz com que este se materialize, cristalizando pré-construídos que legitimem o interdiscurso dominante de maneira natural e recorrente. As ressignificações funcionam sempre em um mesmo sentido, apenas reafirmando e substituindo a anterior.

Um exemplo dessas cristalizações pode ser verificado na prática organizacional cotidiana, segundo a análise linguístico-discursiva, chamar trabalhador de *colaborador* não implica em obter cooperação (FREITAS, 1991).

Isso resulta em um duplo efeito linguístico do trabalho ideológico. No primeiro, a tecnoburocracia afirma aos trabalhadores que os dois são colaboradores mútuos e devem se esforçar para que os objetivos maiores da organização – os dos capitalistas – sejam atingidos com sucesso. No segundo, o trabalhador sente-se (ou, pelo menos, deveria) parte integrante e ativa da organização e, na lógica da razão instrumental vigente, os interesses da tecnoburocracia (Capacidade Empresarial) sobrepõem-se aos interesses organizacionais.

Essa designação (modismo) revela um processo de interpelação ideológica passível de falhas. Os sujeitos que ocupam as posições de “colaboradores” da empresa podem não se identificar com esse lugar criado para fazer circular efeitos mais humanizantes e com menos manipulação. No entanto, um sujeito pode não se identificar com tal posição e negar a cooperação, alienando-se.

Essa possibilidade de negação da ideologia dominante existe e indica que a língua não determina os efeitos de sentido. As reações pessoais escapam à determinação ideológica e a interpretação pode ser qualquer uma, dependendo do processo de identificação do sujeito com a formação discursiva dominante. Nesse caso, a formação discursiva da empresa capitalista, detentora dos meios de produção não garante resultados somente com a vontade parcial.

Esse processo estabelece-se porque o sentido não está na palavra. O sentido não é literal. Na realidade, o sentido está na formação discursiva (nas proposições da moda). Porque uma mesma palavra pode ter sentidos diferentes e depender da interpretação de cada pessoa (formação discursiva com a qual o sujeito leitor se identifica), da mesma forma que palavras diferentes podem ter o mesmo sentido (PÊCHEUX, 2009).

Por fim, sob a égide da Análise do Discurso, entender o porquê de não ser impossível a raridade dos discursos transversos – ou a normalidade dos bons sujeitos – produzidos pelo fator Trabalho fica mais fácil. A formação de um discurso transverso pode ser considerada a centelha para o surgimento de uma organização informal. Nesse meio, onde a exterioridade (ideologia dominante) determina a subjetividade em condições de produção que priorizam a maximização do retorno sobre os fatores de produção, o trabalhador começa a agir por

impulsos egoísticos, despindo-se da ideologia do colaborador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Similar aos organismos *sui generis* das ciências naturais, cada discurso é um corpo com funcionamento particular de acordo com o tecido social onde ele é produzido. Assim, não há lugar para a rigidez de engrenagens em seu interior, embora a sua *forma material* (PÊCHEUX, 2006) seja indicativa de seu acontecimento e estrutura. Sob a óptica da Teoria da Análise do Discurso, na linha francesa de Michel Pêcheux (FERREIRA, 2003; ORLANDI, 2005; ASSOLINI, 2011; BRITO, 2012), o discurso empresarial carece de maior carga tecnológica. Em mesmo sentido, Chanlat e Bedard (1992) explicam que os diversos jargões, isoladamente criados, transformam a organização em uma Torre de Babel. Os autores explicam essa analogia, lamentando que esse estouro criativo de neologismos pseudocientíficos (uma nova língua empobrecida) tenha origem nas Escolas de Administração.

Voltando-se para o cotidiano das organizações, o emprego produtivo da Capacidade Empresarial, operado pelo estrato tecnoburocrático, necessita fundamento conceitual científico para que o arranjo dos fatores de produção, além de ser eficiente, vislumbre o bem-estar coletivo. Reduz-se, assim, a fabricação e intensidade de técnicas de manipulação ideológica, visto que nenhuma pessoa se sujeita à dominação por tempo indeterminado, pois existe um limite para tal condição.

Pêcheux iniciou sua teoria objetivando uma construção quantitativa dos enunciadores. Ele considerava as pessoas como máquinas fechadas de reprodução discursiva. Todavia, foi ao longo de ressignificações que a Análise do Discurso ganhou espaço, estabelecendo-se como uma disciplina que opera em função do conceito de gestos de leitura. Assim, como a Administração, a Análise do Discurso interliga variadas áreas do conhecimento em seu trabalho.

Aplicando essa teoria nas leituras da história, o discurso funciona como um organismo vivo que permite investigar a subjetividade e a exterioridade das pessoas em um grupo social. Para que exista uma interação cooperativa desses atores sociais, é necessário que as formas de atuação política presentes no grupo sejam contempladas na comunicação. De modo equivalente, o fundamento do discurso é uma espécie de corrente sanguínea, onde cada organismo reage às circunstâncias do ambiente a seu modo, no seu ritmo e de uma forma não radicalmente nova, mas sim de modo incremental.

No contexto organizacional, o discurso carece de um objetivo que integre trabalhadores e tecnoburocratas de maneira harmoniosa (FOLLETT, 1997), visto que a condição de assalariamento os aproxima. Para tanto, o discurso dominante do meio empresarial – fala e ideologia – deve ser o principal objeto de investigação da Análise do Discurso. Esse processo visa identificar a diversidade de interesses existentes para compatibilizar objetivos pessoais e organizacionais.

Entretanto, ao vincular a aplicação da Análise do Discurso à Teoria das Organizações, reitera-se que o domínio científico dos conceitos (VALENT, 2013) seja respeitado. O que significa um pré-requisito: aprofundar o aporte teórico disponibilizado nos estudos de Michel Pêcheux para que as evidências das práticas sociais não sejam rejeitadas. Dessa maneira, a alienação ou o sentimento de impotência dos trabalhadores pode ser mitigado. Sugere-se que o tema de novas pesquisas nessa linha teórica multidisciplinar – nas organizações – inicie com foco nas relações de poder e nas redes de comunicação via Análise do Discurso.

REFERÊNCIAS

AKTOUF, Omar. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: A síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.

ALTHUSSER, Louis. **Lênin e a filosofia**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

ASSOLINI, Filomena Elaine P. Leitura e formação inicial de professores: sentidos, memória e história a partir da perspectiva discursiva. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1, abr. 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BRAGA, Sandro; PEREIRA, Tiago Costa. Quando a história cala e o exótico fala: efeitos de sentido da cobertura da Revista Veja na pré-candidatura de Obama à presidência dos EUA. **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 11, n. 1, 2011.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 1987.

BRITO, Luiz André Neves de. (Re)Lendo Michel Pêcheux: como a análise do discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva? **Revista Eutomia**, Pernambuco, Ed. 9, ano V, p. 542-562, 2012.

CAZARIN, E. A.; CELADA, M. T. Interdiscurso, pré-construído, discurso transversal e memória. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 3, 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, UFRGS, 2007.

CHANLAT, A.; BEDARD, R. Palavras: a ferramenta do executivo. In: CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1992, p.125-148.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CAMPOS, Luciene Jung de. **Imagens à deriva: interlocuções entre a arte, a psicanálise e a**

análise do discurso. 2010. 157f. Tese (Doutorado em Letras) – Curso de Pós-graduação em Letras, Teoria do Texto e do Discurso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DORNELLES, Geni de Sales. **Metagestão: a arte do diálogo nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: ORLANDI, Eni. **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

_____. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. **Organon** 35, v. 17, n. 35, 2003.

_____. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 27, n. 2, p. 39-46, jul./dez. 2003.

FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1996.

FOLLET, Mary Parker. **Profeta do gerenciamento**. Tradução Eliana Chiocheti e Maira Luiza de Abreu Lima. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

FONTANA A. C. C.; SCHROEDER, D. A. C.; LESIKO, S. A. Histórico da subjetividade nos Estudos Lingüísticos. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 30, n. 2, p. 301-316, jul./dez. 2008.

FREITAS, Maria Ester de. Cultura organizacional grandes temas em debate. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 31, n. 3, set. 1991.

GRIGOLETTO, Evandra. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 61-67, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: ainda é possível trabalhar com esta noção? Por quê? Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2., 2003, Porto Alegre/RS. Anais... Porto Alegre/RS: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndursky.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2014.

LAMPOGLIA, F.; SILVA, J. R. B.; ROMÃO, L. M. S. Da fotografia ao cartum, um percurso de sentidos sobre detentos e deputados. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 156-174, 2010.

LYRA, Cleira Elvira. **Sobre QUEM SOMOS?** Lyra consultores. Curitiba. 2012. Disponível em: <<http://www.lyraconsultores.com.br/sobrequemsomos.html>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTINS E SILVA, Vera Regina. **AD de todas as épocas**. Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 1., 2003, Porto Alegre/RS. Anais... Porto Alegre/RS: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/VeraReginaMartinsESilva.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabela Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NASCIMENTO JUNIOR, Antônio Fernandes. Fragmentos do pensamento dialético na história da construção das ciências da natureza. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 6, n. 2, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

_____. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. Tematizando o ritual de linguagem. **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 10, n. 2, ago. 2010.

SILVA, Renata. Linguagem e ideologia: embates teóricos. **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 9, n. 1, abr. 2009.

SOUZA, Wellington Pereira; HONÓRIO, Luiz Carlos. Vínculos Organizacionais: examinando a relação entre docentes e uma instituição mineira de ensino profissionalizante. IV ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO

(ENGPR), Brasília, 2013. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2013/2013_EnGPR15.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2014.

TRAGTENBERG, Maurício. A teoria geral da administração é uma ideologia? **ERA-Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.11, n. 4, out./dez. 1971.

TEIXEIRA, Marlene. O “sujeito” é o “outro”? : uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise. **Letras de hoje**. Porto Alegre, v. 32, n. 1, mar. 1997.

VALENT, Vinicius Dornelles. **Conceitos de Gestão da Inovação: compatibilidades da linguagem técnica na produção científica veiculada em periódicos brasileiros entre 2008 e 2012**. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, 2013.

VINHAS, Luciana Iost. **Estruturar a subjetividade e subjetivar a estrutura: análise de discurso e neurociência na compreensão do processo de constituição do sujeito e do sentido**. 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2009.

VOLPE, Galvano Della. **A lógica como ciência histórica**. Lisboa: Edições 70, 1984.

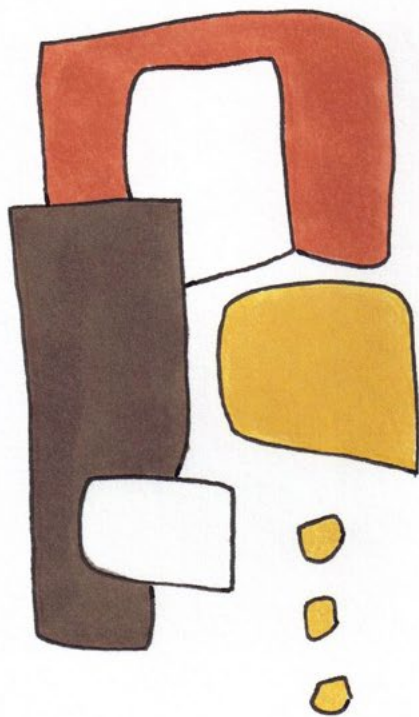
ZANDWAIS, Ana. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

**Vinicius
Dornelles
Valent**

Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor Titular de Administração das Faculdades QI.

**Luciana Iost
Vinhas**

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre em Letras pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Professora Assistente de Letras da Universidade Federal de Rio Grande – FURG.



A Utilização da Teoria Social do Discurso de Fairclough nos Estudos Organizacionais

Elisabeth Cavalcante dos Santos, Danielle de Araújo Bispo e
Débora Paschoal Dourado

Resumo

O objetivo deste artigo foi analisar como os Estudos Organizacionais brasileiros utilizam a Teoria Social do Discurso proposta por Fairclough (2008). Foram selecionados dos Anais do EnANPAD 2010, do EnANPAD 2011 e do EnEO 2010, os artigos da área de Estudos Organizacionais que trabalharam com a abordagem faircloughiana. Para o estudo, utilizou-se a análise de conteúdo, considerando-se como categorias de análise as dimensões de Fairclough (2008): análise textual, prática discursiva e prática social. Concluiu-se que as três dimensões nem sempre estão presentes nos artigos, mas isso não invalida a crítica realizada aos discursos neles abordados.

Palavras-chave

Análise do Discurso. Análise Crítica do Discurso. Fairclough. Estudos Organizacionais. Estudos Organizacionais Críticos.

Abstract

The aim of this paper was to analyze how Brazilian Organizational Studies used the Social Discourse Theory proposed by Fairclough (2008). Articles were selected from the annals of ENANPAD 2010, of ENANPAD 2011 and of EnEO 2010, within the field of Organizational Studies, which concerned Fairclough's approach. For this study, content analysis was used, considering as categories of analysis the dimensions of Fairclough (2008): textual analysis, discourse and social practice. It was concluded that the three dimensions are not always present in the articles, but this does not invalidate the criticism made about the speeches addressed by such articles.

Keywords

Discourse Analysis. Critical Discourse Analysis. Fairclough. Organizational Studies. Critical Organizational Studies.

INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso - AD tem atraído vários estudiosos, não somente da Linguística, mas também das Ciências Sociais e Humanas. O diálogo entre essas áreas tem permitido que a AD ganhe cada vez mais espaço entre os acadêmicos, uma vez que ela se configura como uma abordagem teórica ampla e também como um método (GODOI, 2006). No ramo dos vários estudos discursivos possíveis, este artigo prioriza a Análise Crítica do Discurso – ACD.

As produções teóricas sobre a ACD aumentaram a partir do diálogo entre a Linguística e a Ciência Social Crítica. Esse diálogo foi determinante para que o discurso se tornasse central e reconhecido como uma prática social (RESENDE; RAMALHO, 2006). A ACD é uma abordagem teórico-metodológica que vê o discurso como uma prática social, através da qual as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros. Nesse sentido, existe na ACD uma preocupação em descobrir, revelar e divulgar aquilo que está implícito, rejeitando a “naturalização” dos processos sociais, permitindo que as ideologias subjacentes ao discurso, bem como relações de dominação instituídas por elas, sejam reveladas.

Esse tipo de análise é, entretanto, considerado complexo. Sua execução demanda trabalho exaustivo, principalmente o interpretativo, e, algumas vezes, é pouco compreendido por não existir uma forma preestabelecida de proceder à análise e por abranger várias disciplinas, tais como sociologia, linguística, psicologia, comunicação e filosofia. Outra questão que se coloca é: se, por um lado, essa multidisciplinaridade aumenta a dificuldade de compreender a ACD, por outro parece “permitir” que o praticante não necessite ter um conhecimento profundo sobre todas as disciplinas que essa abordagem possa envolver. Assim, devido seu caráter multidisciplinar, é difícil existir uma modalidade consensual de como usá-la.

A ACD tem conquistado cada vez mais espaço no ramo dos Estudos Organizacionais, passando a ser usada com mais força a partir dos anos 90, de acordo com Misoczky (2005). Os Estudos Organizacionais, por muito tempo, desenvolveram-se orientados por uma hegemonia positivista e funcionalista, ainda predominante neste campo de estudos. A fim de romper com essa hegemonia, e questionando alguns elementos desses estudos, passaram a ganhar força os chamados Estudos Organizacionais Críticos, baseados nos princípios da teoria crítica que, de acordo com Vieira e Caldas (2006) são: a crença de que é impossível mostrar as coisas como elas realmente são, senão a partir da perspectiva de como elas deveriam ser; o rompimento com o pensamento positivista de que teoria e prática estão dissociadas, acreditando que a teoria se concretiza no ato de realização dos potenciais emancipatórios do mundo; e de que a teoria não se quer neutra, mas que os embates ideológicos e políticos lhe são centrais.

Entende-se, neste trabalho, que uma análise que permita desvelar o que existe por trás dos discursos proferidos nas organizações é essencial para os Estudos Organizacionais, principalmente os de vertente crítica. Como afirma Godoi (2006, p. 398), “[...] dada a complexidade e pluralidade do discurso nos estudos organizacionais, a sua análise demanda a utilização de metodologias de pesquisa sofisticadas, capazes tanto de interpretar as mensagens explícitas quanto de desvendar os sentidos ocultos, os silêncios, as omissões.”

Assim, a ACD permite compreender como as práticas discursivas próprias do *management* e de outros contextos organizacionais são capazes de influenciar pessoas e estruturas, ou seja, como os discursos existentes nas organizações são construídos, e quais suas implicações sociais. Para Meneghetti e Cicmanec (2010, p. 3), a comunicação existente nas diversas organizações é “baseada em palavras estrategicamente preparadas para o convencimento dos participantes dos processos produtivos”, e analisá-la permite conhecer melhor esses entes, seus papéis e interesses na realidade social.

Dessa forma, buscou-se, neste trabalho, compreender de que forma a ACD, baseada na teoria de Fairclough (2008), vem sendo utilizada nos Estudos Organizacionais. A abordagem Faircloughiana começou a tomar corpo em 1989 com o livro *Language and Power*. Ao falar em ACD, vários autores consideram a obra de Fairclough de grande contribuição teórica e metodológica. Por esse motivo, a abordagem do autor, chamada de Teoria Social do Discurso, foi escolhida neste artigo. Além disso, os Estudos Organizacionais Críticos têm, nessa abordagem, uma rica forma de explorar as intenções existentes por trás dos discursos professados, rompendo com ideologias hegemônicas, produzindo mudanças sociais no contexto das organizações e da sociedade. O objetivo deste artigo consiste, portanto, em analisar como os Estudos Organizacionais brasileiros utilizam a Teoria Social do Discurso proposta por Fairclough (2008).

Para tanto, uma pesquisa exploratória foi realizada, com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo (GIL, 2008), sobre como a produção nacional em administração tem feito uso da Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (2008). Na coleta de dados, foram selecionados, dos anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD 2010 e 2011 e do Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO 2010, os artigos da área de estudos organizacionais que trabalharam com a abordagem faircloughiana. Os motivos para a escolha desses anais é o reconhecido valor acadêmico que possuem dentro do campo da Administração. Ao trabalhar os dados, utilizou-se a análise de conteúdo com a finalidade de perceber o uso da concepção tridimensional do discurso, utilizando como categorias de análise as dimensões de Fairclough (2008): textual, prática discursiva e prática social.

A principal contribuição que se pretende através deste artigo é mostrar as forças e limitações do uso da Análise Crítica do Discurso de Fairclough nos Estudos Organizacionais, trazendo um pequeno, porém expressivo, panorama de como tem se dado essa prática atualmente. Dessa forma, Estudos Organizacionais posteriores que pretenderem utilizar tal abordagem teórico-metodológica podem fazer uso dos esclarecimentos e reflexões propostos neste artigo no sentido de utilizar a abordagem de forma mais condizente com suas premissas.

A seguir, apresentam-se algumas noções sobre o discurso para entender como se constitui a Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2008).

TRILHANDO CAMINHOS PARA ENTENDER A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

O OBJETO DA ANÁLISE: O DISCURSO

Esta parte do artigo tem por objetivo apresentar ao leitor alguns antecedentes históricos fundamentais que permitiram a consolidação do discurso como um elemento importante para entender a sociedade.

Para entender Análise do Discurso – AD, precisa-se antes mencionar como a linguagem conseguiu ganhar espaço central, tanto na Filosofia como nas Ciências Sociais e Humanas, no decorrer do século XX. A causa para essa centralidade pode ser buscada em um fenômeno denominado de “giro linguístico”, responsável por romper com a tradição filosófica centrada no mundo das ideias e ressaltar a importância dos estudos linguísticos. No início do giro linguístico, “deixa-se de considerar que são as nossas ‘idéias’ que se relacionam com o mundo, e passa-se a afirmar que são nossas palavras que se correspondem com os objetos do mundo” (GRACIA, 2005, p. 27).

Através da virada linguística, a linguagem conseguiu ganhar espaço na teoria social e no estudo dos fenômenos sociais (FAIRCLOUGH, 2008). Com o passar do tempo, a linguagem foi reconhecida como um fenômeno importante para os estudos de Ciências Sociais e Humanas, pois, através dela, essas ciências poderiam entender tanto a si mesmas como seus objetos de estudo (GRACIA, 2005).

No início, o estudo do discurso estava restrito à análise gramatical de sistemas linguísticos, mas, por volta da década de 1970, viu-se que não deveria existir essa restrição (VAN DIJK, 2008). Este autor e outros estudiosos concluíram que a Linguística e a Análise de Discurso fazem parte das Ciências Sociais e, por isso, são importantes na sociedade. Através da linguagem, ideologias são compartilhadas e relações de poder se estabelecem.

O objeto da AD é o discurso. De acordo com Fernandes (2007), a linguagem é o elemento que possibilita a materialidade do discurso. Para a AD, o discurso vai além da língua, da fala, do texto. Esses podem ser considerados ‘ferramentas’ ou ‘artefatos’ discursivos. Para compreender um discurso, é necessário extrapolar as estruturas linguísticas que nos são apresentadas, observando todo o contexto no qual ele se desenvolve. Misoczky (2005, p. 129) reforça esse caráter abrangente do discurso ao afirmar que

Como um meio para a construção social dos significados, o discurso nunca é somente linguístico. Ele opera em conjunto com elementos vocais e visuais, no contexto de espaços arquitetônicos plenos de significados, além da música e outros sinais extralinguísticos.

Existem várias concepções sobre discurso. Para fins deste trabalho, a concepção de discurso utilizada foi a de Fairclough (2008). Para explicar o discurso, o autor rompe com a posição saussureana, segundo a qual não se pode analisar sistematicamente a fala por ser ela uma atividade individual; e com a posição dos sociolinguistas, que acreditam que o uso da

linguagem é moldado socialmente e não individualmente.

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira. [...] O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2008, p. 90-91).

O discurso contribui para a construção de identidades sociais, de relações sociais entre as pessoas e de sistemas de conhecimento e crença. Além disso, reproduz a sociedade como ela é, mas também permite transformá-la, constituindo uma relação dialética com a estrutura social (FAIRCLOUGH, 2008).

De acordo com Wodak (2004), o discurso vai muito além da linguagem, envolvendo aspectos ideológicos e de poder. A ideologia permite que relações desiguais de poder mantenham-se ou mesmo sejam criadas. Decifrando as ideologias por trás dos discursos, é possível captar a intenção que eles possuem e que nem sempre é explícita. Por isso, muitas vezes, o discurso daqueles que se encontram no poder é analisado na ACD, pois são eles que geralmente são responsáveis pela manutenção das desigualdades ou possuem os meios para mudar de fato a situação.

Dessa forma, o discurso pode ser investido política e ideologicamente, mantendo ou transformando as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais existem relações de poder, além de constituir, naturalizar, manter e transformar os significados do mundo de disposições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2008). Eis por que sua análise se faz tão importante aos Estudos Organizacionais.

Feitos esses recortes e direcionamentos iniciais, será discutida a Análise Crítica do Discurso enquanto ferramenta fértil e profícua para uso no âmbito dos Estudos Organizacionais.

DO QUE TRATA A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A Análise do Discurso pode ter uma orientação linguística e/ou uma orientação social. A orientação linguística pressupõe uma análise estritamente textual, que se preocupa em analisar a construção das frases e orações. Já a orientação social, preocupa-se em posicionar o discurso nas relações sociais estabelecidas, compreendendo os significados presentes nele, como são construídos, a forma como atuam e quais as consequências desses atos discursivos. A orientação social possui como pressupostos principais conceitos trabalhados por Michel Foucault, tais como "enunciado" e "ordem discursiva", ideias essenciais à compreensão dessa abordagem teórico-metodológica (FAIRCLOUGH, 2008).

Fernandes (2007) explica que um enunciado é aquilo que, ao ser dito, provoca um resultado social. É a produção decorrente de algo que é proferido. Os enunciados surgem em ordens de discurso estabelecidas, que se tratam de práticas sociais em nível linguístico, como argumenta Misoczky (2005). Essa autora afirma que o conceito de ordem discursiva diz respeito àquilo que também chamamos de hegemonia discursiva, ou seja, um conjunto de formas de expressar uma ideia específica ou uma ideologia.

Tendo em mente esses aspectos, os Estudos Críticos do Discurso prendem-se à análise do discurso enquanto ferramenta ideológica, e se diferenciam das demais abordagens de AD, em primeiro lugar, por não terem como objetivo final somente a análise linguística.

Uma das bases da abordagem crítica dos estudos do discurso é que a análise dos textos e falas nunca é um fim em si mesmo. Discurso, em seu sentido mais abstrato, é um termo inerentemente relacionado a um momento do social e não tem qualquer sentido ou existência a não ser em relação com outros termos (sejam eles, de acordo com as teorias sociais escolhidas, instituições, *habitus* e campos, materialidade, etc.). Portanto, a análise de discurso é análise social com foco no contexto e momento do discurso (MISOCZKY, 2005, p. 129).

Portanto, infere-se que o contexto e o momento histórico são de fundamental importância para a ACD. Por contexto, entende-se “o mundo físico, social e organizacional que interage com o texto para criar o discurso” (GODOI, 2006, p. 387).

A ACD também se distingue das demais pelo papel que o analista desempenha. O analista tem por intenção expandir a consciência crítica dos falantes para discursos próprios e alheios (ROJO, 2005). Assim, os analistas “tornam suas posições políticas e sociais explícitas, tomam partido, participam ativamente de modo a desafiar a ordem dominante, focam em problemas sociais relevantes para esse desafio” (MISOCZKY, 2005, p. 130). Na mesma perspectiva, Wodak (2004, p. 225) afirma que a ACD “almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso)”.

A partir dessa característica de engajamento social, percebe-se que a ACD possui fundamentos epistemológicos que se aproximam do modelo emergente de “ciência pós-moderna” proposto por Santos (1995). Esse modelo diferencia-se do dominante (a ciência moderna) por propor uma série de rupturas em relação a essa última, tais como: a importância do compromisso social com o fazer científico, evitando a neutralidade exigida pelo paradigma dominante; a importância dada ao saber comum, que não se desarticula da produção acadêmica; a negação de dicotomias como natural/social, teoria/prática, / sujeito/objeto; o questionamento de toda forma de redução da realidade, como as leis e a causalidade, por exemplo. A ACD é, portanto, uma perspectiva comprometida com causas sociais. Nesse sentido, Van Dijk (2003, p. 144, tradução nossa) afirma que a Análise Crítica do Discurso:

Centra nos problemas sociais, e em especial no papel do discurso na produção e na reprodução do abuso de poder ou da dominação. Sempre que for possível, se ocupará destas questões desde uma perspectiva que seja coerente com os mel-

hores interesses dos grupos dominados. Toma seriamente em consideração as experiências e as opiniões dos membros desses grupos, e aprova sua luta contra a desigualdade. A saber, a investigação realizada mediante a ACD combina o que, de forma talvez um tanto pomposa, muitas vezes se chama de ‘solidariedade com os oprimidos’ com uma atitude de oposição e dissidência contra quem abusa dos textos e das declarações com o fim de estabelecer, confirmar ou legitimar seu abuso de poder.

A Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (2008) possui uma concepção tridimensional do discurso considerando-o ao mesmo tempo *texto*, *prática discursiva* e *prática social*. Considera-se, neste artigo, que, para as ciências sociais, essa abordagem é adequada por compreender o discurso sob uma perspectiva multifuncional.

A análise textual foca os aspectos linguísticos organizados em categorias como vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Através dessa análise, os sentidos das palavras são trabalhados, assim como o emprego de tempos verbais, moderadores, conectivos, dentre outros recursos linguísticos. Assim, a construção dos significados, a forma como a linguagem é usada, as pausas, as prioridades de fala dizem muito sobre as estruturas estabelecidas e sobre os eventos estudados (FAIRCLOUGH, 2008).

A Análise Crítica do Discurso, enquanto prática discursiva, prioriza categorias como o contexto de produção, distribuição e consumo do discurso. Fairclough (2008) propõe alguns itens para essa análise: força dos enunciados, isto é, os atos de fala (promessas, pedidos, ameaças etc.); coerência dos textos, ou seja, como os consumidores compreendem o discurso, e; a intertextualidade dos textos, que diz respeito aos vários discursos que compõem o mesmo texto de forma manifesta, ou constitutiva (interdiscursividade), sendo esta última mais difícil de identificar.

O discurso enquanto prática social é influenciado pelas ideologias existentes no contexto, sendo capaz de representar hegemonias ideológicas, políticas, econômicas etc. Por ideologia, Fairclough (2008) entende que são construções da realidade, significados próprios do mundo físico, das relações sociais, das identidades sociais, que guiam as práticas discursivas e contribuem para a produção, reposição e/ou transformação das relações de dominação. Diz ainda que “não é possível ler as ideologias nos textos” uma vez que “a ideologia está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens de discurso) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 117-119).

As ideologias que constituem os discursos não podem ser pensadas de maneira estática. Elas lutam continuamente pela hegemonia nos discursos. Fairclough (2008, p. 122) caracteriza o termo hegemonia:

Hegemonia é uma liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão

parcialmente e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma rente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.

A Análise Crítica do Discurso pode, portanto, indicar as hegemonias ideológica, econômica, cultural, política etc. existentes num determinado contexto estudado e que são construídas, compartilhadas, mantidas ou podem vir a ser questionadas e transformadas por meio do discurso. É interessante observar que todas as dimensões analíticas da abordagem de Fairclough (2008) são indissociáveis (ROJO, 2005).

Outro ponto a destacar é uma das características fundamentais da Análise Crítica do Discurso trabalhada por Fairclough (2008): a preocupação com o processo de mudança de ordens discursivas. Esse tipo de mudança é possível por ser o discurso uma prática social, e que pode provocar ressignificações dos sujeitos, do seu papel em sociedade, da vida social, e o estabelecimento de novas relações de poder e novas hegemonias.

As ideologias, hegemonias discursivas, lutas hegemônicas, mudanças discursivas, são elementos evidentes nos Estudos Organizacionais, e a Análise Crítica do Discurso é uma abordagem cada vez mais apropriada para tratar essas questões no âmbito organizacional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se a abordagem qualitativa de pesquisa, sendo esta do tipo exploratório buscando proporcionar visão geral, de tipo aproximativo (GIL, 2008), além de aumentar a familiaridade do leitor com o fenômeno para que futuras pesquisas sejam desenvolvidas (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Para coleta de dados, fez-se uso da pesquisa bibliográfica para construção do *corpus*. Esta parte da pesquisa é considerada uma das etapas primordiais para consecução de uma investigação de cunho qualitativo (SARDINHA, 2000). De acordo com Minayo (1998), Sinclair (1991) e Bauer e Aarts (2002), a construção do *corpus* é critério tanto de confiabilidade quanto de validade nas pesquisas sociais.

O *corpus* deste artigo foi composto por artigos da área de Estudos Organizacionais, publicados em anais de dois congressos nacionais: o Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) e o Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO). Entre os critérios para escolha dos anais, incluem-se: o fato de fazerem parte da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPAD) e Pesquisa em Administração e terem respaldo e reconhecimento da Academia, constituindo-se eventos

importantes em administração.

Pesquisar anais da ANPAD faz-se importante uma vez que esta associação possui grande influência nas discussões sobre administração em todo o país. É nessa instituição que estão renomados pensadores da administração brasileira, que direcionam os estudos dessa área – mesmo que sem intenção – através de suas avaliações em artigos científicos que lhe são submetidos todos os anos. Em outras palavras, artigos aprovados em eventos da ANPAD são reconhecidos como relevantes por passarem por um rigoroso processo avaliativo, sendo, posteriormente, encaminhados para revistas científicas nacionais e internacionais.

Nesse sentido, Estudos Organizacionais que utilizam a Análise Crítica do Discurso de Fairclough e que são publicados em eventos da ANPAD carregam consigo uma legitimação auferida pela instituição, e são reconhecidos como relevantes para os estudos na área de organizações, servindo até mesmo como modelo para outras pesquisas.

Além disso, a escolha por trabalhos essencialmente nacionais deu-se por considerar que o contexto histórico/social/cultural/econômico é determinante para a compreensão da própria análise crítica dos discursos organizacionais. O discurso daqueles que fazem a análise crítica possui posicionamento político/ideológico histórica e socialmente situados, e tentar entender esse tipo de análise realizada em outros contextos exigiria uma compreensão prévia do mesmo, caso contrário, os sentidos do discurso poderiam ser mal interpretados.

O marco cronológico para coleta dos artigos foi o ano de 2010 e 2011, época em que estive em atividade o grupo de estudos formado para o debate do tema no Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O EnEO é realizado a cada biênio, portanto apenas os anais do ano 2010 foram considerados. Já o EnANPAD é realizado anualmente, o que possibilitou que os anos de 2010 e 2011 fossem analisados.

Os anais do EnANPAD dividem-se em 11 áreas temáticas, dentre elas, a de Estudos Organizacionais que, em 2010, se distribuiu por treze temas e, em 2011, se dividiu em 14 temas. O EnEO possui estudos apenas da área de Estudos Organizacionais, como o nome do evento já evidencia, e em 2010, os trabalhos foram alocados em 12 temas.

Ao final da construção do *corpus*, haviam sido coletados 126 artigos nos anais do EnANPAD 2010, 104 artigos nos do EnANPAD 2011, e 174 artigos nos do EnEO 2010, totalizando 404 artigos na área de Estudos Organizacionais. Depois da seleção inicial, separaram-se os artigos que afirmavam usar a Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (2008): no EnANPAD 2010, encontrou-se apenas um artigo; no EnANPAD 2011, foram dois; e no EnEO 2010, totalizaram dois. O *corpus*, portanto, constava de cinco artigos, uma quantidade pequena, mas que condiz com a realidade dos estudos em Administração visto que a abordagem faircloughiana ainda está sendo, em certo sentido, assimilada pelos pesquisadores desse campo de estudo.

Com a seleção desses artigos, iniciou-se o processo de análise dos dados que usou o método da análise de conteúdo. Esse método consiste em produzir inferências acerca dos dados

a partir de categorias de análise que podem ser oriundas do próprio referencial utilizado. Inferir em análise de conteúdo “tem um significado bastante explícito e pressupõe a comparação dos dados, obtidos mediante discursos e símbolos, com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e de sociedade” (FRANCO, 2007, p. 31).

Dessa forma, os cinco artigos selecionados no EnANPAD e EnEO foram analisados buscando encontrar as dimensões da Teoria Social do Discurso de Fairclough (2008): texto, prática discursiva e prática social. Estas dimensões, portanto, serviram de categorias de análise. A seguir, os resultados da análise.

COMO OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS TÊM UTILIZADO A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO?

Os artigos que usam a Análise Crítica de Discurso foram analisados isoladamente. Os nomes dos autores não são mencionados diretamente no decorrer da análise por entender que é desnecessário, mas os trabalhos constam nas referências. Os artigos serão chamados de A, B, C, D e E, e, para cada um, enfatiza-se seu potencial ou limitação em relação às categorias, ou seja, às dimensões da Análise Crítica do Discurso.

ARTIGO A – ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS ENTENDIDAS COMO PRÁTICAS DISCURSIVAS E SOCIAIS - ENEO 2010

O artigo A teve por objetivo analisar textos e práticas discursivas produzidos durante o Governo Lula com o intuito de identificar o efetivo caráter transformador que eles imprimem ou não nas políticas públicas de cultura no Brasil. Os autores desse artigo entendem a ACD como uma abordagem teórico-metodológica, mostrando conhecimento da sua complexidade ao afirmarem:

Em termos teóricos e metodológicos, optamos por fazer uma Análise Crítica do Discurso desta problemática porque, por meio dela, poderemos inferir até que ponto os discursos diferem efetivamente das propostas e práticas tradicionais no campo (ordem do discurso), ou se as estratégias discursivas opacificam a manutenção.

Os autores julgam relevante explicar que a relação entre linguagem e sociedade permite interpretar a realidade social e que a Análise Crítica do Discurso orientada por Fairclough permite desvendar relações de poder, dominação e ideologias. Usam autores que compartilham da Teoria Social do Discurso e explicam as dimensões texto, prática discursiva e prática social. Além disso, explicam como estratégias discursivas podem ser utilizadas pelos atores para impor sua visão de mundo, associando dessa forma a ACD com relações de poder entre os atores sociais.

Apresentam também um quadro com as estratégias linguísticas que podem estar inseridas na prática discursiva, associando nesse quadro as dimensões texto e prática discursiva. As estratégias linguísticas explicadas são: antítese, coesão, colocação, criação de palavras,

equivalência, metáfora, modalidade, tom/modos, nominalização, significação das palavras, excesso de palavras, transitividade/voz passiva, *ethos*/estilo, intertextualidade manifesta, representação, pressuposição, negação, metadiscurso, intertextualidade constitutiva.

Os autores mostram como a ACD apresentou contribuições efetivas para interpretar a realidade: “A Análise Crítica do Discurso permitiu que identificássemos importantes conquistas no tratamento da cultura e uma visão ampliada das políticas públicas, que ultrapassam a lógica hegemônica estabelecida nos anos 90 com as leis de incentivo”.

Conclui-se que além de usarem as dimensões textual, discursiva e social na análise dos textos utilizados como dados, os autores do artigo A transparecem como é importante que o leitor tenha conhecimento efetivo das intenções não reveladas por trás dos textos concluídos. Assim, mostram que o que distingue a ACD de outras correntes da análise do discurso é que o analista tem por desejo expandir a consciência crítica dos falantes para discursos próprios e alheios (ROJO, 2005). Ou seja, o analista sabe que discurso não é algo inerte e que pode mudar certas condições sociais.

ARTIGO B – FOCO NO DISCURSO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL, MAS SEM O USO DESTA DENOMINAÇÃO – ENEO 2010

No artigo B, o autor deixa evidente que percebe a linguagem como instrumento de poder e explica que fará uso da Análise Crítica do Discurso de Fairclough para analisar como discursos criados por organismos públicos usaram recursos matemáticos para justificarem o aumento de preço, fazendo com que atores que não detivessem aquele conhecimento ficassem à margem da discussão.

O autor explica o que Fairclough entende por discurso, mas conta com aporte de mais dois autores para escolher as categorias de análise. Com isso, categorias de análise de três autores são trabalhadas, dando destaque a um autor em especial que não é Fairclough, mas fazendo associação com as categorias deste.

Os textos utilizados nesse artigo foram retirados de jornais de circulação regional. Há preocupação do autor em explicar o contexto em que os textos foram produzidos, o que é tratado por Fairclough quando ele fala na dimensão prática discursiva sobre o contexto de produção do texto. A prática social também é trabalhada no artigo quando deixa expresso que a linguagem matemática teria fins ideológicos, uma vez que teria sido utilizada como estratégia política pelos organismos públicos, mostrando como relações de poder estão imersas na produção dos discursos, como no trecho:

[...] as atividades realizadas no complexo processo de produção dos serviços (e seu significado) apenas podem ser compreendidas por aqueles leitores que conhecem esse último processo e, também, o cálculo dos seus custos operacionais [...] Dessa forma, ficam excluídos, como possíveis leitores, os usuários dos serviços e a população em geral.

Em relação à prática textual, faz-se uso da nominalização, estratégia linguística trabalhada por Fairclough:

[...] o processo complexo de produção dos serviços é apresentado como “o sistema de transporte coletivo de passageiros” (METROPLAN, 2004, p. 18); não aparecem agentes humanos no trecho “a frota envelheceu” (METROPLAN, 2004, p. 20) ou na justificativa de que “os documentos públicos (que) produzem os indicadores do sistema.

De modo geral, o autor do artigo B não deixa claramente definido como trabalhou as dimensões textual, discursiva e social. Algumas vezes, fica mais evidente uma dimensão ou outra, mas isso é captado pela forma como o autor interpretou a realidade e não por motivação expressamente definida sobre as dimensões. Talvez, o uso de diversos autores para analisar o discurso não permitiu que essas dimensões tivessem maior destaque dentro do artigo B. O que se percebe é que as conclusões do trabalho centram-se no discurso enquanto prática social, atendendo a propósitos ideológicos.

Uma característica importante da teoria de Fairclough refere-se a desvelar o discurso para que os “oprimidos” tenham conhecimento crítico sobre o que acontece. Segundo o autor do artigo B, “Os demais grupos sociais são excluídos do processo do reajuste tarifário por meio do discurso e suas vozes não conseguem ser ouvidas”. Isso mostra o engajamento social do pesquisador, o que é importante na Análise Crítica do Discurso.

ARTIGO C – ÊNFASE NO DISCURSO COMO PRÁTICA DISCURSIVA E SOCIAL - ENANPAD 2010

O objetivo do artigo C é compreender como se manifestam práticas discursivas gerenciais em uma loja de departamentos. Para analisar os dados, os autores do artigo C utilizam Análise de Conteúdo e Análise Crítica do Discurso, envolvendo duas abordagens complexas. Os documentos analisados foram o *site* da organização e o livro de registro dos funcionários. Ambos utilizados para relatar fatos cotidianos, normas internas, materiais de treinamento e outros.

O autor do artigo C usa autores que discutem o papel das ideologias e dos discursos proferidos nas organizações, a espetacularização do discurso, e como as práticas gerenciais podem promover distorções comunicativas. Assim, outros autores além de Fairclough deram embasamento à compreensão do discurso.

Em relação à Análise Crítica do Discurso utilizada, a dimensão textual foi pouco explorada, concentrando-se na observação de repetição de termos e seus possíveis significados. A ênfase foi dada ao discurso enquanto prática discursiva e social, investigado a partir de categorias analíticas que emergiram durante a pesquisa. Assim, o autor percebeu, por exemplo, a utilização de termos genéricos e abstratos amplamente empregados para reforçar a busca primordial pela produtividade e lucratividade da empresa; o uso de modalidades discursivas combinadas, cuja principal ênfase é a do discurso ideológico propriamente dito, bem como

para estabelecer os padrões comportamentais esperados; e a prática de uma linguagem codificada que garante: i) esforços permanentes; ii) responsabilização; e iii) servilismo, dentre outros achados.

Através do estudo realizado no artigo C, foi possível compreender de que forma as práticas discursivas de gerentes de nível estratégico e tático da empresa estudada são usadas para disseminar uma ideologia dominante na organização e quais as implicações dessa disseminação. Dessa forma, desnaturalizaram-se alguns discursos típicos professados pelos gerentes da empresa estudada e reproduzidos pelos funcionários (identificados como os mais fracos na relação de poder). Dentre as conclusões, os autores do artigo C destacam que:

[...] a prática discursiva gerencial é o principal meio de ação dos gestores nas empresas e possibilitaram, portanto, compreender que o avanço ativo organizacional sobre a subjetividade dos trabalhadores culmina na alienação dos grupos e na condução do corpo de trabalho para um direcionamento unilateralmente definido pela ideologia da própria organização. Nesse caso, a incapacidade desses trabalhadores em promover uma articulação discursiva compartilhada representa um campo de ação aberto para as mais variadas espécies de práticas gerenciais.

Tal conclusão reforça o que afirmam os Estudos Organizacionais Críticos, e aponta o discurso como o principal instrumento de dominação nas relações sociais estabelecidas nas organizações.

ARTIGO D – ÊNFASE NO DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL - ENANPAD 2011

O objetivo do artigo é identificar quais discursos hegemônicos (ordens de discurso) emergem do discurso sobre o empreendedorismo nas empresas juniores brasileiras e quais seriam seus possíveis desdobramentos. A ACD proposta por Fairclough foi utilizada por entender-se que a prática discursiva e a prática social estão impregnadas de orientações econômicas, ideológicas, políticas e culturais que refletem relações de poder.

Os autores do artigo D coletaram os dados através de entrevistas individuais em profundidade. Os dados obtidos foram primeiramente categorizados em *objetos discursivos* associados ao tema em questão (compreensão sobre empreendedorismo em empresas juniores).

Num segundo momento, a intertextualidade levou ao agrupamento dos objetos discursivos em uma quantidade menor de *formações discursivas*. Posteriormente, uma análise das convergências discursivas e dos silêncios presentes nas *formações discursivas* levou à identificação de três *ordens discursivas* presentes no discurso sobre empreendedorismo nas empresas analisadas. As *ordens de discurso* identificadas foram: o consenso acerca da centralidade da empresa na constituição do pensar e do agir do indivíduo no mundo, a exemplaridade dos modelos empreendedores capitalistas neoliberais e a ausência de alternativas viáveis ao capitalismo contemporâneo.

Através do estudo, os autores propuseram reflexões acerca dos desdobramentos ideológicos

dessas ordens de discurso na relação escola/mercado de trabalho. A orientação do ensino superior foi questionada, concluindo-se que ela legitima o transbordamento da esfera do mercado para a esfera da vida. De acordo com os autores: “As três ordens de discursos identificadas contribuem, de forma ideológica [...] para que a educação superior seja constituída menos um instrumento de emancipação humana do que um mecanismo de reprodução do capital”.

Esse artigo apresentou uma análise textual tímida, entretanto, pôde-se perceber que a dimensão textual foi considerada, uma vez que os sentidos das palavras foram analisados, bem como sua repetição e ênfase nos discursos professados. A ênfase foi dada à análise do discurso enquanto prática social.

ARTIGO E – DESMEMBRAMENTOS DO DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL POUCO EXPLORADOS - ENANPAD 2011

O artigo E usa a Análise Crítica do Discurso como suporte para a identificação de significados do trabalho executivo que seriam supostamente neutros quanto ao gênero, bem como das feminilidades associadas a competências ou incompetências das mulheres para o trabalho executivo. De acordo com os autores, a ACD é usada por servir como ferramenta de interpretação das narrativas, visando à identificação dos mecanismos pelos quais os sentidos das relações de gênero são construídos. Apesar de a orientação teórica usada se basear na proposta de Fairclough, a técnica analítica usada é proposta por outro autor. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas.

Elementos do discurso enquanto texto foram observados, como a frequência de vezes em que certos termos foram citados. Elementos da prática social foram abordados como as ideologias de gênero, que carregam consigo estereótipos principalmente sobre a mulher. Por exemplo, nos discursos dos executivos e executivas entrevistados, atributos ‘femininos’ que seriam positivos ou negativos ao trabalho foram identificados como, por exemplo, o apego aos detalhes, capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo, o fato de serem conversadeiras e consumistas etc.

Entretanto, percebeu-se, de forma geral, que o estudo proposto pouco explorou a questão do uso do discurso sobre o ideal executivo enquanto ferramenta de dominação entre gêneros, preocupando-se efetivamente com a interpretação das narrativas, buscando identificar os mecanismos pelos quais os sentidos das relações de gênero são construídos. Assim, o caráter de denúncia, posicionamento e luta pela desigualdade, próprio da Análise Crítica do Discurso (VAN DIJK, 2003; WODAK, 2004) não ficou evidenciado no artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou como o diálogo entre a Linguística e as Ciências Sociais tem servido aos Estudos Organizacionais na interpretação de fenômenos próprios dessa área.

Apresentou-se como a Teoria Social do Discurso de Fairclough (2008) tem sido utilizada nos Estudos Organizacionais de dois eventos reconhecidos: o EnANPAD e o EnEO. Na maioria dos artigos analisados, percebeu-se uma preocupação em evidenciar a linguagem como um elemento importante para entender a realidade social.

Em relação aos artigos do EnEO 2010, percebeu-se que houve a preocupação dos autores em desvelar os discursos que analisaram, cumprindo com o engajamento social próprio da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2008). Um desses artigos, o Artigo A, que entende as estratégias linguísticas como práticas discursivas e sociais, teve o cuidado de explicar expressamente a concepção tridimensional do discurso, utilizando-a para análise dos dados, sem associá-la com outros métodos de análise. Já o Artigo B, com foco no discurso enquanto prática social, mas sem o uso desta denominação, fez associação da abordagem faircloughiana com outras abordagens, não deixando claramente expressas as dimensões textual, discursiva e social. Porém, a forma como o artigo se desenvolveu evidenciou que o olhar sobre o fenômeno incluía elemento das três dimensões, com maior ênfase na prática social.

Em relação aos artigos do EnANPAD 2010 e 2011, tenderam a evidenciar a análise do discurso enquanto prática discursiva e social. A dimensão textual também foi considerada timidamente. No Artigo C, que teve ênfase no discurso como prática discursiva e social, a abordagem de Fairclough foi utilizada com outra abordagem, a Análise de Conteúdo.

Nos artigos B (foco no discurso enquanto prática social, mas sem o uso desta denominação - EnEO 2010), C (ênfase no discurso como prática discursiva e social - EnANPAD 2010) e E (desmembramentos do discurso como prática social pouco explorado - EnANPAD 2011), o uso da Análise Crítica do Discurso esteve combinada a outros tipos de análise, o que compromete a aplicação da Teoria Social do Discurso, uma vez que ela carrega consigo bases teóricas complexas. Porém, de formas diferentes, os artigos analisados mostraram que a abordagem faircloughiana permitiu ver o fenômeno a partir do discurso e sua relação com ideologias e hegemonias sociais.

A análise da dimensão textual do discurso, nos artigos B (foco no discurso enquanto prática social, mas sem o uso desta denominação - EnEO, 2010), C (ênfase no discurso como prática discursiva e social - EnANPAD, 2010), E (desmembramentos do discurso como prática social pouco explorado - EnANPAD, 2011), e D (ênfase no discurso como prática social - EnANPAD, 2011) limitou-se à observação da frequência em que termos e palavras chave foram usados, e à observação do sentido dado a esses termos e palavras. Ou seja, não houve análise textual aprofundada e a ênfase foi dada à análise da prática discursiva e da prática social.

De forma geral, a análise evidenciou a não existência de uma forma preestabelecida de realizar a ACD. Cada artigo adaptou a Teoria Social do Discurso da forma que mais atendesse aos seus interesses investigativos, ora dando mais ênfase ao discurso enquanto prática discursiva, ora enquanto prática social. Entende-se que essa é uma adequação natural, visto que os administradores não dominam a linguística em sua complexidade. Na opinião de Fairclough (2001, p. 102), a análise do discurso “é uma atividade multidisciplinar

e não se pode exigir uma experiência linguística prévia de seus praticantes, do mesmo modo que não se pode exigir experiência prévia em sociologia, psicologia ou política”.

Apesar dessa adequação, a abordagem que os Estudos Organizacionais têm feito da ACD cumpre, em sua maioria, com o propósito de desvelar ideologias compartilhadas e relações de poder através da análise discursiva, como averiguado nos artigos A (estratégias linguísticas entendidas como práticas discursivas e sociais – EnEO, 2010), B (foco no discurso enquanto prática social, mas sem o uso desta denominação – EnEO, 2010), C (ênfase no discurso como prática discursiva e social – EnANPAD, 2010) e D (ênfase no discurso como prática social – EnANPAD, 2011). O artigo E (desmembramentos do discurso como prática social pouco explorados – EnANPAD 2011) foi o único que não expôs de forma clara como o discurso e sua ideologia são usados no estabelecimento de relações de poder desiguais. Entretanto, sua preocupação em entender como os significados das narrativas são construídos é um bom começo para a identificação de como tais relações desiguais são construídas.

Os temas problematizados foram: o discurso motivacional de gerentes de nível estratégico e tático, evidenciando os verdadeiros interesses organizacionais por trás do discurso empresarial; o discurso sobre empreendedorismo em empresas juniores, apontando para uma relação entre escola/mercado de trabalho, na qual o interesse em formar pessoas para o mercado se sobrepõe às demais finalidades educativas; o discurso de ideais da profissão gestor/executivo, considerado neutro quanto ao gênero, evidenciando que os espaços simbólicos de gênero no topo da hierarquia organizacional ainda reservam às masculinidades um lugar privilegiado; o discurso de diversos atores envolvidos na crise tarifária, que, através da linguagem matemática para justificar o aumento das tarifas, excluíram possíveis leitores dos processos de negociação e; o efetivo caráter transformador do discurso do governo nas políticas públicas culturais, evidenciando que o discurso hegemônico econômico ainda se faz presente nas políticas públicas culturais.

Assim, essas pesquisas assumem um caráter crítico, preocupadas em revelar aquilo que naturalmente se aceita como certo (WODAK, 2004). É importante ressaltar que uma análise detalhada de todas as dimensões do discurso daria argumentos mais consistentes para as discussões propostas, entretanto, as limitações de espaço em um artigo não possibilitam explicações mais detalhadas.

A partir deste trabalho, conclui-se que os Estudos Organizacionais têm adaptado a Teoria Social do Discurso proposta por Fairclough (2008), nem sempre utilizando as três dimensões faircloughianas. Entretanto, mesmo com essa adaptação, esse tipo de Análise Crítica do Discurso permite aos Estudos Organizacionais Críticos, em sua maioria, analisar quais hegemonias, ideologias, relações de poder e dominações estão presentes em discursos naturalizados nas e sobre as organizações.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto**,

imagem e som: um manual prático. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SARAIVA, Luiz Alex Silva. O Consenso, o Exemplo e a Inexorabilidade: Discursos Hegemônicos acerca do Empreendedorismo como Mecanismo de Reprodução do Capital. In: XXXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD). **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2011. (Artigo D)

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise de discurso**. Reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2007.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, Christiane Kleinübing. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em estudos organizacionais:** paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GRACIA, Tomás Ibáñez. O “giro linguístico”. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro; CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. Estratégias Discursivas e Intenções (Des)veladas dos Programas e Políticas de Cultura dos Governos Lula. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD (EnEO). **Anais...** v.1. Florianópolis, 2010. (Artigo A)

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro; CICMANEC, Édna. Ideologia e Espetacularização nas Práticas Discursivas Gerenciais em uma Loja de Departamentos. In: XXXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (EnANPAD). **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2010. (Artigo C)

MENEZES, Raquel Santos Soares; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Simbolismos de gênero e trabalho: uma análise das feminilidades na gestão. In: XXXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (EnANPAD). **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2011. (Artigo E)

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo. Análise Crítica do Discurso: um olhar mais amplo aos contextos sociais. In: **GESTÃO.Org**. Recife, v. 3, n. 2, p. 124-138, 2005.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROJO, Luiza Martin. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”. In: INÍGUEZ, Lupicínio. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROSA FILHO, Duarte de Souza. Poder Simbólico no Reajuste Tarifário do Transporte Metropolitano de Passageiros de Porto Alegre na Crise de 2004. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD (ENEO). **Anais...** v. 1. Florianópolis, 2010. (Artigo B)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. 7. ed. Edições Afrontamento. Porto, 1995.

SARDINHA, A. B. Corpus linguistics: history and problematization. **Delta**, v. 16, n. 2, p. 323-367. 2000.

SINCLAIR, J. **Corpus, concordance, collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

VAN DIJK, Teun A. La multidisciplinaridad del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 143-177.

_____. **Discourse and Context**. A Sociocognitive Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CALDAS, Miguel Pinto. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 46, n. 1, p. 59-70, 2006.

WODAK, Ruth. Do que trata a *ACD* – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004.

**Elisabeth
Cavalcante
dos Santos**

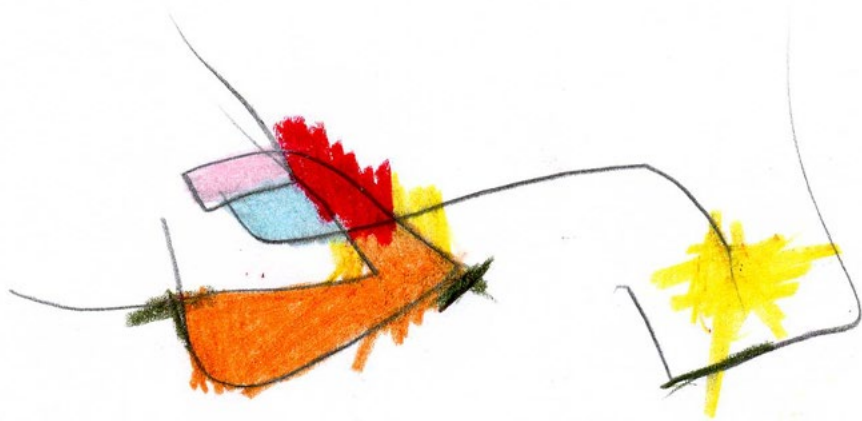
Doutoranda em Administração (PPGA/UFPB); Mestre em Administração (PROPAD/ UFPE); Graduada em Administração (CAA/UFPE); participa do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional. Publicações recentes na Cadernos EBAPE.BR na Revista Interdisciplinar de Gestão Social e na Revista Pensamento e Realidade.

**Danielle de
Araújo Bispo**

Professora Assistente na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD - UFPE. Graduada em Administração pela UFPE. Publicações em periódicos da área, tais como: Cadernos EBAPE.BR, Gestão.Org, Public Administration Research, Gestão e Sociedade, Pensamento & Realidade e Organizações & Sociedade.

**Débora
Paschoal
Dourado**

Doutora, mestre e graduada em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Em julho de 2007, concluiu o doutorado, cuja tese foi intitulada Qualidade de Vida no Trabalho: propósitos organizacionais e mecanismos de alienação do homem. Desde 2003, faz parte do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional na condição de professora pesquisadora. Em 2009, assumiu a Coordenação deste grupo em Pernambuco. Atualmente, está trabalhando no desenvolvimento do eixo de pesquisa voltado para investigar e compreender o trabalho e o organizar em contextos periféricos, em enclaves não-empresarias, nomeadamente o do campo da cultura. Além disso, tem desenvolvido projetos que discutem desenvolvimento econômico e seus efeitos sobre as comunidades locais, numa perspectiva crítica, a partir de atividades relacionadas à economia criativa. Possui publicações em periódicos, dentre os quais: Cadernos EBAPE.BR, Gestão.Org, Public Administration Research, Gestão e Sociedade, Pensamento & Realidade e Organizações & Sociedade.



Accountability na Gestão de Recursos Hídricos: o Comitê Itajaí como Instrumento de sua Ampliação¹

Marcello Beckert Zapelini

Resumo

No Brasil, a gestão de recursos hídricos segue um modelo participativo baseado na bacia hidrográfica como unidade de gestão e adota o Comitê de Bacia como a organização fundamental para discussão e decisão de políticas para as águas. Nesse sentido, questões como a *accountability* dos representantes das entidades e organismos da bacia são importantes, devendo ser investigadas para verificar em que medida os Comitês se mostram responsáveis, participativos e transparentes, cumprindo com sua função de fóruns deliberativos de ampliação da participação popular. O presente artigo estuda essas questões a partir do caso do Comitê Itajaí (Santa Catarina), concluindo que este órgão, apesar de algumas deficiências, busca ampliar a *accountability* em sua gestão.

Palavras-chave

Gestão de Recursos Hídricos. *Accountability*. Comitê de Bacia Hidrográfica. Tomada de Decisão. Participação.

Abstract

In Brazil, water resources management follows a participatory model based on watershed management unit and it adopts the Basin Committee as fundamental organization for discussion and policy decision making concerning water resources. In this respect, issues such as the accountability of representatives of organizations and agencies of the basin are important and should be investigated to verify to what extent the committees are responsible, participatory and transparent, complying with its deliberative forums function of expanding popular participation. This article examines these issues focusing on the case of the Itajaí Committee (Santa Catarina), concluding that this organ, in spite of some shortcomings, extends the accountability of management.

Keywords

Water Resources Management. Accountability. Basin Committee. Decision Making. Participation.

INTRODUÇÃO

O propósito do presente artigo é investigar como os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) podem se tornar instrumentos de ampliação da *accountability* na gestão dos recursos hídricos. Considerando-se que a legislação federal em vigor inclui entre seus elementos norteadores a participação popular na gestão, a noção de que as bacias hidrográficas são as unidades básicas para a realização dessa atividade e a definição dos Comitês como os organismos fundamentais para as atividades de gerenciamento dos recursos hídricos, faz-se importante investigar se efetivamente são cumpridos objetivos de ampliação da transparência da gestão, de responsabilização dos agentes envolvidos, e de prestação de contas. Como uma tentativa de introduzir essa discussão, já que as pesquisas realizadas pelo autor não evidenciaram o tratamento da *accountability* dos Comitês, estudou-se o caso do Comitê Itajaí (Santa Catarina).

Para realizar tal estudo, o artigo se estruturou em seis partes:

- Na Introdução, define-se o propósito do estudo;
- O segundo item discute o conceito de *accountability*, dando-se destaque especial ao problema da representação, já que os comitês são órgãos representativos;
- Em seguida, apresenta-se breve caracterização do processo de gestão de recursos hídricos tal como definido pela legislação brasileira, com enfoque no papel desempenhado pelos Comitês;
- A quarta seção refere-se aos procedimentos metodológicos adotados no artigo;
- O quinto aspecto contemplado pelo artigo refere-se ao estudo de caso, em que se explicitam as escolhas e procedimentos metodológicos, e os dados coletados junto ao Comitê Itajaí são analisados para se verificar o quanto este órgão desempenha um papel na ampliação da *accountability* na gestão de recursos hídricos;
- Por fim, a última seção apresenta as considerações finais do estudo.

Baseado nas pesquisas realizadas pelo autor para sua tese de doutorado (conquanto a mesma não aborde a *accountability*), o artigo classifica-se, metodologicamente falando, como um estudo de caso qualitativo e descritivo, cuja coleta de dados se baseou na pesquisa documental (sobretudo nas atas de assembleias gerais extraordinárias e ordinárias), na análise do *website* do Comitê Itajaí e em entrevistas com onze representantes de diferentes instituições que fazem parte dele. O artigo não apresenta qualquer pretensão de generalização, devendo ser considerado como um estudo preliminar que busca identificar, num órgão com função bastante específica, a preocupação com uma das dimensões centrais numa Administração Pública democrática: a *accountability*.

O CONCEITO DE ACCOUNTABILITY

O conceito de *accountability* mostra-se de difícil tradução em língua portuguesa, mesmo que muitas das práticas a ele associadas sejam previstas na legislação brasileira – tanto que Rocha (2008) afirma ser esse largamente empregado no Brasil. Entretanto, embora não se consiga identificar uma palavra que resuma o conceito, pode-se ter uma ideia de seu significado, por mais complexo que seja. Denhardt e Denhardt (2003) observam que o administrador de empresas privadas tem que responder aos mercados, enquanto que o das organizações públicas deve atender às leis, à Constituição, aos valores da comunidade, às normas políticas, aos padrões profissionais e aos interesses dos cidadãos. Assim, o modelo de *accountability* desses autores considera que é preciso cuidar de aspectos referentes à democracia, aos valores sociais e comunitários, e ao interesse público.

Com isso em mente, pode-se começar a trabalhar com o conceito. Malena, Forster e Singh (2004) definem *accountability* como a obrigação dos detentores de poder de prestar contas e/ou demonstrar responsabilidade por suas ações. Os agentes públicos devem ser *accountable* por sua conduta e seu desempenho, ou seja, são responsáveis perante a lei e devem servir ao interesse público de maneira justa, eficiente e efetiva; para esses autores, ela é um **direito** dos cidadãos e uma **obrigação** dos agentes públicos, com especial destaque para o que chamam de *accountability* social, uma abordagem em que os cidadãos e as organizações da sociedade civil participam direta ou indiretamente das atividades que exigem essa prestação de contas ou responsabilidade. Flach e Gonçalves (2013) também adotam a perspectiva da prestação de contas em seu tratamento da *accountability*.

Bovens (2005) afirma que a *accountability* no setor público pode ser definida como uma relação social, um fórum, em que um ator (um indivíduo ou agência) se sente obrigado a explicar e a justificar **publicamente** sua conduta a outro ator significativo (uma pessoa, agência, ou mesmo uma entidade virtual – como a consciência). O relacionamento opera em três níveis:

- a) Em primeiro lugar, o ator sente-se obrigado a fornecer dados para o fórum a respeito de sua conduta, provendo informação a respeito do desempenho de tarefas, da obtenção dos resultados ou a respeito de procedimentos. Essa obrigação pode inclusive ser informal ou autoimposta;
- b) O segundo nível diz respeito à capacidade do fórum de interrogar e questionar o ator a respeito da adequação das informações prestadas ou da legitimidade de sua conduta;
- c) Por fim, o fórum deve apresentar um julgamento concernente à conduta do ator, aprovando-a ou não (BOVENS, 2005).

A *accountability* pública, na visão desse autor, envolve cinco elementos:

- a) O acesso público às informações e dados;
- b) A explicação e a justificativa da conduta;

- c) O uso de um fórum específico, e não aleatório, para a prestação de contas;
- d) Deve haver a obrigação do ator em prestar as devidas contas;
- e) Por fim, deve haver a abertura para o debate e o julgamento por parte do fórum, incluindo a imposição de sanções (BOVENS, 2005).

Pinho e Sacramento (2009), aludindo a um trabalho clássico publicado em 1990 por Anna Maria Campos na Revista de Administração Pública (“*Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português?”), analisam o conceito a fundo, partindo da observação de que inexistente um termo na língua portuguesa que o traduza adequadamente. De acordo com o estudo dos autores, mesmo na língua inglesa, o termo possui alguma variedade em sua definição. Com isto em mente, eles oferecem sua definição:

[...] *accountability* encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva. (PINHO; SACRAMENTO, 2009, p. 1348).

Nesse conceito, os autores chamam a atenção, dentre outros aspectos, para a necessidade de prestar contas ou a responsabilidade de um agente público de fazê-lo para a população. Ou seja, o administrador público tem o dever de manter a sociedade informada a respeito de como está desempenhando suas funções. No entanto, para Pinho e Sacramento (2009), não basta que exista essa transparência, pois deve haver uma responsabilidade do administrador e a possibilidade de punição dos comportamentos inadequados, se for o caso. Posteriormente, eles destacam que o conceito não apenas envolve a responsabilidade, mas também o controle, a transparência, a obrigação de prestar contas, as justificativas para as ações empreendidas ou não, e a possibilidade de premiar ou punir os agentes públicos.

As dimensões básicas do conceito são a **prestação de contas**, a **transparência** e a **participação/interação** (RAUPP; PINHO, 2011). Rocha (2013) confere grande destaque à dimensão da participação: para este autor, embora o conceito opere em termos de responsabilização dos agentes públicos, sua efetividade é concedida pela participação popular.

Denhardt e Denhardt (2003) afirmam em seu conceito de *accountability* que os administradores públicos devem estar sempre servindo ao interesse público. Nesse sentido, esses profissionais devem promover o diálogo entre as organizações envolvidas na produção dos bens e serviços públicos, o *empowerment* dos cidadãos e um amplo engajamento cívico. Para os autores, diversas questões são importantes para a discussão da *accountability* no setor público: **Pelo que** os gestores públicos são responsáveis? **A quem** devem essa responsabilidade? **Como** se pode assegurar, da melhor forma possível, o cumprimento dessa responsabilidade?

O conceito de *accountability* de Denhardt e Denhardt (2003) envolve múltiplas dimensões, de caráter profissional, democrático, legal e político, estando diretamente relacionado à responsividade do governo. Na visão desses autores, o serviço público deve estar “a reboque” da sociedade, o que significa dizer que a população tem um papel muito importante no sentido de determinar o que a Administração Pública deve produzir ou prestar. Assim, o

administrador público tem as obrigações de garantir o máximo de informação para o público e de responsabilizar-se pela produção de bens e serviços que reflitam as reais necessidades e anseios da população.

O'Donnell (1998) reconhece duas classes de mecanismos de *accountability*: a **vertical** diz respeito a eleições, reivindicações sociais e cobertura dos meios de comunicação de massa dessas reivindicações e de atos supostamente ilícitos praticados por autoridades públicas. Dito de outra forma, são as ações realizadas individual ou coletivamente com referência aos ocupantes de posições nas instituições estatais, quer tenham sido eleitos ou não. Para o autor, a dimensão vertical assegura a democracia numa ordem política. A *accountability* social da qual Malena, Foster e Singh (2004) tratam em seu trabalho associa-se à dimensão vertical.

Já a *accountability* **horizontal** refere-se à existência de agências estatais que possuem o direito e o poder legal de realizar ações (para as quais estão adequadamente capacitadas e dispostas), que variam da supervisão rotineira até a sanção legal (e mesmo o *impeachment*) das ações de outros agentes ou organizações estatais que se comportem delituosamente (O'DONNELL, 1998). Pinho e Sacramento (2009) consideram que a *accountability* horizontal, diferentemente da vertical (que diz respeito a uma relação entre desiguais), consiste num mecanismo de *checks and balances* entre os poderes. Os mecanismos desta dimensão, para esses autores, são o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, as instâncias de fiscalização das contas e as agências supervisoras.

Bovens (2005) considera que, além das dimensões vertical e horizontal, é possível falar em uma **diagonal**, na qual se trabalha com a perspectiva de auditores, inspetores e outros órgãos que não fazem parte da cadeia vertical de autoridade, mas interferem no relacionamento entre os superiores e os executores das tarefas, criando, dessa forma, exigências de *accountability* que não são adequadamente descritas pelas dimensões de O'Donnell. No entanto, sua sugestão encontra pouco eco no tratamento teórico sobre o tema, não se tendo observado outros autores que usem a dimensão diagonal.

Romzek (1996) propõe uma tipologia da *accountability*, usando como critérios o grau e a fonte do **controle** dos relacionamentos. A partir destes, a autora obtém quatro tipos básicos:

- a) **Hierárquica**: caracteriza-se pelo elevado grau de controle exercido a partir de uma fonte interna. Neste tipo, enfatizam-se as expectativas dos supervisores e gestores no topo da hierarquia organizacional em relação aos funcionários;
- b) **Legal**: diz respeito aos relacionamentos que estão fundamentados primariamente nos textos legais ou nas obrigações contratuais. O grau de controle é elevado e as fontes de controle são externas. Neste caso, as principais expectativas dizem respeito ao cumprimento da lei;
- c) **Política**: há baixo grau de controle exercido por fonte interna. Neste caso, diferentemente dos dois primeiros, tem-se maior arbítrio e liberdade de ação por parte do funcionário público, mas se supõe que ele responda às demandas de

diferentes indivíduos e grupos que possuem a capacidade legítima de apresentá-las. Para a autora, este tipo ganhou ênfase com a ascensão do movimento de “reinvenção do governo”, em que se busca responder às demandas – legítimas – dos usuários de serviços públicos, vistos como clientes ou consumidores;

d) Profissional: trata-se do tipo que enfatiza a responsabilidade acima de tudo. Possui alto grau de discricionariedade, pois há baixo grau de controle e este é exercido basicamente por fontes externas. Os relacionamentos de *accountability* baseiam-se na capacidade e *expertise* profissional dos administradores públicos, e são garantidos pela confiança.

Como visto acima, o conceito é importante para uma série de aspectos e características de uma sociedade democrática. É importante observar que, num modelo de democracia representativa, a *accountability* necessita de um tratamento adicional, e, para desenvolvê-lo, aludir-se-á ao trabalho de Arato (2002). Para este autor, um dos problemas da democracia representativa reside no hiato entre os representantes e os representados, já que o eleitorado possuiria grandes dificuldades de acompanhar a ação dos representantes. A relação entre representantes e representados depende de aspectos como a deliberação, a identificação e a similitude, mas mesmo estes não garantem que o representante efetivamente corresponda aos anseios do representado. Assim, é preciso usar a *accountability* para garanti-lo, o que leva Arato (2002) a sugerir um modelo institucional baseado nos seguintes aspectos:

- a) Deve haver somente uma câmara legislativa para representação dos interesses;
- b) Não pode haver coalizões que disseminem a culpa entre vários representantes;
- c) É preciso reduzir os prazos entre as eleições e garantir as reeleições de representantes;
- d) Um sistema de financiamento público deve ser garantido para as eleições;
- e) O regime político deveria buscar a aprovação de dispositivos legais por regra de maioria.

Arato (2002, p. 96) conclui: “[...] um regime de *accountability* só pode funcionar em consonância com a sociedade civil e a esfera pública.” Ou seja, para ele devem coexistir processos de comunicação institucionalizados (esfera pública) e grupos, associações e movimentos (sociedade civil) que generalizem essa comunicação e produzam influência política.

Spinelli e Costa (2008) verificam que órgãos representativos como os conselhos de políticas públicas podem ser usados para ampliar a *accountability* vertical, uma vez que promovem a participação dos cidadãos e desempenham funções deliberativas, consultivas, fiscalizadoras e mobilizadoras. Os autores analisam aspectos como a participação de agentes políticos e disponibilização de informações, concluindo que o potencial desses conselhos como instrumentos de *accountability* é elevado, embora, na realidade, nem sempre isso se verifique.

A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: ASPECTOS CONCEITUAIS E O MODELO BRASILEIRO

Mantendo a nomenclatura adotada pela Lei Nº 9.433/97 que não distingue entre os conceitos de “água” e de “recursos hídricos”, Lanna (*apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 2007) define a gestão de águas como atividade analítica e criativa que formula princípios e diretrizes, prepara documentos, estrutura sistemas gerenciais e toma decisões que objetivam promover o inventário, o uso, o controle e a proteção da água. Por sua vez, a gestão de bacias hidrográficas é caracterizada como o processo de negociação social que busca compatibilizar demandas e oportunidades de desenvolvimento da sociedade com os potenciais existentes e futuros da bacia hidrográfica por meio de conhecimentos científicos e tecnológicos (LANNA, 1995 *apud* NEDER, 2002). Assim, vê-se a gestão de recursos hídricos como um processo que tecnicamente envolve informações e decisões a respeito da utilização das águas, tendo-se em mente seu estoque, fluxo, uso pelos diferentes atores e conservação, garantindo sua disponibilidade para as gerações futuras.

Trata-se de atividade com forte dimensão política; assim, seguindo-se as formulações de Oscar Delgadillo Iriarte e Alfredo Durán Nuñez Del Prado (2010), deve-se considerá-la como um processo que envolve os direitos à água, a organização, a distribuição e a manutenção dos serviços. Nos dois primeiros aspectos, materializa-se uma primeira aproximação à dimensão política, especialmente no segundo caso, em que se trata de formas de ação coletiva.

A gestão de recursos hídricos, nas visões sociopolíticas, pode ser associada ao conceito de governabilidade que, conforme discutido por Castro (2005), deve estar ligado ao atingimento de objetivos práticos, bem como relacionar-se com finalidades, valores, meios e definições de responsabilidades que orientam a sociedade em suas escolhas em termos de como lidar com o problema, dessa forma, constituindo-se em um conceito essencialmente político. Por sua vez, Crespo Flores (2009) prefere destacar a dimensão de construção de consensos como o fundamento da governabilidade. Em uma dimensão mais empírica, a governabilidade da água oscila entre os modelos de serviço privado não regulamentado e de serviço sob controle público, sendo possível também tratar de um terceiro modelo, o do serviço sob controle social ou cidadão (CASTRO, 2005). De acordo com Basualto Muñoz (2009), o nível de governabilidade da água em uma sociedade depende de uma série de fatores, dentre os quais se destacam o grau de acordo social no que tange à relação entre a sociedade e a água, os consensos a respeito das políticas públicas que reflitam tal relação e a existência de um sistema de gestão que permita implantar e acompanhar efetivamente as políticas dentro de uma perspectiva de sustentabilidade.

Em uma síntese, Delgadillo Iriarte e Del Prado (2010) propõem os seguintes elementos a serem discutidos na gestão de recursos hídricos: os **atores** e **grupos de interesse** envolvidos e afetados; o âmbito em que vivem esses atores, não apenas em termos sociais, mas também de recursos que os sustentem; **marcos regulatórios**; **objetivos** e **critérios** dos atores envolvidos; **problemas** e **conflitos** relacionados à gestão da água; **restrições** para a ação dos atores; **soluções** previstas para os problemas dos grupos de interesse; **processos** e

instituições de gestão multissetorial de recursos hídricos.

O principal documento legal a tratar dos recursos hídricos no Brasil é a Lei Nº 9.433/97. Magalhães Júnior (2007) afirma que essa Lei, ao reformar o sistema de gestão de águas do Brasil, dotou-o de um arcabouço jurídico para tal gestão que pode ser considerado um dos mais modernos do mundo e que se harmoniza com os princípios do desenvolvimento sustentável; no entanto, por avançado que seja, esse arcabouço jurídico não garante a execução das políticas de águas nem efetiva sua governabilidade (MAGALHÃES JÚNIOR, 2007). Conforme Medeiros e Santos (2009), a Lei foi criada tendo-se em mente as experiências francesa e norte-americana, com predomínio da primeira, o que suscita questões naturais referentes às diferenças sociais, políticas e econômicas entre os países.

De acordo com Jacobi (2009), a Lei Nº 9.433/97 alterou a forma de gestão de recursos hídricos no Brasil, passando de um modelo fragmentado para um integrado e descentralizado, que substituiu técnicas autoritárias de planejamento por instituições participativas, em que a negociação entre os diferentes atores produz as decisões. Guivant e Jacobi (2003) observam que a Lei Nº 9.433/97 conduziu à politização dos recursos hídricos, não no sentido de política partidária, mas no da participação da sociedade civil (bem como dos usuários, categoria que os autores não abordaram nesse trecho de seu trabalho) na sua gestão e decisão, o que configura o que Jacobi (2009) viu como uma nova cultura política, em que espaços de interação conduzem a novas formas de negociação, vislumbrada na atuação dos comitês de bacia hidrográfica.

Pagnoccheschi (2003), por sua vez, via na Lei um papel decisivo na definição de políticas para setores ainda não adequadamente regulados, como o de saneamento. De acordo com Magalhães Júnior (2007), a gestão de recursos hídricos, conforme a Lei, mostra-se **participativa** porque baseada em órgãos colegiados deliberativos (os comitês de bacia) em que há a participação de diferentes grupos e é **integrada** porque busca coordenar a gestão de recursos hídricos com a ambiental e a dos diferentes usos do solo, bem como integrar a gestão de bacias, de sistemas estuarinos e zonas costeiras.

No que se refere especificamente à gestão descentralizada e participativa, Magalhães Júnior (2007, p. 49) a vê como um pilar fundamental da gestão ambiental sustentável, embora a considere como “particularmente complexa [...] e vulnerável aos interesses localizados.” Além disso, o autor afirma que a abertura dos sistemas de gestão à participação de atores locais tem sido defendida internacionalmente – inclusive pelo Banco Mundial. Ribeiro (2009), na mesma tecla, considera a participação um elemento central para a governança dos recursos hídricos no modelo brasileiro, aspecto que Fracalanza (2009) também ressalta, afirmando que a governabilidade da água é melhorada não somente pelas instituições, mas também pela participação de atores sociais. Pagnoccheschi (2003) considera a participação na gestão de recursos hídricos como uma forma de institucionalização do ciclo de políticas públicas, em que os atores interessados participam da definição da agenda, do desenho de programas, de projetos e de ações, bem como de sua implementação e avaliação.

Entretanto, a participação não está isenta de problemas e dificuldades: “a noção de participação é pensada principalmente pela ótica dos grupos interessados e não apenas da perspectiva

dos interesses globais definidos pelo Estado.” (JACOBI, 2009, p. 38-39). Ademais, como cita o próprio autor, existem tensões entre a participação e a representação (JACOBI, 2009). Ribeiro (2009) apresenta uma série de interrogações a respeito da capacitação de quadros da sociedade civil para a participação na gestão. Por fim, Medeiros e Santos (2009) também levantam questionamentos a respeito da participação na gestão de recursos hídricos: em primeiro lugar, há o significado da participação dentro de um paradigma neoliberal, a responsabilidade dos diferentes atores envolvidos, bem como a necessidade de criação de um arcabouço institucional que apoie e facilite a participação.

Conforme Granziera (2009) e Camargo e Ribeiro (2009), a Lei Nº 9.433/97 definiu três classes de instrumentos de gestão: **planejamento**, dedicado a organizar os usos dos recursos hídricos; **controle**, que deve garantir que os usos dos recursos estejam consoantes às normas que se lhes apliquem; e **econômico**, que deve induzir os usuários ao uso racional dos recursos. Esses instrumentos abrangem o Plano de Recursos Hídricos, o enquadramento de cursos d'água em classes, a outorga de direitos de uso, a cobrança pelo uso e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos. A lei também estabelece um sistema de gestão.

O Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (SINGREH) compõe-se do **Conselho Nacional de Recursos Hídricos** (CNRH), dos **Comitês de Bacia Hidrográfica**, das **Agências de Água**, da **Agência Nacional de Águas**, e dos **Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos** (MAGALHÃES, 2007; GRANZIERA, 2009). Considerando-se que o foco do trabalho consiste nos Comitês, estes serão detalhados a seguir.

A Lei Nº 9.433/97 estabeleceu as bacias hidrográficas como as unidades de planejamento da gestão de recursos hídricos, definindo os comitês como os órgãos responsáveis pela gestão descentralizada de tais recursos (JACOBI, 2009). Os comitês, de acordo com Medeiros e Santos (2009), em tese, funcionariam como parlamentos responsáveis pela negociação das questões relacionadas ao uso, recuperação e preservação dos recursos hídricos. Souza Júnior e Fidelman (2009) afirmam que os comitês são inovadores, porque apresentam uma base territorial (a bacia hidrográfica) e incorporam ampla variedade de atores no processo decisório. Os Comitês são encarregados de debater questões sobre recursos hídricos, articular a atuação das entidades intervenientes, arbitrar conflitos em primeira instância, aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia e acompanhar sua execução, propor aos Conselhos Nacional e Estadual os casos de isenção de obrigatoriedade de outorga, estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso (sugerindo, também, valores a serem cobrados), estabelecer critérios de rateio de custo das obras de uso múltiplo na bacia.

De acordo com Granziera (2009), os comitês possuem função política e administrativa, consistindo em órgãos colegiados de gestão de recursos hídricos, sem personalidade jurídica, que integram a Administração Pública, subordinando-se aos respectivos Conselhos de Recursos Hídricos Federal ou Estaduais e vinculados ao Poder Público. Jacobi e Fracalanza (2005) consideram que os comitês são responsáveis pela gestão pública colegiada de recursos hídricos, abrindo o espaço previsto na legislação para a participação da sociedade civil e dos usuários na gestão dos recursos hídricos. A organização dos comitês como órgãos colegiados permite maior interação e transparência na relação entre os atores envolvidos, limitando

abusos de poder e a “captura” do órgão por interesses específicos, mas há problemas como a dificuldade de conciliar os diferentes interesses presentes, que obstaculizam soluções equitativas, devido às assimetrias entre os diferentes atores (JACOBI; FRACALANZA, 2005).

Tendo sido estabelecido o referencial teórico que norteia o artigo, passa-se, então, à apresentação dos procedimentos metodológicos usados na pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo consiste num estudo de caso qualitativo e descritivo e está baseado nas pesquisas desenvolvidas pelo autor quando da realização de sua tese de doutorado em Administração, desenvolvida ao longo dos anos de 2010 – 2012 no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

De acordo com Denzin e Lincoln (2005), a **pesquisa qualitativa** posiciona e localiza o pesquisador no mundo: ele deve utilizar práticas e materiais interpretativos que o revelam e, ao fazê-lo, o pesquisador modifica o mundo. Ela envolve múltiplas técnicas de coleta e práticas interpretativas para produzir o melhor entendimento possível do problema em tela (DENZIN; LINCOLN, 2005). Flick (2009a) considera que a pesquisa qualitativa é particularmente relevante para o estudo das relações sociais, devendo ser aplicada no contexto das práticas e interações cotidianas dos sujeitos. Como forma de investigação da realidade, a pesquisa qualitativa, no dizer do autor, usa o texto como material empírico no lugar do número, parte da noção da construção da realidade social em estudo, interessa-se pela perspectiva dos participantes e em suas práticas e conhecimentos (FLICK, 2009b).

O **estudo de caso**, segundo Stake (2005), refere-se a uma escolha do que será estudado. O caso é único entre outros, é específico, é um “sistema limitado” (STAKE, 2005), ou seja, é uma unidade que pode ser delimitada dentro da realidade. Numa definição um pouco mais precisa, o “estudo de caso é o estudo da particularidade e complexidade de um único caso, buscando entender sua atividade dentro de circunstâncias importantes.” (STAKE, 1995, p. XI). No presente trabalho, a particularidade investigada consiste no Comitê Itajaí, cujo estudo é justificado pelo autor em virtude do desenvolvimento atingido pelas atividades do órgão, que apresentou à sociedade o seu Plano de Bacia Hidrográfica em 2011.

Por focalizar no “como” o Comitê procura promover a *accountability*, o artigo, além de qualitativo, deve ser considerada **descritivo** (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008). De acordo com Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2006), a pesquisa descritiva deve ser usada para descrever situações, feitos e ocorrências, demonstrando dessa forma como ocorre determinado fenômeno.

As técnicas de coleta de dados envolveram a pesquisa documental e a entrevista. No primeiro caso, foram analisadas as atas de assembleias ordinárias e extraordinárias dentre 1999 e 2012, bem como os estudos, pareceres e documentos divulgados pelo Comitê em seu *site* institucional. Quanto à entrevista, adotou-se um roteiro de entrevista semiaberta, aplicado

a onze membros e ex-membros do Comitê, representantes tanto dos três segmentos que participam do órgão (Poder Público, Usuários e Sociedade Civil) quanto das três sub-regiões em que a Bacia se divide (Alto Vale, Médio Vale e Foz). As entrevistas foram realizadas presencialmente (à exceção de duas, realizadas por e-mail) em data e local definidos pelos entrevistados e registradas por meio de gravador MP3. O autor entrou em contato com os membros do Comitê e agendou as entrevistas conforme sua disponibilidade em prestar as informações solicitadas, caracterizando a amostra da população como por **conveniência** (MALHOTRA, 2011).

Isto posto, a próxima seção apresenta os resultados da pesquisa realizada e busca verificar se o Comitê Itajaí tem operado como um instrumento para a ampliação da *accountability* na gestão dos recursos hídricos na Bacia do Rio Itajaí.

O COMITÊ ITAJAÍ COMO INSTRUMENTO DE ACCOUNTABILITY: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O caráter participativo que a legislação em vigor imprime à gestão de recursos hídricos levanta questionamentos em relação à *accountability* do processo; como uma forma de introduzir essa questão, investigou-se aqui se o Comitê Itajaí amplia, ou não, a *accountability* da gestão.

O Comitê Itajaí foi criado oficialmente pelo Decreto Estadual Nº 2.109 (agosto de 1997) e instalado em março de 1998, quando da eleição de sua primeira diretoria. Em seu regimento, destacam-se aspectos como o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado dos recursos hídricos, a caracterização da água como bem público de valor econômico, a preocupação com a cobrança e com o rateio dos custos, o desenvolvimento regional e sustentável e a prioridade do atendimento às necessidades da população, seguindo a Lei Nº 9.433/97. No que tange às competências, evidencia-se a preocupação em estabelecer debates em torno de instrumentos de gestão, como o Plano de Recursos Hídricos, a geração de informações para o Sistema de Informações para Recursos Hídricos, o enquadramento e a cobrança pelo uso de recursos hídricos, subsidiar as decisões referentes a obras na região da bacia, e com aspectos ambientais e de desenvolvimento sustentável. Há, também, o cuidado com a compatibilização de interesses de diferentes usuários, atuando para dirimir conflitos, no inciso VIII do art. 4º. Sua composição é de 50 membros, dos quais 20 pertencem aos usuários de águas, 20 à população da bacia e 10 aos órgãos públicos (COMITÊ ITAJAÍ, 2010). Observa-se que o setor público não deve ser considerado como mal representado, pois, dos 20 representantes da população, dez pertencem aos Executivos municipais e Legislativo estadual e municipais.

O Comitê está organizado por meio da seguinte estrutura funcional:

- a) **Assembleia geral:** composta pelos 50 membros, é o órgão deliberativo soberano e tem as funções de eleger o presidente, o vice-presidente, a comissão consultiva e o secretário executivo. Deve também aprovar a proposta de plano de recursos hídricos, o plano de gerenciamento do sistema de controle de

enchentes, alterações de regimento, promover a cooperação, avaliar, emitir pareceres e aprovar planos e programas de investimentos, acompanhar o funcionamento da Agência de Águas, entre outras funções;

b) Presidência: exercida pelo Presidente e seu Vice, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de dois anos, sendo permitida a recondução. O presidente representa o Comitê, convoca reuniões, estabelece sua agenda, toma decisões *ad referendum*, autoriza despesas, assina contratos e convênios aprovados pela Assembleia, credencia e convida participantes, entre outras funções;

c) Comissão Consultiva: é um órgão de apoio à Presidência, composto por nove membros (três representantes dos usuários, três da população e três dos órgãos públicos) eleitos para um mandato de dois anos. As três regiões em que se divide o território da bacia (Alto Vale, Médio Vale e Foz do Rio) devem ser igualmente representadas;

d) Secretaria Executiva: trata-se de um órgão técnico, exercido por um Secretário eleito pela Assembleia Geral para mandato de dois anos ou, alternativamente, por um contratado pela Agência de Águas do Itajaí (neste caso, impõe-se a homologação dessa contratação pela Assembleia). Funciona basicamente como órgão de assessoramento;

e) Câmaras Técnicas: são órgãos permanentes ou temporários criados com finalidade, composição, coordenação e infraestrutura de funcionamento devidamente definidos. Possuem autonomia para estabelecer suas normas de funcionamento, no entanto, devem submetê-las à aprovação do Comitê. Atualmente, funcionam duas câmaras técnicas, a CT – Plan (Planejamento) e a CT – Cheias (Prevenção de Cheias).

A Diretoria do Comitê é composta pela Presidência, pela Comissão Consultiva e pela Secretaria Executiva, devendo reunir-se ordinariamente a cada mês (COMITÊ ITAJAÍ, 2010).

Em primeiro lugar, na análise dos comitês como instrumentos de *accountability*, pode-se verificar que ele consiste primariamente num mecanismo **horizontal**, na definição de O'Donnell (1998), uma vez que suas atividades envolvem acompanhar e aprovar as ações que envolvam e afetem a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos na bacia. De modo geral, um comitê de bacia representaria um mecanismo em que diferentes atores teriam espaço para participar das questões referentes à gestão dos recursos hídricos; na prática, conforme se observou no discurso de vários entrevistados, essa participação não se deu da maneira esperada, exceto no caso dos usuários, considerados mais organizados que os demais atores. No caso do Comitê Itajaí, um projeto da Prefeitura Municipal de Blumenau teve seus recursos negados pelo Ministério das Cidades com base no parecer contrário votado pelo Comitê, o que pode ser usado como um exemplo do potencial do órgão em exercer o efetivo poder do qual é investido pela lei.

Em termos dos tipos de *accountability* definidos por Romzek (1996), é interessante observar que as funções de um Comitê de Bacia envolvem o tipo **legal**, já que é preciso fazer cumprir a legislação nacional de recursos hídricos, e também o **profissional**, posto que essa gestão possui forte componente de conhecimento técnico e científico, e, nas entrevistas realizadas, diversas vezes, deparou-se com a importância dada ao conhecimento e à *expertise* profissional no desempenho das atividades e na tomada de decisões. Além disso, a estrutura do Comitê Itajaí inclui duas Câmaras Técnicas nas quais a discussão é realizada por especialistas e pesquisadores. Um dos entrevistados, representante da população, declarou que os especialistas se reuniam para definir a melhor forma de divulgar as discussões para a população em geral, sobretudo em temas mais exigentes, como o enquadramento dos corpos d'água. No entanto, não se encontrou evidências de que os outros dois tipos fossem relevantes. Além disso, associações profissionais de recursos hídricos têm assento no órgão.

Tendo-se em mente os elementos da *accountability* pública definidos por Bovens (2005), percebe-se que o Comitê tem tornado públicos os dados e informações para o público por meio de publicações e pelo *site* institucional, mas não foram encontradas evidências de que a população em geral utilize esses mecanismos de maneira adequada. Embora as reuniões e assembleias sejam abertas à população em geral e o órgão divulgue suas datas por meio do *site* e de meios de comunicação local, não foram obtidas evidências de que a participação popular tenha se dado de maneira expressiva, seja qualitativa, seja quantitativamente, conquanto alguns dos entrevistados tenham mencionado que os esforços do Comitê tenham mobilizado milhares de pessoas. Eventos educativos foram realizados ao longo do período estudado e ajudam a compreender a função e a forma de atuação do Comitê, o que, em princípio, levaria ao esclarecimento das condutas e práticas de gestão, ampliando sua *accountability*. Não se obteve evidências na análise de atas nem tampouco nas entrevistas de que a população da bacia possua um grau maior de conscientização a respeito do problema da gestão de recursos hídricos.

Considerando-se as dimensões de *accountability* definidas por Raupp e Pinho (2011), ou seja, prestação de contas, transparência e participação/interação, é preciso destacar alguns aspectos no Comitê Itajaí:

Na visão dos entrevistados, o Comitê tem primado pela **participação** de seus membros no processo decisório; neste sentido, é sintomática a fala do entrevistado 1, representante da população da bacia, a respeito do Plano de Recursos Hídricos: “só não participou quem não quis!”. Adicionalmente, o entrevistado 6 (representante dos usuários), falando sobre o processo de discussão e decisão do plano de bacia, caracterizou-o como democrático, frisando que este objetivo sempre foi preocupação do Comitê. A preocupação com a institucionalização desta dimensão é visível no cuidado em garantir que todas as regiões que compõem a bacia estejam representadas no processo decisório e em todos os organismos do Comitê. No entanto, isso não significa que o objetivo de garantir a participação tenha sido cumprido integralmente; diversos entrevistados, como por exemplo o 3 (representante dos usuários), afirmaram que esperavam maior participação e maior envolvimento nos processos de elaboração e decisão. Ainda assim, eles são categóricos em afirmar que houve sempre abertura para a participação. O *website* do Comitê apresenta ferramentas para contato com

o órgão, mas não disponibiliza um fórum ou blog para discussões e debates. A Assembleia Geral é aberta à participação do público, e o órgão procura divulgar as datas das assembleias ordinárias e extraordinárias para garantir que os interessados possam conhecer os assuntos debatidos e apresentar seus posicionamentos (embora, evidentemente, não tenham direito a voto nas deliberações), mas esses esforços não têm se materializado em maior participação popular;

No que se refere à **transparência**, verifica-se que o Comitê, por meio do seu *website*, mantém impressionante acervo de documentos referentes às suas atividades e processos. Verifica-se a preocupação com ferramentas de busca que possam ser usadas facilmente pelos interessados, bem como uma biblioteca digital bastante completa. Além disso, as atas das assembleias e das reuniões das câmaras técnicas estão disponíveis para consulta, bem como os relatórios de atividades realizadas. Raupp e Pinho (2013) demonstram a importância de utilizar os meios eletrônicos como forma de ampliar a *accountability* de um organismo de caráter público, e o Comitê Itajaí realizou um bom trabalho nesse sentido. O Jornal do Comitê, publicação de distribuição gratuita, é disponibilizado em versões impressa e *online*, mas, neste último caso, os números mais recentes não são encontrados no *website*. A Assembleia Geral deve apreciar e aprovar os documentos e relatórios a serem divulgados, garantindo maior transparência para os mesmos;

A respeito da dimensão **prestação de contas**: observa-se, aqui, um desempenho um pouco inferior. Existe, no regimento, em diversos dispositivos, a obrigação de aprovar os orçamentos e as contas no plenário da Assembleia Geral (inclusive, há a obrigação expressa de apresentar as prestações de contas e os relatórios de atividades na primeira reunião do ano), o que dá publicidade a esses atos e documentos, mas não se visualiza a preocupação com sua divulgação, e os entrevistados não se posicionaram a esse respeito. Embora os relatórios e atas sejam divulgados tempestivamente, no aspecto financeiro ainda se pode considerar que há um longo caminho a percorrer. Por exemplo, na aba referente à Agência de Águas, responsável por administrar os recursos financeiros do Comitê, embora haja um *link* para as reuniões do Conselho Fiscal e para os balanços, esses documentos não foram localizados, prejudicando o cumprimento deste objetivo.

O que se pode concluir a partir das análises realizadas é que, na visão dos entrevistados, o Comitê Itajaí poderia ser caracterizado como um organismo aberto à participação, mas a análise das atas não permite sustentar essa conclusão. Ainda assim, mesmo com essa avaliação otimista, os representantes entrevistados consideram que a participação não realizou seu potencial. Esta é uma questão a ser estudada e trabalhada a fundo ao nível do Comitê: como mobilizar a população para aumentar a participação? Observa-se, nas atividades do órgão, a preocupação em realizar eventos educativos, como a Semana da Água, para chamar a atenção da população para o problema, mas esses esforços se mostram claramente insuficientes.

Tanto na dimensão da transparência quanto na da prestação de contas, verifica-se que o Comitê, embora disponibilize farta quantidade de documentos por meio do seu *site*, deixa muito a desejar no que tange aos resultados financeiros. Além disso, a falta de informações

seguras a respeito dos acessos ao *site* lança dúvidas sobre a efetividade deste instrumento como forma de divulgação e acompanhamento das ações pela população. Ou seja, embora informações sejam divulgadas em boa quantidade, não se pode precisar até que ponto estas efetivamente chegam à população. Pela análise das dimensões apontadas por Raupp e Pinho (2011), verifica-se que o Comitê Itajaí possui alguns mecanismos para a responsabilização de seus gestores perante a comunidade e se preocupa em divulgar os resultados de suas ações, um aspecto bastante positivo para uma organização que deve operar como um “parlamento de águas”, ainda que possa evoluir em alguns aspectos.

Os aspectos políticos envolvidos na atuação do Comitê são extremamente importantes e, por este motivo, a análise irá se voltar, agora, para essa questão. Em primeiro lugar, o hiato entre representantes e representados apontado por Arato (2002) é bastante importante; a gestão de recursos hídricos mostra-se uma realidade complexa e multifacetada, com grande conteúdo técnico envolvido nas decisões (o que impõe a necessidade de amplo domínio de conhecimentos sobre os assuntos), fazendo com que determinadas entidades representadas possam ter dificuldades no acompanhamento e controle das atividades dos representantes, como no caso dos agricultores; por outro lado, órgãos com maiores recursos econômicos podem, como é feito em pelo menos um caso, indicar representantes assalariados que se dedicam à atividade de defesa dos interesses de sua entidade no plenário do Comitê. O entrevistado 11, representante da população da bacia, declarou que sempre buscou, em sua participação, defender os pontos de vista da entidade que representa: “[...] nas minhas intervenções tenho procurado sempre me pautar naquilo que a entidade procura defender”. Essa declaração chamou a atenção durante a pesquisa, pois nenhum dos outros entrevistados se preocupou em mencionar algo similar. É possível que os demais entrevistados considerem que sua participação esteja de acordo com os interesses dos órgãos que representam, mas não há evidências para sustentar esse ponto de vista.

Considerando-se o modelo institucional de *accountability* política defendido por Arato (2002), percebe-se que o modelo unicameral é adotado nos Comitês de bacia, mas a relação entre as instituições que compõem o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos torna bastante complexa a situação, já que os Comitês estão subordinados aos Conselhos de Recursos Hídricos, Federal ou Estaduais. Ou seja, mesmo que as decisões tomadas nos Comitês sejam *accountable* perante a população da bacia, ainda assim, é preciso considerar que elas não são propriamente de implementação automática, pois devem ser referendadas pelos Conselhos. No caso estudado, percebeu-se uma situação semelhante, pois, com a aprovação do Plano de Bacia, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos deveria ser implantada na região, mas, como este instrumento não foi regulamentado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em Santa Catarina, não houve sua implantação. O entrevistado 10 (representante do Poder Público) foi bastante crítico em relação à atuação do Conselho, pois o fato de este não regular a cobrança dificulta as atividades do Comitê.

No que diz respeito às coalizões, observou-se que os entrevistados consideravam de maneira geral os usuários como bastante organizados na defesa de seus interesses, votando em bloco nas questões que lhes satisfaziam. No entanto, os representantes dos usuários que foram entrevistados não viram sua participação da mesma forma; pelo contrário, de acordo com

o entrevistado 6, o setor não se organizou o bastante para participar do processo decisório do Plano de Bacia, e com isso sofreu alguns prejuízos. No entanto, após a aprovação do Plano, formou-se um grupo de trabalho para tratar especificamente da questão da cobrança, e neste os usuários participaram ativamente, trabalhando seus interesses como um bloco homogêneo. Como resultado, a fórmula de cobrança incorporou muitas de suas ideias e pontos de vista em sua formulação final. Por outro lado, decisões importantes, como a outorga de direitos de uso e o enquadramento em classes, suscitaram pouca discussão, embora sejam instrumentos que afetam diretamente os interesses dos usuários de recursos hídricos.

O fator tempo, terceiro aspecto do modelo de *accountability* institucional de Arato (2002), apresenta-se de modo um tanto complexo no Comitê Itajaí. Os representantes de entidades que fazem parte do Comitê não possuem qualquer limite em sua indicação, devendo apenas ser pessoas de capacidade reconhecida na área de atuação da entidade que representam. Os mandatos do presidente, do vice, dos membros da Comissão Consultiva e da Secretaria Executiva (que compõem a diretoria do Comitê) são de dois anos, sendo permitida uma reeleição, e a votação é feita pelos componentes da Assembleia Geral. O cargo de Secretário Executivo, entretanto, pode ser ocupado por um contratado para esse fim, desde que homologado pela Assembleia Geral. O mandato (2 anos) enquadra-se no que Arato (2002) considera suficiente para que o indivíduo seja adequadamente responsabilizado e cobrado pela sua participação.

O aspecto das contribuições eleitorais privadas não é relevante para o Comitê, uma vez que não existem campanhas eleitorais para o órgão. No máximo, o que se poderia observar é o fato de existir pelo menos um representante remunerado pela entidade que o indicou para participar do Comitê.

Por fim, dentro do modelo de Arato (2002), tem-se o constitucionalismo. Conforme o regimento geral do órgão, as decisões são aprovadas por maioria simples, e prevê-se que qualquer membro poderá apresentar emendas aos assuntos discutidos, ou pedir vistas a respeito dos processos ou relatórios em análise. Prevê-se também que seja feita a votação somente quando comprovado o quórum mínimo de 2/3 dos representantes, e que o Presidente exerça o voto de qualidade. Uma norma que auxilia na transparência das decisões é a votação nominal; como os votos não são secretos, e sim apresentados oralmente pelos representantes chamados pelo Secretário Executivo, é possível acompanhar como cada entidade votou em cada decisão.

Observando-se em retrospecto, verifica-se que o Comitê Itajaí, em seu regimento, buscou organizar sua atuação e seu processo decisório dentro de normas que se assemelham em vários aspectos ao modelo de Arato (2002). No entanto, alguns elementos mostram-se ainda distantes do ideal, sendo um dos principais problemas a própria organização da gestão de recursos hídricos no Brasil. Ainda que se tenham tomado medidas no sentido de garantir maior participação e controle popular sobre o processo, o fato de que as decisões devem ser chanceladas por um órgão com baixa participação da sociedade (o Conselho de Recursos Hídricos) é um fator limitador de *accountability* democrática. Ao menos no seio do Comitê,

as medidas necessárias para garantir que os representantes sejam *accountable* perante os representados indicam uma preocupação em tornar as decisões tomadas o mais responsáveis perante os interesses e necessidades da população da bacia, dos usuários e do Poder Público. Mas é possível afirmar que existem aspectos a serem trabalhados futuramente, como, por exemplo, a relação entre o Comitê e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Constituição de 1988, a gestão de políticas públicas no Brasil vem trilhando um caminho de maior participação da sociedade civil nos processos de formulação, decisão, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, e a gestão de recursos hídricos não se constitui em exceção. A Lei Nº 9.433/97 elegeu as bacias hidrográficas como unidades básicas de gestão e transferiu aos Comitês muitas funções essenciais para a realização dos objetivos da política pública de recursos hídricos.

Com isso, questões referentes a como essa participação se dá são naturais; compostos por representantes de órgãos públicos, empresas usuárias e entidades da sociedade civil, os Comitês assumem importantes funções na definição de políticas e ações referentes às águas das bacias, o que, por sua vez, suscita questionamentos sobre as responsabilidades desses gestores e sobre a própria capacidade do órgão de responder às demandas da população da bacia. Transparência, prestação de contas, participação e responsabilidade são aspectos essenciais da relação entre os Comitês e a população da bacia; mais ainda, num contexto de crise ambiental, é essencial que se conciliem objetivos econômicos, sociais e ecológicos, garantindo que os recursos hídricos estejam disponíveis na quantidade e qualidade desejadas pela população. Portanto, é preciso verificar se os Comitês atuam como mecanismos de ampliação da *accountability* na gestão de recursos hídricos, ou não – e, no caso estudado, a resposta é, em termos, positiva. Observou-se que o Comitê Itajaí tem envidado esforços no sentido de garantir espaços participativos de gestão e tem buscado ampliar a transparência do processo por meio da divulgação de documentos e materiais relevantes para a compreensão e a decisão em termos de políticas para a bacia, embora se tenha constatado, pelo discurso dos entrevistados, que a participação efetiva tem deixado a desejar; além disso, a prestação de contas se mostra um pouco deficiente em termos dos aspectos financeiros. Especialmente no que tange à participação popular, a legislação brasileira insiste muito nessa característica, e o caso da bacia do Rio Itajaí demonstra que os níveis reais dessa participação são relativamente baixos.

Pelas suas características, os Comitês em geral, e o do Itajaí em particular, poderiam ampliar a *accountability* democrática no processo de gestão de recursos hídricos, considerando-se que devem manter sempre o contato com a realidade da bacia, disponibilizar fóruns participativos para a discussão e a tomada de decisão em relação a questões relevantes, manter uma política de divulgação de suas atividades e decisões, e, sobretudo, manter sempre abertos os canais de comunicação com a sociedade, buscando criar novas formas de interlocução.

O presente artigo, apesar do tom otimista desta conclusão, encerra-se com um duplo apelo: em primeiro lugar, que se investigue, em trabalhos futuros, como outros Comitês trabalham a questão, para que suas conclusões possam se generalizar, caso comprovadas; e, em segundo lugar, que esses órgãos tenham sempre em mente a visão de que são “parlamentos das águas”, portanto, espaços de participação democrática em que a transparência, a responsabilidade e a divulgação de informações sejam uma constante. Além disso, estudos comparativos indicando como os Comitês se organizam para ampliar a participação e os resultados alcançados podem ser de grande importância para configurá-los como verdadeiros espaços de mobilização, discussão e participação popular, ampliando sua *accountability*.

NOTA

- 1 Este artigo é uma versão modificada de trabalho apresentado no V EnAPG, realizado em Salvador entre 18 e 20 de novembro de 2012. O autor agradece às sugestões dos participantes do evento, bem como de dois pareceristas anônimos que o avaliaram, e assume total responsabilidade pelo seu conteúdo.

REFERÊNCIAS

ARATO, A. Representação, soberania popular e *accountability*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 85-103, 2002.

BASUALTO MUÑOZ, S. Crise da água ou crise de governabilidade? In: JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. de A. (Org.). **Dimensões político institucionais da governança da água na América Latina e Europa**. São Paulo: Annablume, 2009, v. II, p. 211-226.

BOVENS, M. Public accountability. In: FERLIE, E.; LYNN Jr., L. E.; POLLITT, C. (Ed.). **The Oxford Handbook of Public Management**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 182-206.

BRASIL. Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei Nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei Nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil**. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm)>. Acesso em: 01 fev. 2010.

CAMARGO, E.; RIBEIRO, E. A proteção jurídica das águas subterrâneas no Brasil. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009. p. 155-173.

CASTRO, J. E. Águas disputadas: regimes conflitantes de governabilidade no setor dos serviços de saneamento. In: DOWBOR, L.; TAGNIN, R. A. (Org.). **Administrando a água como se fosse importante: gestão ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005, p. 47-59.

COMITÊ ITAJAÍ. Regimento interno - 2005. **Comitê Itajaí**. Disponível em: <<http://www.comiteitajai.org.br/index.php/regimento.html>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

CRESPO FLORES, C. Conflitos, poder e tecnologias de consenso. In: JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. de A. (Org.). **Dimensões político institucionais da governança da água na América Latina e Europa**. São Paulo: Annablume, 2009, v. I, p. 11-35.

DELEON, L. Sobre agir de forma responsável em um mundo desordenado: ética individual e responsabilidade administrativa. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (Org.). **Administração pública: coletânea**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Enap, 2010, p. 573-594.

DELGADILLO IRIARTE, O.; DEL PRADO, A. D. N. Gestão multissetorial e desafios para a gestão rural da água. In: JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. de A. (Org.). **Governança da água e políticas públicas na América Latina e Europa**. São Paulo: Annablume, 2009, v. I, p. 11-48.

DENHARDT, J. V.; DENHARDT, R. B. **The new public service: Serving not steering**. Armonk: M. E. Sharpe, 2003.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: _____ (Ed.). **The Sage handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1-32.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

FLACH, L.; GONÇALVES, C. V. *Accountability* e análise de conformidade das demonstrações financeiras de uma organização do terceiro setor de Florianópolis. **Desenvolve**, Canoas, v. 2, n. 2, p. 69-89, set. 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

_____. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FRACALANZA, A. P. Gestão das águas no Brasil: rumo à governança das águas? In: RIBEIRO, W. C. (Org.). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009. p. 135-153.

GRANZIERA, M. L. M. **Direito de águas: disciplina jurídica das águas doces**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Direito ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIVANT, J. S.; JACOBI, P. **Da hidro-técnica à hidro-política: novos rumos para a regulação e gestão dos riscos ambientais no Brasil**. Florianópolis: PPGCIH, 2003. (Série Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, n. 43).

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA

LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

JACOBI, P. Governança da água no Brasil. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009, p. 35-59.

_____; FRACALANZA, A. P. Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 11-12, p. 41-49, jan./dez. 2005.

MACHADO, P. A. L. Os recursos hídricos e o direito internacional. In: YOSHIDA, C. Y. M. (Org.). **Recursos Hídricos: aspectos éticos, jurídicos, econômicos e socioambientais**. Campinas: Alínea, 2007. v. 2, p. 9-16.

MAGALHÃES Jr., A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: perspectivas e realidade para o Brasil a partir da experiência francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MALENA, C.; FORSTER, R.; SINGH, J. **Social accountability: an introduction to the concept and emerging practice**. Washington, D. C.: The World Bank, 2004, Social Development Papers, Paper 76.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MEDEIROS, Y. *et al.* Enquadramento dos corpos d'água no semi-árido brasileiro. In: JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. de A. (Org.). **Governança da água na América Latina e Europa: atores sociais, conflitos e territorialidade**. São Paulo: Annablume, 2009. Vol. III, p. 101-126.

_____; SANTOS, E. Participação social no gerenciamento dos recursos hídricos: a Bacia do Rio São Francisco. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009. p. 91-110.

NEDER, R. T. **Crise socioambiental: estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

O'DONNELL, G. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998.

PAGNOCCHESCHI, B. Política nacional de recursos hídricos. In: LITTLE, P. E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil: Análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Petrópolis; Brasília: IIEB, 2003. p. 239-258.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Construindo a *accountability* em portais eletrônicos de

câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 116-138, mar. 2011.

_____. *Ranking* dos Legislativos Locais na Construção da *Accountability*: um Estudo dos Portais Eletrônicos de Municípios de Santa Catarina. **Revista de Contabilidade Ufba**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 69-83, jan./abr. 2013.

RIBEIRO, W. C. Impasses da governança da água no Brasil. In: _____ (Org.). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009. p. 111-133.

ROCHA, A. C. O processo orçamentário brasileiro como instrumento de *accountability*. EnAPG – Encontro de Administração Pública e Governança, Salvador, **Anais...**, 12-14 nov. 2008.

_____. *Accountability*: constituinte necessária das sociedades democráticas. **ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 81-100, 2013.

ROMZEK, B. Enhancing accountability. In: PERRY, J. L. (Ed.). **Handbook of public administration**. 2. Ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1996, p. 97-114.

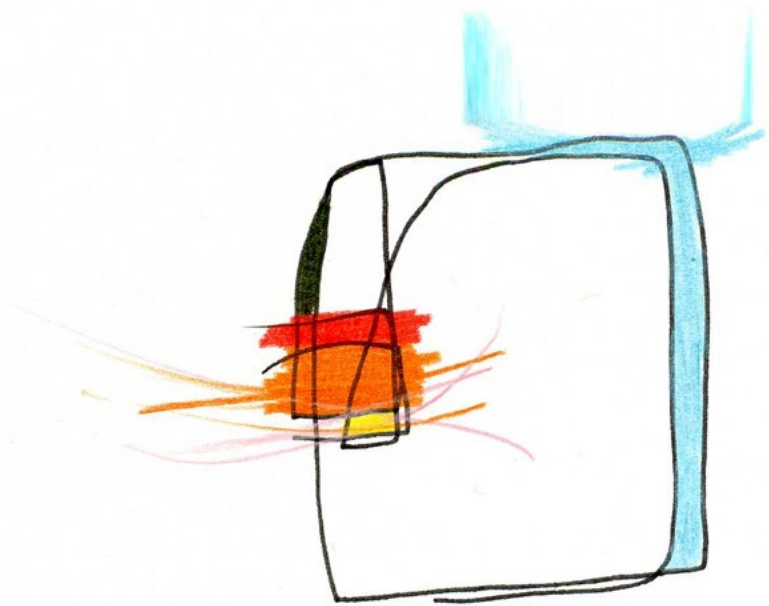
SOUZA JÚNIOR, W. C. de; FIDELMAN, P. I. J. A tecnopolítica da água no Brasil. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009, p. 195-211.

SPINELLI, M. V. C.; COSTA, B. L. D. Participação, accountability e desempenho institucional: o caso dos conselhos de controle social do programa Bolsa Família nos pequenos municípios brasileiros. EnAPG – Encontro de Administração Pública e Governança, Salvador, **Anais...**, 12-14, nov. 2008.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: Sage, 1995.

**Marcello
Beckert
Zappellini**

Graduado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em Administração pela Esag – Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Mestre em Administração pela UFSC e doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor dos cursos de Administração Pública e Ciências Econômicas da Esag e do curso de Administração da Fean – Faculdades Energia. Líder do grupo de pesquisa Callipolis.



Vida Errante?

Rodilon Teixeira e Neusa Rolita Cavedon

Resumo

Através do imagético, buscamos revelar aspectos da cultura organizacional de um albergue noturno, localizado na cidade de Porto Alegre, o qual tem nos pressupostos da doutrina Espírita de Alan Kardec a sua base de atuação. Todavia, a noção societária que qualifica a população em situação de rua como “desviantes” não está ausente nos procedimentos adotados com vistas à reinserção dessas pessoas dentro daquilo que é considerado como “adequado” aos padrões organizacionais/societários vigentes. Aqueles que procuram o local para pernoite devem observância a determinadas normas, dentre elas destacamos: a guarda dos pertences em um nicho de armário cujo número da chave serve de referência para as demais identificações (a exemplo da cama onde irá dormir). A pessoa, destituída de parte de sua identidade por não ter um local fixo de moradia, vê-se premida de estreitar laços com a instituição que a acolhe em razão de ser o sujeito, na maior parte do tempo, transformado em apenas um número.

Palavras-chave

Situação de Rua. Desviante. Normalização Social.

Abstract

Through the picturing we seek to reveal aspects of the organizational culture of a Night Shelter in the city of Porto Alegre, which has its action based on the Spiritist Doctrine by Alan Kardec. However, the corporate notion that qualifies the homeless population as “deviants” is not absent from the adopted procedures, which are focused on people’s reinsertion within what is considered “adequate” for the current organizational/corporate standards. Those looking for a place to spend the night must observe certain standards, and among these rules we highlight: the custody of belongings in a niche Cabinet whose key number serves as reference for the other item’s IDs (such as the bed where the user will sleep). People who feels partially deprived of their identity for being homeless, encounter barriers to narrow their bonds with the welcoming institution because, their individuality is converted into a mere key number most of the time.

Keywords

Homeless. Deviant. Social normalization.



“A Casa”: expressão utilizada pelos funcionários referindo-se ao Albergue.



Enquanto aguardam pelo acolhimento, o mural expõe as “oportunidades” de reinserção no mercado de trabalho.



Usuários aguardam em frente à sala de triagem para realizar o cadastramento e posterior entrada na “Casa”.



Após cadastramento, usuário recebe chave numerada, cujo número será a sua identidade na "Casa".

Vida Errante? 4: Um número de chave (A key number)



Cadastramento para entrar na "Casa".



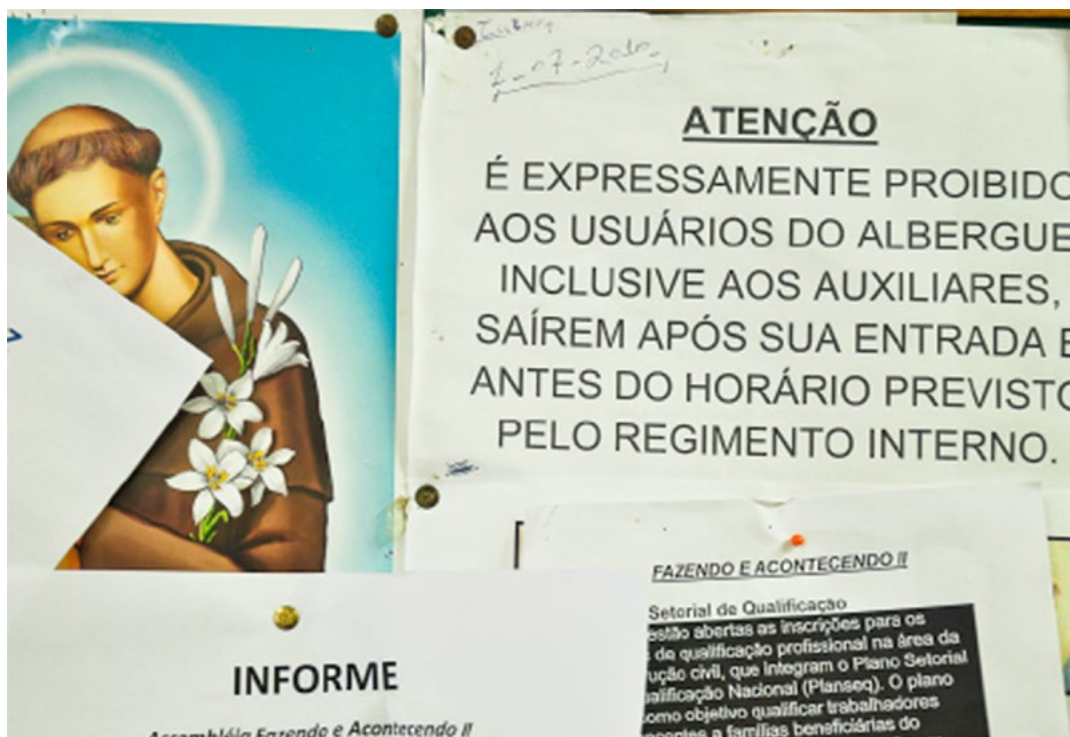
O número serve como referência para as identificações (cama, armário, cabide, material de higiene pessoal).



Chave numerada indica o armário que guardará os pertences até a manhã seguinte.



Os números, os cartões e, ao fundo, os armários onde os usuários guardam seus pertences.



Avisos em cartazes nas paredes expressam as regras de convivência.



Dormitório masculino: alinhado, organizado, numerado.



Dormitório feminino: fé e organização.



Hora do jantar: servido pontualmente às 20h.



O número dos materiais de higiene.



Atendimento da assistente social: auxiliando o usuário a “reorganizar a vida”.



A última quarta-feira do mês é dia de "Cinema" – normalização social.

**Rodilon
Teixeira**

Mestre em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS, Especialista em Negociação Coletiva pela UFRGS e em Gestão de Pessoas pela PUC/RS, graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras. Analista Administrativo no Governo Federal, professor em cursos técnicos na área de Gestão Pública e Gestão de Pessoas.

**Neusa Rolita
Cavedon**

Doutora e Mestre em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS, Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS. Professora Associada da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do CNPq.



Imagem: Gonzague Verdenal

Racionalidades na Dinâmica da Produção Pesqueira: A Percepção dos Pescadores Artesanais da Grande Florianópolis diante do Quadro de Degradação Socioambiental do Litoral Catarinense

Elaine Cristina de Oliveira Menezes e Luciana Ronconi

Resumo

O processo de urbanização desordenado do litoral catarinense e a degradação ambiental vêm trazendo inúmeros malefícios à vida sustentável dos pescadores e da própria pesca artesanal, principalmente na região da Grande Florianópolis. O presente artigo pretendeu avaliar o tipo de racionalidades presentes na dinâmica da produção pesqueira e a percepção dos pescadores artesanais quanto à sustentabilidade da sua atividade na região. A pesquisa valeu-se de uma abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com 25 atores-chave. Concluiu-se que a racionalidade predominante é a do cálculo utilitário, cujas consequências são a exploração abusiva dos recursos pesqueiros e a ausência de mecanismos de gestão compartilhada e negociada desses recursos. A racionalidade substantiva, embora presente nas dinâmicas produtivas da pesca artesanal, não tem tido impacto significativo sobre a gestão dos recursos pesqueiros locais.

Palavras-chave

Racionalidade Instrumental. Racionalidade Substantiva. Racionalidade Ambiental.

Abstract

The disordered urbanization process and environmental degradation of Santa Catarina State coastline have brought several damages, not only to sustainable fishermen's way of life, but to artisan fishing itself, mainly in the metropolitan area of the capital, called Grande Florianópolis. This article has as its objective to evaluate what the rationality involved in the dynamic of the fish production is, with the intention to identify the perception of the artisan fishermen in relation to the sustainability of their activity in Florianópolis and its surroundings. The research made use of a qualitative approach, using semi-structured interviews with 25 key actors. It was concluded, therefore, that the predominant rationality is the one of the utility calculation, whose consequences are the abusive exploration of fishing

regions, the lack of agreement among the users of the natural resources, the lack of mechanisms of shared management and negotiation of these resources and, finally, the lack of formation and information about the limits of the increase of the fishing activities in the coast of Florianópolis and the region. The substantive rationality, although it is present in the productive dynamic of the artisan fishing, does not have significant impact on the balanced management of the local fishing regions.

Keywords Instrumental Rationality. Substantive Rationality. Environmental Rationality.

INTRODUÇÃO

A partir de 1970, verificam-se significativas baixas nos estoques marinhos como um fenômeno global relacionado à pesca industrial em grande escala (FAO, 2010). Além disso, muitos territórios costeiros têm sofrido crescente pressão econômica devido à urbanização, ao desenvolvimento do turismo e, no caso da pesca artesanal, ao desenvolvimento da pesca industrial e às pressões diante de uma zona costeira em crise socioambiental (sobrepesca) (MENEZES; SPERB; TONET, 2011). Com essa dinâmica, frequentemente, as novas gerações de pescadores tradicionais são cooptados e forçados a deixar a pesca, levando ao colapso de parte dessas comunidades (OURIQUES, 2007; MENEZES; SPERB; TONET, 2011).

O quadro descrito anteriormente traz o tema da racionalidade predominante na sociedade contemporânea e as suas consequências sociais e ambientais. Ramos (1986) destaca o fato de a racionalidade instrumental, predominante nas sociedades industriais, acarretar graves problemas sociais. Poucos estudos vêm resgatando essa problemática de forma empírica, replicando estudos sobre racionalidade nos diversos campos e, especialmente, relacionando-a com a questão socioambiental. Embora este trabalho não pretenda esgotar as amplas discussões de Alberto Guerreiro Ramos sobre a questão da racionalidade, faz-se necessário religar o conceito de racionalidade a uma perspectiva que pense a problemática socioambiental no contexto do desenvolvimento territorial sustentável (VIEIRA, 2006).

Assim, refletir sobre a crise socioambiental que envolve o contexto atual da pesca tem significativa importância para compreender as dinâmicas de desenvolvimento do litoral catarinense. Esse fato dá-se em função de a pesca artesanal ter grande relevância socioeconômica no litoral de Santa Catarina, empregando cerca de 25 mil pescadores artesanais (MENEZES, 2011). Todavia, como já referenciado, ela vem sofrendo com a concorrência dos barcos de pesca industrial (economicamente mais eficazes na pesca de alto-mar), tornando os pescadores e suas famílias assalariados, absorvidos parcialmente em outras funções ocupacionais (nos setores de hospedagem e alimentação) (SEVERO, 2008; OURIQUES, 2007).

Ou seja, o processo de urbanização desordenado do litoral catarinense e a degradação ambiental vêm trazendo inúmeros malefícios à vida sustentável dos pescadores e da própria pesca artesanal, principalmente na região da Grande Florianópolis. Nesta região, o trabalho na atividade turística vem se tornando forte concorrente, especialmente no que concerne aos filhos de pescadores artesanais. A partir do quadro descrito, observa-se que essa atividade, para ser sustentável, requer um olhar atencioso, tanto por parte da gestão pública quanto por parte dos próprios atores sociais que a compõe. Sem contar que todos esses fatores limitadores vêm influenciando a dinâmica de reprodução dessa atividade junto às comunidades pesqueiras, especialmente junto às novas gerações.

Em virtude das considerações supracitadas, este estudo tem por fim avaliar as diferentes racionalidades embutidas na dinâmica da produção pesqueira na região da Grande Florianópolis, com o intuito de identificar a percepção dos pescadores artesanais quanto à sustentabilidade da sua atividade. Pretende, ainda, identificar os motivos que levam os pescadores a permanecerem nessa atividade, a qual se encontra em um impasse social, econômico e ecológico.

Para tanto, este artigo propõe-se, num primeiro momento, apresentar o quadro teórico-metodológico que dá sustentação aos argumentos empíricos. Num segundo momento, apresentará o quadro conceitual que envolve a perspectiva da racionalidade instrumental e substantiva de Ramos (1986), em confronto com as análises sobre a racionalidade ambiental abordada por Leff (2009). Num terceiro momento, buscará avaliar a estrutura da pesca artesanal e avaliar a percepção dos pescadores artesanais quanto aos motivos que os levam a permanecer nessa atividade na atualidade. Por fim, apresentará as principais considerações e conclusões da pesquisa. A seguir, apresentar-se-ão os principais aspectos metodológicos da pesquisa.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente estudo é do tipo empírico, valendo-se de um arcabouço teórico para norteá-lo. Caracteriza-se também, como um estudo exploratório-descritivo. Exploratório, porque permite aumentar a compreensão do investigador em relação ao problema, assim como esclarecer e modificar conceitos e ideias (LUDKE; ANDRÉ, 1996, p. 21). É exploratório, ainda, porque a investigação é realizada “em área com pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (VERGARA, 1998, p. 45). Dessa forma, pretende não apenas identificar as racionalidades presentes nas dinâmicas produtivas da pesca artesanal, mas ainda, identificar a percepção dos pescadores artesanais diante do quadro de degradação socioambiental do litoral catarinense. É descritivo, porque pretende descrever os fatos e fenômenos da realidade (GIL, 1988; TRIVIÑOS, 1987; LUDKE; ANDRÉ, 1996).

A pesquisa vale-se, também, de uma abordagem qualitativa, visto que privilegia a interpretação da percepção dos sujeitos de pesquisa. Além disso, essa abordagem é mais compatível com a técnica de coleta de dados que foi adotada nesse estudo, a entrevista semiestruturada.

O universo da pesquisa recobre a região da Grande Florianópolis. Entretanto, para ser compatível com a abordagem de pesquisa adotada, a qualitativa, procurou-se identificar os municípios cuja pesca artesanal tivesse maior representatividade. Dentre os 22 municípios, selecionou-se, por meio dos dados da RAIS (2010), Florianópolis e Governador Celso Ramos, em função da sua representatividade no número de empregos gerados. Os participantes da pesquisa foram: representantes de instituições públicas e entidades de classe, especialistas relacionados ao segmento de pesca artesanal, membros das comunidades pesqueiras, de associações e cooperativas do segmento da região em foco, e especialistas ligados a esse setor, totalizando 25 entrevistados.

O levantamento de informações também incluiu fontes de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos, na pesquisa de campo, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Além da técnica de entrevista semiestruturada, utilizou-se a técnica de coleta chamada “observação”, pois possibilita a obtenção de informações no momento em que elas ocorrem. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisa documental e dados levantados em periódicos, revistas, jornais e demais publicações da região.

A interpretação dos dados foi desenvolvida de acordo com a análise qualitativa e descritiva do conteúdo, correlacionando-se com o referencial teórico assumido. Através das entrevistas aplicadas, bem como a observação realizada no estudo de campo, foi possível realizar a triangulação dos dados obtidos para que a análise e interpretação dos dados fossem realizadas de forma confiável (TRIVIÑOS, 1987). Para dar suporte à coleta e análise dos dados, elaborou-se uma matriz teórico-metodológica, cujos principais conceitos foram o de racionalidade instrumental, racionalidade substantiva e racionalidade ambiental. A seção seguinte apresenta uma discussão sobre os conceitos adotados na pesquisa - a matriz teórico-metodológica.

MÚLTIPLAS RACIONALIDADES NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O resgate do tema da racionalidade para as discussões atuais sobre os limites do crescimento econômico puro e simples pode ser uma tarefa difícil e, ainda, pouco explorada no meio acadêmico (LEFF, 2009; RAMOS, 1989). Tal fato ocorre em função das limitações empíricas em avaliar a crise socioambiental atual (SACHS, 1986; 2002). Além disso, um número reduzido de trabalhos replica temas como o da racionalidade nos diversos campos, especialmente, envolvendo a racionalidade socioambiental, no âmbito da economia e gestão.

É preciso destacar que a análise sobre racionalidade não pode ser separada do debate acerca do desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, faz-se necessário abordar como a construção do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável faz parte da necessidade de tomada de consciência acerca da problemática socioambiental que vem se colocando como desafio desde os anos de 1960 e 1970. A crise socioambiental expõe os limites relacionados ao modelo de desenvolvimento hegemônico, nas suas

diversas abordagens. Os especialistas acostumados a lidar com o conhecimento parcial passam a encarar essa problemática como multidimensional, exigindo um tratamento interdisciplinar (VIEIRA, 2006).

Dessa forma, verifica-se um processo de reconceituação do desenvolvimento a partir da contribuição do enfoque da sustentabilidade socioambiental e da territorialidade - desenvolvimento territorial sustentável (VIEIRA, 2006). O ponto de partida para o resgate teórico do desenvolvimento territorial sustentável é, assim, a análise de que as dinâmicas de desenvolvimento requerem a integração das suas diferentes dimensões. Tal conceito é o pano de fundo das análises empreendidas neste trabalho, relativas à racionalidade embutida nas dinâmicas produtivas da pesca artesanal (MENEZES, 2011).

Nesse sentido, o presente estudo buscará, na seção a seguir, religar o conceito de racionalidade a uma perspectiva mais ampla para se pensar a problemática socioambiental atual. Num primeiro momento, far-se-ão algumas considerações sobre a discussão teórica sobre racionalidade instrumental e substantiva, inspiradas nas obras de Guerreiro Ramos (1986). Num segundo momento, buscar-se-á trazer a perspectiva de Henrique Leff (2009) relativa ao debate sobre racionalidade ambiental, inserida numa reflexão mais ampla do desenvolvimento territorial sustentável.

RACIONALIDADE INSTRUMENTAL E SUBSTANTIVA

No quadro teórico de referência sobre racionalidade instrumental e substantiva, tem-se uma relevante contribuição do pesquisador e representante político brasileiro Alberto Guerreiro Ramos. Ramos, humanista radical, percebe o potencial de destruição presente no fenômeno organizacional moderno, sobretudo nas formas de organização utilitaristas e dominadas pelo *ethos* do mercado (PAES DE PAULA, 2005; FARIAS, 2009).

O ponto fundamental da análise de Ramos (1986) é o debate acerca do problema da razão, o qual considera ser o conceito básico de toda a ciência social. Conforme o autor, a ciência dominante fundamenta-se na racionalidade instrumental, na qual a razão aparece como cálculo utilitário de consequências. A análise de Ramos (1986) apoia-se na distinção realizada por Weber que separa a razão formal ou instrumental - determinada por cálculos utilitaristas ou por expectativas de resultados - da razão substantiva - independente de expectativas de sucesso, ação desinteressada na obtenção de resultados. Por meio das suas análises, Ramos (1986) defende, assim, a racionalidade substantiva para uma nova ciência organizacional, a qual considera ser mais adequada à psique humana, sendo o ponto de referência para a ordenação da vida social.

Ao se aprofundar o pensamento de Ramos (1989), verifica-se que o autor discorre em sua obra sobre a concepção de razão como cálculo utilitarista de consequências, num contexto histórico de afirmação excessiva do *laissez-faire* e do neoliberalismo. O autor supramencionado resgata as concepções de Hobbes e Bacon, em que “a razão é entendida como força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o

mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, a ordenar sua vida pessoal e social” (RAMOS, 1989, p. 2). Para Hobbes *apud* Ramos (1989), a razão moderna é tida como uma capacidade adquirida pelo indivíduo por meio do esforço e que o torna habilitado a nada mais do que fazer o cálculo utilitário de consequências.

Na teoria da organização, assim como na economia, conforme Ramos (1989), prevalece o caráter funcional e do mercado que se baseia na racionalidade instrumental dominante na ciência social ocidental. Porém, a sustentação dessa racionalidade como dominante, conforme Ramos (1989), traz impactos significativos sobre a vida humana associada. Nas análises empreendidas por Serva (1996) sobre o trabalho de Guerreiro Ramos, a avaliação crítica do conceito de razão é acompanhada por uma outra constatação crítica, o fato de o mercado ser a dimensão central e ordenadora, tanto da ciência social quanto da vida humana na sociedade ocidental moderna. Ramos (1989) reconhece que, nos últimos 300 anos, a racionalidade funcional e a centralização do mercado aumentaram consideravelmente o domínio sobre a natureza e o conseqüente aumento da capacidade de produção.

A influência dos estudos de Polanyi e seus seguidores é intensa no estudo de Guerreiro Ramos. A ideia de que a sociedade centrada no mercado historicamente é episódica, como também a premissa de que o processo econômico é um enclave na realidade social mais ampla [...] constituem, como vimos, o eixo fundamental da teoria substantiva da economia e da antropologia econômica (SERVA, 1996, p. 120).

Entretanto, haveria um limite desse domínio. Nenhuma sociedade no passado esteve centrada no mercado; somente nas sociedades modernas é que o mercado desempenha papel central (RAMOS, 1989). Por isso, considera que esse padrão de racionalidade predominante nas economias de mercado estaria apresentando limites em função de várias disfunções da sociedade, como: a degradação ambiental, submissão passiva do indivíduo ao mercado, saúde psicológica da humanidade, entre outros.

Num contraponto dessa racionalidade, a teoria de Ramos (1989) tem como ponto de partida a razão substantiva harmonizada ao senso comum e que prevê a dimensão ético-valorativa como superior a qualquer outra, enfocada pelos estudos do social (SERVA, 1996). Ainda, para Serva (1996), Ramos partiu de dois aspectos críticos: o conceito de razão e a centralidade do mercado na sociedade. Entretanto, Serva (1996) aponta para o fato de Ramos inspirar-se em Polanyi ao utilizar o termo *substantivo*, esclarecendo que a racionalidade substantiva, diferente da racionalidade instrumental, é aquela racionalidade inerente à psique humana, resgatando o pensamento clássico aristotélico.

Enquanto força ativa na psique humana, a racionalidade substantiva guarda estreitas relações com o senso comum, pois origina-se do exercício de um senso da realidade comum a todos os indivíduos, em todos os tempos e em todos os lugares. Podemos ver a forte oposição que o autor estabelece com relação aos autores da tradicional teoria das organizações, como Simon, que afirma que um indivíduo jamais poderia alcançar um alto grau de racionalidade, e sim a organização. [...] Segundo Guerreiro Ramos, a racionalidade substantiva habilita o indivíduo a ordenar a sua vida eticamente, gerando ações, através do

debate racional, que buscam concretizar um equilíbrio dinâmico entre a satisfação pessoal e a satisfação social, como também atingir a auto-realização pela concretização de suas potencialidades humanas. Em seguida, Guerreiro Ramos empreende o estabelecimento de novas bases para a ciência social (“teoria substantiva da vida humana associada”), como também para a teoria das organizações (“abordagem substantiva das organizações”) (SERVA, 1996, p. 122).

Por um lado, para Ramos (1996), a racionalidade substantiva congrega a psique humana, devendo ser considerada ponto de referência para ordenamento da vida social.

[...] A racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. Nessa conformidade, a psique humana deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral, da qual o estudo sistemático da organização constitui domínio particular (RAMOS, 1989, p. 23).

Por outro lado, Ramos (1989) apresenta um modelo multidimensional para a análise e para a formulação dos sistemas sociais, no qual o mercado é considerado um enclave social, legítimo e necessário, mas limitado e regulado. Esse modelo é denominado de paradigma paraeconômico, que advoga por uma sociedade suficientemente diversificada, cujas categorias devem ser consideradas elaborações heurísticas, consideradas como tipos ideais – considera-se que os sistemas sociais são estruturas mistas. Esse modelo busca a convivência dessas duas racionalidades, as quais, para Serva (1996), são ambas partes da psique humana e geram tensões no âmbito da sociedade e do mercado. Salm e Menegasso (2009) corroboram com essa perspectiva ao destacar que a existência humana realiza-se em múltiplos espaços, cada qual com exigências e necessidades próprias.

Assim, Ramos (1989) propõe o paradigma da paraeconomia, considerado um paradigma multicentro de alocação de recursos, em que há possibilidade de consolidação de uma teoria política substantiva que relaciona os enclaves sociais necessários a uma vida humana associada. Tal paradigma reafirma a necessidade de se conceber o mercado como elemento politicamente regulado e delimitado, sendo ele um enclave que constitui o conjunto da tessitura social. Além disso, a natureza do homem deve atualizar-se, através de várias atividades e do emprego, às outras atividades humanas associadas (RAMOS, 1989).

Por conseguinte, Ramos (1989) destaca que a ciência social moderna deixa de distinguir racionalidade funcional e substantiva. Entretanto, para o autor supramencionado, elas são categorias fundamentais de duas concepções distintas da vida humana associada. Nesse sentido, Ramos (1989) deixa evidente o limite da sociedade moderna em responder aos problemas sociais, ambientais e humanos atuais.

Sendo assim, o desenvolvimento de adequadas organizações e instituições, em geral, é avaliado do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para o fortalecimento do senso de comunidade do indivíduo. Logo, analisar a perspectiva dos pescadores artesanais no quadro de crise socioambiental da pesca é, com certeza, de grande relevância para se compreender como essa atividade tradicional relaciona a racionalidade instrumental à substantiva.

Para resgatar os conceitos de racionalidade ambiental à realidade dos limites desse modelo centrado no mercado e das questões socioambientais que emergem a partir desses limites, procura-se, na seção seguinte, fazer uma reflexão sobre a problemática socioambiental e a racionalidade ambiental como instrumento de reflexão para os problemas da pesca artesanal da Grande Florianópolis.

A RACIONALIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A problemática socioambiental emergiu no campo do planejamento do desenvolvimento no final dos anos 1960 e, inicialmente, no âmbito restrito dos países industrializados. Sua agenda de prioridades contemplava os problemas da contaminação e degradação ambiental e do esgotamento dos recursos naturais, agravado pelo acelerado crescimento demográfico. Na década seguinte, o foco começou a se deslocar no sentido da incorporação das assimetrias Norte-Sul e do fenômeno da “poluição da pobreza” (SACHS, 2007). Atualmente o critério de *sustentabilidade ampliada*, que articula as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica, vem se impondo como um fator determinante no desenho de estratégias alternativas de desenvolvimento rural e urbano (VIEIRA, 2006; MENEZES, 2009; DIEGUES, 1996).

Dentre os primeiros acontecimentos relevantes em âmbito internacional que levantaram o debate sobre meio ambiente, tem-se o Relatório de Founex, que apontou os principais tópicos relacionados aos problemas do meio ambiente, rejeitando as abordagens reducionistas do ecologismo “a qualquer preço” e do economicismo estreito (SACHS, 1993). Esses debates foram uma preparação para a Conferência das Nações Unidas que seria realizada em 1972 em Estocolmo e que buscava, de acordo com Sachs (1992), uma via intermediária entre as duas visões radicais apontadas acima. Para Sachs (1992, p. 7), “a lição mais proveitosa que surgiu de Founex, e depois de Estocolmo, é que seria possível imaginar um caminho de desenvolvimento que fosse ao mesmo tempo socialmente útil, ecologicamente prudente e que atendesse a critérios de eficiência econômica”.

Posteriormente, o tema fortaleceu-se com a realização do Seminário do México em 1974, com a publicação do Relatório Brundtland em 1987 e com a realização da Conferência do Rio de Janeiro, ECO 92. Esses eventos e documentos produzidos entre 1970 e 1980 conduziram a progressos conceituais, ampliando conhecimento empírico sobre o funcionamento da biosfera, sobre os riscos das atividades humanas, além do avanço na institucionalização da preocupação com o planejamento e gestão ambiental (SACHS, 1993). Todavia, esse avanço não conseguiu promover uma tomada de consciência efetiva da crise socioambiental e dos seus reflexos no âmbito do mercado, incorporando a análise da qualidade do crescimento, com seus efeitos sociais, culturais e ecológicos.

Todos esses acontecimentos, por não terem gerado significativo impacto nas ações em prol do meio ambiente, acarretaram, conforme Leff (2009), a necessidade de criação de uma cultura ecológica para transformarem a relação entre o homem e a natureza. Assim, a

definição de racionalidade ambiental emerge como estratégia teórica para articulação das condições ideológicas, teóricas, políticas e materiais “[...] que estabelecem novas relações de produção e novas bases para o desenvolvimento das forças produtivas” (LEFF, 2009, p. 282).

Neste artigo, a concepção da racionalidade ambiental de Leff (2009) é complementada e enriquecida por uma via intermediária de planejamento e gestão socioambiental. É preciso destacar que esse enfoque congrega duas vertentes importantes para a definição do conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Por um lado, observa-se a contribuição da abordagem territorial que trouxe inovações no campo socioeconômico, com experiências largamente estudadas como a dos distritos industriais, sistemas produtivos locais, *clusters*, ambiente inovador, arranjos produtivos locais, entre outras denominações. Destaca-se que cada uma dessas experiências demonstrou a contribuição de elementos novos para as dinâmicas produtivas e para a gestão das organizações, tais como: a influência da cultura local; a possibilidade de sinergia, cooperação e competição; facilidade de acesso à mão de obra e conhecimento acumulado; difusão de inovação; possibilidade de regulação setorial conjunta, entre outros fatores (BECATTINI, 1999; BAGNASCO, 1999; BENKO, 2001; COURLET; SOULAGE, 1994; COURLET, 2001; MAILLAT, 1995; PORTER, 1999; LEMOS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003). Sem contar as contribuições de estudos relacionados à governança e seus reflexos sobre a eficiência coletiva (BOURQUE, 2000; LEVÉSQUE, 2001; SCHMITZ, 1997a; 1997b). Por outro lado, as contribuições das discussões sobre sustentabilidade, fundamentadas no ecodesenvolvimento, também resgatam elementos imprescindíveis para a gestão territorial na atualidade, principalmente quanto à prudência ecológica, satisfação das necessidades básicas e promoção da equidade, autonomia e redefinição do conceito de eficiência econômica que alia a produtividade com a minimização das perdas e reaproveitamento dos resíduos e dejetos como insumos para o sistema produtivo (VIEIRA, 2006; VIEIRA; CAZELLA, 2004; SÁNCHEZ, 2006; VANCLAT, 2003). É nesse contexto que emerge a noção de racionalidade ambiental.

Sobre o conceito de racionalidade ambiental, Leff (2009, p. 283) destaca que

A objetividade desse conceito de racionalidade, como uma forma de organização social e produtiva concreta, suscita, desse modo, a necessidade de que os princípios de racionalidade ambiental sejam coerentes com os fundamentos conceituais de sua racionalidade teórica, com os processos produtivos que lhe dão suporte material e com os instrumentos da racionalidade técnica que assegurem a sua eficácia. Assim, se estabelece uma articulação de racionalidades, que vai dos princípios éticos às práticas produtivas do ecodesenvolvimento na construção de sociedades sustentáveis.

Ao se relacionar a perspectiva de Leff (2009) com a de Ramos (1989), verificam-se convergências interessantes. Leff (2009) considera que o conceito de racionalidade ambiental deve ser entendido como um sistema integrado de esferas de racionalidade, “[...] que articula a fundamentação dos valores e a organização do conhecimento em torno dos processos materiais que dão suporte a um paradigma ecotecnológico de produção e à instrumentalização dos processos de gestão ambiental” (LEFF, 2009, p. 283). Ou seja, incute no conceito de racionalidade ambiental um componente substantivo e outro normativo

(instrumental). Dessa forma, aproxima-se da visão de Ramos (1989) de que a sociedade é permeada pela racionalidade instrumental e substantiva, da multidimensionalidade da vida humana associada.

Assim como Ramos (1989), Leff (2009) critica a sociedade moderna e aponta para os problemas delineados pela racionalidade econômica pura, cuja condição era apenas a da acumulação. Tal linha de argumentação segue a crítica à sociedade de mercado realizada por Ramos (1989). Nesse contexto da racionalidade econômica sendo predominante, “[...] o processo produtivo caracteriza-se pelo desajuste entre as formas e ritmos de extração, exploração e transformação dos recursos naturais e as condições ecológicas para sua conservação e regeneração” (LEFF, 2009, p. 152). A solução estaria em novas formas de gestão ambiental do desenvolvimento sustentável fundamentadas em novas fontes de produtividade e em novos valores culturais.

Além do propósito de estabelecer um balanço entre crescimento econômico e conservação dos recursos naturais, a racionalidade ambiental abre a possibilidade de mobilizar o potencial dos processos ecológicos, da inovação científico-tecnológica, assim como a criatividade cultural e participação social, para construir as bases e os meios ecotecnológicos de produção para o desenvolvimento sustentável: igualitário, descentralizado, autogestionário e ecologicamente equilibrado, capaz de satisfazer as necessidades básicas da população, respeitando a sua diversidade cultural e melhorando a sua qualidade de vida (LEFF, 2009, p. 287).

Por tais razões, é preciso pensar um novo modelo multicêntrico de desenvolvimento, sendo fundamental a integração das necessidades ambientais, técnicas, sociais e humanas para compreender a pesca artesanal da Grande Florianópolis. Assim, na seção seguinte, serão apresentadas as principais características da pesca artesanal, para que, posteriormente, se possa discorrer sobre os aspectos relativos à racionalidade embutida na dinâmica produtiva da pesca artesanal da Grande Florianópolis.

A PESCA ARTESANAL NA GRANDE FLORIANÓPOLIS: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Para compreender melhor a pesca artesanal é preciso reconhecer que essa modalidade de pesca realiza-se pelo trabalho manual do pescador. Nela, a participação do homem em todas as etapas e manipulação dos implementos e do produto é total, ou quase total. Geralmente essa atividade está baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador por seus ancestrais - pelos mais velhos da comunidade - ou pelo conhecimento adquirido através da interação com os companheiros do ofício (MENEZES; CAVICHIOLI, 2005), sendo esse um componente importante para a vida em comunidade.

No que se refere ao mercado, segundo Cabral (2008), a produção pesqueira artesanal apresenta fortes elementos de dependência e de sazonalidade e, com isso, é caracterizada por grandes oscilações, tanto em termos de mercado consumidor quanto de mercado de

trabalho. Em muitos casos, em momentos de retração do recurso pesqueiro, a atividade volta às suas origens de subsistência. Nesse sentido, conforme o autor supracitado, a pesca artesanal é um subsetor da pesca de subsistência e é, também, complementar à indústria da pesca.

Do ponto de vista das espécies e do mercado, percebe-se que, na pesca artesanal, ocorre a captura de diferentes espécies quando comparada à pesca industrial. Os produtos da pesca artesanal tendem a ter maior preço de comercialização, pois a qualidade do que é pescado artesanalmente é elevada, em função de o abate ser relativamente recente. Dentre os atores sociais que compõem a cadeia produtiva da pesca artesanal, tem-se: fornecedores de componentes e matérias-primas (embarcações, redes e petrechos de pesca), captura e processamento do pescado, intermediação e mercado consumidor, subdividido em: mercados públicos e peixarias, restaurantes, consumidor final.

O processo de comercialização é, na atualidade, uma fase da cadeia produtiva enigmática para a governança da pesca artesanal. Sem desconsiderar a importância da divisão do trabalho que acontece dentro das comunidades e sem, portanto, desconsiderar a relevância social da atividade de intermediação, verifica-se que essa divisão do trabalho é delimitada por aqueles que se especializaram na captura e todas as atividades que estão vinculadas a ela, e outros que se especializaram na comercialização.

Os agentes compradores da produção pesqueira artesanal são: intermediários, restaurantes e bares, mercado público, consumidor final, indústria e peixarias. Há aquela situação em que o pescador tem uma relação direta com o consumidor final; em muitos casos, a venda ou doação acontece logo após a pesca, ainda na beira da praia. Outra em que o pescador tem algum vínculo de parentesco ou amizade com proprietários de restaurantes e peixarias, como é o caso da Costa da Lagoa, em que muitos pescadores capturam espécies para suprir seus próprios restaurantes. Uma terceira modalidade é aquela em que o pescador repassa a sua produção diretamente ao intermediário e este, por sua vez, comercializa com restaurante, peixarias, entre outros consumidores ou, ainda, repassa a produção para a indústria da pesca. Porém, é mais comum que a produção dos pescadores artesanais alimentem o comércio local. Por isso, é tão importante compreender as nuances das relações existentes entre esses agentes locais.

Os entraves descritos em inúmeros documentos que retratam a realidade da pesca artesanal no que tange ao seu processo de comercialização são relativamente importantes. Porém, há necessidade de aprofundamento na divisão do trabalho existente dentro das comunidades para, então, perceber quais estratégias alternativas poderiam ser veiculadas em prol de maior dinamização da atividade. As experiências acompanhadas pelo Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC (2009) aproximam-se da necessidade de constituição de empreendimentos sociais que integrem a família do pescador no processamento e comercialização na região de Macaé – Rio de Janeiro.

Contudo, é uma realidade diversa de Santa Catarina e da Grande Florianópolis. A impressão frente à realidade catarinense demonstra que ações para descaracterizar esse processo de comercialização sem a integração efetiva dos intermediários, ou seja, de uma atividade

reconhecida pelos pescadores, parece não surtir efeito positivo. Por isso, há necessidade de constituírem-se estudos que possam demonstrar a potencialidade de constituição de unidades de beneficiamento coletivas, que aumentem o valor agregado do pescado e que integrem, ainda, todos da comunidade, incluindo nesse conjunto de atores os intermediários. Assim, a seção a seguir buscará analisar com maior profundidade as percepções dos pescadores artesanais no que tange à racionalidade ambiental e suas consequências no quadro de degradação dos ecossistemas costeiros da Grande Florianópolis.

A PERCEÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS SOBRE OS LIMITES DA PESCA ARTESANAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

As questões acerca da interseção entre a racionalidade instrumental e substantiva no âmbito da gestão territorial e socioambiental são, ainda, pouco estudadas por pesquisadores e acadêmicos. A avaliação da predominância ou não da racionalidade instrumental e da lógica do mercado é algo bastante interessante quando confrontada com a análise de comunidades tradicionais, a qual, aparentemente, indica o predomínio da racionalidade substantiva, na qual o senso comum e a dimensão ético-valorativa seriam superiores às questões do mercado. Como a pesca artesanal é uma atividade tradicional, imbricada nas comunidades e no nível territorial, considera-se fértil essa avaliação. Para tanto, é preciso resgatar como é o trabalho na pesca na percepção desses pescadores, quais são os motivos que os levam a permanecerem na pesca e se procuram realizar a reprodução da atividade junto às gerações futuras.

Diante dessa contextualização, observa-se, na pesquisa de campo, que, para os pescadores pesquisados, o trabalho na pesca é avaliado como positivo e que ele dá certa liberdade ao pescador, pois ele é “dono do seu tempo”. Entretanto, quando há condições climáticas propícias para a pesca, o pescador permanece na atividade por várias horas, inclusive nos sábados, domingos ou mesmo feriados. De uma maneira geral, os pescadores destacaram, também, o fato de que essa era uma atividade realizada pela família e um ofício que foi passado de pai para filho. Ou seja, há uma familiaridade do ofício, uma convivência de longa data que propicia a transferência do “saber fazer”.

Ademais, quanto à permanência na pesca, mesmo com oportunidades em outros setores, os pescadores permanecem na atividade em função da rentabilidade da pesca. O baixo grau de escolaridade leva-os a trabalhos mal remunerados fora da pesca. Na pesca, os pescadores podem ser mais bem remunerados, inclusive com o pagamento de benefícios por parte do governo. As falas a seguir podem retratar o quadro descrito acima:

O trabalho na pesca é bom. Tem dias que se pesca muito, outros não. Hoje, para trabalhar no centro e ganhar R\$ 700,00 ou R\$ 800,00, acorda-se cedo, pega-se trânsito. Compensa permanecer na pesca, estamos em casa. Em geral, o meu objetivo é guardar dinheiro para o futuro, comprar casa para alugar e é mais para me manter (Pescador da Armação do Pântano do Sul 1).

O pescador prima pela liberdade. Faz parte da cultura dele. A pesca é uma caça ao peixe, é quase como o cara que joga, não sabe como que ele vai voltar. Para se organizar, não encaixa no dia a dia dele. A cabeça dele está voltada para o mar. A comunicação é importante. Apesar da pesca parecer coisa fácil, tem todo um dinamismo. Para o pescador, se organizar é coisa nova é algo novo (Pescador da Armação do Pântano do Sul 2).

A pesca já está no sangue. Eu já trabalhei de vigilante, mas o que eu quero é a pesca. É um prazer. A felicidade do pescador é olhar o barco cheio de peixe e trabalhar e ver o dinheiro (Pescador de Governador Celso Ramos 1).

Se, por um lado, muitos consideram a pesca como uma boa alternativa socioeconômica, principalmente para manutenção da família, por outro lado, muitos discordam desse fato em função da escassez do recurso pesqueiro. Muitos pescadores já não incentivam seus filhos a permanecerem na pesca. Segundo alguns dos entrevistados, a pesca traz trabalho duro, com esforço físico excessivo, o que lhes causa problemas prematuros de saúde (coluna, articulações etc.). Embora muitos pescadores não incentivem seus filhos à atividade da pesca, muitos filhos de pescadores, na sua tenra idade, tomam gosto pela atividade.

Os meus filhos não continuam na pesca. Foi se escasseando a pesca. Durante minha vida, fui empregando o dinheiro, comprei dois apartamentos e duas casas. Nunca fui de bagunça. Continuo pescando, pois gosto. Hoje estou com problema de coração, estou em casa, mas estou doido pra ir para o mar. Fiz as coisas para a família. Eu to apavorado para ir para o mar. Lá é tranquilo. É tranquilo e gosto de trabalhar. Dia bom é quando saio pra pescar e pego o peixe. Saio às 05:00 horas e volto às 22:00 horas. Aconteceu que, em um dia de novembro, se ganhou para todo o mês de outubro ruim. Numa única pescaria, ganha-se por um mês (Pescador da Armação do Pântano do Sul 3).

Dois filhos meus permanecem na pesca. Hoje, a maioria dos filhos de pescadores já começou a sair, pois a pesca está defasada (Pescador de Governador Celso Ramos 2).

O pescador em si já tem uma vida sobrecarregada de trabalho. O pescador não tem folga. Dá dois de vento sul, acalmou o vento, é bom para todo o tipo de peixe e temos que ir pescar. Já dá um “saragasso”, pode ser sábado, domingo... E a gente vai para a pesca e não pode ir de cara amarrada. Vai para a pesca esperando que a pesca seja legal (com muito peixe). Quando você pega uma quantidade legal, rende (Pescador da Costa da Lagoa).

Os filhos de pescadores não estão dando continuidade às atividades da pesca. O pescador catarinense era o mais cotado e não ficava desempregado, pois tinha boa formação profissional com seus pais e parentes da pesca. O conhecimento era bem repassado, com técnicas etc. O pai dele passou esse *metier*, sabia fazer rede, malha cavala. Eles iam para Santos e Rio de Janeiro e já tinha garantia de emprego. Hoje temos a passagem de informações, mas é bem menor do que antes. [...] Os pais não orientam e os filhos não têm interesse. É uma atividade que requer muito esforço físico. É uma vida isolada, não tem garantia de boa

pesca etc., falta incentivo (Representante da Federação das Colônias de Santa Catarina).

Todavia, é consenso para os pescadores entrevistados que o trabalho na pesca é um trabalho prazeroso, em que se pode conciliar o lado financeiro, com a liberdade e a autonomia. Dessa forma, nota-se a coexistência da racionalidade instrumental e da racionalidade substantiva no âmbito da pesca artesanal, inclusive como escolha pessoal de vida profissional.

Há 50 anos atrás era difícil. Era tudo manual. Hoje, é motor a diesel. Hoje, têm-se mais aparelhos. Hoje, é difícil a produção de peixe. Fui pescar hoje e peguei um peixe apenas. O volume do pescado está diminuindo. O trabalho na pesca é rentável, mas hoje já tem muito pescador que saiu da pesca. Quem permanece na pesca é quem tem o seu barco, mas quem é empregado sai da pesca. Tem muita gente trabalhando na Porto Belo, Pioneira, entre outras empresas aqui da região. O ajudante de pescador não ganha mais muito, por causa da diminuição dos estoques de pesca. Na terra, dá plantação, aqui ninguém planta só colhe!!! (Pescador de Governador Celso Ramos 2).

Há, portanto, a manifestação da racionalidade instrumental, do cálculo econômico, em que os próprios pescadores contabilizam que é mais rentável permanecer na pesca, mesmo diante dos problemas enfrentados no mercado de trabalho formal. Todavia, a racionalidade instrumental coexiste com a racionalidade substantiva, em que os pescadores remetem a necessidade de permanência na atividade em função de ser uma atividade compartilhada familiarmente, que lhes dá mais liberdade, autonomia e prazer. Ao se analisarem as falas, observa-se que esse apego à atividade recobre também o sentido da racionalidade substantiva fundamentado no senso comum e na dimensão ético-valorativa (SERVA, 1996). Dessa forma, fica evidente, no transcurso do trabalho de campo, a manifestação tanto da racionalidade instrumental quanto da substantiva no âmbito da pesca artesanal da Grande Florianópolis. Ademais, é preciso resgatar o conceito de racionalidade ambiental com o propósito de identificar se essas racionalidades no quadro ambiental têm impactado os recursos pesqueiros da Grande Florianópolis. A seção a seguir pretende dar subsídio a essa análise.

AVANÇOS E LIMITES DA PESCA ARTESANAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS RUMO A UM ESTILO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E SUSTENTÁVEL

Ao se resgatar o fato de que os fatores condicionantes de permanência dos pescadores artesanais na pesca está ligado tanto à racionalidade instrumental quanto à racionalidade substantiva, faz-se necessário identificar se essas racionalidades contemplam as questões de preservação dos ecossistemas locais. Assim, considera-se relevante retomar o entendimento da racionalidade ambiental que fundamenta o pensamento de Leff (2009). Nele, a racionalidade ambiental é definida como um sistema articulado de regras de pensamento e comportamento que legitima as ações de grupos e agentes sociais e que também orienta um conjunto de práticas para a construção de um futuro sustentável, no âmbito institucional e no âmbito dos padrões de produção.

Ou seja, a racionalidade ambiental está fundamentada em ações racionais ligadas a fins e valores, a ações efetivas e tradicionais enraizadas culturalmente. Aliado ao conceito de racionalidade ambiental, observa-se que, conforme Daura-Jorge, Wedekin e Hanazaki (2007), é intrínseco ao pescador o conhecimento do meio, no entendimento do regime dos ventos e marés, dos hábitos dos peixes, das condições climáticas e outros processos naturais. Todos esses conhecimentos estão diretamente atrelados ao ofício da pesca. De acordo com Diegues (1996), esse é denominado de conhecimento tradicional, baseado na experiência da atividade e no contato cotidiano com a natureza. Assim, é essencial aplicar o conceito de racionalidade ambiental no âmbito de estudos sobre a pesca artesanal, para compreender como esse conhecimento tradicional dos pescadores tem se relacionado com a sustentabilidade dos ecossistemas costeiros.

No âmbito da pesquisa proposta neste artigo, percebe-se que a questão da sustentabilidade socioambiental é um eixo delicado de avaliação, especialmente em função da estrutura de governança da pesca artesanal da Grande Florianópolis e, também, em função dessa região abrigar um mosaico de áreas protegidas. Tais áreas protegidas são compostas por unidades de conservação como: a Reserva Biológica do Arvoredo, a Estação Ecológica de Carijós, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e as Áreas de Proteção Ambiental de Anhatomirim e da Baleia Franca. Todas essas áreas possuem regras para acesso e utilização dos seus recursos, sendo fiscalizadas pela Capitania dos Portos e IBAMA, além de órgãos específicos para cada área protegida.

Embora essa região seja servida de inúmeros ecossistemas delicados e de reprodução dos estoques pesqueiro, são escassos os dados sobre a pesca, a quantidade de espécies não alvo capturadas e a condição socioeconômica das comunidades pesqueiras. Segundo Aggio (2008), mesmo a partir da criação da Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim (APAA), essas informações são raras, especialmente o número exato de pescadores e barcos atuando na região, quantidade e tipos de pescados, além de detalhes sobre a comercialização.

Todos esses impasses informacionais são um entrave à preservação dos ecossistemas, bem como um fator de geração de inúmeros conflitos entre as comunidades tradicionais da pesca artesanal e os órgãos de fiscalização ambiental. Por um lado, há o discurso dos pescadores que segue a linha de argumentação do não conhecimento, por parte dos órgãos ambientais, dos limites de exploração dos estoques pesqueiros. Sem contar que os pescadores acreditam que ações externas, como a pressão do aumento populacional, aumento da especulação imobiliária, aumento do turismo, não tratamento de esgotos e o aumento da frota de pesca industrial, são fatores preponderantes na redução dos estoques pesqueiros e na degradação dos ecossistemas. Por outro lado, há o discurso dos órgãos ambientais que acreditam no não cumprimento das regras impostas aos pescadores mesmo em período do defeso.

Dessa forma, há um impasse para compreender os limites e as potencialidades da pesca artesanal para a sustentabilidade socioambiental. As falas dos entrevistados demonstram que a questão da preservação ainda é pouco discutida nas comunidades e se reflete em poucas ações em prol da preservação e do cuidado com o meio ambiente.

Portanto, está-se, ainda, diante de mecanismos vinculados a uma racionalidade instrumental

do cálculo econômico, mesmo junto às comunidades tradicionais da pesca. Embora a racionalidade substantiva coexista, especialmente, nas escolhas profissionais e de permanência na pesca, a lógica do curto prazo permanece predominante mesmo nessas comunidades. Essa linha de argumentação é reafirmada, durante a pesquisa de campo, nas falas dos órgãos ambientais e dos órgãos que regulam a pesca e, também, nas falas dos próprios pescadores. Verificou-se o não atendimento das regras do Seguro-defeso, por parte dos pescadores, isto é, os pescadores, mesmo no período do pagamento, por parte do Estado, do Seguro-defeso, continuam a realizar a atividade da pesca. Por um lado, os pescadores argumentam que o período do defeso é definido de maneira errônea e, em função das mudanças climáticas, esse período, ano a ano, vem se diferenciando.

Essa questão é problemática. Eles não assumem a redução dos estoques. Algumas espécies desapareceram. Por outro lado, em alguns momentos, observamos um monte de pescado. Em algumas situações, é dúbio. Eles sabem que, se eles pescarem no defeso, há uma tendência do recurso se escassear (Entrevistado Epagri, Governador Celso Ramos).

Por outro lado, os órgãos que regulam a pesca enfatizam que não há uma consciência por parte dos pescadores. Entretanto, há um impasse entre a percepção dos pescadores e a percepção dos órgãos responsáveis pela pesca. Um fato que gerou discussão no município de Governador Celso Ramos foi o de uma instrução normativa que regulava o tamanho das embarcações de 2009. Essa instrução limitou o tamanho das embarcações artesanais para até nove metros. Esse fato provocou um conflito entre os órgãos ambientais e os pescadores, conforme expresso na fala a seguir.

A Lei do Arrasto de 2009 trouxe inúmeros problemas para os pescadores de Governador Celso Ramos. Muitos pescadores estão respondendo a processos ambientais. Essa lei disse: você, pescador, não tem mais direito de pescar (Entrevistado Epagri, Governador Celso Ramos).

Outra questão está na noção de preservação ambiental. Os próprios pescadores acreditam na redução dos estoques e que seus pares estão, ainda, aquém dessa problemática.

A questão não é a preservação. Preservação é uma coisa, mas pescar o miúdo... quanto maior o peixe melhor o preço. O camarão vermelho é ruim. O camarão 7 barbas é ótimo para trabalhar. Três ou quatro por cento dos pescadores estão preservando. Ninguém respeita. **Se um vai os outros também vão.** Vamos ficar 3 meses parado e vemos os outros pegando, aí eu pego. Eles poderiam liberar a pescaria de linha em uma área proibida. A reserva (unidade de conservação da Anhatomirim) sustentou muitas famílias daqui durante muitos anos (Pescador de Governador Celso Ramos 1)

Cinco por cento acha que tem que preservar a natureza. Noventa e cinco por cento acha que tem que pescar, mesmo na época do defeso. Tem que ter seguro-defeso de todos os tipos de peixe e obedecer. Quanto diminuiu de estoques... hoje só temos 30% do que se tinha. O camarão até que não, mas o peixe sim. (Pescador de Governador Celso Ramos 2).

Além disso, há outros problemas, como a utilização de aparelhos de pesca danosos para a sobrevivência dos ecossistemas costeiros. Essa visão é compartilhada por inúmeros atores sociais envolvidos com a atividade da pesca. Tal argumento é corroborado pelas falas a seguir:

Com relação a atividades que degradariam: tem o óleo do motor...é trocado a cada dois ou três meses; eles enterram na praia. Mesmo durante o defeso, os pescadores pescam, pois eles têm olheiros para informar sobre a fiscalização (Entrevistado Epagri, Governador Celso Ramos).

Usam o gerival com motor...é extremamente danoso. Antes, pescavam com gerival na força da maré. Depois, conseguiram autorização para deslocamento e eles hoje usam por tudo o gerival com motor. Muitos pescadores pedem para proibir o gerival, mas muitos não querem (IBAMA-Cepsul).

Os mais jovens falam que o tamanho do motor deveria ser limitado. O tamanho do motor é o tamanho da bocada da pesca. E isso prejudica os outros. Se todos tiverem o motor igual, todos pescam o mesmo. É difícil assumir. O pescador vai acabar (Entrevistado Epagri, Governador Celso Ramos).

Todavia, é bem verdade que a pesca artesanal tende a ser menos danosa que a industrial, argumento expresso na fala do representante do IBAMA-Cepsul. E existem práticas artesanais menos danosas aos ecossistemas e que poderiam reproduzir um estilo de pesca menos predatório e mais sustentável.

Os pescadores artesanais têm mais consciência ambiental do que os industriais. Ficam indignados com os colegas, mas continuam desenvolvendo atividades predatórias (IBAMA-Cepsul).

A maioria dos pescadores não mora mais nas zonas de pesca. Demonstram cuidado com o mar, suas práticas são menos agressivas ao meio ambiente. Por exemplo, a rede de emalhar, onde o peixe fica emalhado, os peixes menores não ficam na rede. Porém, existem artes de pesca venenosas, como é o caso do gerival que arrasta o fundo, removendo alimento e criação. (Entrevistado Epagri, Florianópolis).

Além disso, verifica-se que os esforços em realizar ações participativas de gestão dos recursos de uso comum são positivos, mas não estão sendo efetivos para os pescadores. Tal fato ocorre em função da necessidade de formação e de informação, tanto dos órgãos ambientais quanto dos pescadores. Ou seja, os pescadores necessitam repassar conhecimentos tradicionais em diálogo com os conhecimentos atuais de gestão dos recursos naturais que se encontram mais ameaçados pelas pressões do processo de urbanização e demais atividades degradantes dos ecossistemas costeiros.

Ademais, a partir desse quadro, percebe-se que a pesca convive com um dilema. Tal dilema dá-se em função de o setor ser pouco moderno, fortemente acostumado com um paternalismo, um protecionismo do Estado. Contudo, ele sobrevive em meio a uma situação de crise da maioria dos estoques pesqueiros.

Conclui-se, então, que os maiores problemas da pesca artesanal estão na sua gestão e na identificação do fato de que, na atualidade, a natureza impõe limites e que não é a natureza que deve rever esses limites, mas o homem é quem deve rever o modo como ele se vale dos recursos disponíveis pela natureza. Por meio das análises empreendidas no transcurso deste artigo, observou-se que, embora se manifestem as duas racionalidades no âmbito da pesca artesanal da Grande Florianópolis, a racionalidade predominante é a do cálculo utilitário, cujas consequências são a exploração abusiva dos recursos pesqueiros, a falta de acordo entre os usuários dos recursos naturais, a ausência de mecanismos de gestão compartilhada e negociada desses recursos e, por fim, a falta de formação e informação sobre os limites do crescimento das atividades pesqueiras no litoral da Grande Florianópolis. Assim, a racionalidade substantiva, embora presente nas dinâmicas produtivas da pesca artesanal, não tem impacto significativo sobre a gestão equilibrada dos recursos pesqueiros locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal é uma atividade com relativa importância cultural e econômica na região pesquisada. Porém, ela sofre pressões de diferentes atividades econômicas como: a indústria pesqueira, a especulação imobiliária, o turismo de massa e a desarticulação interna do setor, sem contar o efeito da perda de renda, do desemprego e da exclusão social. Nesse sentido, torna-se relevante compreender o setor pesqueiro e as percepções dos atores sociais locais frente às novas dinâmicas produtivas baseadas em um estilo de desenvolvimento pensado territorial e ecologicamente prudente.

No âmbito da avaliação da racionalidade instrumental e substantiva permeada no contexto da pesca artesanal, verifica-se que a organização do segmento não favorece a predominância da racionalidade substantiva. O motivo pelo qual há manifestação da racionalidade instrumental pode ser encontrado na cultura política que permeia também a pesca artesanal – cultura do clientelismo e do paternalismo. No que tange à racionalidade socioambiental, considera-se que o pescador artesanal é, em certa medida, consciente da sua relação com a natureza e com os problemas que ele pode causar com a sobrepesca. Porém, a falta de formação e de articulação do conhecimento ecológico local ao conhecimento científico e a falta de fiscalização efetiva – pela comunidade e pela gestão pública – acarretam a perda dos estoques pesqueiros e o desajuste do uso do período do defeso. Sem contar que o turismo de massa e a própria indústria da pesca promovem a degradação das regiões costeiras da região.

Nesse sentido, as políticas públicas deveriam ser orientadas visando favorecer o fortalecimento da formação de redes solidárias, pois são essas redes que poderão ajustar as políticas públicas para o setor, bem como definir melhores estratégias para enfrentamento da crise da pesca artesanal em Santa Catarina e na região da Grande Florianópolis. Não se pode negar que a pesca artesanal, além de proporcionar maior variedade de espécies na mesa do consumidor final, também, promove a atividade extrativa mais sustentável em termos socioambientais. É fato que a pesca artesanal sobrevive paralelamente, sendo destinada principalmente à subsistência de pequenas colônias de pescadores em regiões ribeirinhas e litorâneas, que utilizam redes de pequeno porte, espinhéis, tarrafas e redes de espera, e que a pesca industrial

vale-se de uma cadeia produtiva bem mais estruturada e articulada internacionalmente.

Todavia, é preciso rever papéis e políticas para a convivência harmônica e equilibrada dessas atividades econômicas, principalmente em função da pesca artesanal agregar, além do trabalho e renda gerados, um componente cultural rico, da cultura caiçara e açoriana e que deverá ser preservado.

Por isso, o presente trabalho demonstra a necessidade de replicação de estudos sobre a pesca artesanal e seus arranjos institucionais, para que se possa pensar estratégias alternativas mais compatíveis com o desenvolvimento territorial sustentável. Além disso, consideram-se férteis os estudos que demonstrem a viabilidade de proliferação de organizações de economia social para alavancagem da pesca artesanal nos municípios em questão. Observa-se, ainda que embrionariamente, situações que demonstram a potencialidade de estruturação e organização de empreendimentos sociais nessa região.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Raphael Bastos Mareschi. **Pesca artesanal na Baía Norte de Florianópolis: capturas, esforço de pesca, problemática e possíveis soluções.** Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BECATINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 2, mar. 2001.

BOURQUE, Gilles L. De l'ancienne à la nouvelle économie: un processus de modernisation sociale de l'industrie. **Cahiers du CRISES.** Coleção Working Papers, Quebec, n. ET0006. Mars 2000.

CABRAL, Daniel Henrique Severino de Lima Bezerra. **Pesca artesanal brasileira: rumo ao cooperativismo.** Disponível em: <http://www.gci.inf.br/edicoes_anteriores/04/artigo_i_opiniao_01.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2008.

COURLET, Claude. **Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique.** Paris: L'Harmattan, 2001.

COURLET, Claude; SOULAGE, Bernard. **Industrie, territoires et politiques publiques.** Paris: L'Harmattan, 1994.

DAURA-JORGE, Fábio Gonçalves; WEDEKIN, Leonardo Liberali; HANAZAKI, Natália. **A pesca artesanal no mosaico de áreas protegidas do litoral de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Boticário de Proteção à Natureza, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.

FAO. **La situation mondiale des pêches et de l'aquaculture**. Roma : Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture, 2008. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/i0250f/i0250f.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2010.

FARIAS, José Henrique de. Consciência crítica com ciência idealista: paradoxos da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos. **CADERNOS EBAPE. BR**: Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, set. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Vozes: Petrópolis, 2009.

LEMOS, Cristina. **Micro, pequenas e médias empresas no Brasil**: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. Rio de Janeiro, 2003. 269f. (Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimento. **Revista Centro de Ciências Administrativas**: Fortaleza: [s.n.]. v. 9, n. 2, p. 189-195, dez. 2003.

LUDCKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa qualitativa em educação**: abordagens. São Paulo: EPU, 1996.

MAILLAT, Denis. Milieux innovateurs et dynamique territoriale. In: RALET, A.; TORRE, A. (Hrsg): **Economie industrielle et économie spatiale**. Paris: [Economica], 1995. p. 211-232.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira. **Cooperativismo e desenvolvimento territorial sustentável**: orientações estratégicas e alternativas de geração de trabalho e renda das comunidades pesqueiras da Grande Florianópolis - Santa Catarina. Relatório Pós-Doutorado (Pós-Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2011.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira. **Industrialização e meio ambiente no estado de Santa Catarina**: Estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira; CAVICHIOLI, Marcelo. **As estratégias de**

sobrevivência das comunidades pesqueiras do Vale do Itajaí. Itajaí: [s.n.], 2005. Mimeo (Relatório de pesquisa Artigo 170).

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira; SPERB, Matias Poli; TONET, Rogério Silveira. Elementos de la economía social en las comunidades de pescadores litorales (caiçaras): estudios de los municipios del Delta del Río Itajaí, Santa Catarina, Brasil. **Cayapa: Revista Venezolana de Economía Social**, v. 11, p. 56-77, 2011.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Santa Catarina:** notas sobre o mercado de trabalho do setor. Chapecó: UNOCHAPECÓ. Cadernos de Economia. Ano 11, n. 21, jul./dez. 2007.

PAULA DE PAES, Ana Paula. Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE Debate**, v. 45, n. 1, jan./mar. 2005. São Paulo: EPU, 1996.

PORTER, Michael. Aglomerados e Competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: **Competição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RAIS. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 2000.** Disponível em: <http://sgt.caged.gov.br/XOLAPW.dll/fsmMain?C=false&D=false>. Acesso em: dez. 2010.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil.** Brasília: SEBRAE, 2002.

_____. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. Ecodesenvolvimento: 1972-1992. In: **Agricultura e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano 1, n. 1, 1992.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel e FUNDAP, 1993.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHMITZ, Hubert. Collective efficiency and increasing returns. **IDS Working**, v. 50, mar. 1997.

_____. Eficiência coletiva: caminho para o crescimento da indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE.** Porto Alegre: FEE, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 97-120, set./dez. 2009.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental:** conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2006.

SERVA, Maurício. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: EAESP/FGV, 1996.

SEVERO, Cristiane Marques. **Pesca artesanal em Santa Catarina: evolução e diferenciação dos pescadores da Praia da Pinheira**. Porto Alegre, 2008. 135 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas), UFRGS. 2008.

SOLTEC. **Relatório analítico da pesquisa ação na cadeia produtiva da pesca PAPESCA/UFRJ**. Rio de Janeiro: s.n. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VANCLAY, Frank. International principles for social impact assessment. In: **Impact assessment and project appraisal**. v. 21, n. 1, mar. 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

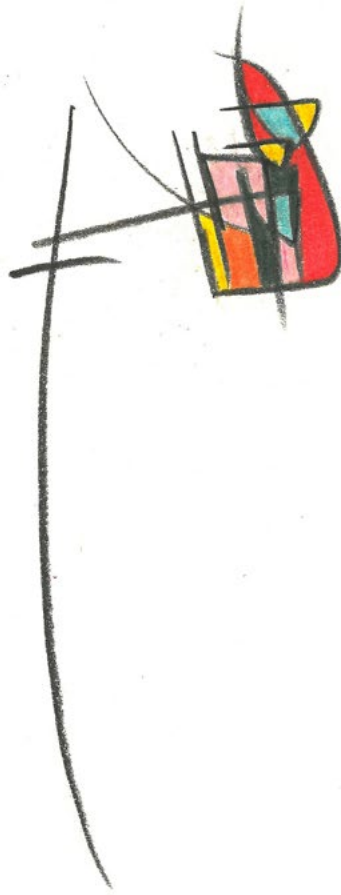
VIEIRA, Paulo Freire. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

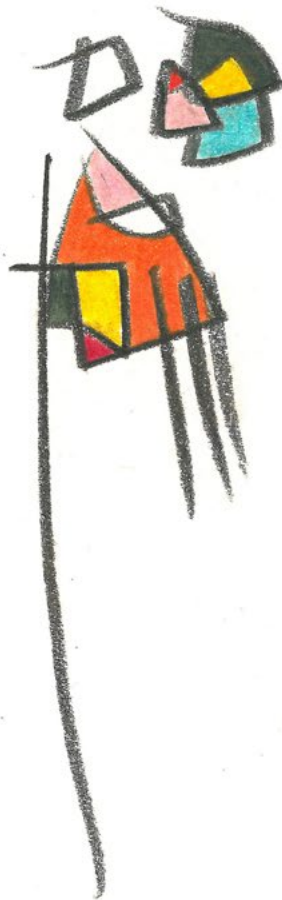
**Elaine Cristina
de Oliveira
Menezes**

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Administração no Centro de Ciência da Administração e Socioeconômicas - ESAG, da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

**Luciana
Ronconi**

Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e Pós-doutorado na Universidade de Lisboa, no âmbito do Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão. Professora do curso de Administração Pública da ESAG - Centro de Ciência da Administração e Socioeconômicas, da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública - NISP e do Grupo de Pesquisa Co-produção do Bem Público sob a ótica de Accountability, Responsabilidade Social e Terceiro Setor - POLITEIA.





Marketing e Estudos Organizacionais: O Fim do Divórcio

Cristiana Trindade Ituassu, Matheus Santana Abreu, Rodrigo Hilário Fiche e Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão

Resumo

Propomos uma aproximação entre o Marketing e os Estudos Organizacionais (EO), pela via da crítica. Considerando a centralidade do consumo na pós-modernidade, não lhe cabem posições marginais neste campo do conhecimento. E, se a compreensão do consumo, especialidade do Marketing, é útil para os EO, a contribuição que os EO podem oferecer liga-se aos estudos críticos em gestão, capazes de auxiliar na construção de teorias e práticas mercadológicas menos alienadas e alienantes. Recomendamos pensar essas questões buscando uma perspectiva nacional, considerando nossa tradição crítica autônoma, o papel do país como grande mercado e o crescimento do consumo em terras brasileiras.

Palavras-chave

Marketing. Estudos Organizacionais. Pós-modernidade. Pós-modernismo. Consumo.

Abstract

We propose a connection between Marketing and Organizational Studies, through critical approach. Taking into account the centrality of consumption in postmodernity, such issues should not be set aside in this area. Moreover, since understanding consumption, which is Marketing's subject-matter, is useful in the field of Organizational Studies, the contribution by Organizational Studies is linked to critical management studies, capable of assisting the construction of less alienated and alienating marketing practices and theories. We recommend analyzing such issues from a national perspective, by taking into account our own critical tradition, the country's role as a large world market and the increase of consumption in Brazil.

Keywords

Marketing. Organizational Studies. Post-modernity. Post-modernism. Consumption.

INTRODUÇÃO

Vários autores, ao caracterizar nossa época, ressaltam a importância assumida pelo consumo. Bauman (2008), por exemplo, comenta que o que diferencia nossa sociedade da anterior é que, nela, não nos engajamos como produtores, mas como consumidores. Já Lipovetsky (2006) chama essa sociedade de sociedade do hiperconsumo, definida por um estado da economia de mercado marcado pela centralidade do consumidor. Fontenelle (2011) e Faria e Guedes (2004) são autores nacionais que também comentam a relevância do consumo na contemporaneidade e a esses nomes poderíamos, ainda, unir outros, brasileiros ou não (MOTTA, 1985; SILVA, 2007; PAULA, 2008; ALVESSON; WILLMOTT, 1992; ALVESSON, 1994).

Nesse contexto, cabe questionar por que a área de Estudos Organizacionais (EO) desconsidera a contribuição que o estudo do consumo poderia proporcionar para a compreensão do que ocorre dentro e fora das organizações, não lhe conferindo o papel que lhe cabe, como bem apontaram Knights e Morgan (1993). As respostas para isso envolvem questões que vão de aspectos políticos ligados à delimitação do campo de estudo de disciplinas como EO e Marketing à postura anti-interdisciplinar que essa matéria assume (ALVESSON, 1994; FARIA; GUEDES, 2004). De qualquer forma, acreditamos que a realidade social associada às organizações pode ser melhor compreendida caso os EO voltem sua atenção para essa questão, e aqui defendemos que isso pode ser feito por meio de uma aproximação com o Marketing Crítico, cujo foco recai sobre preocupações tecnicistas que dominam a teoria tradicional em Marketing (ALVESSON, 1994).

Abordagens críticas em Marketing existem, mas, segundo Alvesson (1994) e Burton (2001), são ainda incipientes, enquanto que, nos EO, os trabalhos críticos tornam-se mais numerosos a cada dia e ganham cada vez mais atenção (PAULA *et al.*, 2010). Se essas áreas se aproximassem por meio das abordagens críticas, acreditamos que haveria ganhos para ambas as partes: de um lado, os EO se aproveitariam do melhor entendimento da dinâmica de consumo, especialidade do Marketing. De outro, poderiam contribuir enriquecendo essa perspectiva com uma visão mais crítica, de forma a avançar o conhecimento e trazer como benefícios preocupações que favorecessem o combate a problemas como desmobilização política, enfraquecimento dos grupos sociais, alienação dos indivíduos e submissão dos homens ao domínio das grandes corporações (MARANHÃO; PAULA, 2012).

O que propomos, assim, é que isso seja feito, ao mesmo tempo em que se privilegie uma abordagem brasileira do tema, que se aproveite da nossa tradição crítica autônoma e que leve em conta a importância assumida pelo consumo, quando se percebem o novo papel do país como grande mercado mundial e a crescente inserção de considerável parcela de sua população na dinâmica do consumo, configurando o que alguns chamaram de a “nova classe média” (NERI, 2008). Isso atenderia a uma necessidade reconhecida por diversos autores, desde aqueles que, já há bastante tempo, advogavam a necessidade de produzirmos uma teoria própria que considere nossas especificidades, como Guerreiro Ramos (1981) e Maurício Tragtenberg (PAULA, 2001), até pesquisadores mais recentes, que também discutem nosso hábito de reproduzir conhecimento construído extra-fronteiras, como

Bertero e Keinert (1994), Bertero, Caldas e Wood (1999), Rodrigues e Carrieri (2001), Paula *et al.* (2010).

Para defender essas ideias, estruturamos o artigo da seguinte maneira: primeiramente, discorremos sobre a pós-modernidade como época histórica, o pós-modernismo como perspectiva teórica e o consumo nesse contexto. Em seguida, detalhamos a importância de os EO incluírem, entre suas preocupações, a compreensão de aspectos ligados ao consumo. Depois, ao tratar das abordagens críticas em Marketing, descrevemos como essa área está aberta a contribuições, carente que se encontra delas, e como, por outro lado, poderia enriquecer as pesquisas em EO. Por fim, com o intuito de contribuir para a construção de uma teoria própria, nacional, feita por nós e para nós, tratamos do Brasil nesse contexto, com toda a potencialidade que traz como grande mercado consumidor que é e, portanto, como rica fonte de dados para pesquisas que investiguem o consumo. Para encerrar o trabalho, nas considerações finais, retomamos o argumento de que a aproximação de conceitos como pós-modernidade, pós-modernismo, consumo e realidade brasileira pode favorecer uma compreensão mais ampla de fenômenos que interessam tanto aos EO quanto ao Marketing, criando também novos horizontes para os dois campos do conhecimento, pela via crítica.

PÓS-MODERNIDADE E PÓS-MODERNISMO

É difícil falar em pós-modernidade sem que se trate da modernidade. Esta se liga à noção da construção da ordem como tarefa (BAUMAN, 2008), envolvendo a Administração, o planejamento, projetos. Apoiar-se em critérios antropocêntricos, como progresso e razão (COOPER; BURRELL, 2006). Está relacionada a acontecimentos como a Reforma Protestante, o Humanismo, a Revolução Francesa, o capitalismo, a racionalização (FONTENELLE, 2008). Refere-se, assim, a um contexto de época, que Bauman (2001) delimitou como iniciado no século XVII, com mudanças socioestruturais e intelectuais, tendo atingido sua maturidade como projeto cultural com o Iluminismo e, posteriormente, como uma forma de vida marcada pela industrialização. Reflete-se numa sociedade de organizações burocráticas, caracterizada pela busca da objetividade e da racionalidade, com base na confiança depositada na tecnologia e no progresso científico, de uma humanidade que se crê soberana a partir do uso da razão (MOTTA, 1985; VIEIRA; CALDAS, 2006).

O termo pós-modernidade, por sua vez, é empregado pela primeira vez em 1947, pelo historiador Arnold Toynbee, que falou numa idade pós-moderna (BARROS FILHO; LOPES; CARRASCOZA, 2006). O tema foi ganhando força e, em 1979, Lyotard (2010) iniciou, de fato, sua elaboração teórica, tecendo uma crítica às metanarrativas, dentre as quais a grande máxima moderna, segundo a qual a humanidade é seu próprio agente libertador, por meio da ciência e do conhecimento. Dessa forma, o autor define como pós-moderna a incredulidade com relação aos metarrelatos (FONTENELLE, 2008).

Barros Filho, Lopes e Carrascoza (2006) falam desse tempo como a era do vazio, do predomínio do sensorial sobre o racional, de explicações compreensivas e fragmentadas, de imprecisão de expectativas, de fragilidade institucional, de excesso, desperdício e consumação,

de muitos deuses e da natureza oscilante dos afetos: um tempo sem preocupação com a própria substância e definido em função do que não é. Os autores comentam a existência de um novo homem, nesse período, ao qual corresponde também um novo consumidor, agora plural, efêmero, incoerente. Esse consumidor de fachadas múltiplas representa várias demandas, num comércio incessante de representações, sem compromissos de uniformidade ou padrões de consumo. Ele seria, então, muitos consumidores numa só pessoa, alguém de identidade instável e descontínua, feito de cacos de experiências e informações. Para Barros Filho, Lopes e Carrascoza (2006), isso traz uma série de problemas para praticantes e pesquisadores do Marketing, afinal esse novo indivíduo não cabe mais nas categorias utilizadas até então para defini-lo, descrever seu perfil ou determiná-lo como público-alvo. No entanto, longe de configurar uma crise no Marketing, essas questões contribuíram para sofisticá-lo; agora, por meio das marcas, vendem-se sentidos, não mais produtos. E, nesse mundo recriado por signos, a ideologia não é eliminada, mas intensificada – as relações sociais por detrás das mercadorias estão ainda mais mascaradas.

Esse momento é marcado, também, pela desilusão com a razão, capaz de horrores como a bomba atômica e o nazismo; pela passagem da sociedade da escassez para a da abundância; pela transformação de tudo em mercadoria. Envolve também o esmaecimento de afetos; a visão do indivíduo como consumidor; a perpetuação da mudança; a vivência de um eterno presente; a perda de sentido do longo prazo; a espetacularização da sociedade; a cultura de massa. Referimo-nos, portanto, a um tempo de mudanças comportamentais e de questionamentos de arenas como família, trabalho e sexualidade, um tempo que tem no capitalismo seu sistema econômico por excelência e, no neoliberalismo, seu sistema político (FONTENELLE, 2008; BAUMAN, 2008; LIPOVETSKY, 2006; VIEIRA; CALDAS, 2006).

Ainda sobre esse cenário, Bauman (2004; 2008) descreve um mundo diverso, policultural e aberto, em que faltam âncoras sociais para a identidade. Segundo o que ele acredita, evitamos padrões de conduta que se cristalizem em rotinas e tradições, em vez de quebrá-las para construir outras melhores, mais sólidas; a cidadania está esvaziada e faltam projetos comuns. Buscamos, de forma isolada, respostas para problemas construídos coletivamente e o descontentamento social se dilui em grupos que lutam sozinhos. Com esse afrouxamento de vínculos, trocamos relacionamentos profundos por contatos sucessivos e superficiais: redes substituem relações e a satisfação instantânea disfarça a insegurança sentida.

Admite-se a pós-modernidade, assim, como um conceito periodizante, que descreve a época iniciada no meio do século passado (FONTENELLE, 2008). Falamos, então, de um fenômeno histórico, um período que liga um determinado modo de vida a uma nova ordem econômica que implica um novo tipo de capitalismo, com a obsolescência programada dos produtos e a aceleração do seu ciclo de vida, além de tecnologia e consumismo. Novas indústrias, como serviços e informação, triunfam sobre atividades tradicionais. Em função de grandes revoluções no capitalismo, como a globalização dos mercados e a desregulamentação financeira, as organizações passam a buscar modos de produção mais flexíveis e menos hierarquizados. A competitividade baseada em economias de escala, na redução de custos e no aumento da eficiência dá lugar a um modelo em que o consumo ganha papel de destaque

(LIPOVETSKY, 2006; BAUMAN, 2008; FONTENELLE, 2008).

Há, contudo, quem questione a pós-modernidade como um novo estágio, argumentando que se trata apenas de uma redefinição de caminhos (BARROS FILHO; LOPES; CARRASCOZA, 2006). Bauman (2001) e Giddens (2002) seriam exemplos, apresentando diferentes motivos para se contrapor à ideia de um rompimento com o período anterior, preferindo falar em modernidade líquida, no caso do primeiro autor, ou alta modernidade, no caso do segundo. Neste ensaio, assumimos o termo pós-modernidade pela falta de outro melhor. O termo pós torna o desconhecido mais familiar, ao relacioná-lo a algo da nossa realidade (FONTENELLE, 2008). Assim, entendemos que pode nos ajudar a compreender a contemporaneidade. Lembramos, de qualquer forma, que essa divisão é, acima de tudo, didática, e que características da modernidade e da pós-modernidade – tenha esta última que nome tiver – coexistem em muitos momentos e circunstâncias. Para além dessas controvérsias, a ideia é que estamos num tempo diferente, em que floresceu uma nova visão de mundo e, por que não dizer, do conhecimento: um tempo que originou o pós-modernismo, a ser detalhado posteriormente, e que exhibe novas características, sendo aquelas que nos interessam as que se referem às diferenças nas formas e no status do consumo.

A pós-modernidade, vista como época, trouxe consequências para os EO. Afinal, tempos pós-modernos demandam organizações pós-modernas, sejam elas chamadas de pós-burocráticas, pós-fordistas, pós-industriais ou assumam outros nomes ainda (HASSARD; TONELLI; ALCADIPANI, 2000). Segundo os autores, diferentes termos têm sido empregados para designá-las, referindo-se a aspectos comuns, como flexibilidade organizacional, mais autonomia para funcionários, estrutura enxuta, redes de apoio entre as organizações e cultura empresarial forte.

A análise das organizações típicas desse período remete, por sua vez, ao pós-modernismo, visão de mundo que se liga à condição pós-moderna e descarta a ideia de um tipo de regulamentação normativa da comunidade humana (BAUMAN, 2004). O pós-modernismo, apontado como movimento teórico multidisciplinar que envolveu desde as artes até a filosofia e as ciências sociais, incluindo os EO, consiste numa abordagem ou perspectiva típica da pós-modernidade, configurando a cultura que reflete uma mudança histórica (FONTENELLE, 2008) ou, como afirma Paula (2008; 2010), um novo estilo, um novo *ethos* que se manifesta em várias áreas, como literatura e arquitetura, além de organizações.

Segundo Hatch e Cunliffe (2006), há tanta diferença entre os teóricos dessa perspectiva que é difícil encontrar pontos de consenso. Para as autoras, no entanto, eles dividem posições comuns no que se refere à crença de que não há realidade social passível de definição objetiva, tudo o que sabemos é relativo ao momento de nossa experiência e, já que a linguagem não tem significado fixo, não existem nem medidas precisas do nosso mundo, nem podemos fazer afirmações definitivas sobre ele. Nesse ponto, as autoras comentam uma premissa importante dessa abordagem, que justifica a centralidade que o discurso assume dentro dela: a de que a linguagem não espelha o real de forma acurada e a conexão entre as coisas e seus nomes é arbitrária, o que evidencia que a linguagem existe independentemente da realidade. Remetendo a ideias pós-estruturalistas, essa arbitrariedade leva à conclusão de que sentidos

mudam constantemente, como as palavras mudam suas referências, de forma que seria preciso absorver ambiguidade e incerteza na nossa teoria (HATCH; CUNLIFFE, 2006).

Alvesson e Deetz (1999) apontam que uma das ideias marcantes dessa perspectiva é a crítica aos grandes relatos, afirmação corroborada por Paula (2008), ao lembrar que o pós-modernismo foca múltiplas vozes e a política local, no lugar de estruturas teóricas e projetos políticos de larga escala. Vieira e Caldas (2006) reforçam esse aspecto, ao apontarem como denominador comum a reunir os teóricos do pós-modernismo a investida contra a razão iluminista. Nesse ponto, Hatch e Cunliffe (2006) comentam o ataque que essa abordagem faz ao mito do progresso, que apresenta o avanço científico e tecnológico como universalmente desejável. Assim, autores do pós-modernismo apontam para a ironia de que a busca da liberdade que o projeto moderno empreendeu acabou resultando na dominação, opressão e alienação das pessoas, subordinadas que se encontram a sistemas racionais e tecnologias: em outras palavras, nos tornamos escravos, em vez de mestres (HATCH; CUNLIFFE, 2006).

Segundo Alvesson e Deetz (2007), o pós-modernismo chama a atenção para a construção social, histórica e política do conhecimento, das pessoas e relações sociais, partindo de uma visão segundo a qual a dominação é fortalecida se esse processo de construção é negligenciado. Essa visão que enxerga o mundo existente como natural, racional e neutro acaba cristalizando a realidade social, perdendo conflitos importantes e desconsiderando alternativas, ao marginalizar alguns grupos e valores.

Conforme Cooper e Burrell (2006), o pós-modernismo analisa a vida social em termos de paradoxo e indeterminação, rejeitando o agente humano como centro do controle racional e do entendimento. Sobre essa questão, Alvesson e Deetz (2007) comentam, dentre outras características dessa abordagem, a ideia de pesquisa como resistência, isto é, caberia a ela a tarefa de questionar dogmas, fixações e fechamentos, desafiando suposições orientadoras para reabrir capacidades humanas obscurecidas. Com posturas como esta, tal perspectiva contribuiu para legitimar metodologias, direcionar atenção para temas negligenciados e mostrar a possibilidade de se construir uma teoria de forma diferente da até então praticada (VEIRA; CALDAS, 2006).

O pós-modernismo pode ser colocado lado a lado com a Teoria Crítica, quando ambos são vistos como alternativas à hegemonia funcionalista (VIEIRA; CALDAS, 2006). Quanto a isso, Alvesson e Deetz (2007) comentam que as duas correntes questionam, igualmente, a autoridade arbitrária e a vida social subordinada à racionalidade, que prioriza meios a fins e protege interesses de um grupo dominante. Contudo, se a Teoria Crítica vê o projeto moderno doente, para os estudiosos do pós-modernismo, ele já nasceu morto e acreditar na possibilidade de reconstrução seria substituir velhas ilusões por novas, já que os esforços nesse sentido acabariam resultando em novas formas de dominação.

Nos EO, o pós-modernismo chegou por teóricos europeus pós-estruturalistas. Os primeiros pós-modernistas nesse campo definiram-se pelo radical ataque ao positivismo. Gibson Burrell e John Hassard, no Reino Unido, e Marta Calás e Linda Smircich, nos Estados Unidos, são apontados como peças-chave para a disseminação dessa abordagem. Focando discurso, relativismo e relações de poder, esses estudos, então, se multiplicaram (VIEIRA;

CALDAS, 2006).

Falando ainda de como ideias pós-modernistas se apresentariam no campo dos EO, Alvesson e Deetz (1999) citam: a ênfase no poder constitutivo da linguagem e nas identidades fragmentadas, em oposição ao sujeito autônomo moderno; o foco numa multiplicidade de vozes; a conexão poder-conhecimento; a substituição da racionalidade, da previsibilidade e da ordem pelo jogo. Trata-se, portanto, de noções que trouxeram questionamentos sobre temáticas que envolvem os efeitos de poder dos discursos institucionais, as organizações como produtoras de subjetividades, a desreificação de objetos da vida organizacional, a busca por abordagens locais, em detrimento de perspectivas mais genéricas (ALVESSON; DEETZ, 1999). Na área de EO, o pós-modernismo teria favorecido a crítica ao perceber as organizações não como espaços de extensão da racionalidade humana, mas como uma reação defensiva a forças intrínsecas do corpo social que constantemente ameaçam a estabilidade da vida organizada, o que implica enxergar seu caráter imaginário (COOPER; BURRELL, 2006). Além disso, refinou nossa sensibilidade à diferença e nossa habilidade em tolerar o incomensurável (LYOTARD, 2010).

Ao lado do reconhecimento pelas contribuições do pós-modernismo, encontram-se também críticas a ele. Alvesson e Deetz (2007), por exemplo, comentam a falta de estudos empíricos. Vieira e Caldas (2006) afirmam que, para alguns opositores, o movimento não passa de um aglomerado de descontentamentos que comunga apenas da antipatia pelos projetos iluministas. Já Paula (2008) aponta uma crítica descompromissada com qualquer forma de razão, que acaba resultando no relativismo. Neomarxistas atacam esse relativismo onto e epistemológico, que levaria ao niilismo moral (FOURNIER; GREY, 2006). Por sua vez, Bauman (2001) questiona a postura radical de duvidar da potencialidade da crítica e autonomia humanas, que acaba acarretando a completa falta de soluções ou proposições. Enquanto isso, Harvey (1993) afirma ser difícil sustentar um movimento que nada propõe ao progresso, porque questiona essa noção, ou nada sugere para um mundo mais justo, porque não compartilha da noção de universalidade nem de princípios como a justiça (VIEIRA; CALDAS, 2006).

A despeito dessas críticas, contudo, Paula (2008) afirma que essa perspectiva tem ganhado espaço na academia brasileira, ainda que poucos pesquisadores declarem com transparência essa inclinação e muitos acabem confundindo distintas abordagens. No país, a influência do pós-modernismo vê-se pela influência de seus expoentes (Derrida, Latour, Foucault, Baudrillard), mais que pela assunção desse rótulo por parte dos estudiosos (VIEIRA; CALDAS, 2006).

PÓS-MODERNIDADE, PÓS-MODERNISMO E CONSUMO

Pelo que se viu no tópico anterior, como afirma Hassard (1994; 1999), pode-se falar de pós-modernidade e pós-modernismo como época ou perspectiva teórica. Para o autor, as duas noções apresentam limites, por exemplo: a visão ligada a um período histórico implica a ideia de que, se entendêssemos esses novos tempos, poderíamos controlá-los, ao passo

que a visão ligada à epistemologia desconsideraria experiências cotidianas dos atores sociais e careceria de benefícios práticos óbvios. A partir daí, defendendo que nenhuma dessas concepções permite a construção de uma análise organizacional pós-moderna, o autor articula uma proposta para criar, numa espécie de síntese entre as duas orientações, um novo paradigma para a teoria organizacional, capaz de focar a produção da organização e não o contrário, enfatizando sua instabilidade em vez de reproduzir modelos de controle para a previsão de atividades organizacionais (COOPER; BURRELL, 2006). Sem detalhar essa proposta, o que implicaria fugir do escopo do ensaio, para os fins a que nos propomos, convém ressaltar apenas que tanto esse período histórico quanto o humor que o acompanha estão intimamente associados à questão do consumo.

Assim, como afirmou Fontenelle sobre a pós-modernidade, época que abriga o pós-modernismo como perspectiva (2008, p. XV), “Quanto ao universo do consumo, a ligação entre os dois temas é visceral, dado que os autores que abordam a pós-modernidade de uma perspectiva histórica quase sempre a associam à emergência de novas formas de consumo”. Exemplificando o que a autora diz, citamos Bauman (2008), que descreve a contemporaneidade como uma sociedade de consumidores, marcada não pela relação consumidor/produto, mas pelas relações entre as pessoas, que se moldam pela relação consumidor/produto. Dito de outra forma, nossa sociedade não se define pela divisão cliente/mercadoria, mas pelo fim dessa separação: seja em que esfera for, precisamos nos engajar em atividades de Marketing e nos vender. Afinal, tornamo-nos produtos, seja nas interações pessoais ou nas profissionais. Exigimos os direitos de um consumidor soberano, mas acabamos tratando os outros como mercadoria e sendo tratados da mesma forma – o que se reflete, dentre outras coisas, no nosso caráter de descartabilidade (BAUMAN, 2008), evidenciado no ambiente de trabalho pelo que Aubert (1993, p. 96) chamou de “[...] Gestão Kleenex”.

A ligação entre o pós-modernismo, a pós-modernidade e o consumo fica clara, também, nas palavras de Lipovetsky (2006, p. 9), que descreve a sociedade do hiperconsumo como o estado da economia definido pela centralidade do consumidor. Nesta fase do capitalismo, o cliente assume, ao lado do acionista, posição central, deixando Estado, sindicatos e trabalhadores em segundo plano. Novas orientações incitam a eterna multiplicação e comercialização de necessidades, o melhor viver – preocupação exacerbada com o bem estar – se torna paixão das massas e objetivo das sociedades democráticas e um *ethos* consumista organiza comportamentos, inclusive os não comerciais. Cria-se uma nova subjetividade, chamada pelo autor de *homo consumericus*: um turboconsumidor móvel, flexível, distante, liberto das antigas culturas de classe, imprevisível, que busca experiências emocionais, qualidade de vida e saúde, imediatismo e comunicação; um indivíduo que quer conforto material e psíquico, abastecendo o mercado da felicidade, agora transformada em produto. É alguém aparentemente livre, mas mais subjugado à lógica do mercado que nunca.

Para Lipovetsky (2006), essa sociedade goza do que ele chamou de felicidade paradoxal, pois trouxe trunfos como maior expectativa de vida e melhores condições materiais, mas está envolta em uma série de contradições: enquanto o Produto Interno Bruto dos países sobe, cai a taxa de emprego; os corpos são livres, mas a sexualidade ainda é um problema;

as pessoas se divertem, mas se sentem inseguras; são felizes, mas estressadas; a opulência convive com a desigualdade. O que é evidente, no entanto, é que cresce a hegemonia do mercado e a mercantilização da vida se acelera, num tipo de vida que, segundo o autor, tende a se expandir e para o qual ainda não existe sistema alternativo.

Desse modo, um campo do conhecimento que se dedique a compreender a complexa realidade social ligada às organizações não deve se manter indiferente ao tema do consumo, como defendemos na seção a seguir.

CONSUMO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A ideia de que os Estudos Organizacionais devem dar mais atenção a questões ligadas ao consumo não é nova. Há mais de vinte anos, Knights e Morgan (1993) defenderam que os EO precisam incluir essas preocupações em sua agenda de pesquisa, atribuindo ao consumo posição de destaque. Afinal, na contemporaneidade, ele passa pelas organizações e é possibilitado pela sua mediação. A flexibilização da produção, em detrimento de estruturas burocráticas, é um exemplo que aponta para o desenvolvimento de indústrias baseadas no consumidor. Além disso, o poder da influência da cultura de consumo e seus valores na estrutura organizacional são outros fatores a enfatizar a relação estreita entre consumo e Estudos Organizacionais.

Segundo afirmam esses autores, tem crescido o interesse sobre o assunto em áreas como a Economia, a Política e a História, mas os EO continuariam negligentes nesse sentido: sofrem do que foi chamado de “miopia institucionalizada”, e não de argumentação contrária, ao desprezarem o tema. Conforme Knights e Morgan (1993, p. 212), o consumo envolve diferentes etapas, num ciclo que vai da produção ao uso do bem ou serviço, e o foco dominante da análise organizacional recai na produção, não nos estágios finais desse ciclo – o que afasta esse campo do conhecimento da esfera do consumo. O paradigma estrutural-funcionalista, por sua vez, é responsável pela visão que separa organizações e mercado como elementos independentes de um sistema, perspectiva que também contribui para colocar o consumo numa posição periférica diante de questões organizacionais.

A partir daí, Knights e Morgan (1993) lembram que os produtos precisam ser analisados conforme três categorias: valor de troca, valor de uso e valor de identidade. A primeira refere-se a quanto a mercadoria custa para o cliente, questão que envolve desde processos organizacionais internos a questões mais abrangentes, ligadas, por exemplo, ao papel dos consumidores e do Estado na formação desses preços. A segunda categoria, referente ao valor de uso, é relativa à utilidade que o produto é capaz de oferecer, utilidade que é construída a partir de informações sobre o mercado que a organização transforma em bens, via pesquisas de tendências. Esses dois aspectos reforçam a importância do contexto e de se evitarem investigações que analisem as organizações de forma isolada do ambiente. Por fim, o valor de identidade diz respeito ao fato de que é pelo consumo que os indivíduos se tornam sujeitos com um significado, um sentido pessoal e um senso de identidade; por meio de uma relação social mediada pelo consumo, pelos objetos e símbolos consumidos.

Assim, os EO devem contemplar não só a formação de identidades dentro da organização, ou seja, a construção de subjetividades via trabalho, mas também como esse processo ocorre fora dela.

Nesse ponto, os autores comentam que houve mudanças qualitativas nos termos em que o consumo contribui para a formação da identidade: antes, meio de exibir classe ou status de um grupo, deu lugar a uma forma mais diversificada e pluralística de padrões de consumo, na qual a busca de distinção resulta numa multiplicidade de identidades e na exibição da diferença por um conjunto distinto de produtos. Isso atende ao interesse das organizações de expandir seus negócios, já que estilos de vida ou produtos não se restringem mais a um grupo específico, como na época das avaliações estáveis e hierarquizadas. Ao contrário, podem ser alvo de desejo de qualquer um, capaz de combiná-los a outros bens e ressignificá-los, visando se diferenciar. Sem o poder das organizações de produzir essa multiplicidade de bens, e sem o papel central do Marketing e da publicidade em administrar seus significados, permitindo aos clientes construir subjetividades, o processo não seria viável – reforçando, mais uma vez, a relevância do consumo para se compreender a realidade organizacional, e vice-versa.

Ainda sobre esse assunto, Faria e Guedes (2004) mostram como as disciplinas foram construídas socialmente, servindo, muitas vezes, a fins políticos. Nesse sentido, apontam que as áreas de Estudos Organizacionais, Estratégia e Marketing, embora tenham as mesmas raízes históricas ligadas à legitimação das grandes organizações empresariais, possuem responsabilidades divididas tacitamente dentro da academia norte-americana. Um campo raramente problematiza os assuntos investigados por outro: os EO cuidam de pesquisar o ambiente interno e a Estratégia o externo, enquanto ao Marketing cabe o monopólio do estudo do mercado. Isso também distancia os Estudos Organizacionais da questão do consumo.

Outro fator responsável por esse afastamento liga-se à hegemonia da academia dos Estados Unidos nessa área, denunciada por autores como Rodrigues e Carrieri (2001), Bertero e Keinert (1994), Ibarra-Colado (2006), Vieira *et al.* (2002) e Vergara (2005). Segundo Faria e Guedes (2004), a produção norte-americana em EO, que tendemos a reproduzir, é marcada pela marginalização do “outro” e pelo privilégio da produção, o que, mais uma vez, reforça a inclinação dos Estudos Organizacionais por um foco distante do consumo.

Diante desse problema, Faria e Guedes (2004) propõem que os EO adotem uma abordagem centrada no consumo a partir do foco na globalização, considerando a crescente assimetria entre os âmbitos da produção e do consumo que ela traz. Para os autores, se o desprezo analítico que a área de EO exhibe pelo consumo e pelo Marketing é essencial para legitimar práticas abusivas das grandes corporações globais, reforçando a visão segundo a qual elas são promotoras de progresso e bem estar social, é levando em conta a globalização, nas esferas empresarial e acadêmica, que podemos adotar uma perspectiva crítica. Duas possibilidades abrem-se, assim, nessa proposta: considerando uma realidade social mais abrangente, cabe aos EO analisar as organizações de consumidores, no Brasil, como uma forma de crítica ao modelo de consumo que tem sido disseminado pela globalização. Já de um ponto de vista

interno a esse campo do conhecimento, os pesquisadores dos EO devem, antes de tudo, reconhecer e repensar como a própria área participa desse movimento global, consumindo conhecimento vindo de fora.

Fontenelle (2011) também comenta a importância de se trazer a análise crítica do consumo para os EO. Para a autora, se o principal papel das organizações contemporâneas é produzir clientes, e não bens, é preciso incluir o consumo nessa área do conhecimento. A partir daí, a autora comenta a formação da identidade, intimamente ligada a esse processo, e propõe o uso da Psicanálise – no caso, a Lacaniana – na compreensão da subjetividade criada pelo capitalismo de consumo. Se as organizações contemporâneas decodificam o *zeitgeist* e o transformam em produtos, por meio de atividades como a de *coolhunting*, cabe entender melhor esse processo mergulhando nas práticas organizacionais e sociais locais, para que se entenda como o consumidor brasileiro vem sendo produzido. Segundo afirma Fontenelle (2011), é nessa tensão entre um modelo global de consumo dado pelas grandes corporações, uma teoria baseada na crítica da cultura e um consumidor local que está o ponto de partida para se pensar como a categoria consumo pode contribuir para uma compreensão da realidade brasileira feita pela área de Estudos Organizacionais.

Com isso, independentemente do autor que a proponha ou da forma que encontre para fazê-lo, fica clara a importância de os Estudos Organizacionais assumirem o desafio de compreender as formas contemporâneas de consumo, suas raízes e os impactos que trazem para as organizações e a sociedade que, aqui, chamamos pós-moderna.

ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E MARKETING CRÍTICO

Como lembram Fournier e Grey (2006), desde o início, a gestão foi alvo de alguma análise crítica, seja relacionada a questões de ineficiência e desonestidade, seja ao caráter controlador do trabalho. Afinal, ela liga-se intimamente ao poder social e político. Contudo, foi na década de noventa que, favorecidos por condições políticas, institucionais e epistemológicas, Alvesson e Willmott (1992) lançaram, na Inglaterra, um livro que tentou unificar essa análise, delineando-a sob o nome de *Critical Management Studies (CMS)*. Desde então, proliferaram publicações e eventos sobre gestão crítica, envolvendo estudos embasados em diferentes tradições intelectuais, mas caracterizados, dentre outras coisas, por: desnaturalização da Administração e da ordem social; foco desvinculado da performance organizacional; reflexividade; intenção emancipatória; rompimento com o gerencialismo; denúncia de teorias e práticas que reproduzem um sistema de dominação; afirmação de novos modelos de interpretação da realidade; recusa do pragmatismo como fim e dos métodos quantitativos como os únicos científicos (FOURNIER; GREY, 2006; DAVEL; ALCADIPANI, 2003; VIEIRA; CALDAS, 2006; FARIA, 2007).

Marco na história desse tipo de investigação porque fundadora do que, posteriormente, veio a se configurar como um movimento, a obra de Alvesson e Willmott (1992) é uma coletânea de artigos na qual os autores descrevem que seu objetivo é alargar a agenda dos Estudos Organizacionais, para que sejam incluídos discursos reflexivos que enfatizem

determinados aspectos da Administração, possibilitando sua análise como fenômeno social opressivo, e não uma técnica neutra. Fica evidente a desilusão dos autores com a invasão do mundo corporativo na vida social e sua preocupação em demonstrar que a Administração não é apenas para administradores, mas para clientes, funcionários, mulheres e outros públicos, cujas vozes ainda precisam ser ouvidas. Com o livro, Alvesson e Willmott (1992) denunciam o uso ideológico da ciência para retomar seu potencial libertador, mostrando, como consequência desse modelo, companhias que produzem bens e pessoas, danos ecológicos, desemprego e outras mazelas, das quais os gerentes são vítimas e reprodutores.

Ghepart (1993) tece algumas críticas a essa obra, como o fato de ela não contemplar a natureza da pós-modernidade e o significado disso para a prática e a pesquisa administrativa, mas reconhece sua relevância no papel de abrir espaço para estudos que reorientem várias áreas da gestão a objetivos de emancipação. Dentre as contempladas pelos autores, ao lado dos Sistemas de Informação, da Psicologia Organizacional e da Contabilidade, está o Marketing.

No capítulo dedicado a essa disciplina, Morgan (1992) defende que o discurso do Marketing é, geralmente, dominado por uma abordagem do conhecimento normativa e positivista, que traz insatisfação inclusive para seus próprios praticantes. Para Morgan (1992), o Marketing é capaz de dizer o preço de tudo, mas o valor de nada; permite a comercialização de ideias, pessoas, partidos políticos e causas, reforçando uma fantasia imatura do mundo como uma gigantesca loja de doces, bastando a cada um de nós sentar e nos divertir. Conforme afirma o autor, é preciso, então, trazer teorias críticas desenvolvidas em outras áreas, como as de Habermas, Braverman ou Foucault, favorecendo perspectivas alternativas. Acima de tudo, para Morgan (1992), é necessário ver o Marketing como parte do processo pelo qual um tipo específico de sociedade é construído: aquele em que os seres humanos são tratados como coisas, a identidade reduz-se à posse de bens e todas as relações sociais são concebidas em termos mercadológicos. Isso significa criticar os arranjos sociais existentes e o próprio Marketing.

Corroborando essas ideias, Alvesson (1994) nega a premissa de que o Marketing estaria no negócio de satisfazer necessidades, comentando como técnicas e processos mercadológicos trazem distorções que atrapalham as pessoas na identificação de quais necessidades ou desejos teriam, de fato, importância. Um exemplo disso é a priorização, nos países ricos, de metas econômicas, em detrimento das ecológicas. Por esse motivo, dentre outros, o autor fala do Marketing como mistificação e *doping* cultural, acusando-o também de produzir subjetividades ao conceber indivíduos que são, acima de tudo, consumidores.

Desde então, diversos estudos adotaram abordagens alternativas para tratar do tema, investigando a influência das práticas mercadológicas na formação da personalidade, com análises feministas e simbólicas da linguagem de mercado, envolvendo questões que vão da educação em Marketing até a análise do discurso adotado em livros que foram sucesso de vendas, passando também por avaliações bibliométricas de artigos críticos da área (HACKLEY, 2003; TREGGEAR; KUZNESOF; BRENNAN, 2007; TADAJEWSKI, 2010; BRENNAN *et al.*, 2010; PEATHE, 1990; ALVESSON, 1994; BURTON, 2000;

para citar alguns). Em geral, esses trabalhos questionam os arranjos sociais existentes e o próprio Marketing, contemplando aspectos como a compreensão do processo de construção histórica desse campo de estudo, o contato com as principais controvérsias que ele envolve, o questionamento crítico das diferentes perspectivas que adota e a análise do processo de interação entre o Marketing e a sociedade em que se insere (MORGAN, 1992; MACHADO; MOTTA; LEITÃO, 2006). No Brasil, podemos enumerar, dentre outras, as pesquisas de Faria (2006; 2009), Maranhão e Paula (2012), Vieira *et al.* (2002), Brei, Rossi e Everard (2007) e Silva (2007). Apesar do foco e da abordagem distintos, todos indicam que enxergar o Marketing como um conjunto de ferramentas para desenvolver preço, praça, produto e promoção, excluindo-o da discussão crítica das organizações, é tão perigoso quanto a irresponsabilidade dos homens (e mulheres) de Marketing que desenvolvem ações no mercado consumidor, sem a menor crítica de suas consequências econômicas e ideológicas para a sociedade.

De qualquer forma, o que buscamos salientar aqui é que, apesar da existência dessas pesquisas, parece consenso o fato de essa temática ser explorada ainda de forma incipiente, no Marketing, diferentemente da realidade que se apresenta quando se fala de outras áreas. Muita comparação é feita, por exemplo, entre o Marketing e a Contabilidade, que já aderiu a análises críticas há mais tempo e com mais profundidade (BURTON, 2001; VIEIRA *et al.*, 2002; FARIA, 2006). Também nos Estudos Organizacionais, favorecidos pela fragmentação e interdisciplinaridade, os trabalhos críticos tornam-se, a cada dia, mais numerosos e ganham cada vez mais espaço (FARIA; GUEDES, 2004; PAULA *et al.*, 2010).

Alvesson (1994) chama a atenção, nesse contexto, para um paradoxo: o fato de o Marketing, área da Administração que talvez esteja mais sujeita a críticas, ser a mais fraca no que se refere a abraçar análises dessa natureza. Segundo o autor, apesar de haver investigações com essas abordagens alternativas, a influência de estudos críticos e não pragmáticos nesse campo do conhecimento é tradicionalmente pequena. Uma análise mais recente de Maranhão e Paula (2012) sobre a produção em Marketing Crítico mostra que não houve grandes mudanças, nesse panorama – pelo menos no que se refere à produção científica nacional.

Com relação às dificuldades de se adotar esse tipo de perspectiva crítica, Maranhão e Paula (2012) apontam desafios práticos e epistemológicos para o Marketing Crítico, diante da inegável filiação do Marketing a uma lógica capitalista, além da sua inclinação funcionalista. Faria (2006) ressalta que, antes de os pesquisadores dessa área buscarem emancipá-la, os praticantes do Marketing precisam perceber a necessidade de sua própria emancipação, admitindo ocupar posição problemática ao se verem ligados a uma autonomia que pouco tem a ver com sua própria realidade dentro da academia. Para o autor, os controladores desse campo de estudo, em sua maioria norte-americanos, evitam que o Marketing reproduza a fragmentação e o pluralismo de áreas como os EO. Além disso, o Marketing, aqui, subordina-se bem mais aos Estados Unidos do que os Estudos Organizacionais, não valorizando a crítica de pesquisadores brasileiros à importação sistemática de conhecimento estrangeiro em Administração. Burton (2001), por sua vez, lembra que, dada a falta de tradição teórica e o conhecimento relativamente pobre dos desenvolvimentos em outras ciências sociais, não surpreende que análises críticas estejam se desenvolvendo tão lentamente, nessa disciplina.

De qualquer forma, esses mesmos autores são unânimes em afirmar os benefícios que a adoção de abordagens alternativas é capaz de oferecer na prática, no ensino e na pesquisa em Marketing, ao permitir desnaturalizá-lo como ideologia das grandes corporações, além de possibilitar o desenvolvimento de consciência política em profissionais e teóricos, favorecendo uma prática nem alienada, nem alienante (MARANHÃO; PAULA, 2012). Conforme acreditamos, avanços também ocorreriam nos Estudos Organizacionais, especificamente nos estudos críticos em gestão, enriquecidos que seriam com as contribuições sobre o consumo que o Marketing é capaz de oferecer.

BRASIL

No que se refere ao Brasil, não são recentes os autores que advogam a necessidade de olhar para a Administração sob uma perspectiva crítica, desnaturalizando-a e enxergando seus impactos sobre as pessoas. Há várias décadas, Guerreiro Ramos (1981), por exemplo, propôs uma nova ciência das organizações, na busca de um modelo capaz de contrapor diferentes sistemas sociais ao atual modelo centrado no mercado. Segundo o autor, a teoria das organizações não admite sua limitada utilidade funcional, que a torna válida apenas para alguns contextos. Como resultado, vemos pessoas marcadas pela relatividade moral, que guiam seu comportamento, nas mais distintas esferas, com base na máxima econômica do cálculo utilitário de consequências. Assim, para Guerreiro Ramos (1981), o mercado é a mais eficiente das formas produtivas, mas a invasão da sua lógica em outros contextos sociais ameaça a preservação do meio ambiente e a saúde psicológica da humanidade.

Maurício Tragtenberg compartilhou várias dessas preocupações. Como afirma Motta (2001), o autor combateu a opressão e a exploração, defendendo a ciência como compromisso ético de elevação da dignidade humana. Ao tratar do ensino, por exemplo, Tragtenberg denunciou o que chamou de delinquência acadêmica, com professores e pesquisadores pouco preocupados com os fins sociais do conhecimento, construindo um saber técnico aparentemente neutro e apolítico, mas que é usado como instrumento de poder (PAULA, 2001). Engajado na causa da liberdade, ele analisou a Teoria Geral da Administração como uma ideologia que reproduz a dominação e tentou desenvolver teorias que se ligassem à construção de alternativas (VIEIRA; CALDAS, 2006; MISOCZKY; AMARANTINO-DE-ANDRADE, 2005).

Esses dois autores são, portanto, exemplos de pensadores nacionais que, já há muitos anos, antes mesmo de o movimento *Critical Management Studies* se configurar, problematizaram o capitalismo e a administração, abandonaram o pensamento conservador de que falta opção à sociedade vigente e perceberam que a teoria e a prática administrativas são responsáveis pela sua constituição e reprodução (MISOCZKY; AMARANTINO-DE-ANDRADE, 2005). Conforme apontam Paula *et al.* (2010), é possível mesmo afirmar que eles fundaram uma tradição crítica autônoma no Brasil.

O reconhecimento dessa tradição crítica autônoma assume relevância porque, apesar dela, vários pesquisadores apontam que a academia brasileira é fortemente influenciada

por autores anglo-saxões; consome, repete e divulga ideias vindas de fora; reproduz tendências do momento, acarretando uma sucessão de modismos. Segundo esses autores, nossa produção teórica tem, em sua maioria, uma perspectiva superficial; nossos textos não trazem originalidade nem contribuem para o entendimento de peculiaridades nacionais (BERTERO; KEINERT, 1994; RODRIGUES; CARRIERI, 2001; IBARRA-COLADO, 2006; VIEIRA *et al.*, 2002). Falando especificamente dos trabalhos em Estudos Organizacionais, Vergara (2005) também comenta o predomínio de referências estrangeiras, sobretudo norte-americanas. Conforme a pesquisadora, as referências brasileiras, embora escassas, parecem estar sendo mais utilizadas, o que pode demonstrar um encaminhamento para uma análise organizacional própria, embora ainda haja muito o que percorrer, nesse sentido.

Com essas constatações, percebemos dois aspectos importantes: o primeiro é que existe crítica além dos CMS e, embora o movimento tenha acabado estabelecendo um certo *mainstream* em estudos críticos, eles não se limitam ao Reino Unido (VIEIRA; CALDAS, 2006). Assim, considerar a Inglaterra o berço da crítica seria adotar uma perspectiva parcial e colonialista da crítica. O segundo aspecto para o qual chamamos a atenção diz respeito à necessidade de imprimirmos esforços em busca de uma teoria própria, que fale do nosso universo – ponto que intensifica a relevância do que propomos neste artigo.

Para além dessa nossa tradição crítica autônoma, a ideia de trabalhar a realidade brasileira ganha força também quando se considera o papel que o país adquiriu há pouco tempo como grande mercado mundial, junto a nações como a China, por exemplo. Conforme afirma Yaccoub (2011), em função da política de juros baixos e dos financiamentos facilitados a partir do Plano Real, um contingente mais amplo da população brasileira teve acesso a bens duráveis, em especial eletroeletrônicos, elevando seu status perante seus iguais. Esses consumidores passaram a adquirir visibilidade pública, sendo denominados pela mídia de “nova classe média”. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas, publicado em 2008, reforçou essa quebra de paradigma quanto à representação dos pobres, no Brasil, e de suas relações com o consumo. Focada na classe C, essa investigação mostrou como ela tinha aumentado em termos de poder aquisitivo, elevando sua posição na hierarquia econômica. Esse grupo então deixou de ser classificado como “pobre”, denominação que agora envolve as classes D e E. Deixou também, de lado, toda a carga que a expressão denota, para pertencer às chamadas classes médias. Nessa pesquisa, todos os indicadores apontaram para o *boom* da classe C que, assim, ganhou atenção e algum respeito a partir da melhora do poder de compra (NERI, 2008).

Embora essa expansão do consumo desfrute de aparente consenso entre os pesquisadores, a forma como essa temática é tratada recebe críticas, como a de que envolve discussões superficiais, que encobrem contradições sociais sem que se problematizem seus fundamentos teórico-conceituais (ABDALA; MISOCZKY, 2012). Conforme os autores, o discurso a respeito desse assunto costuma se silenciar sobre os riscos do endividamento e a persistência de desigualdades, assumindo premissas questionáveis como a de que o aumento nas taxas de consumo implica o desenvolvimento social do país. Independentemente dessas críticas, aqui cabe ressaltar que esse discurso associa a nova classe média ao crescimento do mercado

consumidor e ao fortalecimento do mercado interno, aspectos que nos interessam na medida em que demonstram o novo papel do Brasil como player mundial, escorado nesse aumento do consumo que vivencia e no potencial que ainda oferece, como grande mercado.

Jornais de grande circulação reforçam essa impressão. Reportagens da Folha de São Paulo, como “Empresas estrangeiras miram no Brasil e buscam parceiros” (Nunes, 2011), afirmam que a nação nunca esteve tão no foco de expansão das redes mundiais como agora; companhias de outros países nos veem como porta para a América Latina e, focando o poder de consumo da classe média brasileira, buscam parcerias com empreendedores locais. Segundo matérias desse tipo, crescer nesse mercado se tornou estratégico. O Jornal Financial Times, por sua vez, traz como exemplo outro artigo que reforça essa ideia: “*Brazil confidential: consumption and resources are central do development*” (LAPPER, 2012). Nele, diz-se que, além dos nossos recursos naturais, que nos permitem a auto-suficiência em matéria de água, energia e alimentos, o entusiasmo dos brasileiros em consumir está se tornando uma considerável vantagem macroeconômica. Conforme a reportagem, apesar da desaceleração da economia no fim de 2011, as vendas de tudo – de lâminas de barbear, passando por chocolates até relógios de luxo – têm crescido anualmente a taxas de dois dígitos percentuais ou mais. Em alguns setores, como o de cosméticos e higiene pessoal, nosso mercado está prestes a se tornar o maior do mundo. A matéria mostra, ainda, pessoas com rendimentos mais restritos como um dos maiores focos dessa expansão e afirma que as tendências de juros mais baixos e o aumento na formalização de negócios apontam para que esse crescimento do consumo continue por algum tempo.

Diante disso, o importante é perceber que, numa realidade em que o consumo ocupa o centro da pauta de discussão como grande fenômeno a caracterizar o Brasil, não há como desconsiderá-lo num campo do conhecimento como os Estudos Organizacionais, que envolve o que acontece com as empresas. Afinal, isso está diretamente relacionado, no caso do nosso país, à entrada dessas pessoas na dinâmica do consumo e no impacto que isso traz, diretamente ou não, para as organizações. Trata-se, assim, de mais um aspecto a corroborar nosso argumento a respeito da necessidade de investigar a temática, nessa área, voltando-nos para peculiaridades nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades que o Marketing enfrenta para responder a demandas críticas já foram apontadas por vários autores. Da mesma forma, os benefícios de se incluir o tema do consumo nos Estudos Organizacionais também já foram alvo de debate entre muitos pesquisadores. Neste ensaio, nosso objetivo foi discutir a relevância de se estreitarem os laços entre esses dois campos do conhecimento, diante dessas questões. Nosso argumento defende que isso pode ser feito por meio das abordagens críticas.

Entendemos que a temática do consumo deve ser acolhida pelos EO e nele ocupar posição de destaque, pois é lá que encontra campo fértil para o debate, assim como respaldo teórico para fomentar pesquisas críticas, sejam elas de natureza pós-estruturalista, marxista,

psicanalítica, simbólica ou frankfurtiana. Restringir essa discussão ao Marketing seria tolher a crítica, já que essa área não tem se mostrado um campo fértil para debates e o desenvolvimento de pesquisa crítica. Além do mais, a associação de uma temática crítica que se opõe ao funcionalismo, revelando a plenos pulmões sua intenção de dominação, dificilmente teria êxito se submetida a ela. A crítica de qualquer função precisa, portanto, ser independente, e restringir os estudos críticos sobre o consumo ao Marketing seria, além de infrutífero, ingênuo.

As pesquisas críticas em Marketing podem ser vistas como uma extensão do que propuseram Alvesson e Willmott (1992), ao darem origem ao CMS. Se a ideia era fazer com que as várias áreas da Administração se voltassem para a reflexão, para desnaturalizar a gestão e a ordem social, buscando emancipação em vez de desempenho organizacional, então era não só natural, como desejável, que isso se difundisse, também, no Marketing. Contudo, este apresenta uma série de barreiras a esse tipo de abordagem e, diante disso, os EO podem dar sua contribuição. Neles, mais propícios à crítica pela sua fragmentação e interdisciplinaridade, pesquisas com essa natureza vêm ganhando espaço e reconhecimento. Nada mais apropriado, portanto, que popularizar suas discussões e descobertas, dividindo-as e debatendo-as em prol do avanço do conhecimento crítico, num campo em que ele ainda é incipiente.

Por outro lado, acreditamos que essa relação deve trazer vantagens mútuas. Falando agora das que beneficiariam os EO, acreditamos que não é possível conferir destaque ao consumo nos Estudos Organizacionais ignorando o que o Marketing já produziu sobre o assunto. Afinal, ele foi produto e protagonista desse processo que construiu novas subjetividades, na pós-modernidade, dando contribuições essenciais para conferir ao consumo a relevância que ele apresenta contemporaneamente (FONTENELLE, 2008). Logo, nossa sugestão é a de que os EO se abram para esse conhecimento, ou seja, para tudo o que praticantes e pesquisadores de Marketing podem oferecer em termos do entendimento sobre as características do consumo, suas razões e os impactos de tudo isso para pessoas e organizações.

Essa nova orientação inclui, em termos concretos, a participação em eventos da área, o intercâmbio de ideias, a cooperação em pesquisas conjuntas, o uso de referências de Marketing. Aparentemente algo simples, uma mudança de postura como essa exige o reconhecimento de que os Estudos Organizacionais são, por natureza, uma área interdisciplinar – com tudo o que isso traz em termos de implicações. Exige também que se combata uma resistência que, sentimos, existe em relação ao Marketing, principalmente entre teóricos críticos. Exige, por fim, a humildade em aceitar que, de um campo de estudos tradicionalmente pragmático como o Marketing, também podem vir contribuições para uma melhor compreensão da complexa realidade das organizações e do mundo em que elas se inserem.

Assim, longe de propor uma espécie de colonização temática, em que um campo do conhecimento se apossaria de um construto pertencente a outro, falamos aqui de uma aproximação entre áreas. Em coerência com pressupostos do pós-modernismo, não enxergamos maior relevância no Marketing ou nos EO; reconhecemos que se trata de discursos diferentes e igualmente válidos sobre questões organizacionais. Não cabe, portanto,

hierarquizá-los, mas colocá-los lado a lado de forma que cada um possa dar sua contribuição para o entendimento da realidade social associada às organizações.

Além disso, chamamos a atenção para a necessidade de produzir uma teoria genuinamente nacional, que contemple características e especificidades do nosso país, nossa história, nosso momento. Conforme acreditamos, o Brasil não pode ser excluído de uma abordagem como essa, principalmente por três motivos: primeiro, porque temos uma tradição crítica autônoma que nos inspira a levar em conta nossa realidade, na produção de conhecimentos críticos em Administração. Segundo, porque nos faltam teorias construídas com essa premissa. Terceiro, porque não há como desconsiderar a expansão do consumo que vivenciamos e o papel do país como grande mercado mundial, num estudo que se propõe organizacional.

Considerar o consumo um conceito-chave para se compreenderem as organizações contemporâneas implica levar em conta a natureza de uma época que chamamos pós-moderna e as premissas do pós-modernismo como perspectiva de estudo. Ser capaz de fazer isso voltando nosso olhar para a realidade brasileira pode nos ajudar, por sua vez, a produzir uma teoria mais reflexiva, consciente e original. Acreditamos que a aproximação entre os EO e o Marketing por meio das perspectivas críticas, como aqui se propôs, pode incentivar novas formas de pensar e agir diante das contradições organizacionais e das complexas demandas que ora se apresentam à prática e à pesquisa, nessa área. Demonstrar isso foi o objetivo do ensaio que, esperamos, tenha sido alcançado.

REFERÊNCIAS

ABDALA, P. R. Z.; MOSICZKY, M. C. A. A nova classe média e a dialética do consumo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXXVI, 2012, Rio de Janeiro. 1 CD ROM.

ALVESSON, M. Critical Theory and consumer marketing. *Scandinavian Journal of Management*, v. 10, n. 3, p. 291-313, 1994.

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, W. R.; NORD, R. *Handbook de estudos organizacionais*, v. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. *Critical management studies*. London: Sage, 1992.

AUBERT, N. A neurose profissional. *Revista de Administração de Empresas*, v. 33, n. 1, p. 84-105, 1993.

BARROS FILHO, C.; LOPES, F.; CARRASCOZA, J. Identidade e consumo na pós-modernidade: crise e revolução no marketing. *FAMECOS*, v. 31, p. 102-126, dez. 2006.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD Jr., T. (Coord.) **Produção Científica em Administração no Brasil**: o estado-da-arte. São Paulo: Atlas, 2005.

BERTERO, C. O.; KEINERT, T. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-1993). **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 81-90, 1994.

BREI, V. A.; ROSSI, C. A. V.; EVERARD, Y. As necessidades e os desejos na formação discursiva do Marketing – base consistente ou retórica legitimadora? **Cadernos EBAPE**, v. 5, n. 4, p. 1-21, dez. 2007.

BRENNAN, R.; EAGLE, L.; ELLIS, N.; HIGGINS, M. Of a complex sensitivity in Marketing ethics education. **Journal of Marketing Management**, v. 26, n. 13, p. 1165-1180, 2010.

BURTON, D. Critical Marketing theory: the blueprint? **European Journal of Marketing**, v. 33, n. 5-6, p. 722-743, 2000.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernismo, Pós-Modernismo e análise organizacional: uma introdução. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, jan./mar. 2006.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 67-85. 2003.

FARIA, A. Crítica e cultura em Marketing: repensando a disciplina. **Cadernos EBAPE**, v. 4, n. 3, p. 1-15, out. 2006.

_____. Repensando orientação para o mercado no Brasil. **Cadernos EBAPE**, v. 7, n. 1, p. 78-87, mar. 2009.

_____; GUEDES, A. Estudos Organizacionais, Estratégia e Marketing no Brasil: em defesa de uma abordagem focada em consumo e globalização. Encontro de Estudos Organizacionais, EnEO 2004, junho 2004, Atibaia, São Paulo.

FARIA, J. H. Análise crítica das teorias e práticas organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007.

FONTENELLE, I. A. Relações entre Consumo, Cultura e Organizações: Desafios para os Estudos Organizacionais no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXXV, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD ROM.

FONTENELLE, I. A. Pós-modernidade: trabalho e consumo. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

FOURNIER, V.; GREY, C. Na hora da crítica: condições e perspectivas para Estudos Críticos de Gestão. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, p. 71-86, jan./mar. 2006.

GHEPART, R. P. Critical Management Studies. **Academy of Management Review**, v. 18, n. 4, p. 798-803, out. 1993.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

HACKLEY, C. "We are all customers now..." Rhetorical strategy and ideological control in Marketing management texts. **Journal of Management Studies**, v. 40, n. 5, p. 1325-1352, jul. 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HASSARD, J. Postmodernism, philosophy and management: concept and controversies. **International Journal of Management Reviews**, v. 1, n. 2, p. 171-195, 1999.

_____. Postmodern organizational analysis: toward a conceptual framework. **Journal of Management Studies**. v. 21, n. 3, p. 303-324, maio 1994.

_____; TONELLI, M. J.; ALCADIPANI, R. Pós-modernidade, teoria organizaiconal e o self do gerente minuto. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO), I, 2000, Curitiba. 1 Cd ROM.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loola, 1993.

HATCH, M. J.; CUNLIFFE, A. L. **Organization theory: modern, symbolic and postmodern perspectives**. Oxford University Press: New York, 2006.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization Studies**, v. 13, n. 4, p. 463-88, 2006.

KNIGHTS, D.; MORGAN, G. Organization theory and consumption in a post-modern era. **Organization Studies**, v. 14, n. 2, p. 211-234, 1993.

LAPPER, R. Brazil confidential: consumption and resources are central to development. **Financial Times**. 16 maio 2012. Disponível em: < <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/412f1f5c-95eb-11e1-9d9d-00144feab49a.html#axzz2RezafqPy>> Acesso em: 27 abr. 2013.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. São Paulo: José Olímpio, 2010.

MACHADO, C. M. S. A.; MOTTA, F. M. V.; LEITÃO, P. C. C. Por uma educação crítica em marketing: O modelo das três dicotomias de Hunt como ferramenta introdutória? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE

PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXX, 2006, Salvador. 1 Cd ROM.

MARANHÃO, C. M. S. A.; PAULA, A. P. P. de. Estudos críticos sobre Marketing: levantamento da produção científica. **Organizações**, v. 11, n. 1, p. 34-46, jan./mar. 2012.

MISOCZKY, M. C.; AMARANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 215-233, jan./mar. 2005.

MORGAN, G. Marketing discourse and practice: towards a critical analysis. In: ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. **Critical Management Studies**. London: Sage, 1992.

MOTTA, F. C. P. **O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Maurício Tragtenberg: desvendando ideologias. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 3, p. 64-68, jul./set. 2001.

NERI, M. C. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – Centro de Políticas Sociais, 2008 (Relatório).

NUNES, P. Empresas estrangeiras miram no Brasil e buscam parceiros. **FOLHA DE SÃO PAULO**. 10 maio 2011. Disponível em: <<http://classificados.folha.uol.com.br/negocios/927978-empresas-estrangeiras-miram-no-brasil-e-buscam-parceiros.shtml>> Acesso em: 23 abr. 2013.

PALLARES-BURKE, M. L. G. Entrevista com Zygmund Bauman. **Tempo social**, v. 16, n. 1, p. 301-325, jun. 2008.

PAULA, A. P. P. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thompson Learning, 2008.

_____. Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 3, p. 77-81, 2001.

_____; MARANHÃO, C. M. S. A.; BARRETO, R.; KLECHEN, C. F. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 10-23, jan./mar. 2010.

PEATHE, K. J. Painting Marketing Education (or how to recycle old ideas). **Journal of Marketing Management**, v. 6, n. 2, p. 105-125, 1990.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. de P. A tradição anglo-saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**. Edição especial, p. 81-102, 2001.

SILVA, H. **Marketing: uma visão crítica**. São Paulo: SENAC, 2007.

TADAJEWSKI, M. Towards a history of critical management studies. **Journal of Marketing Management**, v. 26, n. 9, p. 773-824, 2010.

TREGGAR, A.; KUZNESOF, S.; BRENNAN, M. Critical approaches in undergraduate

Marketing teaching: investigating students' perceptions. **Journal of Marketing Management**, v. 23, n. 5-6, p. 411-424, 2007.

VERGARA, S. C. Estudos organizacionais: a produção científica brasileira. In: BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD Jr., T. (Org.). **Produção Científica em Administração no Brasil**: o estado-da-arte. São Paulo: Atlas, 2005, Cap. 3, p. 35-49.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, p. 59-70, jan./mar. 2006.

VIEIRA, R. S. G. *et al.* O conhecimento de Marketing sob os olhos da teoria crítica. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXVI, 2002, Salvador. 1 CD ROM.

YACCOUB, H. A chamada “nova classe média”: cultura material, inclusão e distinção social. **Horizontes Antropológicos**, v. 17, n. 36, p. 197-231, jul./dez. 2011.

**Cristiana
Trindade
Ituassu**

Doutora em Administração pela FGV-SP, Mestre em Administração pela UFMG, Especialista em Marketing e Graduada em Comunicação Social pela PUC Minas. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Administração do Centro Universitário UNA, na Linha de Pesquisa “Dinâmica Organizacional, Inovação e Sociedade”. Estuda temas relacionados à cultura do management e à produção de sentidos, além de outros assuntos relacionados à área de Organizações, numa perspectiva crítica (poder, simbolismo, cultura etc).

**Matheus
Santana Abreu**

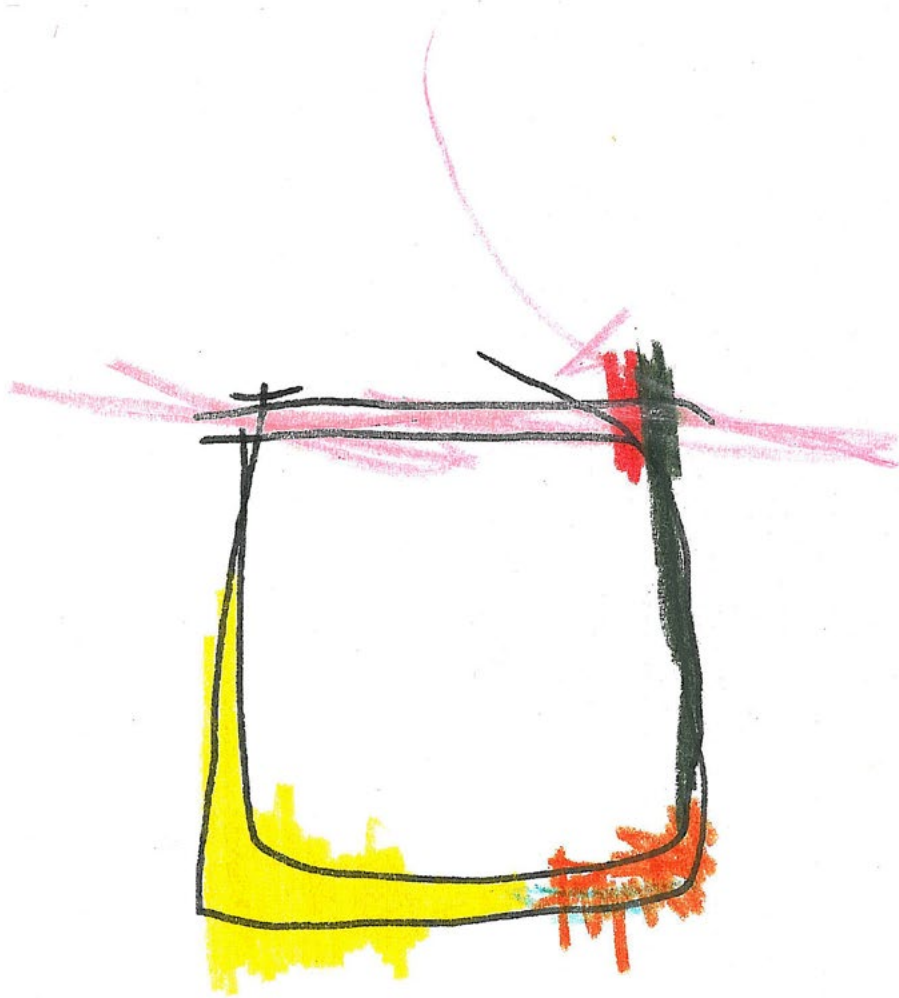
Mestre em Administração pelo Centro Universitário UNA, MBA em Negócios pela Fundação Dom Cabral, Graduado em Administração pela PUC Minas. Diretor institucional da indústria Tecnosinter e do Conselho de Administração do Grupo Harma S/A. Participa do grupo de pesquisas e projetos do SINDIFER (Sindicato das Indústrias do Ferro de MG), do Grupo de Estudos Avançados e Pesquisas de Empreendedorismo e Liderança pelo IFL (Instituto de Formação de Líderes) e é associado ao Instituto de Economia Austríaca Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB).

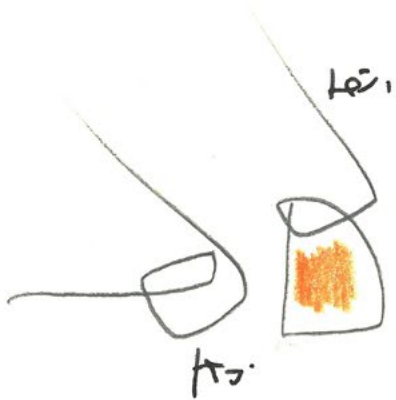
**Rodrigo
Hilário Fiche**

Bacharel em Engenharia Elétrica pela UFSJ (Universidade Federal de São João del Rey). Coordenador do Núcleo da Escola de Negócios e da Escola de Cultura e Sustentabilidade da UniverCemig - Universidade Corporativa da Cemig. Participa das Rede de Pesquisadores em Gestão do Conhecimento da CEMIG/Centro Universitário UNA. Tem experiência na área de Coordenação e Supervisão do Sistema Elétrico de Potência.

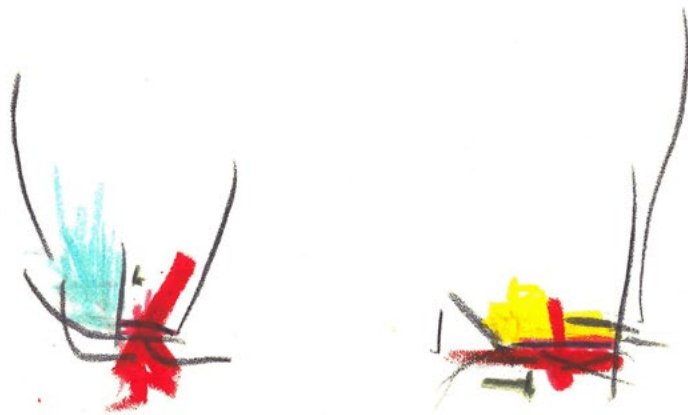
**Carolina
Machado
Saraiva de
Albuquerque
Maranhão**

Doutora em Administração pela UFMG (2010), Mestre em Marketing pela UFSC e graduada em Administração pela PUC Minas. Professora Adjunta da UFOP. É coordenadora do Observatório em Crítica, Formação e Ensino em Administração. Desenvolve pesquisas sobre o ensino em Administração e Estudos Críticos Organizacionais.





Hand (תֵּי)



Do Autoemprego ao Microempreendedorismo Individual: Desafios Conceituais e Empíricos

Antonia de Lourdes Colbari

Resumo

Trata-se de um estudo exploratório sobre aspectos do processo de institucionalização da categoria trabalhador por conta própria ou trabalhador autônomo (expressões utilizadas para designar o autoemprego), juridicamente incorporado como microempreendedor individual (MEI). Apesar das lacunas do suporte empírico, o tratamento descritivo dos dados à luz de um recorte no *corpus* do debate sobre informalidade e empreendedorismo aflorou algumas reflexões: a conjunção preferência e/ou constrangimento na inserção produtiva fora do regime salarial; a complexidade de motivações manifestas e latentes embutidas na iniciativa de formalizar uma parcela de trabalhadores historicamente associada à informalidade; o delineamento do perfil do MEI; e as problematizações sobre o significado desse fenômeno em que o autoemprego se institucionaliza pela via da “empresarialidade”, na categoria de empreendedor individual (o autoempresariamento).

Palavras-chave

Microempreendedor Individual. Informalidade. Empreendedorismo. Pequenos Empreendimentos.

Abstract

This is an exploratory study about the institutionalization process of self-employed workers in Brazil, who have been legally incorporated as individual micro-entrepreneurs (MEI). Despite empirical support constraints, the descriptive data analysis developed in the light of a debate *corpus* on informality and entrepreneurship has touched on a few reflective issues: the conjunction preference and/or embarrassment within the productive work context outside the salary system; the motivation complexity of manifest and latent reasons embedded in the initiative to formalize part of a workforce which has been historically associated with informality; the individual micro-entrepreneur profile design; and the significance problematization of the self-employment phenomena that has been institutionalized through

“self-entrepreneurship” in the individual entrepreneur category.

Keywords Individual Micro-Entrepreneur. Informality. Entrepreneurship. Small Businesses.

INTRODUÇÃO

O universo do trabalho por conta própria e do micro e pequeno empreendimento não instiga a imaginação dos pesquisadores acadêmicos na mesma intensidade observada no segmento das médias e grandes empresas, sobretudo das grandes corporações, consideradas paradigmáticas para a compreensão das inovações tecnológicas e organizacionais, bem como das configurações mais recentes das relações de trabalho e dos perfis profissionais demandados. As interpretações dominantes têm negligenciado a importância econômica e social do autoemprego e das micro e pequenas empresas, suas dinâmicas, padrões organizacionais e realidade cotidiana. No âmbito da tradição sociológica, os clássicos fundadores reforçaram a associação entre a pequena empresa e produção tradicional, um anacronismo cujo destino inexorável estava selado pelo desenvolvimento das relações capitalistas. Essa perspectiva evolucionista permeou os estudos mais contemporâneos e se mantém influente nas abordagens da reestruturação produtiva, em que pese a maior visibilidade adquirida pela economia de pequena escala.

Em alguns autores, uma visão um tanto idealizada tende à ênfase parcial nas associações virtuosas entre pequenas empresas e vitalidade econômica, novas tecnologias, qualificações mais elevadas do trabalho, mercados e padrões de consumo mais diferenciados. Marcadores analíticos, como “trabalho flexível”, “especialização flexível”, “economia flexível”, “distritos industriais” e “pós-fordismo”, entre outros, embutem outras significações na concepção do autoemprego, não mais visto apenas como residual e sob o imperativo do efeito refúgio, do desemprego e da exclusão. Porém, estão longe de fornecer um suporte conceitual e empírico para uma análise substantiva e caracterizada de um universo muito heterogêneo em suas práticas, dinâmicas e referências valorativas e normativas (BÖGENHOLD; STABER, 1991; CURRAN, 1990).

Passados mais de trinta anos do *revival* do pequeno empreendimento no bojo do capitalismo flexível, ainda não há consenso na definição de pequena empresa, prevalecendo critérios quantitativos e generalizadores, como número de empregados e faturamento. Outros critérios mais qualitativos apresentam grande dificuldade de operacionalização, como o *status* legal, o nível de autonomia e de influência na barganha com outras firmas (CURRAN, 1990), bem como a capacidade de inserção em uma rede complexa de empresas, mercados e outras instituições.

O cenário intelectual não é diferente no Brasil, a despeito dos números que mostram os pequenos empreendimentos como um dos principais pilares do desenvolvimento

econômico e como uma ferramenta de inclusão produtiva, principalmente dos indivíduos menos escolarizados e qualificados profissionalmente. As micro e as pequenas empresas (MPE), rubrica na qual se computa também o autoemprego, representam 99% das unidades produtivas brasileiras, 51,6% dos empregos formais não agrícolas e 40% da massa de salários (SEBRAE, 2012a).

Desde a década de 1990, tem sido frequente, nos discursos e nas agendas do setor público e do privado, o destaque das iniciativas dirigidas ao fomento do empreendedorismo individual e de pequeno porte, ora com caráter mais defensivo (programas e projetos voltados para qualificar os empreendimentos e empreendedores motivados pela necessidade), ora com caráter mais ofensivo (ações e programas para despertar “vocações” empreendedoras capazes de identificarem as oportunidades de negócios). Nesses dois vetores — da necessidade e da oportunidade — as atividades autônomas e os pequenos “negócios” ocupam espaços significativos na configuração econômica e social brasileira, tornando compreensíveis as mudanças institucionais e a proliferação de ações de formação e socialização direcionadas ao setor.

Outro aspecto relevante nesse percurso reporta às mudanças institucionais, o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n.º 123/2006, popularizada como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), que estabeleceu o tratamento diferenciado aos pequenos negócios por meio de uma série de medidas: redução considerável dos procedimentos burocráticos para abertura, funcionamento e encerramento de uma pequena empresa; redução da carga tributária, facilidades no acesso ao crédito e na participação nas aquisições de bens e serviços pelo poder público; medidas de estímulo à inovação, à educação empreendedora e ao associativismo.

A Lei Geral também criou a figura do microempreendedor individual (MEI), ao definir um regime tributário específico para o autoemprego, além de um sistema simplificado *online* (Portal do Empreendedor) de inscrição dos beneficiários e de sua inclusão no sistema previdenciário. A legislação considera Microempreendedor Individual (MEI) a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. As condições exigidas incluem o faturamento máximo de até R\$ 60.000,00 por ano e a não participação em outra empresa na condição de sócio ou titular. Também pode se cadastrar como MEI um trabalhador assalariado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria e o empresário individual (na legislação anterior chamado de firma individual), designação reservada aos que exercem em nome próprio uma atividade empresarial, na condição de pessoa física (natural) titular da empresa¹.

Esse é o contexto no qual se situam os objetivos desse estudo exploratório: apresentar um conjunto de dados que retrate facetas significativas do universo do empreendedor individual e da pequena produção no Brasil; e refletir sobre essa construção “empreendedor individual” que incorporou a categoria de trabalhador por conta própria ou trabalhador autônomo, expressões utilizadas para a designação do autoemprego — um fenômeno de precárias definições e difíceis parâmetros de mensuração, além de historicamente negligenciado pelos estudos acadêmicos (HAKAM, 1988). Tratando-se ainda de estudo exploratório, seria

prematureo insinuar resultados conclusivos, pois isso demandaria um suporte empírico mais denso e ampliado que incorporasse também as trajetórias e representações dos integrantes do segmento.

De antemão, cabe não subestimar a complexidade de motivações subjacentes a essas iniciativas de institucionalização de segmentos historicamente destituídos de existência civil legal. Como indicam os dados da PNAD/IBGE (2011), 75% dos empreendedores não estão inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e não contribuem para o sistema previdenciário. Assim sendo, parece inequívoca a intenção embutida na iniciativa legisladora de se ampliar a base formal da economia e evitar a evasão fiscal e outros efeitos indesejados para a sociedade em geral. Tal constatação, no entanto, não minimiza os impactos benéficos da regulação para os empreendimentos, pois lhes possibilita o acesso ao crédito e à emissão de nota fiscal, além de incluir o empreendedor e seus empregados, quando houver, no sistema de seguridade social (CORSEUIL *et al.*, 2014).

A despeito dessas evidências objetivas que legitimam os esforços de legalização das empresas e das modalidades de autoemprego, observa-se que a formalização de uma parte do segmento informal – os trabalhadores por conta própria – ocorre pela via da “empresarialidade”², na categoria de empreendedor individual (autoempresariamento) juntamente com o empreendedor proprietário de um negócio. Sobre o trabalho autônomo, numericamente expressivo na geração de ocupação e renda, algumas inquietações sugerem indagar se a diluição no trabalho informal não teria contribuído para seu ofuscamento, a sua baixa visibilidade nos estudos acadêmicos mais focados nas relações de trabalho sob o regime salarial. O foco na informalidade associada ou não ao tema da marginalidade social tornou invisíveis as particularidades do trabalho autônomo, um universo heterogêneo que abarca do “virador” ao profissional que porta saberes e habilidades específicas operacionais e de gestão que lhe asseguram uma condição profissional mais estável, mesmo na informalidade.

A estrutura do artigo contempla uma discussão inicial a respeito da concepção de informalidade e de empreendedorismo; breves considerações sobre o autoemprego e a relevância da pequena produção no Brasil; apresentação de indicadores sobre o empreendedor individual e a pequena produção no Brasil; e, por fim, as problematizações sobre o significado desse fenômeno na compreensão das tendências observadas na configuração do trabalho, na sociedade contemporânea.

DIMENSÕES DO EMPREENDEDORISMO

A sociedade ocidental tem reificado o empreendedorismo ao associá-lo a uma cadeia de virtudes, embora tal constatação não autorize uma recepção otimista das elevadas taxas de empreendedorismo, tomando-as isoladamente como indicadores de padrão elevado de prosperidade e de bem-estar das sociedades. Os relatórios anuais da ONG americana – *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) – mostram que a alta taxa de empreendedorismo aparece também nos países mais pobres, carentes ainda da estabilização do crescimento populacional e de um patamar razoável de afluência. Nesse contexto, é comum a motivação

para empreender não estar associada a uma vocação para o mundo dos negócios que facilite a percepção tanto de promissoras oportunidades de geração e aumento de renda quanto de perspectivas de autonomia e liberdade no trabalho.

No relatório divulgado em 2012, a classificação dos países a partir do perfil das respectivas economias situou o Brasil no agregado intermediário dos “países impulsionados pela eficiência” (industrialização, ganhos em economias de escala e presença de grandes empresas intensivas em capital). Os outros dois agregados eram os “países impulsionados por fatores” (“agricultura de subsistência e negócios extrativistas, intensivos em trabalho e recursos naturais”) e os “países impulsionados pela inovação” (negócios mais intensivos em conhecimento e expansão do setor de serviços) (GEM, 2012, p. 20).

Quanto à evolução do total da atividade empreendedora no Brasil (o percentual de empreendedores nascentes, iniciais e estabelecidos em relação à população de 18 a 64 anos)³, a taxa registrada, em 2002, foi de 20,9%, subiu para 30,2% em 2012 e atingiu 32,3% em 2013; ou seja, nesse último ano, aproximadamente 40 milhões de brasileiros na faixa etária de 18 a 64 anos estavam envolvidos com o empreendedorismo. Cabe destacar que essa taxa é expressivamente superior aos 20,6% referentes à média do conjunto dos 67 países incluídos na pesquisa e assegura ao Brasil o 10º lugar do *ranking* mundial (GEM, 2012). Define-se empreendedorismo, na mencionada pesquisa, como qualquer iniciativa de um indivíduo, de um grupo ou de uma empresa já estabelecida de “criação de um novo negócio ou empreendimento, como por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente” (GEM, 2012, p. 116).

Classificado entre os dez países com mais iniciativa de empreendedorismo, o Brasil apresenta uma tendência interessante quanto à motivação para empreender e, nesse ponto, a pesquisa do GEM avalia apenas os empreendedores iniciais: no ano 2002, 42,4% desse contingente apontaram a oportunidade como estímulo para empreender; em 2012, esse percentual atingiu 69,2%; e, em 2013, 71,3%. Essa elevação reflete o dinamismo da economia brasileira no período, decorrente da expansão do mercado interno, cujo impacto na geração de negócios foi capaz de minimizar os obstáculos impostos pela complexidade institucional e pelos custos inerentes aos mecanismos regulatórios vigentes para abertura e funcionamento dos negócios no Brasil (GEM, 2012; 2013).

No entanto, a predominância da oportunidade como motivação para empreender ainda carece de uma base empírica específica e de um suporte analítico mais refinado, capazes de captar dimensões ocultas nas percepções dos entrevistados. A situação macroeconômica, a melhoria na distribuição da renda e na expansão do mercado interno, pode estar estimulando também a abertura de empreendimentos voltados para produtos e serviços tradicionais, de baixo valor agregado e com nenhum ou pequeno potencial de expansão de mercado. É o que evidencia a pesquisa GEM (2013) ao apontar a predominância entre empreendedores iniciais (por oportunidade e necessidade) das atividades pouco inovadoras em produtos, serviços e processos. Em geral, as oportunidades múltiplas e diferenciadas, expressivas em termos de mercado, tecnologia e geração de emprego e renda, são típicas de regiões dotadas de uma estrutura produtiva mais competitiva e dinâmica. Nesse aspecto, cabe a crítica ao

sistema educacional brasileiro que, apesar da expansão quantitativa registrada nas últimas décadas, apresenta tímidos resultados no desenvolvimento das capacidades de iniciativa e inovação, assim como na percepção de novas oportunidades de negócios ou de diferentes modalidades de inserção profissional. A maioria dos candidatos a empreendedor ainda adentra no mundo dos negócios sem a devida bagagem de conhecimentos e informações e desprovida de orientação de uma agência especializada (GEM, 2008).

Outro dado relevante para a compreensão da dinâmica empreendedora brasileira é a alta mortalidade no segmento das micro e pequenas empresas, cujas causas aventadas têm sido: oscilações do mercado; juros e tributos elevados; dificuldades de acesso ao crédito; e falta de conhecimento e de experiência dos proprietários para lidar com tarefas de ordem econômica, contábil e gerencial envolvidas no empreendimento (OLIVEIRA *et al.*, 2006). Muitos negócios surgem da necessidade de sobrevivência, portanto desvinculado de perspectivas de capitalização (CACCIAMALI, 1997) e disposições individuais necessárias para empreender. Adiciona-se a esse rol de fatores de insucesso a carência de uma base de capital social (o suporte da família e/ou de uma rede de relações) e o baixo grau de eficácia dos mecanismos institucionais e das políticas públicas dirigidas ao setor.

A polarização entre empreender por necessidade (“efeito refugiado”) e empreender por oportunidade (“efeito empreendedor”) é um recurso analítico recorrente no rastreamento dos elos entre empreendedorismo e dinâmicas econômicas que geram emprego, desemprego e subemprego. Porém, contrapõe construções típicas não reproduzidas fielmente nas motivações presentes nas situações reais, nas quais os impulsos para empreender podem ser desencadeados por uma variedade de combinações de necessidade com oportunidade (BÖGENHOLD; STABER, 1991; COLBARI, 2012). A pesquisa empírica realizada em diversos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) evidenciou a presença de dupla tendência na relação entre desemprego e geração de novos negócios: a positiva decorrente do “efeito refugiado” e a negativa gerada pelo “efeito empreendedor” (THURIK *et al.* 2008).

As situações reais enquadradas em diversos contextos contribuem para o questionamento do caráter exemplar da concepção clássica de empreendedorismo (no sentido conceitual e normativo) que destaca o pioneirismo e a inovação como qualidades por excelência dos empreendedores, uma vez que necessidade e oportunidade podem atuar simultaneamente como motivação para a atividade empreendedora. Ilustra esse argumento o peso do fenômeno do desemprego e/ou da falta de emprego atraente na motivação para abertura de um negócio, pois a necessidade de geração de renda não opera independente das mudanças vividas pelas pessoas desempregadas (OLIVEIRA *et al.* 2006), nelas provocando a mobilização das capacidades individuais em busca de novas oportunidades de inserção produtiva. Há espaço para o empreendedor inovador, embora, como ilustram as pequenas empresas nos setores de tecnologia de ponta (GUIMARÃES, 2011), essas situações tendem a ser mais frequentes entre os segmentos portadores de algum capital e de conhecimento ou de habilidades criativas desenvolvidas nas trajetórias de vida.

O debate atual sobre o empreendedorismo opera com uma concepção abrangente do

fenômeno que permite enquadrá-lo em diferentes contextos, transbordando as áreas dos negócios e se espalhando para várias esferas da vida social. Aos propósitos dessa exposição, interessa destacar a sua vinculação com os desdobramentos do novo paradigma produtivo, em particular como estratégia de enfrentamento das crises do mercado de trabalho, seja pela sua capacidade de impulsionar o progresso econômico a assim gerar empregos, seja como mecanismo meramente defensivo diante da crise do assalariamento. Sob o ângulo de correntes opostas do pensamento econômico – a abordagem neoclássica e a marxista – e da herança teórica da sociologia, incluindo seus fundadores, o trabalho autônomo e a pequena empresa também têm sido rotulados de formas tradicionais, ultrapassadas e declinantes de atividade econômica (CURRAN, 1990; PAMPLONA, 2001), ou então “formas funcionais e dependentes da dinâmica da acumulação capitalista moderna” (WANDERLEY, 1999, p. 15). Alheias às divergências teóricas, as referências empíricas sinalizam que, a despeito da frequente associação entre a presença de pequenas e microempresas aos movimentos da reprodução capitalista, incluindo retração econômica e o desemprego (CACCIAMALI, 1997), elas não podem ser encaradas como um fenômeno transitório ou cíclico, pois seu crescimento também ocorre em momento de expansão econômica, embora o efeito dessa expansão no empreendedorismo não seja consistente. Por sua vez, o desemprego pode desestimular a procura de emprego devido à tendência de rebaixamento de salários e por tornar menos oneroso o processo de se estabelecer por conta própria ou como microempresário. Porém, se no plano macroeconômico, o mercado de trabalho é o principal mecanismo provocador de mudanças no nível de autoemprego e de pequenas empresas, não há passagem automática do desemprego para essas modalidades de inserção produtiva. Não há relação de causalidade entre as duas situações e, no plano microssocial, um conjunto de variáveis desencadeia ou desfavorece essa relação, entre outras o capital humano, as disposições subjetivas, o diferencial de renda e remuneração, as possibilidades de créditos (BÖGENHOLD; STABER, 1991). Daí a necessidade de compreender as condições sociais que estimulam ou impedem essas experiências.

O autoemprego apresenta-se como um fenômeno relevante na história econômica dos países capitalistas avançados e a América Latina e o Brasil não fogem à regra. No primeiro bloco, em recuo no período pós-guerra, voltou a crescer com as mudanças produtivas a partir da década de 1970, sinalizando, em uma perspectiva otimista, a vitalidade macroeconômica e, na pessimista, um sintoma das deficiências do mercado de trabalho (CURRAN, 1990; BÖGENHOLD; STABER, 1991); e, no segundo bloco, a aceleração do processo de industrialização, até aproximadamente as décadas de 60 e 70, teria provocado o seu recuo, porém o crescimento foi retomado a partir dos anos 90 (PRANDI, 1978; PAMPLONA, 2001) e, segundo dados da PNAD (IBGE, 2011), desacelerado em períodos mais recentes.

É pertinente, nesse ponto, o resgate histórico de aspectos dos primórdios do desenvolvimento industrial brasileiro quando se impunha a necessidade de se enfrentar os desafios para a formação de um mercado de trabalho urbano, processo esse dificultado pela mentalidade tradicional herdada da cultura de subsistência — a imaginação popular persistia, povoada de anseios de autonomia e independência, de “não ter patrão”. As aspirações pelo trabalho por conta própria ou ter o próprio negócio atuavam como forma de resistência à integração sociocultural do trabalhador na ordem industrial e à imposição do regime salarial como

mecanismo de acesso às posições valorizadas nas hierarquias de *status* e de construção de identidades sociais legítimas (PEREIRA, 1965; LÓPES, 1971; DURHAN, 1984). Um fenômeno pouco original, considerando a sua incidência em diferentes contextos do desenvolvimento do capitalismo industrial, como atestam vários estudos sobre o assunto, entre os quais se destacam Bendix (1966) e Thompson (1979).

O triunfo do regime salarial, muito mais pelo acesso ao consumo do que pela associação a valores e vocação, fez parte do modelo de organização empresarial e de regulação social, convencionalmente rotulado de fordismo, responsável por consolidar um padrão de emprego (assalariado, tempo integral, estável e com garantia de benefícios, proteção social, etc.). Por sua vez, as bases normativas e as referências morais e culturais coladas a esse padrão de emprego foram erodidas pela crise agravada nos anos de 1970 e 1980 e seus desdobramentos, entre eles a emergência dos modelos produtivos flexíveis.

Uma das dimensões do fenômeno da reestruturação produtiva fartamente explorada pela literatura acadêmica, em várias disciplinas científicas, é a flexibilidade dos processos associada à descentralização e desverticalização das empresas e à tendência de organização de redes e cadeias produtivas. Quanto aos impactos nas formas de trabalho, duas tendências simultâneas ganham visibilidade: o deslocamento dos empregos para as pequenas e médias empresas, reduzindo o segmento enquadrado nos “bons empregos”, em termos salariais e de condições de trabalho, e a emergência de uma pluralidade de tipos de vínculo entre as unidades de produção. A essa pulverização associam-se duas tendências: a promissora, porém seletiva, que favorece a conversão de trabalhadores assalariados, portadores de habilidades específicas, em trabalhadores por conta própria ou microempresários; e a precária, que promove a proliferação de várias formas de ocupação gerando um contingente de trabalhadores “viradores” na condição de autônomos e de assalariados informais (COLBARI, 2007).

No Brasil, sobretudo a partir dos anos 90, as políticas de geração de emprego e renda associadas aos programas de concessão de crédito produtivo popular incentivam a atividade empreendedora como forma de inserção produtiva. Assim sendo, o recente movimento de ressignificação da noção de empreendedorismo coincide com as mudanças no paradigma produtivo-organizacional e no contexto institucional, político e ideológico. Atua simultaneamente como estratégia de combate ao desemprego e à pobreza por meio de “novas combinações dos fatores de produção incluindo novos agenciamentos do próprio trabalho” (MACHADO SILVA; CHINELLI, 1997, p. 37), como o autoemprego e o pequeno negócio; e como preservação de mecanismos de controle social, ao legitimar alternativas de ocupação aos expulsos e aos não incluídos no mercado de trabalho formal.

Nesse viés, fragiliza-se o arquétipo clássico do empreendedor que reporta a algumas características específicas, como sexo masculino, integrante dos grupos étnicos dominantes e portador de atributos psicológicos excepcionais vinculados à capacidade de iniciativa/ inovação e aos anseios de autonomia e liberdade (COLBARI, 2007). Em seu lugar, uma renovada concepção de empreendedor, alimentada pela crença de que habilidades empreendedoras podem ser obtidas por meio de processos de aprendizagem e pela presença

de segmentos mais vulneráveis à exclusão do mercado de trabalho, como mulheres e beneficiários dos programas de inclusão produtiva e social.

Assim, no campo das políticas de formação para o trabalho, sublinha-se a importância de um modelo híbrido que incorpore conteúdos e habilidades profissionais necessários para o indivíduo se manter no mercado formal de trabalho, mas adicionado com as competências dirigidas à preparação para o autoemprego e o micro e pequeno negócio, já antecipando as possibilidades e necessidade de outros arranjos ocupacionais não assalariados como alternativas legítimas de inclusão produtiva.

EMPREENDEDORISMO E INFORMALIDADE

Um breve comentário bibliográfico a respeito da noção de informalidade destaca algumas contribuições que se empenham em refinar um conceito, “empiricamente tão confuso e analiticamente tão ambíguo” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 84-85). Sublinha o autor, a inconsistência e a imprecisão de uma categoria cognitiva cuja generalização e domínio público, desde o seu aparecimento até os anos de 1980, mantiveram uma base consensual quanto aos seus significados no plano teórico, valorativo e político. Segundo Ulyseia (2005), a referida década marca o momento em que os estudos relativos à informalidade no mercado de trabalho brasileiro começaram a adquirir densidade, embora ainda de forma dispersa, com frágil base de dados e com pouca organicidade no seu tratamento. Na literatura internacional, também permeada pelo dissenso a respeito do conceito de setor informal, teórica e empiricamente o tema ganhou novos significados a partir da percepção das dificuldades das economias centrais em absorver a população em idade ativa, efeito em parte decorrente da contração do setor industrial, o berço do padrão do típico emprego fordista, e a expansão do setor de serviços, este mais propício à propagação da informalidade.

O setor informal tem sido apresentado como residual, indefinido, característico dos setores marginalizados da população, uma espécie de “guarda-chuva” que abriga situações muito distintas de inserção e de experiências no mundo do trabalho, mas tendendo gradativamente ao inevitável definhamento. Observam, no entanto, Williams e Nadin (2012) que, nas últimas décadas do século passado, vários estudos foram responsáveis por uma releitura que apontou o caráter persistente da informalidade no cenário econômico, independentemente do grau de desenvolvimento e dos regimes produtivos, bem como o complexo de variáveis envolvidas nesse processo, impondo o desafio de superação do simplismo das explicações estrutura/agência e da dicotomia formal e informal. O entendimento da esfera informal apresenta-se como essencial para o entendimento das dinâmicas do mercado de trabalho e dos padrões de organização do trabalho vigentes.

No Brasil, a ênfase na posse da carteira de trabalho assinada, em grande parte, minimizou a polêmica, embora seja frequente o setor informal aparecer, em muitos estudos, abrangendo tanto os sem carteira quanto os por conta própria. No entanto, tais reflexões giraram em torno da caracterização da informalidade, priorizando alguns aspectos, como os diferenciais de salários, segmentação ou não do mercado de trabalho e mobilidade dos trabalhadores. Na

trilha da segmentação, observa Soares (2004) que, no período de 1981 a 1999, caracterizado pela intensidade das reformas pró-mercado, teria havido aumento da informalidade e redução das diferenças salariais entre formalizados e informalizados. A queda desse diferencial fora o segundo fator que mais contribuiu para diminuir a desigualdade salarial, sendo o primeiro a educação. Merece destaque a presença da escolaridade e qualificação profissional como variável associada ao grau de formalização no mercado de trabalho.

Como integrante do mercado, a informalidade relaciona-se a fatores que interferem na oferta e na demanda por trabalho (ambiente macroeconômico, nível de qualificação da mão de obra e ações institucionais) e ao desempenho desse mercado (emprego, geração e distribuição dos rendimentos do trabalho, índices de produtividade e crescimento econômico) (ULISSEYA, 2005). Porém, a base de informações disponível não permite avanços significativos quanto ao discernimento mais preciso das causas da informalidade; ao esclarecimento satisfatório dos impactos da dinâmica econômica sobre o desempenho do mercado de trabalho; e ao entendimento da atuação das instituições do mercado de trabalho na determinação dos mecanismos responsáveis pela alocação e pela mobilidade dos trabalhadores entre os setores formal e informal.

Ilustra essa complexidade de demarcar o tamanho e os critérios da economia informal no país, uma leitura sumária dos resultados da pesquisa ECINF/2003 (IBGE, 2005). Entre os 2,7 milhões de proprietários de microempreendimentos com até cinco anos de atividade no Brasil (27% do total), 43% decidiram empreender, movidos pela dispensa no emprego anterior ou pela impossibilidade de sobreviver com os baixos rendimentos auferidos. Outros fatores responsáveis pelo ingresso na economia informal foram o desejo de independência e de complementação de renda. E mais: trata-se de um contingente que, na maior parte, começou a trabalhar antes dos 15 anos de idade e desenvolveu habilidades básicas e específicas muito mais no decorrer da experiência prática do que por meio de uma formação profissional sistemática em cursos regulares (POCHMANN, 2005).

Nos diversos registros teóricos e empíricos utilizados, efeitos contraditórios são associados à informalidade das relações produtivas, uma vez que atinge de forma diferenciada os segmentos de trabalhadores. Em algumas situações, pesam os constrangimentos provocados pelo desemprego e pela falta de opções mais atraentes de trabalho que produzem os diversos itinerários informais, tanto na condição de assalariados não registrados quanto na de trabalhadores por conta própria ou de microempresário informal (MACHADO DA SILVA; CHINELLI, 1997). Cabe, no entanto, a ressalva de Maloney (2004) de que a passagem do desemprego para a atividade informal não se processa de forma automática. Em outras, além do excesso de regulamentação do mercado de trabalho e a incapacidade dos setores informais em sustentá-la (PASTORE, 2006; SOTO, 1987), tese problematizada por Lautier (1997), fatores não estritamente econômicos podem motivar a criação de microempresa ou do “auto- empresariamento” sem registro formal: a história e os valores familiares, a experiência e a qualificação profissional, a flexibilidade e o desejo de autonomia profissional ou de um cálculo desfavorável à formalização (PERRY *et al.*, 2007).

A constatação de tendências em sentido oposto coloca em xeque a associação inevitável entre

informalidade e precariedade dos postos de trabalho, entre “emprego decente” e cobertura e proteção das instituições do mercado de trabalho. Não se pode menosprezar a existência de um sentimento de desencanto e desconfiança alimentado pelas limitações do sistema de proteção social fundado no contrato de trabalho (SASAKI; MENEZES, 2012). Em muitas situações, a informalidade pode resultar de um cálculo racional entre os custos e os benefícios em que pesam a elevação dos ganhos reais e do bem-estar, bem como a redução de custos do deslocamento para o trabalho e dos encargos trabalhistas e tributários (SOTO, 1987). Adicionam-se a esse cálculo as possibilidades de se contar com outros mecanismos de seguridade social proveniente das redes familiares e de vizinhança, da poupança e da aquisição de bens (MALONEY, 2004; PERRY *et al.*, 2007).

Considerando-se a heterogeneidade do setor, é plausível admitir a presença de situações mais “puras” enquadradas em um dos polos – preferência ou constrangimento – bem como um *continuum* que expresse as possíveis combinações desses elementos variando o peso de cada uma das possibilidades.

O PEQUENO EMPREENDIMENTO EM NÚMEROS

Acompanha a recente visibilidade econômica e política do pequeno empreendimento a necessidade de se produzir informações sobre as dinâmicas específicas do segmento que favoreçam o ajuste das ações de fomento a essas dinâmicas. No entanto, a carência de uma base sólida de dados e de análises mais apuradas ofusca a avaliação dos impactos das políticas públicas dirigidas ao setor. Essa lacuna tem sido parcialmente suprida com algumas publicações que sistematizam dados originários de diversas fontes⁴, entre elas o *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa* – organizado pelo SEBRAE em parceria com o DIEESE (responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas do banco de dados), publicado anualmente desde 2008; a série de estudos *Os Donos de Negócio no Brasil*; e a série *Perfil do Microempreendedor Individual*.

Na ausência de uma matriz analítica complexa para guiar a leitura de um conjunto de dados extraídos das mencionadas compilações, segue-se a abordagem descritiva desses números, insuficiente, que se reitera, para as ambições de decifrar os impactos sociais e econômicos dos pequenos empreendimentos e de suas tendências não lineares e paradoxais.

AS MPE E O PERFIL DOS DONOS DE NEGÓCIO

As cinco edições do *Anuário* não explicitam alterações nem oscilações significativas que justifiquem a o recurso a uma análise longitudinal, razão pela qual se optou por uma visão panorâmica e sincrônica do segmento das micro e pequenas empresas na estrutura econômica brasileira e na geração de emprego, tendo como referência a edição da pesquisa publicada em 2012 (ano base: 2011). Inicialmente, a título de informação, o Quadro I apresenta os critérios que são utilizados para classificação dos estabelecimentos nas três categorias: microempreendedor individual, microempresa e pequena empresa.

Quadro I - Critérios de classificação dos estabelecimentos produtivos

Porte/Setores	Indústria*	Comércio e Serviços**	Faturamento Bruto (Anual)
Microempreendedor Individual	até 01 empregado	até 01 empregado	60 mil
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas	360 mil
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas	Até 3,6 milhões

*As mesmas delimitações de porte foram utilizadas para o setor da construção.

**O setor Serviços não inclui administração pública e serviço doméstico.

Fonte: Parcialmente reproduzida de SEBRAE/DIEESE (2012a, p. 17).

Na última década, as micro e pequenas empresas (MPE) aumentaram a sua participação na estrutura produtiva brasileira, em parte devido ao bom desempenho da economia e às políticas de crédito direcionadas ao setor, fatores que teriam contribuído para a ampliação do número de estabelecimentos e do emprego gerado, inclusive daqueles com carteira assinada. Alguns números extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no período 2000-2011 (SEBRAE, 2012a), traduzem esse desempenho: eram 4,2 milhões de estabelecimentos em 2000 e um total de 6,3 milhões em 2011, o que atesta a criação de aproximadamente 2,1 milhões de novos estabelecimentos. A concentração nos setores do comércio e serviços favoreceu a resposta positiva imediata ao crescimento econômico e às mudanças ocorridas no padrão de consumo e distribuição de renda do país.

Quanto ao impacto na geração de emprego, os números também são expressivos: entre 2000 e 2011, foram 7 milhões de empregos com carteira assinada criados pelas MPE, cujo total de empregos era 8,6 milhões de postos de trabalho em 2000, alcançando 15,6 milhões em 2011, um crescimento médio de 5,5% no período de 2000 a 2005, e de 5,1% ao ano entre 2005 e 2011. Em síntese, em 2010, as micro e pequenas empresas correspondiam, no país, a 99% dos estabelecimentos, a 51,6% dos empregos formais privados não agrícolas (41,7% do total de empregos no setor da indústria; 48,1% na construção; 72,4% no comércio; e 42,7% nos serviços) e a quase 40% da massa de salários. Cabe a ressalva quanto a essa expressividade salarial do segmento, considerando-se que 60,4% do contingente das microempresas foram classificadas como “sem empregados”. Outra observação pertinente é que, independentemente da imprecisão entre salário e renda do microempreendedor, o crescimento da massa salarial paga também resultou do movimento de formalização de toda a economia, registrando-se a elevação do número de empregos com carteira de trabalho assinada e do rendimento médio real. Porém, no segmento em questão, a remuneração média real dos empregados cresceu 1,5% ao ano no período de 2000 a 2011, passando de R\$ 1.019 para R\$ 1.203, acusando um resultado superior ao crescimento da renda média real de todos os trabalhadores do mercado formal e daqueles alocados nas médias e grandes empresas (SEBRAE, 2012a).

Considerando-se os setores de atividade, o comércio continua abrigando o maior número de MPE (3,2 milhões de estabelecimentos, ou seja, mais da metade do total das MPE

brasileiras). Porém, relativamente, a sua participação caiu de 54,7% em 2000 para 51,5% do total registrado em 2011. No setor de Serviços, o segundo colocado nesse *ranking*, estavam 2,1 milhões de unidades, registrando-se a elevação de 29,9% em 2000 para 33,3% do total registrado em 2011. A indústria (com 674 mil MPE) sofreu um decréscimo na sua participação relativa, caindo de 11,4% do total verificado em 2000, para 10,7% em 2011. Em contrapartida, o setor da construção (284 mil estabelecimentos) registrou ligeiro crescimento, passando de 3,9% do total, em 2000, para 4,5% do total de MPE, em 2011 (SEBRAE, 2012a).

No Brasil, em 2010, apenas 30,7% das micro e pequenas empresas estavam localizadas nas capitais; 69,3% estavam no interior. Essa tendência repetia-se em relação à distribuição do emprego (p. 56). Em 2011, 65,4% dos empregos no segmento estavam no interior e 34,6% nas capitais (p. 198). Quanto ao local e exercício do trabalho entre os empregadores, a situação em 2010 era a seguinte: “Na residência/ No próprio domicílio” (21,9%); “Município de residência/Fora do domicílio” (67,1%); “Em outro Município” (9,0%); “Em mais de um município ou país” (0,1%); “Em país estrangeiro” (1,9%) (SEBRAE, 2012a).

Quanto aos “donos de negócios”, os dados a seguir são extraídos de SEBRAE (2013a), cuja fonte foi a PNAD (IBGE, 2011). Somando 22,8 milhões de pessoas⁵, trata-se dos indivíduos que se distribuem nessas duas posições: “Conta Própria” (tem o próprio empreendimento sem empregado remunerado); e o “Empregador” (tem o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado).

Algumas variáveis como sexo, faixa etária e escolaridade e nível de formalização foram destacadas na construção do perfil dos “donos de negócios”. Nesse contingente, 69% são homens e 31% mulheres, predominando a presença masculina, no período compreendido de 2001 a 2011, tanto entre os empregadores quanto nos “conta própria”. Todavia, registrou-se elevação da participação das mulheres em ambas as ocupações.

Na distribuição por faixa-etária, em 2011, 27% dos donos de negócios eram jovens com até 34 anos e 73% tinham 35 anos ou mais (não jovens). No período de 2001 a 2011, entre os empregadores, observou-se ligeira expansão na faixa etária de “40 anos ou mais”: representavam 58,6% em 2001 e atingiram 63,7% em 2011. Tendência semelhante ocorreu entre os “conta própria”: em 2001, 53,4% deles possuíam 40 anos ou mais, proporção elevada para 60,0% do total, em 2011.

No que diz respeito à escolaridade, houve uma elevação significativa nos dois segmentos em questão: em 2001, 51,7% dos empregadores e 18,9% dos “conta própria” possuíam, ao menos, o ensino médio completo; em 2011, 63,6% dos empregadores e 32,2% dos “conta própria” alcançaram essa escolaridade mínima.

Quanto ao nível de formalização, o indicador “contribuição para a Previdência Social” apontou, em 2000, que 71,7% dos empregadores contribuíam e 28,3% não; em 2010, esses percentuais foram, respectivamente, 73,2% e 26,8%. Entre os “conta própria”, a tendência é inversa: em 2000, 21,7% contribuíam e 78,3% não contribuíam; em 2010, respectivamente, os números eram 18,7% e 81,3%, aumentando-se, portanto, a informalidade. Quanto à

situação de registro no CNPJ, outro indicador de formalização, em 2011, apenas 15,6% dos “conta própria” estavam registrados e 84,4% não; entre os empregadores, os respectivos percentuais eram 75,5% e 24,5%.

O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): UM RETRATO ESPECÍFICO

Nesse momento da exposição, o recorte é mais seletivo ao retratar prioritariamente os microempreendedores individuais, figura jurídica que abriu o caminho para a legalização das atividades exercidas na forma de autoemprego ou empresário individual com até um empregado. De acordo com os dados da Receita Federal, no período de julho de 2009, quando efetivamente começou a ser aplicada a nova legislação, até agosto de 2013, esse contingente somava 3.341.407 registros. Em 2012, em três estados da Federação, o número de MEI já era superior ao de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional; em 2013, eram 12 estados com mais MEI do que micro e pequenos negócios (SEBRAE, 2013b, p. 9)⁶.

A distribuição desse contingente por estados indica a concentração na Região Sudeste, mas com participação significativa nos estados do Nordeste e do Sul. Os estados que mais se destacam na formalização dos MEI são: São Paulo (24,6%), Rio de Janeiro (12%), Minas Gerais (10,5%), Bahia (6,8%) e Rio Grande do Sul (5,8%) (SEBRAE, 2013b). Esse perfil da distribuição geográfica do MEI não repete a participação das regiões no total de Micro e Pequenas Empresas: a Região Sudeste detém a maior participação no total de MEI e de MPE, mas o percentual de sua contribuição para o número de MEI fica abaixo do das MPE. As Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte contribuem mais para o total de MEI do que para o número de MPE. À primeira vista, é possível afirmar que a formalização dos MEI é proporcionalmente maior em regiões de menor presença de empresas formais, porém a última pesquisa divulgada, referente ao ano de 2013, aponta alterações nessa tendência: as Regiões Sul e Sudeste mostraram aceleração no processo de formalização do MEI (SEBRAE, 2012b; 2013b).

Em linhas gerais, o perfil do MEI que emerge da pesquisa SEBRAE (2013b) revela-se por meio de alguns indicadores:

1. Quanto ao gênero, 53% são homens e 47% mulheres, mas com ligeira elevação do contingente feminino. Esse dado, quando comparado ao de divisão por gênero dos microempresários, demonstra que a participação das mulheres no universo de empreendedoras individuais é significativamente superior ao total de microempresárias, apesar de serem elas minoria. Insinua-se que a figura do MEI tem promovido uma maior inclusão feminina no empreendedorismo comparativamente às microempresas.

2. As atividades que predominam entre as mulheres estão relacionadas a vestuário, cuidados estéticos e alimentação. São elas: “Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios”; “Cabeleireiros; atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza”; “Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares”; “Fornecimento

de alimentos preparados”; e “Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas”. Entre os homens, predominam as atividades de construção e de reparação, além do comércio. Na ordem, aparecem “Obras de alvenaria”; “Comércio varejista de artigos do vestuário e acessório”; “Instalação e manutenção elétrica”; “Cabeleireiros”; “Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos”; e “Serviços de pintura de edifícios em geral”.

3. A distribuição por faixas etárias e a escolaridade são indicadores essenciais para a composição do perfil do MEI. Na primeira variável, em ordem decrescente, destaca-se o maior número de MEI (33,6%) na faixa de 30 a 39 anos; 23,8% de 40 a 49 anos; 15,7% de 50 a 64 anos; 15,3% na de 25 a 29 anos; e 9,9% na de 18 a 24 anos. Quanto à escolaridade, a maioria (62,8%) possui ensino médio ou técnico completo ou mais. Detalhando as informações, tem-se: 8% sem instrução formal; 16,5% têm ensino fundamental incompleto; 10,4% têm ensino fundamental completo; 9,5% com médio ou técnico incompleto; 44,1% com ensino médio ou técnico completo; 7,7% com superior incompleto; outros 9,8% com superior completo e 1,2% com pós-graduação. Observa-se um nível de escolaridade mais elevado do que o da população adulta brasileira, na qual 60% possuem ensino fundamental completo ou incompleto e apenas 26% têm ensino médio ou técnico completo contra 44% dos MEI. Pode-se inferir que a busca pela formalidade da atividade foi maior entre os empreendedores informais mais escolarizados e que a instituição da figura do empreendedor individual, ao facilitar a abertura e manutenção do pequeno negócio, pode ter motivado a entrada no ramo de pessoas com mais instrução e que antes não empreendiam.

4. Quanto à distribuição por setores econômicos, 39,3% dos Empreendedores Individuais encontram-se no comércio, 36,7% estão no setor de serviços, 14,7% na indústria e 8,8% na construção civil. Em relação aos anos anteriores, registram-se pequenas reduções nos setores de Comércio e Indústria e ligeira elevação da participação da Construção Civil e Serviços. Essa mesma tendência se repete entre as MPE, mas em escala diferente: respectivamente os percentuais são 49,8% (Comércio); 35,1% (Serviços); 10,6% (Indústria); e 3,7% (Construção Civil). Entre os MEI, a participação maior da indústria em relação às MPE deve-se à presença de atividades que são classificadas como indústria, no entanto, pelo caráter artesanal, preservam características próximas às de serviços. Ilustram essa afirmação, os exemplos de atividades industriais frequentes entre os MEI: “Confecção, sob medida, de peças de vestuário”; “Fabricação de móveis com predominância de madeira”; “Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar” etc.

5. Os cinco segmentos de atividade com maior número de MEI são: comércio varejista de artigos do vestuário e acessório, com 380.117 registros (10,8% do total do Brasil); cabeleireiros, com 246.173 (7,0%); obras de alvenaria, 118.882 (3,4%); lanchonetes, casas de chá, sucos e similares, com 101.309 (2,9%); e outras atividades de tratamento de beleza, 92.625 (2,6%). Desagregada por sexos, a distribuição setorial dos MEI é a seguinte: no contingente feminino, 42% estão no comércio, 39% nos serviços, 18% na indústria e 1% na construção civil; e entre os homens, 37% estão no comércio, 33% nos serviços, 15% na construção civil e 14% na indústria.

6. Quanto à situação anterior à formalização, 40,6% dos MEI eram empregados com carteira; 30,6% eram microempreendedores informais (sem CNPJ); 16,3% empregados sem carteira; 6,5% donas de casa; 2,0% servidores públicos; 1,8% estudantes; 1,1% desempregados, 0,8% microempreendedores formais (com CNPJ) e 0,3% aposentados. Desagregando o segmento dos microempreendedores informais (sem CNPJ) pelo tempo na atividade, constata-se que 44% o foram por 10 anos ou mais; 23,6% entre 5 e 9 anos e 11 meses; 19,3% entre 2 e 4 anos e 11 meses; e 13,0% por menos de 2 anos. Em suma: 30,6% dos microempreendedores individuais declararam possuir um negócio informal (sem CNPJ), sendo a maioria deles (87%), há mais de dois anos, um fato que evidencia a figura do MEI como relevante porta de saída da informalidade.

7. Sobre a motivação para a formalização como MEI, os dados mais significativos destacam que 42,5% estavam interessados em ter uma empresa formal; 21,5% no acesso aos benefícios do INSS; 9,1% na possibilidade de emitir nota fiscal; 7,7% em crescer mais como empresa; 4,9% em “facilidade de abrir a empresa”; 4,1% em “fazer compras mais baratas/melhores”; 2,8% em “evitar problemas com a fiscalização/prefeitura”; 2,6% em conseguir “empréstimo como empresa”; 1,96% em “possibilidade de aceitar cartão de crédito/débito”; 1,5% “em formalizar é muito barato/de graça”; 0,9% em “possibilidade de vender para outras empresas”; e 0,4% em “possibilidade de vender para o governo”. Em síntese: 78,5% dos entrevistados mencionaram razões relativas aos benefícios da formalização para a empresa (ter uma empresa formal, emitir nota fiscal, facilidade em abrir a empresa, possibilidade de conseguir empréstimo e de vender para empresas e para o governo) e não a si próprio.

Na edição da pesquisa de 2011, o cruzamento das respostas sobre ocupação com o principal motivo para formalização sinalizou a presença das duas tendências do empreendedorismo (por necessidade e por oportunidade) na motivação para a formalização da atividade produtiva. A busca pelos benefícios do INSS exerceu forte pressão para a formalização (acima da média registrada) no contingente que estava desempregado; entre os empregados com carteira assinada, a motivação para o registro na condição de MEI deveu-se principalmente ao desejo de possuir um negócio formal (SEBRAE, 2011b).

Alguns dados da pesquisa realizada em 2013 indicam que os empreendedores individuais formalizados até agora constituem um grupo com características mais próximas da concepção clássica do empreendedorismo, ou seja, motivação pela oportunidade e não estritamente pela necessidade de sobrevivência. Nessa trilha, cabe destacar que 68,6% deles afirmaram não estar envolvidos em atividades empreendedoras antes de se registrar; 42,6% eram pessoas que possuíam um emprego formal, incluindo-se os servidores públicos, os quais, possivelmente, aproveitaram as facilidades da legislação para iniciar uma atividade empreendedora. A condição de empregado formal sugere que a motivação para empreender pode estar relacionada à identificação de oportunidade de negócio supostamente mais rentável do que o trabalho assalariado. Uma perspectiva otimista que exige cautela, pois, como

indicam pesquisas em diferentes países, o crescimento do autoemprego pode estar ocorrendo em setores periféricos, tradicionais, impulsionado menos pela sedução das oportunidades e mais pelo desencanto frente à crise dos bons empregos (HAKIM, 1988; BÖGENHOLD; STABER, 1991; POCHMANN, 2005).

8. A relevância do empreendimento como fonte de renda para o MEI pode ser atestada pelos seguintes dados obtidos: a maioria (76%) tinha o empreendimento como única fonte de renda. Entre os que possuíam outra fonte de renda, 7,5% tinham um emprego informal (sem carteira/bico); 7,0% tinham emprego formal; 3,4% tinham outro negócio por conta própria; 3,4% recebiam aposentadoria/pensão; 1,7% recebiam aluguel de imóvel; 1,2% recebiam ajuda financeira de parentes ou amigos; e 0,2% recebiam a Bolsa Família. Se a maioria dos empreendedores individuais retira do negócio a sua fonte de sustento, suas atividades não podem ser classificadas como meros “bicos”, pois configuram formas, mesmo precárias, de inclusão socioeconômica.

9. Sobre a forma como haviam aprendido sua atividade atual, a pesquisa realizada mais recentemente não divulgou informação alguma. No entanto, os resultados apurados pelo SEBRAE (2011b) delineiam um quadro bem heterogêneo: 27% aprenderam a sua atividade por meio de cursos e treinamentos, expressando os níveis de escolaridade do segmento; 22% aprenderam sua atividade observando o trabalho dos outros; 21% aprenderam com familiares; 18% em empregos anteriores; 8% por conta própria; e 4% aprenderam de outras formas. Os dados agregados indicam que pelo menos 69% dos MEI aprenderam suas atividades na prática (observando o trabalho dos outros, com familiares, em empregos anteriores ou por conta própria).

10. A maioria tem como local de trabalho um ponto fixo e não a rua, como consagra o senso comum, no caso do autoemprego: 48,6% afirmaram operar seu negócio em casa; 30,2% em escritório ou estabelecimento comercial; 10,7% na casa ou na empresa do cliente, 8,9% na rua e 1,5% em feira ou shopping popular.

Quanto aos impactos da formalização, destacam-se o aumento das vendas; a melhoria nas condições de compra; aumento das possibilidades de venda para outras empresas. As perspectivas de venda para o governo ainda não se consolidaram e o acesso ao crédito ainda não tem sido algo perseguido pela maioria dos microempreendedores individuais. No entanto, as expectativas de crescimento do empreendimento são acalentadas pela maioria: 84% deles pretendem faturar além do teto 60 mil reais por ano, sinalizando a possibilidade de transição para a condição de microempresário, uma tendência coerente com os motivos associados à formalização, em que prevalecem aqueles relacionados à qualificação do negócio. Trata-se de um indicador de que a opção por empreender não é vista como algo temporário, à espera do retorno ao mercado de trabalho assalariado. É mais: a maioria está satisfeita e recomendaria a formalização para os pares ainda na informalidade, sinalizando que os já registrados como MEI sejam potencialmente multiplicadores desse processo entre o segmento.

Em conjunto, os dados das três edições da pesquisa Perfil do Empreendedor Individual indicam que a formalização do autoemprego atinge o segmento com índices de escolaridade

e renda mais elevados do que a média. A presença feminina é expressiva e os setores de comércio e serviço abrigam a maior parte do contingente. Nos próximos anos, é plausível admitir alterações nessas tendências com o índice de formalização sendo “puxado” pelo segmento situado nos estratos inferiores de nível de educação e rendimento.

O empreendedorismo individual aparece no discurso de autoridades e de formadores de opinião como um importante instrumento de inclusão produtiva e de desenvolvimento social. As modalidades de trabalho autônomo ou trabalho por conta própria foram no passado, e continuam sendo, a condição profissional ou ocupacional de muitos brasileiros. A vantagem imediata do registro na condição de MEI é a saída da informalidade, o que permite pleitear o CNPJ e o ingresso no sistema de proteção social. Um dos objetivos do Plano Brasil Sem Miséria, do governo federal, é a inclusão produtiva por meio da formalização dos trabalhadores autônomos beneficiários do referido programa e do apoio aos que já estão formalizados. Ainda é difícil avaliar o MEI como ferramenta de combate à pobreza e de inclusão social, pois seriam significativos os indícios quanto à baixa formalização entre os beneficiários do PBF, pouco escolarizados e alocados em atividades autônomas.

O fato mais destacável é o percentual de desempregados que se tornou empreendedor individual entre os beneficiários do PBF: se, no universo total de MEI, 12% estavam desempregados, entre os MEI/PBF, o montante representava 23% (quase o dobro). Agregando alguns dados, apenas 9% desse contingente estavam incluídos nesse programa antes de se tornarem empreendedores individuais. Porém, os resultados insinuam que o empreendedorismo, mais especificamente a instituição da figura do MEI, teria favorecido a visualização de oportunidades para a emancipação em relação a esses programas sociais. Observa-se certo otimismo na avaliação de que o BF, ao assegurar um patamar de renda aos seus beneficiários, garantiu as condições mínimas para o início de uma atividade empreendedora (SEBRAE, 2012b).

As pesquisas do SEBRAE (2011b; 2012b; 2013b) identificaram o perfil do MEI beneficiário do Bolsa Família: jovem, pouco escolarizado, chefe de família, residente nos grandes centros urbanos da Região Nordeste; já era um empreendedor informal em atividades de baixo valor agregado, mas portador de expectativa de crescer, ou estava desempregado antes de se formalizar. No entanto, a adesão à formalização ainda é baixa nesse segmento, sinalizando que as potencialidades da institucionalidade específica do MEI como ferramenta de inclusão social dependem de ações direcionadas a esse público em condições socioeconômicas mais vulneráveis, em especial os de baixa escolaridade, com mais dificuldades de acesso às informações e aos conhecimentos específicos de gestão. A falta de estudos específicos dificulta o rastreamento da base de motivações, valores e experiências que explicam a passagem da dependência do benefício para o autoemprego. E mais: as carências e deficiências relativas ao apoio institucional podem ser mais incisivas como entraves à cultura do empreendedorismo (informal e formal) entre os BF do que a influência de mentalidades modeladas pela suposta cultura da dependência dos benefícios, o mote de grande parte das críticas dirigidas a esse tipo de programa redistributivo (MACDONALD, 1996).

No caso dos MEI-PBF, as dúvidas quanto aos impactos das atividades empreendedoras

formais na elevação dos rendimentos e/ou na precarização das relações de trabalho exige um acompanhamento sistemático e mais rigoroso (CORSEIUL; NERI; ULYSSEA, 2013). Pairam dúvidas quanto ao fato de estar sendo o MEI um instrumento de precarização do mercado de trabalho ao facilitar a substituição do contrato de trabalho sob o regime salarial pelo contrato de prestação de serviço, uma tendência anunciada por grande parte da literatura acadêmica, versada sobre os impactos da reestruturação produtiva no mercado de trabalho. No período de 2006 a 2010, o cruzamento entre as bases de dados do cadastro de MEI e da RAIS revela que metade dos MEI estava na condição de empregado formal em pelo menos um dos anos desse interstício e a outra metade provinha do mercado informal (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2013).

Finalizando o comentário sobre os indicadores referentes a um breve período, não é demasiado reiterar a dificuldade de análises mais generalizantes a respeito do segmento, comprovada tanto na exploração das variáveis quantitativas quanto das qualitativas. Nesse caso, trata-se de um contingente bastante heterogêneo em muitos aspectos, sobretudo pelas imagens de suas atividades construídas a partir de um repertório de signos que valora, classifica, aproxima, distancia e polariza – o empresário e o trabalhador assalariado; o trabalhador em geral e o trabalhador assalariado; o formal e o informal. Enquadrados em uma lista com quase 500 ocupações, os empreendedores individuais desempenham algumas atividades cujas representações estão mais próximas do empresariamento, como o *comércio de roupa de confecção, o qual responde pela maior parte das adesões ao MEI. Porém, muitas dessas ocupações, como “construção de muros e paredes”, sempre suscitaram imagens de “trabalho duro” e pouco valorizado socialmente; outras, como ambulantes, doceiras, pipoqueiros, manicures, tradicionalmente estiveram associadas a “bicos”, instabilidade e informalidade.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das lacunas na armação deste artigo está nas imprecisas fronteiras e alinhamentos entre autoemprego, microempresário ou proprietário de pequenos negócios. As tentativas de calibragem conceitual não foram promissoras. O formalismo dos critérios quantitativos – número de empregados e faturamento – propostos pela Lei Geral e utilizados pelo SEBRAE e DIEESE para a classificação das unidades produtivas, dificulta o abrigo da diversidade de situações dos empresários e dos empreendimentos individuais quanto às trajetórias pessoais e projetos de vida; ao estoque de capital humano, social e cultural acumulado e às perspectivas de capitalização; e ao grau de autonomia e de barganha nas relações com outras empresas, organizações e órgãos públicos.

No Brasil, seguindo a tendência verificada em vários países, o autoemprego e os “pequenos negócios” estão distribuídos em um amplo e complexo universo de atividades extremamente heterogêneas, incluindo desde a absorção de desempregados sem alternativas no mercado de trabalho, os artesãos, e os profissionais inseridos em atividades especializadas, inovadoras e/ou com potencial de crescimento e sustentabilidade. Apesar da ampliação e da visibilidade conquistada por esse segmento produtivo, nos últimos anos, essa heterogeneidade, além dos desafios analíticos postos aos pesquisadores, tem sido apontada como um dos fatores

responsáveis pela baixa efetividade da atuação de diversos agentes governamentais e não governamentais em benefício do segmento, nos diversos níveis federativos. As ferramentas políticas tradicionais falham ao se pautarem por critérios únicos que submetem ao mesmo tratamento um público muito diferenciado, sobretudo quanto às particularidades do setor de atuação, ao grau de maturidade organizacional e ao perfil do empreendedor e de seu empreendimento (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2013).

De caráter mais exploratório, a apresentação sumária dos dados sobre o trabalho na pequena e microempresa e sobre os microempreendedores individuais sinalizou algumas trilhas promissoras para o prosseguimento futuro da investigação.

Um desses desafios aponta para a necessidade de apuração mais precisa a respeito da concepção do microempreendedor individual, uma novidade institucional criada pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O outrora trabalhador autônomo ou “conta própria”, nos termos da Lei Geral, reformata-se no polo da empresarialidade; desloca-se da condição de trabalhador para o registro na categoria de empreendedor. Sua referência institucional no plano do governo federal não é o Ministério do Trabalho e Emprego, mas a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, criada com status de ministério para formular políticas de apoio a microempresas e empresas de pequeno porte e ao artesanato, incluindo a promoção da qualificação, o aumento da competitividade e o incentivo às exportações de bens e serviços produzidos pelo setor.

Se, nos parâmetros formais, os critérios são bem definidos, nos aspectos substantivos, o abrigo na categoria microempreendedor individual de uma diversidade de profissionais identificados como “trabalhador autônomo” ou “trabalhador por conta própria” alimenta a sensação de artificialismo, embora historicamente as imagens desses trabalhadores como “agente poupador e empreendedor” façam parte da ideologia de empreendedorismo (PRANDI, 1978, p. 85). Alimenta esse desconforto a constatação de que a maioria do segmento permanece distante da condição de um típico “empreendedor-empregador” e, também, o enquadramento moral da noção de empreendedorismo que grassa grande parte das abordagens da temática, oscilando do ufanismo à crítica radical.

Ainda nessa trilha, paralelamente à distinção clássica entre empresário e empreendedor, outras demarcações desafiam os esforços dos analistas: as fronteiras entre a “empresarialidade” (o empresariamento de si próprio de quem já era “por conta de si próprio”) e a “profissionalidade”; entre o autoemprego e a atividade empreendedora. A construção do MEI aponta para um híbrido: trabalhador “por conta” (saberes e habilidades operativas e profissionais) e empresário (habilidades de gestão, capacidade de iniciativa e espírito empreendedor).

Compreender esse deslocamento para o universo da empresarialidade exigiria a adição de outros elementos analíticos, como as mudanças na cultura do trabalho, nos padrões de solidariedade social e no referencial simbólico-valorativo que se afasta da centralidade do assalariamento como regime produtivo e/ou como relação contratual. Cabe a observação de Machado e Chinelli (1997) de que a manifestação da “empresarialidade” como preferência dos indivíduos ao se engajarem na atividade econômica é pavimentada pela adesão antecipada

aos significados culturais dessa relação produtiva que modela as percepções, os valores e a racionalidade dos agentes. No esforço de forjar essa adesão antecipada, interagem vários aspectos, tais como: no plano individual, as trajetórias de vida, os itinerários profissionais e as aspirações e representações; e no plano social, os discursos normativos de instituições públicas e privadas sobre o empreendedorismo, retórica essa sempre nutrida pelas histórias exemplares, os relatos de desafios, fracassos e superação. Um conjunto de atitudes, valores, motivações e ambições desvela a visão de mundo que orienta a preferência pelo autoemprego e pela iniciativa empresarial, cuja racionalização se constrói por meio da ênfase em atributos e disposições individuais: o gosto pelo risco em detrimento da segurança e os anseios de independência, autonomia, escolha e liberdade. Reafirmam-se as características atraentes do autoemprego como a flexibilidade de horário, a autogestão da atividade, as possibilidades de quebra da rotina e de recompensas financeiras mais promissoras. São indícios de uma ideologia do autoemprego ou da cultura do empreendedorismo cada vez mais acentuados no discurso contemporâneo (HAKAM, 1988). Não é demasiado sublinhar o alargamento semântico do empreendedorismo nesses discursos bem como seus impactos na esfera das representações sobre o trabalho e da constituição das identidades profissionais e sociais.

Não menos relevante seria a exploração da dimensão política do enquadramento jurídico do autoemprego como microempreendedorismo individual. Observa Lautier (1997, p. 86) que a tradição “marshalliana” associou a “cidadania plena” à “cidadania salarial”, afirmando um conjunto de direitos e deveres como inerentes à condição de trabalho assalariado. O estatuto do MEI indica um movimento de ampliação da racionalidade formal que incorpora à ordem legal segmentos historicamente informalizados, mas remodelados pela proliferação de modalidades de trabalho fora do assalariamento, operada pelo capitalismo flexível. Inaugura uma linhagem de reconhecimento de direitos em outra direção daquela que pavimentou o desenvolvimento dos direitos sociais ligados à generalização do regime salarial. Embute uma dimensão corretiva de distorções na incorporação ao mercado de trabalho, mas as possíveis conexões entre a regulação do autoemprego e a desregulamentação do modelo salarial ainda estão longe de serem satisfatoriamente desvendadas.

NOTAS

- 1 A fonte dessas informações é o Portal do Empreendedor <www.portaldoempreendedor.org.br>, acessado em 10/04/2013.
- 2 A noção de “empresarialidade” foi absorvida de Machado da Silva e Chinelli (1997, p.37), que, por sua vez, reportam a seguinte referência: CAPECCHI, V. *Economia informal y desarrollo de especialización flexible*. In: SANCHIS, E.; MINANA, J. (Org.). **La otra economia**. Trabajo negro y sector informal. Valencia: Editions Alfons El Magnànim, 1988.
- 3 O foco da principal da pesquisa do GEM é o indivíduo empreendedor e não propriamente o empreendimento. Nessa linha, identificam-se três grupos a partir da fase de desenvolvimento dos empreendimentos: “empreendedores de negócios nascentes” (fundados há até três meses);

- “empreendedores de negócios novos” (com até 42 meses); e “empreendedores de negócios estabelecidos” (há mais de 42 meses) (GEM, 2012, p. 20).
- 4 As principais fontes de dados dessas publicações são: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE; a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego; e a Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE/SEADE.
 - 5 Nesse total, estão incluídos também os proprietários de médias e grandes empresas, todavia, considerando que as MPE somam 99% desse total, a exclusão do primeiro contingente não imprimiria mudanças significativas no resultado nos resultados (SEBRAE, 2013a).
 - 6 Trata-se de uma pesquisa realizada pelo SEBRAE por meio de utilização de questionários aplicados e entrevistas realizadas e também da análise dos dados da base de cadastro do Portal do Empreendedor, fornecida pela Receita Federal do Brasil.

REFERÊNCIAS

BENDIX, R. **Trabajo y autoridad en la industria**: las ideologías de la dirección em el curso de la industrialización. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1966.

BÖGENHOLD, D.; STABER, U. The Decline and Rise of Self-Employment. **Work Employment Society**, v. 5, n. 2, p. 223-239, 1991.

CACCIAMALI, M. C. Flexibilidade: maior número de micro e pequenas empresas ou manutenção da concentração de forma descentralizada? **Contemporaneidade & Educação**. Ano II, n. 1, p. 46-57, maio 1997.

COLBARI, A. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. **SINAIS**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, v.1, n. 1, p. 75-111, abr. 2007.

CORSEUIL, C. H. L.; NERI, M. C.; ULYSSEA, G. **Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais**. Texto para Discussão 1939. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2014.

CURRAN, J. Rethinking economic structure: Exploring the role of the small firm and self-employment in the British economy. **Work Employment & Society**, número especial, p. 125-146, 1990.

DURHAN, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva. 1984.

GEM (Global Entrepreneurship Monitor). **Empreendedorismo no Brasil**: 2008. Curitiba: IBQP, 2008.

GEM (Global Entrepreneurship Monitor). **Empreendedorismo no Brasil**: 2012. Curitiba: IBQP, 2012.

GEM (Global Entrepreneurship Monitor). **Empreendedorismo no Brasil**: 2013. Relatório Executivo. Curitiba: IBQP, 2013.

GUIMARÃES, S. K. Empreendedorismo intensivo em conhecimento no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 575-591, set./dez. 2011.

HAKIM, C. Self-employment in Britain: Recent trends and current issues. **Work, Employment & Society**, v. 2, n. 4, p. 421-450, 2008. .

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011**. Rio de Janeiro, v. 31, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Economia Informal Urbana 2003**. Rio de Janeiro, 2005.

LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. **Contemporaneidade & Educação**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 1, p. 56-92, maio 1997.

LOPES, J. R. B. **Sociedade industrial no Brasil**. 2 ed., São Paulo: DIFEL, 1971.

MACDONALD, R. Welfare dependency, the enterprise culture and self-employed survival. **Work Employment & Society**, v. 10, n. 3, p. 431-447, 1996.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, 2002.

_____; CHINELLI, F. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual. **Contemporaneidade & Educação**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 1, p. 24-45, maio 1997.

MALONEY, W. F. Informality Revisited. **World Development**, v. 32, n. 7, p. 1159-1178, 2004.

MOREIRA, R. F. Empreendedorismo como ferramenta de inclusão produtiva: Uma análise de perfil do empreendedor individual beneficiário do Programa Bolsa Família. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 25, p. 19-31, abr. 2013.

NOGUEIRA, M. O.; OLIVEIRA, J. M. de. Da baleia ao ornitorrinco: contribuições para a compreensão do universo das micro e pequenas empresas brasileiras. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 25, p. 7-18, abr. 2013.

OLIVEIRA, J. M. de. Empreendedor individual: ampliação da base formal ou substituição do emprego. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 25, p. 33-44, abr. 2013.

PAMPLONA, J. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal, 2001.

PASTORE, J. **A desproteção do trabalho**, 2006. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/rt/rt_114.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014.

PEREIRA, L. **Trabalho e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1965.

PERRY, G. E.; MALONEY, W.; ARIAS, O. S.; FAJNZYLBER, P.; MASON, A. D.;

SAAVEDRA-CHANDUVI, J. **Informality**: exit and exclusion. Washington (D.C.) World Bank Latin American and Caribbean Studies, 2007.

POCHMANN, M. **Economia do microempreendimento informal no Brasil**. (Texto para Discussão nº 2), SEBRAE, ago. 2005. (www.sebrae.org.br)

PRANDI, J. R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

SASAKI, M. A. **Trabalho informal**: escolha ou escassez de emprego? Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____; MENEZES, I. V. Trabalhador informal e Previdência Social: o caso dos trabalhadores por conta própria de Brasília-DF. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 173-197, jul. 2012.

SEBRAE (Org.) **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**: 2010-2011. 4. ed. / (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Org.); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e gráficos]. – Brasília, DF; DIEESE, 2011a. 204 p. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2012.

SEBRAE (Org.) **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**: 2012. 5. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas]. – Brasília, DF; DIEESE, 2012a. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/estudos-e-pesquisas>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SEBRAE. **Os Donos dos Pequenos Negócios**. Série Estudos e Pesquisa. Brasília: SEBRAE: 2013a. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/perfil-dos-pequenos-negocios/apresentacao/texto-central/os.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

SEBRAE. **Perfil do microempreendedor individual 2011**. Brasília: SEBRAE: 2011b. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/pesquisa-mostra-perfil-do-empendedor-individual/perfil-mei-2011.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

SEBRAE. **Perfil do microempreendedor individual 2012**. Brasília: SEBRAE: 2012b. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/pesquisa-mostra-perfil-do-empendedor-individual/perfil-mei-2012.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

SEBRAE. **Perfil do microempreendedor individual 2013**. Brasília: SEBRAE: 2013b. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/pesquisa-mostra-perfil-do-empendedor-individual/perfil-mei-2013.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

SOARES, F. V. **Some stylized facts of the informal sector in Brazil**. (Texto para Discussão, 1.020). Brasília: IPEA, 2004.

SOTO, H. **Economia subterrânea**: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

THOMPSON, E. **Tradicón, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

THURIK, A. R.; CARREE, M. A.; VAN STEL, A.; AUDRETSCH, D. B. Does self-employment reduce unemployment? **Journal of Business Venturing**, 23, p. 673–686, 2008.

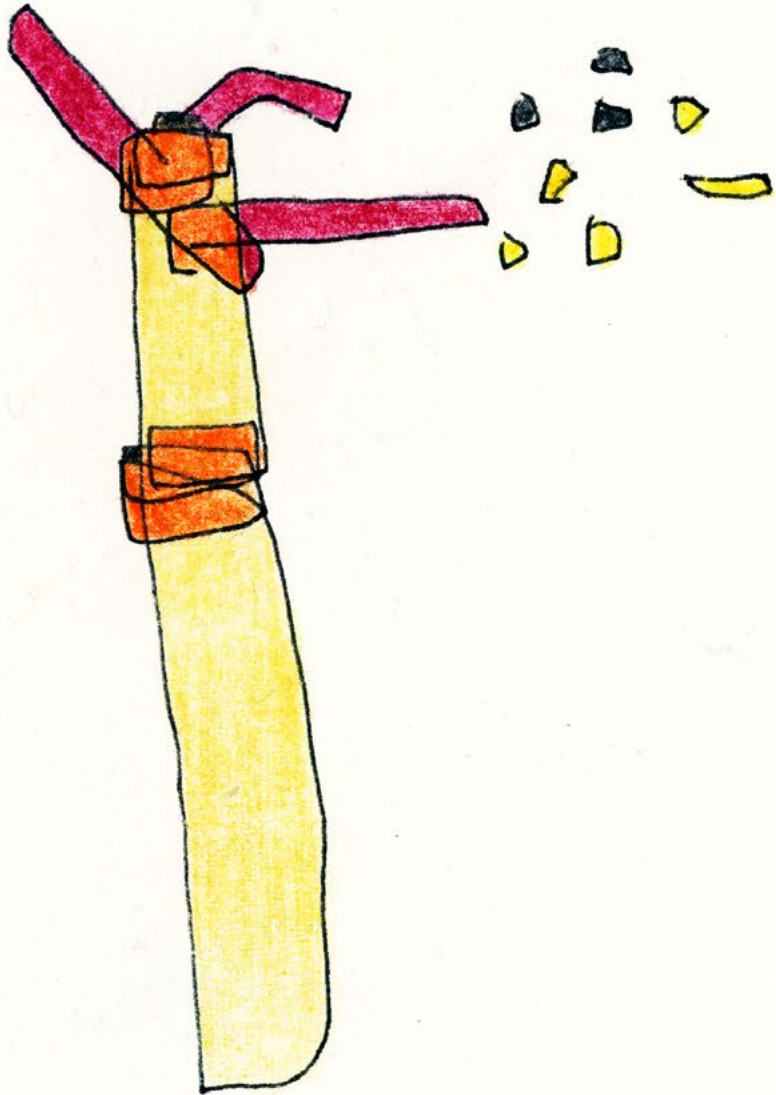
ULYSSEA, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro**: uma resenha da literatura. Texto para discussão nº 1070. Brasília: IPEA, 2005.

WANDERLEY, F. Pequenos negócios, industrialização local e rede de relações econômicas: Uma revisão bibliográfica em Sociologia Econômica. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 48, p. 15-49, 2º semestre de 1999.

WILLIAMS, C. C.; NADIN, S. Work beyond employment: representations of informal economic activities. **Work, Employment & Society**, número especial, p. 1-10, 2012.

**Antonia
de Lourdes
Colbari**

Doutora em sociologia pela IUPERJ. Mestre em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Desenvolve pesquisas na área de Sociologia sobre diversos arranjos de trabalho na sociedade contemporânea, priorizando as articulações entre políticas de formação profissional, empreendedorismo e desenvolvimento.



A Busca por um Desenvolvimento Participativo: O Caso do Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais (PCPR-MG)

Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior

Resumo

A proposta deste trabalho é analisar o desenvolvimento regional com a concepção da participação social nesse processo de desenvolvimento. Para que essa análise possa ser feita, há de se discutir a história recente do desenvolvimento econômico, ressaltando a mudança do papel do Estado nessa história e como a teoria do capital social passou a ter força nessa discussão. Feita essa análise, apresenta-se como a concepção dessa teoria está relacionada com a participação social e como esta está diretamente relacionada com o desenvolvimento regional. Com o arcabouço teórico formulado, serão expostos alguns casos de desenvolvimento regional no mundo, em especial, no Brasil. A fim de demonstrar que essa concepção é viável na formulação de políticas públicas, será feita a análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais, que apresenta essas características. Para isso, analisa-se como ocorreu o desenvolvimento regional no estado, em especial nas regiões norte e nordeste, local onde o projeto é implementado. Depois, faz-se uma breve discussão do contexto em que o projeto está inserido. Por fim, é apresentado o projeto e feita a análise do mesmo sobre os critérios de regionalização e participação. Assim, busca-se estudar a possibilidade de adequar essa concepção de desenvolvimento regional às políticas públicas do Governo de Minas Gerais.

Palavras-chave

Desenvolvimento Regional. Participação Social. Políticas Públicas.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze regional development within the concept of social participation in the development process. For such analysis to be done, we will discuss the recent history of economic development, highlighting the changing role of the State and how the theory of social capital has strengthened itself in this discussion. Based on these analyzes, it is presented how the design of this theory is related to social participation

and how this is directly related to regional development. Within that theoretical framework, we will show some cases of regional development in the world, especially in Brazil. In order to demonstrate that the design is feasible in the formulation of public policies, we will carry out the analysis of the *Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais* (Project to Combat Rural Poverty in Minas Gerais), which displays these characteristics. We analyze how regional development took place in the state, especially in the north and northeast, where the project is implemented, and we present a brief discussion of the context in which the project is located. Finally, we present the design and the analysis made on the criteria of regionalization and participation. Our aim is to study whether it is possible to adapt the design of regional development to the public policies of the Government of Minas Gerais.

Keywords Regional Development. Social Participation. Public Policy.

INTRODUÇÃO

Este trabalho baseia-se na dificuldade de se pensar na imposição de diretrizes unificadas e centralizadas em uma realidade cada vez mais dinâmica e complexa. Cada localidade/território tem suas necessidades e potencialidades e, por isso, cada um desses fatores deve ser tratado particularmente. Da mesma forma, cada localidade/território pode estar vivenciando processos distintos de transição demográfica, que, certamente, devem refletir em diferentes consequências das políticas públicas. Ao mesmo tempo em que, bilateralmente, essas repercutem sobre as variáveis envolvidas nos processos demográficas.

Assim, o estudo do desenvolvimento regional com a participação da rede de atores busca entender como as políticas públicas, formuladas e implementadas em nível local, permitem maior possibilidade de se adequarem às necessidades e especificidades da população e do território. Permite-se, portanto, um maior controle e uma maior avaliação por parte da sociedade, possibilitando um protagonismo da população em seu próprio desenvolvimento (SCHOMMER *apud* TENÓRIO, 2007, p. 109).

Dessa forma, a proposta do trabalho consiste em analisar a importância da participação de atores (Estado e sociedade civil) para o alcance do desenvolvimento regional e, conseqüentemente, do desenvolvimento equitativo do Estado. É necessário ressaltar que o desenvolvimento regional não é uma mera redução do tema geral do desenvolvimento, na maioria das vezes, como coloca De Franco (2006), o desenvolvimento local é visto como uma particularização do desenvolvimento. Tenório (2007) afirma que, na realidade, esse tema tem um caráter político, envolvendo diversos atores e instituições. Ou seja, apesar de não possuírem, necessariamente, o mesmo ponto de vista em relação aos distintos temas, buscam trabalhar de forma articulada, visando a um consenso em relação ao alcance do

desenvolvimento daquela sociedade.

Segundo Netto e Ikeda (2009, p. 43), “muitas decisões são de natureza política, mas têm consequências econômicas” e, portanto, para o desenvolvimento. Como vivemos em uma sociedade democrática representativa, em que os governos são escolhidos pelo sufrágio universal, deve-se levar em consideração a vontade da população para a concepção de políticas públicas de maneira a promover essa democracia. Porém, muitas vezes, essa vontade da população não é levada em consideração durante a elaboração e a implementação de políticas públicas que propiciam o desenvolvimento local.

Assim, as perspectivas atuais dos processos de desenvolvimento levam em conta, além dos aspectos diretamente relacionados à riqueza material e ao crescimento, a capacidade de auto-organização local, a composição e a força do capital social, a participação cívica e a sensação de ser parte desse processo pela comunidade. Nesse sentido, o desenvolvimento não é o mero crescimento econômico, mas supõe também a presença da dinâmica cultural e política, capaz de transformar positivamente a vida social. Baseia-se, então, na formulação de políticas, programas e projetos concebidos e implantados a partir da atuação das sociedades locais; sendo de responsabilidade das agências, instituições e órgãos dos governos federal, estadual e municipal – que podem ser parceiros – coordenar esse processo.

Portanto, para que as políticas de desenvolvimento local sejam eficientes é necessário que se tenha, além da participação da sociedade nas decisões (democracia), a articulação dos atores sociais. Isto é, deve-se sempre buscar viabilizar processos de capacitação e de aprendizado coletivo, que são fatores de grande importância para o desenvolvimento, envolvendo diversos fatores socioeconômicos (BANDEIRA, 1999).

Dessa maneira, confirma-se que a interação entre a sociedade civil e a administração pública é indispensável, uma vez que as políticas públicas são indutoras de desenvolvimento. Além disso, nota-se que elas só se tornam eficazes a partir do momento em que há a participação efetiva da comunidade na formulação, implementação e avaliação das ações governamentais, de maneira a tornar o ambiente favorável para a interação entre os vários atores sociais, públicos e/ou privados.

Considerando-se que o desenvolvimento local se coloca como um grande desafio para toda a sociedade, o trabalho aqui proposto busca analisar o desenho do Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais (PCPR-MG) nas comunidades atendidas, demonstrando que é possível se pensar em uma política pública que vise o desenvolvimento regionalizado e participativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento econômico é debatido por inúmeras áreas das ciências sociais. Ademais, o estudo e o entendimento desse desenvolvimento são um instrumento de grande importância para conduzir e delinear os processos de crescimento e desenvolvimento econômico de diversos territórios. Assim, o estudo sobre o desenvolvimento permite nortear medidas e

políticas adequadas às características e particularidades de cada economia.

De maneira geral, aqueles que associam o desenvolvimento ao crescimento têm como padrão e medida as taxas de crescimento econômico. Para esse grupo, um país é subdesenvolvido quando possui menor renda e grau de avanço econômico que os países desenvolvidos. Porém, a experiência demonstra que nem sempre altas taxas de crescimento econômico beneficiam a economia e a população como um todo, mitigando o potencial de desenvolvimento econômico inerente ao crescimento. Nesse sentido, a segunda corrente encara o “crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas” (SOUZA, 1999, p. 21-22) e se caracteriza como um fenômeno de longo prazo. Assim, pode-se concluir que o crescimento não pode ser visto como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para se alcançar o desenvolvimento.

Para Souza (1999), a evolução propiciada pelo processo de crescimento econômico da sociedade moderna é inegável e, mesmo que em diferentes níveis, é facilmente observada em praticamente todos os indicadores de bem-estar econômico e/ou em indicadores de desenvolvimento. Apesar desse caráter universal, as transformações socioeconômicas não beneficiaram igualmente todos os países, o que ocasionou padrões de crescimento desiguais. Assim, Meier (2002) define desenvolvimento como crescimento associado a mudança. A mudança, por sua vez, examina aspectos como a ênfase no crescimento com qualidade, a redução da pobreza, equidade distributiva, proteção ambiental, dentre outros.

O termo capital social tem sido articulado com várias dimensões da vida social para explicar o porquê de alguns grupos e/ou indivíduos acessarem com maior facilidade certos recursos, tais como informações sobre emprego, acesso à educação, ou participação política. Para Rattner (2003), o surgimento da teoria do capital social propõe uma nova etapa do capitalismo, em que características de uma organização social, como confiança, normas e redes, podem proporcionar uma sociedade mais eficiente, facilitando a ação coordenada. As redes de relacionamentos que produzem e reproduzem o capital social são os pontos de partida para entender uma das razões da não uniformidade da posse de certos bens materiais ou simbólicos, *vis-à-vis* as inúmeras probabilidades de relações interpessoais que um único indivíduo ou uma organização podem estabelecer com outros tantos atores da vida social.

A partir das investigações de Putnam (2000), pode-se concluir que o comportamento e o funcionamento dos governos regionais estão relacionados com o grau de implicação cívica, observável por meio das redes associativas em que participam os cidadãos. Dessa maneira, o estudo do desenvolvimento deve se basear na teoria do capital social, de maneira que o desenho, implementação e avaliação das políticas públicas em nível regional/local possam ser feitos visando atender os interesses e as necessidades da comunidade. Assim, o capital social que tem uma comunidade pode ser medido pelo número de redes construídas, ou seja, pela estrutura do seu tecido social.

Hirschman (1977) insere a ideia de que o desenvolvimento econômico não ocorre ao mesmo tempo, em todos os lugares. A concentração espacial do crescimento econômico dá-se por meio de forças poderosas, em volta dos pontos em que o processo se inicia. Ou seja, as

vantagens de cada território são decisivas para a formação do processo de desenvolvimento.

Complementando essa ideia, Tenório (2007) diz que a dimensão do desenvolvimento local transcende as vantagens ou obstáculos geográficos de localização. Esse desenvolvimento abrange, além do desenvolvimento econômico, a preocupação e o entendimento de como se forma e se articula as redes de atores, que devem ser internalizadas em instituições para se discutir os diferentes pontos de vista de como se pode gerar o desenvolvimento daquele território. É válido ressaltar que, em uma sociedade cada vez mais complexa e descentralizada, na qual as decisões devem ser tomadas de acordo com a especificidade de cada território e na qual, cada vez mais, há a participação do cidadão nos processos decisórios – com o correlato aumento dos níveis do capital humano e do capital social –, é difícil de imaginar diretrizes únicas.

Assim, Tenório (2007) expõe que o modelo de desenvolvimento local não é baseado apenas na mensuração de variáveis econômicas, mas se baseia, também, nas potencialidades, principalmente de fatores sociais, naturais, econômicos e institucionais da região. Destarte, não é apenas uma orientação econômica; o local deve ser visto como um espaço de compartilhamento de ideias, sentimentos e reciprocidade, como uma cultura e uma comunidade. O desenvolvimento local depende da articulação, coordenação e inserção dos atores em uma integração socioeconômica, de maneira a ser visto como o resultado das mudanças estruturais.

Teixeira (2002) coloca que a articulação de atores em rede é um fenômeno cada vez mais comum e que vem se manifestando em diferentes campos gerenciais e meios sociais. A rede possui a finalidade de manter e estabelecer objetivos comuns e promover uma dinâmica gerencial compatível e adequada para a interação entre todos os atores. Segundo o autor, o aumento desse fenômeno ocorre por uma mudança em relação ao papel do Estado perante a sociedade, impondo modelos de gestão que privilegiam a interação das estruturas, descentralização das decisões, e novos modelos de parceria entre as entidades estatais e as organizações da sociedade civil e a própria sociedade.

Porém, para a manutenção dessa estrutura em redes, há grandes desafios, principalmente aqueles que envolvem processos de negociação e geração de consensos, distribuição de recursos e interação, processos coletivos de decisão, estabelecimento de prioridades e acompanhamento. Dessa maneira, esses desafios requerem a formulação de novos métodos para uma melhor abordagem dos processos de decisão, planejamento e avaliação.

Diniz (2009) coloca que as políticas regionais brasileiras tiveram início no século XIX, apesar de não terem essa denominação à época, principalmente devido às secas do Nordeste e a necessidade de proteger o território amazônico da concorrência dos asiáticos. Após a criação das instituições que iriam promover o desenvolvimento dessas duas regiões, houve uma generalização da criação de instituições que fossem focadas para o desenvolvimento de outras regiões do país.

Porém, para Farah (2000), esses desenvolvimentos regionais ainda eram muito ligados ao poder central, uma vez que os recursos eram controlados pelo governo federal. Por conseguinte, as políticas tomavam caráter clientelista: os municípios sabiam das necessidades da população, mas os recursos para atendê-las estavam em âmbito federal. Além disso, havia uma desarticulação das ações, com sobreposições dessas, pois a gestão era segmentada com caráter setorial, de modo que cada política tivesse autonomia própria, provocando falta de coordenação. E, devido ao sistema autoritário, havia uma exclusão da sociedade civil do processo de formulação, implementação, e controle das políticas governamentais¹– um padrão de gestão hierarquizado.

Vaz e Caldas (2008) colocam que, na década de 80, com o processo de redemocratização, as instâncias subnacionais começaram a demonstrar a capacidade de promover o desenvolvimento, apesar da desaceleração econômica e da permanência do regime autoritário. Nessa época, houve um aumento do número de experiências de desenvolvimento regional, o qual passa a ganhar força por meio de instrumentos que visam à intensificação e ao aumento da participação da sociedade civil, o que ocasionou um maior número de fóruns e uma expansão destes.

Com a Constituição Federal de 1988 (CR/88), os municípios passaram a assumir um novo papel e passaram a ter maiores recursos². Apesar desse novo papel, os municípios não desenvolveram um projeto que privilegiasse articuladores e protagonistas do desenvolvimento regional/local; pelo contrário, esses foram suprimidos por demandas de infraestrutura urbana básica, de serviços públicos, e de políticas sociais que consumiam a maior parte da energia dos governantes municipais e dos recursos disponíveis, caracterizando-se um governo “gestor de crises”. O governo federal tampouco deu importância ao desenvolvimento regional/local, pois o que estava nas pautas das discussões na época, neste ente, era como debelar a inflação e os crescentes déficits fiscais (VAZ; CALDAS, 2006).

Porém, Vaz e Caldas (2006) colocam que, a partir da segunda metade da década de 90, volta a ser discutida a questão do desenvolvimento regional, mesmo que ainda de maneira descontextualizada do território e das propostas de democratização discutidas no período de redemocratização. Essa ideia surgia como resposta à crise econômica que o Brasil vivia, com altos índices de desemprego e com a falta de dinamismo econômico, que afetavam mais intensamente a dinâmica local, motivando que essas políticas fossem de caráter local.

Porém, há grandes desafios para que essa participação possa se manter, principalmente com relação aos processos de negociação e geração de consensos, à distribuição de recursos e interação, aos processos coletivos de decisão, ao estabelecimento de prioridades e ao acompanhamento (TEXEIRA, 2002). Isso ocorre devido ao fato de que, dentro do sistema econômico, as decisões significativas são fortemente relacionadas por ingredientes políticos, ou seja, pelo uso de poder. Assim, a análise econômica do desenvolvimento deve ser feita levando em consideração a relação entre forças de classes e grupos sociais que se manifestam (FURTADO, 2008).

Portanto, para que se possa promover o desenvolvimento regional, é necessário que se descentralize as responsabilidades e as decisões acerca do planejamento e implementação

de políticas públicas; pretendendo-se, dessa maneira, diminuir as limitações em relação à governança e promover uma maior interação entre os atores. Fazendo, assim, com que os que vivem nessas localidades estejam mais próximos da formulação das políticas e possam ter maior participação para decidirem em relação àquilo que consideram o melhor para o desenvolvimento da sua região, considerando as características locais.

Visando gerar esse desenvolvimento regional e diminuir as desigualdades regionais dentro do Estado, o Governo de Minas Gerais criou a Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas (SEDEVAN/MG), que trabalha em conjunto com o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). Um dos projetos dessa secretaria para promover esse desenvolvimento nas regiões menos desenvolvidas do estado é o PCPR-MG, que se propõe como fonte de análise.

O PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL DE MINAS GERAIS (PCPR-MG)

O Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais foi instituído pelo Decreto n. 44.907 de 22 de setembro de 2005 e é coordenado pelo sistema SEDVAN/IDENE com recursos do Banco Mundial. Esse projeto visa fortalecer a gestão de projetos comunitários oriundos da necessidade de profissionalização de agricultores familiares do semiárido mineiro, por meio do apoio de financiamentos em investimentos comunitários, não reembolsáveis. Os municípios atendidos pelo projeto são as comunidades rurais mais pobres, localizadas na área de atuação do Sistema IDENE/SEDEVAN e que têm interesse no mesmo (MINAS GERAIS, 2010).

O público alvo desse projeto são agricultores familiares organizados em associações comunitárias legalmente constituídas e que residem no meio rural ou em sedes municipais com até 7.500 habitantes. O projeto tem como objetivo contribuir para a redução da pobreza rural, por meio da geração de trabalho e renda e da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social das famílias beneficiadas (MINAS GERAIS, 2010).

O PCPR/MG é executado por meio dos Subprojetos Comunitários, que se caracterizam como a principal ação finalística do projeto. Na primeira etapa do projeto, a associação que solicita os recursos deve arcar com 10% do projeto, geralmente por meio da mão de obra, sendo os demais 90% divididos entre recursos do Banco Mundial (75%) e recursos do Governo do Estado (15%). Os recursos públicos são repassados diretamente às Associações Comunitárias, por intermédio de convênios firmados com o IDENE. Na segunda etapa, os recursos de subprojeto são todos do governo estadual, tendo em vista a dificuldade de comprovação por parte da comunidade de sua contrapartida. A escolha dos subprojetos é feita a partir da demanda das próprias comunidades, sendo a sua priorização realizada junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) ou em uma Unidade Técnica do IDENE (UT). Visa-se sempre a implantação e manutenção dos subprojetos de natureza produtiva (ex.: fabriqueta de farinha, trator agrícola, piscicultura e apicultura), social (ex.: melhoria habitacional, centro social e creche comunitária), e de

infraestrutura básica (ex.: sistemas de abastecimento de água, pequenas pontes e galpão para armazenamento) (MINAS GERAIS, 2010).

A definição do montante de recursos destinados a cada município é dependente do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e do tamanho da população rural, além da prerrogativa de pertencer à área de atuação do sistema SEDVAN/IDENE. O critério tem a seguinte polaridade: quanto menor o IDH-M e maior o número de habitantes na área rural, maior será o volume de recursos destinados a esse município (MINAS GERAIS, 2010).

De acordo com o volume de recursos disponíveis para cada município, as Associações Comunitárias devem se mobilizar de maneira a identificar as demandas da população, selecionando a carteira de subprojetos que o recurso recebido pode abranger. A discussão sobre quais subprojetos serão beneficiados é feita no CMDRS, local onde ocorre a participação política e onde se definem quais associações comunitárias do município serão contempladas com o financiamento do PCPR-MG. Esse conselho tem a composição de 2/3 de representação dos agricultores familiares e possui o apoio técnico da Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Por meio de um termo de cooperação técnica firmado com o sistema SEDVAN/IDENE, a EMATER responsabiliza-se pela elaboração do projeto comunitário das associações, podendo ser executados diretamente pela população ou por meio de contrato com empresas e fornecedoras de bens e serviços, ou por uma ação mista (MINAS GERAIS, 2010).

ANÁLISE DO PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO

Inicialmente, deve-se ter em mente que, assim como o desenvolvimento, a pobreza não pode ser definida de forma única e universal. De acordo com Henriques (2000), a pobreza refere-se a situações de carência nas quais os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente às referências socialmente estabelecidas – como emprego, moradia, alimentação, renda, saneamento básico, entre outros – em cada contexto histórico. Na área rural, a população brasileira é ainda mais privada e restrita em relação às necessidades consideradas básicas.

Para combater a pobreza é fundamental que os recursos cheguem realmente à população mais pobre. A focalização dos gastos sociais, visando atingir a população mais carente, deve assumir um papel central na economia. “Desigualdades e pobreza, apesar de serem confundidas em diversos momentos na discussão cotidiana, são dimensões radicalmente distintas de nossa realidade e solicitam, portanto, soluções diferenciadas. Soluções múltiplas e complexas” (HENRIQUES, 2000, p. 3-4). Assim, percebe-se uma crescente importância do Estado e das políticas por ele adotadas em direção à redução da pobreza e das desigualdades, tornando-o um importante ator no processo de desenvolvimento.

Dessa maneira, colocar os recursos diretamente nas mãos dos cidadãos mais carentes proporciona condições para que estes sejam transformados em inversões capazes de iniciar

atividades econômicas e para inserir essas famílias pobres em um círculo econômico virtuoso. Assim, não é viável estimular o crescimento econômico através de um modelo de concentração de recursos, ou seja, a partir do estímulo à instalação de grandes empresas ou de concentração de terra e formação de uma massa assalariada. Isso porque, devido às condições desfavoráveis de regiões carentes, as possibilidades de melhoria da qualidade de vida teriam um alcance limitado quando comparadas aos resultados que poderiam ser obtidos por meio do apoio às pequenas iniciativas.

Resumidamente, é necessário que os recursos alcancem aqueles que realmente necessitam e, para isso, é necessário que a política pública seja elaborada de maneira regionalizada e participativa. É fundamental que se tenha uma política pública focalizada e, somente com a participação da sociedade, é possível identificar, com maior precisão, as necessidades da mesma e elaborar políticas públicas mais efetivas, de maneira a sanar essas necessidades. Assim, o objetivo dessa seção é apresentar como o Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais (PCPR-MG) é um exemplo de política pública que possui ambos os caracteres apresentados – regionalizada e participativa –, visando combater a pobreza rural e as desigualdades regionais.

ANÁLISE DE REGIONALIZAÇÃO

Um programa de caráter regional pode ser definido como eficiente quando ocorre a focalização clara de seu público-alvo previamente selecionado pelos parâmetros estabelecidos pela política pública. Isto é, incluindo o maior número possível de indivíduos como beneficiários e excluindo o maior número possível de indivíduos que estão fora desse grupo. Ainda que bastante defendida, essa focalização das políticas públicas pode apresentar problemas tanto do ponto de vista econômico como do político, principalmente nos programas sociais, como é o caso do PCPR-MG. Miranda e Costa (2007) colocam que, no primeiro caso, a questão refere-se às distorções geradas pelos mecanismos de incentivo que as políticas sociais oferecem, os quais acabam por desmotivar os trabalhadores a buscar meios de se autossustentarem, os denominados problemas de *moral hazard*. E, no segundo, pela falta de suporte político, passível de ocasionar que, por meio do jogo político, parcela significativa da população, que não necessita da política, passe a ser beneficiada. Porém, caso apenas os mais carentes sejam beneficiados, os recursos podem ser insuficientes e o programa passa a ser visto como ineficiente, sendo descartado da agenda política.

Assim, pensando em políticas sociais voltadas para a redução/combate da pobreza, deve-se estabelecer parâmetros que permitam selecionar o público-alvo que necessita da intervenção governamental. No entanto, o público-alvo é de difícil identificação, principalmente na região do Norte e Nordeste de Minas Gerais – região de estudo deste trabalho –, pois é caracterizada como uma região muito pobre, dificultando a limitação do que seja um cidadão pobre. Apesar da dificuldade na identificação, é necessário que se coloquem parâmetros que busquem atender a parte da população que mais necessita dos projetos e/ou programas sociais. Contudo, existe também uma dificuldade de se estabelecer esses parâmetros e, por isso, muitos analistas argumentam que a incapacidade dos governos de eliminar ou reduzir

a pobreza deve-se ao fato da política social se encontrar mal focalizada/regionalizada.

O projeto é executado de maneira regionalizada, na região Norte e Nordeste de Minas Gerais. O processo de seleção dos municípios dessas regiões ocorre por meio de dois parâmetros: o nível de IDH-M e a proporção da população residente em áreas rurais. Essas variáveis assumem o papel de indicadores e são utilizadas como aproximação de renda. Porém, para minimizar os erros da focalização, os subprojetos são aplicados em comunidades dos municípios. Dessa maneira, deve-se analisar como executar as políticas públicas da área de pobreza de maneira regionalizada.

Quando se adota esse tipo de focalização, o gestor deve saber exatamente quais são as regiões e/ou territórios que mais necessitam dessa política. Analisando o caso de políticas regionalizadas da área da pobreza, é necessário que o gestor tenha conhecimento da distribuição espacial, da incidência, da profundidade e da severidade que a pobreza atinge, assim como a abrangência dos locais de ação daquele governo. Para que a política de redução da pobreza em determinada região seja mais eficiente, é necessário que a região tenha uma alta concentração de pessoas pobres.

Quando o Governo adota uma política pública regionalizada, essa serve como um tipo de *proxy means-tested*, considerando-se, então, que todos os indivíduos daquele território são beneficiários da política. É o mesmo que considerar o local de moradia (favelas, loteamentos populares etc.) como *proxy* de renda. Assim, a vantagem do uso da focalização de maneira regionalizada está na fácil administração e na imposição de baixos custos no processo de seleção. Porém, muitos dos indicadores de pobreza são imprecisos e costumam, ainda, gerar incentivos adversos, como a quebra de núcleos familiares ou a migração para áreas beneficiárias. Assim, para o sucesso de uma política pública regionalizada na área da pobreza, devem-se analisar todos os fatores expostos anteriormente.

Pode-se perceber que o Projeto de Combate à Pobreza Rural apresenta um caráter de focalização não apenas na escolha de um público-alvo bem delimitado, mas, também, na minimização de possíveis erros de inclusão de famílias/indivíduos que não necessitam do projeto, ao focalizar sua ação em uma determinada região de um município. Dessa maneira, pode-se perceber que o Projeto tem uma focalização muito intensa. Primeiramente, focalizam-se as ações nos municípios do Norte e Nordeste de Minas Gerais, os quais, como apresentado, estão entre os mais carentes do Estado. Chegando-se, então, a um menor vazamento dos recursos por parte daqueles que não são beneficiários, uma vez que a região concentra um alto índice de pobreza no estado. Uma segunda focalização ocorre dentro dessa região, selecionando os municípios que apresentam baixos valores de IDH-M, parâmetro para mensurar os municípios com menor qualidade de vida – índice utilizado como um *proxy means-tested* para esse projeto. Uma terceira focalização ocorre quando, depois de selecionados os municípios, o projeto irá agir sobre a área rural dos mesmos, a qual, devido ao pouco acesso aos serviços básicos, normalmente é a mais carente, sendo esse outro *proxy means-tested*. Por fim, ocorre uma quarta focalização, na qual se seleciona uma comunidade dentro de cada área rural que irá receber um dos subprojetos do Projeto. Como se pode perceber, esse grande número de focalizações busca minimizar o problema de

possíveis equívocos de inclusão de famílias/indivíduos que não devem pertencer ao projeto e, conseqüentemente, o vazamento de recursos.

Assim, pode-se considerar que o PCPR-MG apresenta um desenho que tem características de uma política pública regionalizada e que busca minimizar os possíveis erros que podem ocorrer devido a essa focalização. O projeto vai ao alcance do seu objetivo, que é o combate à pobreza, utilizando como *proxy* o IDH-M rural, a partir da porcentagem da população rural.

ANÁLISE DE CAPITAL SOCIAL/PARTICIPAÇÃO

O capital social refere-se ao conceito de formação de redes e ao estabelecimento de normas sociais, visando facilitar a ação coletiva, de maneira a proporcionar um benefício para todos os indivíduos da sociedade que estão envolvidos. Assim, o conceito de capital social está diretamente ligado à participação da sociedade em assuntos que afetam diretamente a vida daqueles nela inseridos. No tocante às políticas públicas, para gerar esse capital social, deve-se fazer com que a sociedade participe de maneira ativa e cooperativa desse processo, como já foi elencado neste trabalho. Pensando em políticas públicas na área da pobreza, Miranda e Costa (2007) colocam que se espera que a promoção do capital social nas comunidades atendidas dê sustentação à implementação dos programas e projetos ligados a essa área. Dessa maneira, partindo desse alicerce participativo, ao se analisar o Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais, nota-se que o desenho do projeto apresenta duas principais características: a) recursos (a fundo perdido) aplicados em pequenos projetos locais; e b) incorporação de associações comunitárias e/ou conselhos municipais na alocação, formulação e participação da comunidade beneficiária no financiamento e manutenção do projeto.

Essa concepção de política pública parte do pressuposto de que as comunidades atendidas pelo projeto são caracterizadas por uma situação de dependência/subordinação, relação reprodutora da pobreza. Dessa maneira, o projeto deve atuar de maneira a fazer com que o interesse da comunidade em obter determinado bem – objeto a ser fomentado – ocasione incentivos para o comportamento cooperativo, rompendo com a situação de dependência anterior. Portanto, nesse caso, o capital social estaria ligado à emancipação e cooperação. Assim, segundo Tandler citado por Miranda e Costa (2007), esse comportamento cooperativo, gerado pelo projeto, ocasionaria os incentivos necessários para o surgimento do capital social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento local/regional, tornando-se uma rota de saída da pobreza desses indivíduos.

A cooperação é elemento essencial, mas, para que possa existir, é necessário que se tenha uma relação de confiança entre os atores envolvidos. Pensando na teoria dos jogos em que os indivíduos são racionais, todos os atores sabem que têm a ganhar com a cooperação. No entanto, a ausência de confiança com relação ao comportamento futuro dos demais atores implica em resultados não cooperativos. Porém, a partir do momento em que os indivíduos participam da primeira rodada do jogo e percebem que a cooperação ocasiona um maior bem-estar da população (ou seja, ganhos de utilidade), esses tendem a aumentar

a disposição em cooperar. Assim, o capital social seria um tipo de “recurso moral” para os agentes sociais se mobilizarem, uma vez que esse aumenta com uso e se esgota se não for utilizado (HIRSCHMAN *apud* MIRANDA; COSTA, 2007).

Dessa maneira, o PCPR-MG tem a intenção de contribuir para a criação ou fortalecimento do capital social, de forma que a sociedade se mobilize em busca de seu próprio desenvolvimento, permitindo que seja capaz de mobilizar tanto recursos de dentro da comunidade como recursos de fora dela. E, com a utilização desses recursos, permite-se a criação de oportunidades de geração de renda e do desenvolvimento das potencialidades existentes na comunidade. Assim, o PCPR-MG não é um projeto que busca apenas combater a pobreza em um curto período de tempo, trazendo um alívio para a população mais pobre. O PCPR-MG permite, por meio da mobilização social, que a comunidade passe a discutir seus problemas e potencialidades e que, mediante essa discussão, possa elaborar projetos e apontar direções. Portanto, o PCPR-MG faz com que a comunidade passe a buscar as soluções para a realidade que ela vive, tornando-se menos dependente e subordinada a determinados agentes.

Porém, para que isso possa de fato ocorrer, existem duas questões fundamentais a serem analisadas na elaboração de um subprojeto nas comunidades. Primeiro, deve-se ter um conselho que seja composto por representantes comunitários que convivem no local onde o subprojeto será implementado. Isso porque a ideia central é que quanto mais alicerçados na realidade esses grupos sociais estiverem, mais chances terão de alcançar seus objetivos. Segundo, deve haver a transferência da responsabilidade sobre a implantação dos subprojetos para organizações comunitárias. Pois, ao conviverem no local onde será implementado, saberão como e qual subprojeto deve ser executado de maneira a utilizar os recursos da forma mais eficiente. Assim, essa transferência intenta fazer com que a comunidade passe a ter mais autonomia na decisão do subprojeto a ser implementado (MIRANDA; COSTA, 2007).

Seguindo-se a lógica acima, na execução do PCPR-MG, a comunidade deve construir coletivamente um diagnóstico da situação com indicação de ações para superação dos entraves, por meio de projetos e, de forma integrada, de outras políticas públicas que venham a ser desenvolvidas no local. Uma vez realizado o diagnóstico e organizadas e priorizadas as reivindicações, esses deverão ser submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), instância decisória para a execução do PCPR-MG. De maneira a não ocasionar uma imposição de diretrizes, os conselhos devem ter pelo menos 2/3 de seus representantes agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Assim, a criação e o adequado funcionamento desse conselho têm como objetivos o estímulo à produção do capital social, a participação local e a transparência e a eficácia das ações. A intenção desse tipo de prática é estimular a organização das comunidades, de maneira a elevar a participação da população interessada nas decisões sobre suas prioridades e na gestão dos recursos; ao mesmo tempo em que se melhora o foco do projeto e se reduzem os problemas de má utilização de recursos públicos. Isso pode ser observado no PCPR-MG, uma vez que apresenta como uma de suas iniciativas a capacidade dos atores locais de

identificar e conhecer a sua realidade de forma participativa, pois é a própria comunidade que vai apontar o subprojeto a ser executado.

Porém, é válido ressaltar que, muitas vezes, a comunidade não terá conhecimento técnico de implementação e gerenciamento do projeto, por isso a importância de um supervisor central desse projeto. Porém, esse supervisor deve apenas ser um apoio, não incumbido de decidir como a comunidade deve agir durante o processo decisório de escolha do subprojeto a ser implantado. Assim, a figura do supervisor deve ocorrer apenas depois da decisão de qual subprojeto será implantado.

No caso do PCPR-MG, a intervenção do sistema SEDVAN/IDENE dá-se no campo das questões técnicas ligadas às exigências ambientais e ao cumprimento das normas de elegibilidade dos Conselhos e das diretrizes do Banco Mundial para o Acordo do PCPR. Posteriormente, o sistema organiza as prestações de contas. Assim, o controle social é efetivado pelos atores sociais que interiorizam os elementos morais pressupostos entre eles. As sanções por eventuais condutas “desviantes” só funcionam pela presença de recursos morais que têm a virtude de aumentar conforme o seu uso. Uma ressalva importante que deve ser feita em relação ao projeto é o fato de se considerar que todas as comunidades atendidas têm um capital social prévio ou potencialidades para desenvolvê-lo. Essa ressalva passa pela circunstância de que o capital social é um ativo intangível, cuja construção é necessariamente um processo de longo prazo, condicionado tanto pela herança histórica e cultural das comunidades quanto pelos desafios e circunstâncias que cada comunidade enfrenta cotidianamente. Assim, pode-se afirmar que essa premissa seja uma limitação do projeto, pois, quando em uma comunidade inexistente qualquer capital social, ou não há motivação para gerá-lo, o projeto acaba por não ser implementado de maneira eficiente, uma vez que essa é uma das condições para o seu sucesso.

Destarte, pode-se dizer que o PCPR-MG tem demonstrado bastante acerto quanto à democratização das instâncias de decisão, contribuindo para diminuir a dependência da intervenção de atores externos (governamentais ou não). Pode-se deduzir, assim, que ele é um instrumento de capacitação e de aprendizado coletivo, ao diminuir o sentimento de impotência dos indivíduos diante de problemas cujas soluções exigem cooperação de muitos. Deve-se considerar também que em um ambiente econômico de desemprego e intensa diferenciação das trajetórias sociais, a perspectiva de intervenção do Estado, por meio da distribuição mecânica de benefícios aos portadores de “direito”, perde eficácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou discutir o conceito de desenvolvimento para além do ponto de vista econômico. Defendeu-se a ideia de que o desenvolvimento estaria muito mais relacionado ao aumento da qualidade de vida das pessoas, de forma a reduzir suas privações, e à capacidade de inserção da sociedade civil na discussão sobre as melhores políticas públicas para a região à qual pertence.

Assim, no presente trabalho, foi discutido o desenvolvimento econômico recente, buscando-

se demonstrar que o crescimento econômico não implica em desenvolvimento econômico. Confirmou-se que o Estado e o mercado foram incapazes de, isoladamente, promoverem esse desenvolvimento, o que motivou a inserção da sociedade civil. A partir de então, a esfera regional passa a ganhar maior importância, uma vez que, nesse nível, há uma maior capacidade de promover práticas participativas e implementar políticas e ações orientadas sob um interesse coletivo. Dessa forma, as organizações regionais/locais mobilizam e coordenam de maneira mais fácil o processo de desenvolvimento, uma vez que sabem lidar melhor com o conflito de interesses dos diversos grupos que participam da discussão do processo de desenvolvimento.

Buscando analisar como esse tipo de desenvolvimento pode ser adotado, foi feita uma análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR-MG), que tem como concepção uma gestão regionalizada, para as comunidades pobres da área rural, e participativa, com o envolvimento da comunidade na escolha do subprojeto a ser implementado. Assim, analisou-se se o desenho do projeto é adequado à concepção de desenvolvimento proposto no trabalho do PCPR-MG, e demonstrou-se que é possível se pensar em políticas públicas que visam ao desenvolvimento participativo, desde que essas estejam próximas à população. Porém, ao se analisar a implementação do projeto, algumas questões ganham relevância, merecendo estudos aprofundados: Houve aumento do capital social após a implementação do subprojeto? A escolha dos subprojetos é realmente feita pela comunidade que o projeto atende? A escolha feita realmente atende às necessidades da população contemplada pelo projeto? A comunidade mantém o subprojeto implementado? O subprojeto provocou mudanças significativas na vida da população?

NOTAS

- 1 O Estado incorporava os interesses da sociedade civil e do mercado, porém era excludente e seletivo, apenas um pequeno grupo da população tinha o direito de participar desse processo.
- 2 Porém, estes não estavam sob a legislação dos municípios, uma vez que a maioria era proveniente de transferências constitucionais, que aumentaram a participação dos municípios no volume total de arrecadação do país.

REFERÊNCIAS

DE FRANCO, Augusto. **O desenvolvimento local e o governo atual**. 2006. Disponível em: <<http://www.eagora.org.br/arquivo/O-desenvolvimento-local-e-o-governo-atual>>. Acesso em: 30 de julho de 2012.

DINIZ, Clelio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. In: **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, 2009.

FARAH, Marta Ferreira S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas locais, In: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, p. 119-144, 2000. Disponível em: <<http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Cadernos/Cad18>>.

pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2012.

FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento**: Curso ministrado na PUC-SP em 1975, Rio de Janeiro, RJ: Ed. Contraponto Editora Ltda., 2008.

HIRSCHMAN, Albert. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCWARTZMAN, Jacques. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 145-156, 1977.

HENRIQUES, Ricardo. **Pobreza e desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, 2000.

MINAS GERAIS. O empreendedor público e o Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais. In: **Empreendedores Públicos no Governo de Minas Gerais**: registro de uma experiência de resultados. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina. **Ações de combate à pobreza rural**: metodologia para avaliação de impactos. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2007. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Publicacoes%20Pas/combate%20%C3%A0%20pobreza%20rural.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2012

NETTO, Antônio Delfim; IKEDA, Akihiro. Estratégias de Desenvolvimento. In: **Sociedade e Economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento, Capítulo 4, Brasília, IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/Livro_SociedadeeEconomia.pdf. Acesso em: 30 de julho de 2012.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RATTNER, Henrique. Prioridade: construir o capital social. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, Ano II, n. 21, Sem página, 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2012:

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. O desafio da gestão das redes de políticas. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, **Anais...**, Lisboa, 2002.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Cidadania e Desenvolvimento Local**. 1. ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2007.

VAZ, José Carlos; CALDAS, Eduardo de Lima. Desenvolvimento local e políticas territoriais. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, **Anais...**, São Paulo, ANPAD, 2006. Disponível em: <http://josecarlosvaz.pbworks.com/f/EnAPG316.pdf>. Acesso em 27 de julho de 2012.

**Fernando
Antônio
França Sette
Pinheiro Júnior**

Bacharel em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Doutorando em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP - FGV). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) no Governo do Estado de Minas Gerais. Tem interesse nas áreas de elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas, assim como nos temas relativos ao papel do Estado, e sua relação com a sociedade e o mercado, frente as mudanças sociais, econômicas e demográficas.





Movimentos Sociais em Redes Sociais Virtuais: Possibilidades de Organização de Ações Coletivas no Ciberespaço

Wellington Tavares e Ana Paula Paes de Paula

Resumo

O objetivo deste ensaio teórico é analisar a dinâmica de ações coletivas estabelecidas em redes sociais virtuais, bem como refletir sobre sua utilização como espaço para formação e organização de grupos e ações coletivas. Buscou-se identificar e analisar as transformações tecnológicas e sociais que influenciam a organização de grupos e ações coletivas no ciberespaço, bem como discutir o surgimento, desenvolvimento e influência das redes sociais virtuais sobre movimentos sociais contemporâneos. Como resultado, aponta para a busca por emancipação, igualdade e/ou tipos de reconhecimento que tem sido realizada exclusivamente em espaços virtuais de interação ou como extensão dos espaços reais/físicos disponíveis, especialmente pela possibilidade de aproximação dos indivíduos, ainda que distantes geograficamente. Além disso, mostra o impacto da (re)definição da dinâmica relacional entre grupos sociais com a sociedade, de forma mais ampla ou relacionados diretamente ao Estado, valendo-se da organização de conceitos recentes sobre os objetos tratados e do esclarecimento de contextos relacionados aos movimentos sociais organizados em redes sociais virtuais.

Palavras-chave

Movimentos Sociais. Redes Sociais Virtuais. Ações Coletivas. Ciberespaço. Organização.

Abstract

The aim of this theoretical paper is to analyze the dynamics of collective action established in virtual social networks as well as reflect upon the use of these networks as a space for training and organization of groups and collective actions. It seeks to identify and analyze the technological and social changes that influence the organization of groups and collective actions in cyberspace as well as discuss the emergence, development and influence of virtual social networks on contemporary social movements. As a result, it points out the quest for emancipation, equality and/or types of recognition

that has been carried out exclusively in virtual spaces of interaction or as an extension of the real/physical spaces available, especially for the possibility of approaching individuals, geographically distant though. Furthermore, it shows the impact of the (re)definition of the relational dynamics between social groups and society more broadly or directly related to the State, using the organization of recent concepts on the treated objects and clarifying contexts related to social movements organized in virtual social networks.

Keywords Social Movements. Virtual Social Network. Collective Actions. Cyberspace. Organization.

INTRODUÇÃO

A tradição das relações sociais parece estar perdendo sua força continuamente nos últimos tempos. As estruturas socialmente construídas com base em relações de subordinação e dominação por vezes são defendidas como necessárias para permitir maior coesão social, sendo assumidas como fruto da hereditariedade e levando os indivíduos a aceitá-las. A defesa dessa continuidade é realizada tanto por representantes do poder público, em razão do tipo de política e seus regimes políticos adotados, quanto por meio de grupos sociais hegemônicos que se colocam em posições de elite.

Visto tal contexto e a crescente desaprovação das estruturas sociais vigentes, vários tipos de ações coletivas têm levado os indivíduos a manifestarem suas demandas sociais e insatisfações diversas por meio de movimentos sociais. Tais movimentos, muitas vezes, estabelecem-se por meio de redes de mobilização que englobam demandas e objetivos semelhantes e compartilhados entre os manifestantes e favorecem a atuação em favor de causas coletivas. As bases desse tipo de ação são bem fundamentadas na história por meio de órgãos de classes - tais como sindicatos -, bem como por meio de revoltas populares e movimentos sociais diversos. Contudo, o que chama atenção nos tempos atuais é a utilização de diferentes formas de ações coletivas e a utilização de novos espaços e recursos que possibilitam aos indivíduos se (re)conhecerem em grupos, se organizarem e agirem coletivamente.

No entendimento de Scherer-Warren (2005), os movimentos sociais apresentam uma diferente configuração na sociedade da informação, marcadamente alterada em decorrência do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Nesta direção, importa considerar três dimensões para a análise de tais movimentos: temporalidade, diante da possibilidade de análises de tempos sociais distintos; espacialidade, diante do surgimento de novos espaços ou territórios - virtuais e reais -, bem como suas interações; e sociabilidade, diante de novas formas de relações sociais em termos de intensidade, alcance, intenções e conectividade com dimensões da esfera pública.

Já as redes sociais resultam de um tipo de conjugação de três elementos: ações orientadas a determinados fins, acaso e heranças de padrões de vínculos anteriores. Tal visão parece apontar para dimensões distintas das redes, sendo estas pautadas por organização, processos políticos e contexto histórico-cultural (MARQUES, 2007). A análise que se pretende realizar neste artigo está voltada para as redes sociais virtuais, em especial por estas propiciarem o desenvolvimento de ações coletivas dos movimentos sociais. Alguns destes movimentos têm desenvolvido capacidades de articulação em redes virtuais, visando o aumento do compartilhamento de conhecimentos e experiências, bem como o aumento da amplitude da mobilização, da influência e da interlocução em relação às amplitudes de poder (AGUIAR, 2007b).

A partir daí, e em virtude das recentes inovações nos processos comunicacionais e organizacionais, bem como dos desafios e das possibilidades inerentes a tais, várias questões surgem como forma de permitir melhores análises e entendimentos sobre esses fenômenos sociais, especialmente em relação às possibilidades de ação para os indivíduos ao possibilitar maior aproximação, integração e cooperação virtuais; ao estabelecimento de organização e coesão entre os grupos e seus movimentos; aos impactos das redes virtuais na cultura e democracia.

Nesse sentido, este ensaio teórico propõe-se a responder à seguinte argumentação: Quais possibilidades de relações e organizações de ações coletivas e ativistas de movimentos sociais surgem a partir das redes sociais virtuais? A principal proposição levantada aqui é a de que as redes sociais virtuais constituem-se como importantes espaços que permitem ampliar as potencialidades dos indivíduos se agruparem e agirem coletivamente diante de transformações ocorridas na tecnologia, cultura e sociedade. Desta forma, para se compreender esta dinâmica social, sua organização e seus processos, o objetivo geral deste estudo é analisar o surgimento, as possibilidades e a dinâmica de ações coletivas e ativistas de movimentos sociais estabelecidas em redes sociais virtuais, bem como refletir sobre a utilização destas redes como espaço para formação e organização de grupos e ações coletivas.

Como forma de melhor esclarecer o objetivo geral deste estudo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) identificar e analisar as transformações tecnológicas e sociais que possibilitaram as alterações nas formas de comunicação e organização de grupos e ações coletivas no ciberespaço; b) discutir o surgimento, desenvolvimento e influência das redes sociais virtuais na formação/fortalecimento de grupos sociais; c) analisar a evolução das discussões sobre movimentos sociais, bem como suas relações com as redes sociais, e; d) discutir as possibilidades de organização de movimentos sociais nas redes sociais virtuais, as ações coletivas e ativistas.

Para o alcance dos objetivos definidos acima, este ensaio teórico apresenta discussões acerca de movimentos sociais e redes sociais virtuais, organizadas conforme segue. A partir desta primeira seção introdutória, na segunda seção, realiza-se uma explanação sobre o desenvolvimento tecnológico que propiciou o aparecimento e fortalecimento de recursos informacionais e comunicacionais, em especial os *softwares* sociais. Na terceira seção, são apresentados conceitos sobre as redes sociais e, em especial, sobre tais redes que se

desenvolvem no ambiente virtual propiciado pela internet: as redes sociais virtuais. Já na quarta seção, são apresentadas algumas definições sobre movimentos sociais e sobre as relações destes com as redes sociais que possibilitam seu desenvolvimento na sociedade. Na quinta seção, são apresentadas discussões acerca da organização de movimentos sociais nas redes sociais virtuais, que é o objetivo central deste ensaio. Por fim, na sexta seção são apresentadas as principais considerações deste ensaio.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E SOFTWARES SOCIAIS

O desenvolvimento dos sistemas eletrônicos é um dos principais responsáveis pelas grandes transformações que a economia e a sociedade têm passado. Na economia, o impacto das tecnologias nos processos e na interação entre organizações demonstra o grande impacto sobre o capitalismo, transformado em função da era da informação. Já na sociedade, há mudanças em termos das novas formas de comunicação, da redução das distâncias, dos novos modos de se relacionar e da própria mudança cultural, denominada como “cultura internet” (CASTELLS, 1999).

A partir de uma comparação da era industrial com a era da informação, torna-se perceptível que, nesta última, há semelhante preocupação com as economias de escala da primeira, porém menos preocupações com o espaço e o tempo. Nota-se o surgimento de uma nova dinâmica de vida e de relações, a qual “exigirá cada vez menos que você esteja num determinado lugar em determinada ora, e a transmissão do próprio lugar vai começar a se tornar realidade” (NEGROPONTE, 1995, p. 159). De forma saudosista, Baudrillard (1997) chama a atenção para as mudanças que o desenvolvimento da tecnologia trouxe para o cotidiano das pessoas e também para as consequências da virtualidade para a identidade dos indivíduos, visto que essa “implica a possibilidade da dissimulação, do desaparecimento no espaço impalpável do virtual, e de assim não ser mais localizável, inclusive por si mesmo” (BAUDRILLARD, 1997, p. 149).

Por outro lado, e de forma mais receptiva e positiva em relação ao desenvolvimento tecnológico, Rheingold (1996) discute a importância da Comunicação Mediada por Computador (CMC) para a democratização da informação e aumento da liberdade de expressão. Ainda nesse sentido, Castells (1999) argumenta que a busca de identificação e sociabilidade expuseram o surgimento de uma nova cultura ocasionada pela expansão dos ciberespaços que eclodiram a partir do desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e da CMC, e que dão base para as formas atuais de relações, trabalho e comunicação das pessoas.

No início da década de 1970, Alan Kay criou o *Learning Research Groupe* no laboratório PARC da Xerox, que objetivava integrar usuários, tendo levado os demais pesquisadores desse laboratório a se encorajarem para criar o ALTO, um computador pessoal e experimental que funcionava em redes locais (LAN, Ethernet). Essa invenção possibilitou a continuidade do desenvolvimento de máquinas que viriam a constituir os primeiros microcomputadores (LEMOIS, 2004). Já as redes sociais na internet originaram-se das

denominadas comunidades de interesse temático a partir dos BBSes e *newsgroups* da Usenet, criados em 1979 na Duke University nos EUA e que permitia o compartilhamento e organização temática de mensagens por várias instituições no mundo. Os BBSes foram sistemas de comunicação muito utilizados nas décadas de 1970 a 1990, nos quais havia troca de mensagens por conexões discadas. Os *newsgroups* eram grupos de discussão que antecederam os grupos de interação por *e-mails* e redes fechadas que prevalecem nos dias atuais. Ambos os grupos permitiam a interação entre desconhecidos que passavam a se relacionar em virtude de interesses comuns. Já as redes sociais da atualidade, em grande parte, favorecem contatos virtuais de indivíduos que já se conhecem nos espaços reais e que tornam, preferencial ou exclusivamente, a plataforma virtual em espaço de interação e trocas (AGUIAR, 2007a).

Cerca de três décadas depois, em meados de 2002, surgiram novas redes sociais virtuais que atualmente fazem parte do que se denomina de nova geração das redes de relacionamento. A primeira rede baseada em “círculo de amigos” foi o *Friendster* desenvolvido pelo cientista da computação britânico Jonathan Bishop. Nessa rede, os usuários criavam seus perfis públicos e passavam a associar-se a demais perfis, tais como os de amigos, amigos de amigos, entre outros. Após alcançar uma enorme quantidade de usuários em pouco menos de um ano, cerca de 3,3 milhões, outras redes sociais virtuais foram surgindo, tais como os mais conhecidos *MySpace*, *Orkut* e *Facebook*. Após essa propagação de *sites* de relacionamentos sociais, uma série de outros novos tem surgido na atualidade, buscando mercados relacionados a grupos específicos, tais como adolescentes, pessoas interessadas em música etc. (AGUIAR, 2007a).

Atualmente nota-se uma expansão do número e variedade dos tipos de *softwares* sociais oferecendo recursos diversos, mas com focos semelhantes e normalmente voltados para a agregação de pessoas do círculo de relacionamentos e na construção de elos. Contudo, há que se esclarecer que o *software* social não é propriamente uma comunidade virtual, mas contém várias delas ao se constituir como o espaço no qual estas se estabelecem. Machado e Tijiboy (2005) enumeram alguns desses *softwares* que dão ou deram nome às redes sociais virtuais que formam, entre os quais pode-se destacar o *Orkut*, *Wallop Tribe*, *Hi5*, *Friendster* e *Dogster*.

Em um breve histórico sobre o desenvolvimento e popularização dos *softwares* sociais, podem-se enumerar alguns principais em uma linha histórica, de acordo com Boyd e Ellison (2007). O precursor é o *SixDegrees.com*, lançado no ano de 1997. Após este, até meados de 2001, uma série de *sites* surgiu com diferentes possibilidades para formar as redes sociais, conforme anos de surgimento e nomes a seguir: 1999 – *LiveJournal*, *AsianAvenue*, *BlackPlanet*; 2000 – *MiGente*; 2001- *Cyworld* e *Ryze*; 2002 – *Fotolog* e *Friendster*; 2003 – *LinkedIn*, *MySpace*, *Tribe.net*, *Last.FM* e *Hi5*; 2004 – *Orkut*, *Flickr* e *Piczo*; 2005 – *Yahoo! 360* e *YouTube*, e; 2006 – *Windows Live Spaces*, *Twitter* e *Facebook*. Apesar de o *Facebook* ter se popularizado a partir de 2006, ele já podia ser utilizado em 2004 apenas por um grupo restrito em Harvard, além de uma versão para redes corporativas lançada no início de 2006. Atualmente, outra rede que tem crescido em popularidade e membros é a *Google+*, lançada pela *Google* em meados de junho de 2011 para fazer frente ao crescimento do *Facebook* e, em especial, diante da queda no número de usuários do *Orkut*, sua outra rede social. Mais

recentemente, outra rede social entrou nesse cenário, no final de 2012, a *Socl*, desenvolvida pela *Microsoft*.

O termo *software* social foi (re)afirmado por Clay Shirky em 2002, buscando abranger uma vasta possibilidade de utilizações, definindo-o como “*all uses of software that supported interacting groups, even if the interaction was offline*”, por meio da *Web 2.0* (BOYD, 2007a, p. 15). O termo *software* social por vezes é substituído por outros com os quais mantém semelhanças conceituais, tais como: *groupware*; *computer-mediated communication* (CMC); *social computing* e; *sociable media* (BOYD, 2007a, p. 15).

Na definição de Boyd e Ellison, *sites* de redes sociais (*social network sites - SNS*) são classificados, em geral, como

[...] web-based services that allow individuals to (1) construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of connections and those made by others within the system (BOYD; ELLISON, 2007, p. 211).

A visibilidade dos perfis dos usuários varia de acordo com o *software* social utilizado e com a descrição do usuário. Normalmente os *sites* oferecem diversas opções para que o usuário configure seu perfil e escolha o que se torna público para todos os usuários ou privado para os grupos de “amigos” que desejar selecionar para visualizar, desde informações gerais a fotografias, postagens etc. (BOYD; ELLISON, 2007). Além desses recursos, Cogo e Brignol (2011) ressaltam a importância do hipertexto (formado por texto, som e imagem) na construção de mensagens e conteúdos a partir de fluxos heterogêneos, possibilitando a hibridização de diferentes formas discursivas na CMC. Este fato apontou novas possibilidades para a reestruturação dos processos comunicacionais a partir da lógica de redes.

As repercussões dos *sites* de redes sociais são um fenômeno global, em especial na expansão de comunidades (BOYD; ELLISON, 2007). Boyd (2007b) discute as questões relacionadas a identidade e participação na rede *Friendster*, defendendo que as relações sociais na rede virtual não equivalem às relações fora dela. Harrison e Tomas (2009) recorrem a um estudo para expor a influência de uma rede social virtual, a *Livemocha*, na aprendizagem de idiomas. Szell e Thurner (2010) apresentam um estudo com uma rede virtual estabelecida por meio de jogadores de *games*, procurando mensurar a dinâmica das relações e aspectos estruturais da rede, tal como a densidade. Gosling *et al.* (2011) apresentam estudos comparativos do comportamento relatado e dos dados descritos em perfis de usuários no *Facebook*. Takhteyev, Gruzd e Wellman (2012) comparam a formação de laços sociais no *Twitter* com a proximidade geográfica, linguagem, fronteiras nacionais e outros elementos.

Há também alguns estudos realizados e publicados no Brasil que realizaram análises em redes sociais virtuais, a exemplo do trabalho de Recuero (2004b), ao analisar aspectos da Teoria de Redes no *Orkut*, em *weblogs* e *fatologs*. Em outro estudo, Recuero (2006) faz relações do capital social e de sua relação com a dinâmica social observadas no *Orkut*. Já Santos Júnior

e Mantovani (2010) procuraram compreender alguns aspectos da comunicação estabelecida em comunidades do *Orkut*. No Brasil, nota-se uma preponderância de estudos com foco nesta rede social, visto que, até meados de 2010, possivelmente, era o *software* social mais utilizado no país, tendo perdido espaço para outros, tais como *Twitter* e *Facebook*.

A partir do aprofundamento dos aspectos tecnológicos e do histórico de desenvolvimento dos *softwares* sociais, na próxima seção, é apresentado o contexto virtual das redes sociais nas quais os integrantes de movimentos sociais encontram ferramentas e condições de realizar ações coletivas, organização dos grupos e, especialmente, desenvolver a consciência política a partir do dinâmico contexto ideológico e cultural formado.

REDES SOCIAIS VIRTUAIS

As redes sociais são quaisquer relações entre pessoas, mediadas ou não por sistemas informatizados. Tais relações podem ser efetivadas por interações que visam mudanças na vida das pessoas, para o coletivo ou ainda para organizações, visto que tais interações podem ser estabelecidas em razão de interesses particulares, em defesa de outros ou em nome de organizações. Além dessas motivações, as redes podem ser estabelecidas em função de movimentos sociais com finalidades sociopolíticas (AGUIAR, 2007a).

Entre as variações ou especificidades de redes sociais, estão as denominadas ‘redes sociais na internet’ ou ‘redes sociais virtuais’, que se referem aos formatos de sociabilidade e de relações sociais virtuais, que se diferenciam das relações reais em termos de objetivos e dinâmica. A exemplo das ações sociopolíticas, muitas relações estabelecidas no ‘mundo real’ passam a utilizar a internet como um ambiente adicional de interação, figurando como um espaço público complementar (AGUIAR, 2007a). Há uma necessidade dos indivíduos em se integrarem a grupos sociais específicos que tenham interesses comuns, o que expõe a intenção de se reconhecerem quando buscam conectar-se às redes com as quais se identifiquem. Além disso, esse espaço de interação social, em especial os virtuais, possibilita a comunicação entre os usuários e favorece a desnacionalização e desestatização da informação, a partir da conectividade mundial estabelecida pela *internet* (CASTELLS, 1999).

Assim, pode-se compreender a existência das redes sociais a partir de análises sobre o prisma das relações sociais e das trocas efetuadas entre os membros dos agrupamentos sociais e não meramente em termos da territorialidade. Para Wellman e Berkowitz (1988), as redes sociais na internet são mais que a simples definição e denominação de elementos que permitem criar uma metáfora para compreender um agrupamento; elas são baseadas em relações que sustentam uma estrutura em rede. Por exemplo, os nós não são apenas indivíduos, mas podem representar agrupamentos; os laços entre os membros não são apenas uma representação de um elemento da estrutura da rede, mas representam as relações entre os membros por onde as trocas fluem.

Nesse sentido, e diante das possibilidades configuradas por um novo conceito de tempo-espaço, as pessoas têm passado a se estabelecer em redes no ciberespaço. Este fato é reforçado

em Rheingold (1996), visto que as redes virtuais foram possíveis a partir da redução das possibilidades de encontros reais entre as pessoas, possibilitando se criar laços emotivos por meio da internet e discussões virtuais duradouras.

Para Lévy (2000, p. 127), uma rede virtual “é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independente das proximidades geográficas e das filiações institucionais”. Elas “constituem o fundamento social do ciberespaço e a chave da ciberdemocracia” (LÉVY, 2002, p. 67). Já no entendimento de Rheingold (1996, p. 18), redes virtuais são conceituadas como “agregados sociais surgidos na Rede, quando os intervenientes de um debate o levam por diante em número e sentimento suficientes para formarem teias de relações pessoais no ciberespaço”. Já ciberespaço, considerando o avanço no desenvolvimento da Comunicação Mediada por Computador (CMC), pode ser compreendido como “espaço conceptual onde se manifestam palavras, relações humanas, dados, riqueza e poder dos utilizadores da tecnologia de CMC” (RHEINGOLD, 1996, p. 18).

No entendimento de Recuero (2004a), o fluxo de informações interfere no formato do ciberespaço, visto que, a cada nova postagem, comentário ou disseminação de *links*, a internet e as redes são alteradas, dando origem a novas relações e modificando os nós da rede. São ações como essas, ocorridas entre os indivíduos, que permitem que, assim como na “realidade real”, as redes virtuais sejam dinâmicas e alterem suas configurações. Apesar de, por um lado, parecerem ameaçar a sociabilidade, as redes sociais virtuais mostram-se úteis sob o ponto de vista do dinamismo e vitalidade social, e por permitirem um espaço que potencializa as conexões entre os indivíduos (PRIMO, 1997).

Nas relações estabelecidas nas redes, os indivíduos têm a possibilidade de escolher o outro com quem desejam se relacionar, diferentemente das relações estabelecidas com a família e comunidade que se dão no primeiro processo de socialização. Além disso, as redes suportam não apenas laços relacionais fracos, mas laços fortes e íntimos, e podem permitir que laços estabelecidos nas redes virtuais tenham também presença na “vida real” dos envolvidos (WELLMAN, 1999; 2002; WELLMAN; GULIA, 1999).

Schlemmer *et al.* (2006) defendem que os espaços de convivência digital ampliam as possibilidades de interação, de comunicação e acesso a informações aos indivíduos, possibilitando a criação de redes complexas, nas quais a estrutura não segue um padrão regular e, por isso, as informações propagam-se além do raio de ação direta. Diante disso, uma das principais características desse tipo de rede é a falta de controle e previsão quanto ao direcionamento das informações que provocam constantes mudanças na rede em termos de tempo e espaço.

Outra importante contribuição das redes sociais virtuais é discutida por Costa (2005) ao analisar o papel dessas como importantes meios para a geração e aprimoramento do capital social, bem como do capital cultural. Além disso, é nessas que o indivíduo encontra possibilidades de compartilhar ideias, informações e conhecimentos, o que poderia ser impossível com os próximos em redes locais, em virtude das restrições de tempo e espaço.

No que diz respeito a identidade, as redes sociais virtuais podem ser compreendidas como a apropriação de um espaço no ciberespaço por um indivíduo que deseja ser visto e constrói sua identidade, dando origem a um “eu” na rede (RECUERO, 2004). Para Sibilía (2003), citada por Recuero (2004a), existe um imperativo da visibilidade na sociedade que decorre de uma ligação entre os âmbitos público e privado do indivíduo. Para existir no espaço dos fluxos, é necessário ser visto e se tornar parte da rede.

No mesmo sentido, Rheingold (1996) analisa o papel das redes sociais virtuais na atualidade e afirma que estas não apenas possibilitam a interação e encontro de pessoas, mas se tornaram um ambiente no qual se pode alcançar objetivos definidos pela coletividade, além da possibilidade de se criar e obter informações relevantes que constituem a inteligência coletiva. Machado e Tijiboy (2005, p.8) também defendem que as redes sociais virtuais podem ser úteis como espaços de aprendizado coletivo e de trocas cooperativas de conhecimento, contribuindo para “a mobilização dos saberes, o reconhecimento das diferentes identidades e a articulação dos pensamentos que compõem a coletividade”.

Até aqui foi possível compreender o quadro conceitual e prático dos estudos de redes sociais, enfocando especialmente na tipologia de redes sociais virtuais, as quais são a base deste estudo, pois é o meio no qual os movimentos sociais serão analisados. A partir daí, torna-se necessário primeiramente elencar as formas pelas quais os movimentos sociais na atualidade se formam e se desenvolvem, conforme se verá na próxima seção.

MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES SOCIAIS

Na ótica marxista estruturalista, os movimentos sociais eram identificados por meio da ação histórica da sociedade em relação às contradições do capitalismo. Contudo, esta abordagem tornou-se antiquada, visto o crescimento dos movimentos sociais e de lutas direcionadas a diferentes causas. Esses fatos deram origem ao conceito de novos movimentos sociais (NMS), sendo este distante dos tradicionais conceitos de caráter classista dos movimentos camponeses e sindicais. Os novos movimentos foram identificados inicialmente por meio de ações de caráter predominantemente urbanos, tais como os movimentos pacifistas, das mulheres, pelos direitos civis, ambientalistas etc., sendo que hoje existe uma enorme diversidade, especialmente alguns movimentos específicos de dados contextos sociais, históricos e culturais (MACHADO, 2007). Os novos movimentos sociais têm duas vantagens específicas se comparados aos movimentos sociais marxistas: colocam o ator no centro da análise e capturam características inovadoras destes movimentos que não se definem exclusivamente em relação ao sistema de produção (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

As ações coletivas apresentam-se de forma múltipla e variável na contemporaneidade, sendo possível observá-las em diferentes níveis do sistema social. Nas análises atuais desses movimentos, busca-se conceituar campos de conflito e, a partir daí, conhecer como os grupos sociais agem neles. No passado, buscava-se analisar a condição social dos grupos e, posteriormente, as ações dos indivíduos decorrentes desse contexto. Isso se justifica em

virtude da mudança do foco dos movimentos sociais que deixou de se basear em classes, raças e questões políticas tradicionais, voltando-se para o campo cultural, em virtude da complexidade da sociedade, das mudanças culturais e práticas sociais (MELUCCI, 1996).

Entendida a complexidade das sociedades contemporâneas, tais articulações podem se dar de forma plural, sendo que as lutas por cidadania envolvem várias dimensões: “de gênero, étnica, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais etc.” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115).

Na visão de Melucci (1996, p. 36), houve uma transformação dos movimentos sociais a partir do final da década de 1970, deixando de existir apenas movimentos de atores políticos ou organizacionais e dando origem a formas compreendidas como “movimentos como meio” (*movements as media*). Tal diferenciação é dada em função dos papéis e comportamentos assumidos pelos atores, bem como diante do foco assumido nas ações, sendo que, por um lado, os atores podem engajar-se em ações voltadas para reforma, inclusão, novos direitos, redefinição de regras políticas, e, por outro lado, atores que direcionam suas ações e questionamentos para formas ou condições culturais puras, que expressam conflitos e dilemas de orientações básicas da sociedade.

O descentramento do sujeito e o surgimento de uma pluralidade de atores possibilitaram o fortalecimento do conceito de cidadania a partir da década de 1990 no Brasil, da mesma forma que o conceito de autonomia vigorava na década de 1980. Essa cidadania liga-se aos novos movimentos, em lutas pelo “reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos”, direcionados para causas ligadas a “raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos etc.” (GOHN, 2004, p. 22). Para Edwards e McCarthy (2004), os novos movimentos tornaram-se possíveis em virtude do surgimento de uma “nova classe média”, atuando como “motores principais” destes.

De acordo com Aguiar (2007a, p. 12), outro público específico das redes de movimentos sociais têm sido os indivíduos com interesses em questões ambientais e desenvolvimento social, que passaram a se inserir em redes sociais temáticas, especialmente a partir da conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). Essas redes possibilitam criar e manter uma “extensa rede invisível que caracteriza as articulações sociopolíticas no Brasil”, que permitem construir debates e acordos à distância, por meio das tecnologias da informação envolvidas.

Marteletto (2001, p. 73-74) chama a atenção para o fato de que muitos estudos têm apontado importantes “mudanças no perfil e na dinâmica dos movimentos sociais”, sendo que um dos principais aspectos alterados foi o foco das mobilizações e reivindicações, que passou a ser direcionado para as “condições de vida da população” e não mais direcionado à “esfera da produção e do trabalho”, visto que as lutas são baseadas na “ampliação do acesso ao espaço público”.

Nos movimentos contemporâneos, os atores direcionam suas atenções para as diferenças

entre sexos, idades e culturas. Considerando os distintos focos dos movimentos e as especificidades dos modelos de organização e sistemas políticos, as ações tornam-se intimamente relacionadas com a vida cotidiana e a experiência individual, o que possibilita compreender a variedade de formas dos movimentos e de significados das ações coletivas (MELUCCI, 1996). Para Scherer-Warren (2006, p. 120-121), o ativismo embasado nos valores da democracia, da solidariedade e da cooperação vem crescendo de forma significativa nos últimos anos, sendo orientado “aos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados”.

Os movimentos sociais são formados por agrupamentos heterogêneos, apesar de, à primeira vista, parecerem homogêneos. Além disso, guardam a característica de serem contínuos, visto que transcendem os episódios. A partir daí, pode-se compreendê-los como um sistema de ações coletivas, nos quais a continuidade das ações molda e forma os movimentos (MELUCCI, 1996). Também para Della Porta e Diani (2006, p. 2), não se pode pensar que os novos movimentos sociais, tais como o “*global justice movement*”, são homogêneos. Dessa forma, movimentos com bandeiras globais, como os sustentados por iniciativas contra a globalização neoliberal, diferenciam-se em relação aos focos de manifestações (trabalho infantil, desmatamento, entre outros), das formas como os indivíduos se comportam nos eventos coletivos, dos pontos de vista assumidos, entre outros.

Os movimentos sociais contemporâneos assumem um formato de rede solidária com importantes significados culturais e podem ser definidos como “*systems of action, complex networks among the different levels and meanings of social action*” (MELUCCI, 1996, p. 4). Além disso, Melucci (1996) os compara com a metáfora “profetas do presente”, que exercem influência não por força de aparatos, mas por meio do poder da palavra, anunciando o início de mudanças.

Nesse sentido, Scherer-Warren (2005) argumenta que, para melhor compreensão dos movimentos sociais contemporâneos, é necessário entender como os indivíduos se tornam sujeitos de seus destinos pessoais e como os sujeitos se transformam em atores políticos por meio de seus envoltórios em redes. E, vistas as novas possibilidades disponíveis para os movimentos sociais, a autora informa alguns aspectos que as análises neste campo podem buscar esclarecer: a) a forma pela qual os atores e organizações locais interagem com agentes coletivos nos planos regionais, nacionais e transnacionais; b) quais organizações, atores e movimentos são integrados ou excluídos pelas redes e quais as razões que levam à formação de tal estrutura; c) qual a forma que as interações assumem nas redes de informação e quais seus resultados, tais como o tipo de solidariedade, de estratégia, os mecanismos de negociação, representações simbólicas, interculturalismo, entre outros.

Kraemer, Whiteman e Banerjee (2013) reforçam a ideia da transnacionalidade e da estratégia de movimentos sociais, demonstrando, por meio de um caso ocorrido na Índia, que um movimento local se expandiu e se fortaleceu além das fronteiras daquele país a partir de ações e estratégias iniciadas por um indivíduo que se tornou porta-voz do movimento. Neste caso, foi possível constatar a importância das redes para efetivar coalisões e para a formação dos processos de mobilização nos âmbitos nacional e internacional.

As redes sociais passaram a ser aplicadas na análise dos movimentos sociais a partir dos anos 1970, a partir do *boom* desta área na sociologia, em especial na abordagem dos novos movimentos sociais. A existência de redes de indivíduos e organizações que formam um coletivo em rede pode ser compreendida como o surgimento de segmentos que formam um movimento social. Há também a possibilidade de formação de redes de movimentos sociais que se formam de modo complexo e transcendem a delimitação de organizações, conectando indivíduos e atores coletivos de forma simbólica, solidária ou estratégica (SCHERER-WARREN, 2005). No caso brasileiro, Scherer-Warren (2005) informa alguns exemplos de redes de movimentos, tais como: redes estratégicas de denúncias - Diretas Já, Caras Pintadas, Grito dos Excluídos; redes de estratégias de desobediência civil - Movimento dos Sem Terra, Movimentos dos Sem Teto; redes de luta contra a exclusão - Ação da Cidadania, Economia Solidária; e, redes de negociação na esfera pública - Agenda 21, Conselhos Setoriais, Orçamento Participativo.

Ao se falar em redes de movimentos sociais, deve-se assumir que, mesmo neste tipo de redes, há distintas formas e intensidades de poder, visto que os centros de poder são democratizados, mas ainda assim pode haver elos mais fortes, com maior poder de influência e decisão (SCHERER-WARREN, 2006). Para Cogo e Brignol (2011), as redes possuem relações de poder que são expressas em disputas e assimetrias nas esferas de comunicação e cultura. A partir daí, compreende-se que a forma como o poder se apresenta e é exercido tem relação com o modo como as relações se estruturam e com a intensidade e tipos de participação dos indivíduos na rede.

Além disso, as redes sociais afetam a participação na ação coletiva e podem ampliar as oportunidades dos indivíduos para se envolverem e fortalecerem o ativismo. Contudo, as redes não são apenas facilitadoras da ação coletiva, mas são, também, produto resultante desta, visto que a participação possibilita a formação de novas ligações/relações. Contudo, as redes não são o fator mais importante para o estabelecimento de laços nos movimentos sociais, visto que a capacidade de motivar pessoas pode ser realizada por meio de movimentos já fortalecidos e não pelas conexões em rede. Assim, pode-se compreender a capacidade anônima de certos movimentos ao encorajar a participação de outros indivíduos pelo simples fato de se mostrarem maduros e fortalecidos. Além disso, em muitos casos, os laços entre redes, ao invés de encorajar, acabam por desencorajar a participação de outros indivíduos e grupos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Há uma tendência contemporânea de agregação social, com base em uma nova cultura política, tendendo ao aumento da participação popular quando se está em discussão a busca por justiça social e a construção de uma sociedade mais solidária. O que dá sustentação para esse tipo de ação coletiva é a busca de interesses comuns e uma maior conscientização dos indivíduos sobre o contexto no qual estão inseridos. Para isso, o ciberespaço mostra-se como um ambiente propício para a troca de informações, sendo que as ações não se situam apenas no campo virtual e nem se esgotam nele. Normalmente, os movimentos sociais são advindos de práticas fora do ambiente virtual e encontram no ciberespaço um local de confluência dos interesses da coletividade (PERUZZO, 2002).

É nesse espaço que são ofertados aos usuários formas e tempos diferenciados de tempo e de espaço por meio de diferentes artefatos digitais. Por meio desses artefatos, o ciberespaço torna-se um instrumento de conexão de forma a catalisar e potencializar ações, o que o torna interesse para estudos antropológicos e sociológicos, vista sua possibilidade de canalizar o vitalismo social (LÉVY, 2002; LEMOS, 2004). Para Haug (2013), os movimentos sociais situam-se em uma arena na qual são encontradas três formas de ordenamento social em relação aos grupos de ações coletivas, sendo estas a ordem da organização, a da instituição e a de rede, de acordo com os interesses dos organizadores dos movimentos. Para o autor, as redes constituem-se como uma infraestrutura que visa atender ao movimento e às mobilizações, buscando criar formas de sincronizar as atividades dos indivíduos dispersos em relação ao tempo e espaço.

De forma geral, e em concordância com o pensamento de Chua, Madej e Wellman (2011, p. 106), os *sites* de redes sociais apenas incrementam as relações na vida real, visto que *“such social networking sites do not suppress offline social contact, but they are integrated with it, as many relationships are migratory: moving from being online only to combining online with offline contact”*. As redes sociais colaboram com o recrutamento e inserção das pessoas nas ações coletivas dos movimentos sociais, além de favorecerem, a partir de ações iniciais, que se desenvolva, posteriormente, uma consciência política (GAMSON, 1992).

As ligações formadas entre grupos estabelecem um canal de comunicação que possibilita promover iniciativas conjuntas, ampliando os laços de solidariedade e confiança entre os grupos, bem como a continuidade das ações ao longo do tempo. O capital social estabelecido nas relações entre grupos favorece o desenvolvimento ou descoberta de oportunidades para os indivíduos e a coletividade. Dessa forma, as redes fornecem condições para que a predisposição se transforme em ações, também influenciadas pelos laços estabelecidos e pelos canais de comunicação (DELLA PORTA e DIANI, 2006).

O desenvolvimento da CMC e da internet tem possibilitado a formação deste tipo de rede. Para Frey (2003, p. 177), a internet pode possibilitar “modos de relacionamento transversais e estruturas mais fluidos, em maior sintonia com as estruturas de redes, que caracterizam os processos sociais e políticos nas sociedades democráticas modernas”. Além disso, Frey destaca as possibilidades de acesso à informação independentemente da distância espacial, podendo ser transmitida em tempo real, fatos estes que colaboram com as demandas e expectativas de cidadãos envolvidos em processos de decisão e participação democrática. Para Della Porta e Diani (2006), o desenvolvimento da CMC favorece a realização de ações coletivas, reforçando e facilitando o ativismo, visto sua capacidade de possibilitar a manutenção de laços estabelecidos nos espaços reais/físicos e por dar suporte técnico para as atividades dos grupos.

ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS

As características de interatividade, cooperação e descentralização da internet abriram espaço para as lutas sociais a partir da segunda metade da década de 1990, hajam vista as

possibilidades de difusão de reivindicações, disseminação de ideias e estabelecimento de contatos, e sem ter a necessidade de passar pelos filtros ideológicos da grande mídia. Dessa forma, “a militância *on line* vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida.” (MORAES, 2000, p. 142)

O ciberespaço e a dinâmica propiciada por este em termos de aproximação de diferentes tempos culturais resulta em uma sinergia entre as redes presenciais e redes virtuais. Além das articulações entre as redes virtuais e presenciais, novas possibilidades de articulações podem ser vislumbradas, seja na relação entre legados históricos e projetos de transformações ou mesmo na relação entre escalas locais e globais dos movimentos (SCHERER-WARREN, 2005).

Há uma importância nas mudanças em relação aos modos como a informação passou a circular nas mídias, passando de uma “lógica hegemônica de transmissão das informações de forma massiva e generalizada, de um pequeno grupo produtor a um coletivo indiscriminado” para uma forma na qual há “possibilidade de produção de informação e estabelecimento de comunicação de uma forma mais descentralizada e distribuída para públicos segmentados”. Embora a interatividade possa ser vista em outras mídias, é na internet que ela apresenta maior predominância e força (COGO; BRIGNOL, 2011, p. 83).

Como o ciberespaço constitui-se em um “universal indeterminado”, a falta de controle e de hierarquias aparentes possibilita que as partes possam se reinventar em densidades e extensões distintas sem se sobreporem ou subjugarem às demais. Por essas características, pode ser denominada de “Babel cultural”, visto a constante mutação e desordem saudável dos espaços disponíveis (MORAES, 2000, p. 143). Edwards e McCarthy (2004) apontam a importância da internet para os movimentos sociais em virtude das possibilidades disponibilizadas para disseminar informações e coordenar atividades em diferentes grupos sociais. No entendimento de Klandermans e Staggenborg (2002, p. 332), a internet pode se configurar como uma rica fonte de dados para se analisar tais movimentos em virtude da crescente difusão de informações em seu espaço.

A internet serve, portanto, como importante complemento para as ações políticas, engajamento cívico e participação democrática, o que não significa que os processos tradicionais se encerrem em virtude dessa nova dinâmica de participação, mas que os indivíduos têm à disposição novos espaços para diferentes tipos de deliberações democráticas (FREY, 2003). Para Scherer-Warren (2005, p. 83), as redes virtuais, resultantes do ciberativismo são intencionais e “*transciendem las fronteras espaciales de las redes presenciales, creando, por lo tanto, territorios virtuales cuyas configuraciones se definen por las adhesiones a una causa o por afinidades políticas, culturales o ideológicas*”. Dessa forma, há um deslocamento das fronteiras comunitárias e locais tradicionais, podendo se verificar o desenvolvimento de um potencial de ações coletivas na era da informação.

O ciberespaço coloca-se como um ambiente com capacidade de revitalizar lutas e movimentos civis, já que constantemente aumenta o número de indivíduos que procuram tais espaços ansiando por expressar-se. Apesar de anárquica, a internet mostra-se bem mais

democrática que as mídias de massa, característica esta que se fortalece ainda mais quando se consideram o barateamento dos custos, o aumento do raio de abrangência global e a rápida velocidade de circulação de informações (MORAES, 2000). Com apenas um clique, uma pessoa pode fortalecer um movimento, como por exemplo, assinando um abaixo assinado, o que nos remete a um novo conceito de ‘cliqueativismo’. Esse fato ainda colabora com o entendimento das chamadas “forças dormentes” que Machado (2007, p. 278) argumenta serem importantes para os movimentos sociais nas redes virtuais, visto que essas forças são relacionadas a pessoas que fazem parte da rede e, apesar de não muito engajadas, podem se identificar com certas causas e ações e fortalecê-las em dados momentos.

Machado (2007) alerta para a existência de movimentos sociais que ocorrem em zonas cinzas de descontrole, nas quais se torna difícil estabelecer controle e responsabilidades. A exemplo desses movimentos, o autor aponta para o “hacktivismo” e o “ciberterrorismo”, os quais se utilizam de ataques virtuais a *sites* e sistemas diversos de organizações. Nos dias atuais, um movimento que tem ganhado força nesse contexto advém de ações do grupo intitulado como *Anonymous*.

Apesar das diversas possibilidades para o desenvolvimento de movimentos sociais, Moraes (2000, p. 153) argumenta que alguns fatores requerem melhor análise do quadro de expectativas que a internet pode propiciar. Para o autor, “a cibermilitância necessita aprofundar experiências de comunicação eletrônica” e, além disso, ao mesmo tempo em que o fenômeno dos movimentos se torna muito rápido graças à tecnologia, também se mostra muito lento devido aos hábitos culturais e políticos. Além dos aspectos mencionados, a internet pode dar maior visibilidade para certos movimentos, mas isso não retira o poder predominante de determinadas mídias de massa que são bem perceptíveis na atualidade.

Dessa forma, as redes sociais virtuais mostram-se como um importante espaço de interação, reconhecimento e ação, mas podem requerer, em certos casos, outros tipos de recursos e ambientes para desenvolver os movimentos sociais. Para Scherer-Warren (2006, p. 112), por exemplo, as mobilizações contemporâneas na esfera pública resultam de articulações entre “atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral”.

Uma importante discussão a respeito das redes de movimentos sociais reside no fato das múltiplas participações em movimentos sociais, possibilidade esta que se eleva quando se leva em consideração as ações no ambiente virtual. Conforme esclarecido por Della Porta e Diani (2006), alguns tipos de grupos exigem afiliação exclusiva, tal como organizações políticas, enquanto outros possibilitam múltiplas afiliações, como no caso de grande parte dos movimentos sociais. A múltipla afiliação possibilita aos indivíduos e grupos acessarem diferentes áreas e estabelecerem relações de confiança com demais grupos que podem apoiar as ações desenvolvidas, tornando-se um importante canal para a articulação de iniciativas. Ao estudar a participação política de jovens brasileiros, Mische (1997, p. 145) argumenta

que o contexto brasileiro apresenta uma característica de “militância múltipla”, podendo ser observado por meio da participação dos indivíduos em uma série de movimentos (estudantis, políticos, religiosos), o que leva a crer que as redes de movimentos são extremamente interligadas.

Mesmo tendo clara a grande possibilidade que as redes virtuais oferecem para a integração e articulação dos movimentos sociais, Machado (2007) argumenta que ainda não se pode definir a exatidão dos impactos dessas para os movimentos, até mesmo porque os estudos neste campo são insuficientes. Contudo, pode-se afirmar que as redes sociais virtuais são um importante marco em relação à atuação dos/nos movimentos sociais, provocando consideráveis alterações na forma como as relações e as ações coletivas se estabelecem e se desenvolvem, bem como no impacto de tais redes para os resultados esperados. Além disso, fatores como a motivação, significados e organização das ações coletivas dos movimentos sociais não se mostram tão claros, mas de certo modo, intrigantes e desafiadores.

Vistas as possibilidades e desafios de estudos no campo dos movimentos sociais a partir de sua presença e estruturação nas redes sociais virtuais, a próxima seção procura apresentar as principais considerações a que se pôde chegar nesta discussão teórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se propôs na discussão acima, uma forma de promover a emancipação do indivíduo pode ser encontrada na criação e ampliação dos espaços que promovam maiores possibilidades de interação entre eles e de seus grupos como forma de participarem de discussões e ações para o alcance de objetivos, anseios e demandas coletivas. Nesse sentido, as redes sociais virtuais parecem despontar como importantes espaços nos quais as demandas individuais podem ser identificadas e reconhecidas como coletivas e permitir que a cooperação dê maiores condições de ação aos indivíduos, especialmente se comparadas às ações individualizadas.

A busca por emancipação, igualdade e/ou tipos de reconhecimento passa a ser realizada exclusivamente em espaços virtuais de interação ou como extensão dos espaços reais/físicos disponíveis. Esses espaços virtuais denominados de ciberespaços e estruturados na internet têm permitido novos formatos de organização social e a criação, estabelecimento e repercussão de movimentos sociais em várias partes do mundo, em especial pelo que se conhece como “redes sociais virtuais” ou “redes sociais na internet”. Estas redes, baseadas no desenvolvimento da *Web 2.0* e de *softwares* sociais, têm ganhado espaço na sociedade permitindo uma maior interação entre as pessoas.

Como resultado e exemplo das mudanças, há constantes repercussões na mídia mundial em relação às ações coletivas que se desenvolvem nessas redes, especialmente nos casos de alguns regimes autoritários que foram desestabilizados ou ruíram a partir de movimentos iniciados e/ou organizados em redes como *Facebook* e *Twitter*, sendo alguns dos casos mais recentes os relacionados com regimes autoritários de países como Egito e Líbia, por meio do que se denomina de Primavera Árabe. Além disso, outros vários eventos têm sido abrigados nas redes sociais, tais como movimentos contra a corrupção, formas de autoritarismo e opressão,

violência, homofobia, racismo, entre outros dos contextos sociais e econômicos. No Brasil, por exemplo, tem-se deparado atualmente com constantes movimentos abrigados nas redes sociais virtuais, em especial os direcionados a questões políticas, como nos casos do “Fora Renan”, direcionados a manifestações pela saída do Senador Renan Calheiros da presidência do Senado Federal, e no movimento a favor da saída do deputado federal Marcos Feliciano da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM). Além disso, impacto maior pôde ser observado no Brasil nas manifestações de junho de 2013 que encontraram muitas possibilidades de organização de ações em redes sociais virtuais como o Facebook e *Twitter*, bem como um espaço para divulgação de ações e para a criação e divulgação de ideias e comportamentos políticos.

Essas redes têm desempenhado um papel importante nos mais diversos países e com os mais distintos propósitos a partir da (re)definição da dinâmica relacional entre grupos sociais com a sociedade, de forma mais ampla ou relacionados diretamente ao Estado, ainda que influenciados por grupos políticos. A relevância dessas redes para a organização social já se mostra latente e tem ocasionado importantes mudanças nas formas como a democracia é realizada na e por meio da internet, configurando o que se denomina de ‘ciberdemocracia’ por meio do desenvolvimento da ‘cibercultura’. Contudo, esse contexto ainda é repleto de questionamentos e necessidades de esclarecimentos quanto às interações sociais e à organização dos grupos e de suas ações. Várias discussões têm vindo à tona quanto às formas virtuais de ações que se configuram como ativismo virtual e ações baseadas em ‘simples’ compartilhamentos de informações por meio do que se pode definir de ‘cliqueativismo’, isto é, possibilidades de ação apenas no espaço virtual por meio do compartilhamento e disseminação de informações entre os grupos sociais dos quais se faz parte.

Como contribuição teórica, este ensaio permitiu a organização de conceitos e o esclarecimento de contextos relacionados aos movimentos sociais organizados em redes, especialmente nas chamadas redes sociais virtuais, fato que colabora com a produção científica em uma área que se encontra em desenvolvimento. Dessa forma, o enfoque sobre esses dinâmicos espaços e movimentos pode propiciar novos olhares de pesquisadores sobre a influência dos novos aparatos de comunicação e interação sobre as ações coletivas de movimentos sociais, bem como sobre a importância da computação social na contemporaneidade ao permitir a aproximação dos indivíduos e a busca de objetivos comuns e compartilhados, o estabelecimento de novos arranjos organizacionais para os movimentos e a concessão de novas possibilidades relacionais nos movimentos que acompanhem os dinâmicos contextos dos relacionamentos na sociedade.

Este estudo apresenta como limitação a própria natureza dos objetos discutidos e suas formações conceituais recentes que, por serem demasiadamente fluidos e dinâmicos, requerem cuidado em termos de definições precisas e de julgamentos sobre suas influências na sociedade contemporânea. Além disso, outra limitação se encontra na não aplicação dos conceitos em casos reais de forma aprofundada e apenas o uso de citações de casos recentes nos quais os objetos em discussão podem ser encontrados, o que se justifica em função da natureza deste como um ensaio teórico.

Por fim, aponta-se como possibilidade de estudos que se investiguem os conceitos relacionados ao ciberespaço das redes sociais virtuais e as ações coletivas de movimentos sociais em casos reais ocorridos desde o nível nacional ao local, especialmente buscando verificar a influência da rede de relacionamentos virtuais sobre este contexto. Dessa forma, talvez seja possível verificar as relações entre movimentos sociais distintos nas redes e suas ligações, bem como a integração de ativistas de diferentes localizações em um mesmo movimento, buscando ressaltar a importância das redes virtuais e de suas ferramentas para a aproximação destes ativistas e do alinhamento de suas ideias e ações. Outros estudos podem buscar discutir como a formação de redes sociopolíticas virtuais são formadas independentemente da proximidade geográfica, bem como as possibilidades de organização e acompanhamento das ações coletivas por meio do ciberespaço das redes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2007. **Anais...** Santos: Intercom, 2007a. Disponível em: http://www.sitedaescola.com/downloads/porta_aluno/Maio/Redes%20sociais%20na%20internet-%20desafios%20%E0%20pesquisa.pdf. Acesso em: 12 jan. 2012.

_____. Formas de organização e enredamento para ações sociopolíticas. **Informação & Informação**, Universidade Estadual de Londrina, v. 12, Edição especial, 2007b. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1776/1514>. Acesso em: 29 fev. 2012.

BAUDRILLARD, J. **Tela total**: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BOYD, D. The significance of social software. In: BURG, T. N.; SCHMIDT, J. (Ed.) **BlogTalks reloaded**: social software research & cases. Norderstedt: Books on demand, 2007a. p.15-30. Disponível em: <http://www.danah.org/papers/BlogTalkReloaded.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2012.

_____. None of this is real: identity and participation in Friendster. In: KARAGANIS, J. (Ed.) **Structures of Participation in Digital Culture**. New York: Social Science Research Council, 2007b. p. 132-57.

_____; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p.210-230, 2007. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>. Acesso em: 27 fev. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHUA, V.; MADEJ, J.; WELLMAN, B. Personal communities: The world according to me. In: CARRINGTON, P.; SCOTT, J. (Ed.) **Handbook of Social Network Analysis**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2011. p. 101-115. Disponível em: <http://homes.chass>.

utoronto.ca/~wellman/publications/personal/Personal%20Communities%20-%20The%20World%20According%20to%20Me.pdf. Acesso em: 28 fev. 2012.

COGO, D.; BRIGNOL, L. D. Redes sociais e os estudos de recepção na internet. **Revista Matrizes**, São Paulo. Ano 4, n. 2, p. 75-92, jan./jun. 2011.

COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 9, n. 17, p. 235-248, mar./ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2012.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social movements: an introduction**. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

EDWARDS, B.; McCARTHY, J. D. Resources and social movement mobilization. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Org.). **The blackwell companion to social movements**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 165-185, nov. 2003.

GAMSON, W. A. **Talking Politics**. New York: Cambridge University Press, 1992. 272p.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GOSLING, S.; AUGUSTINE, A.; VARZIRE, S.; HOLTZMAN, N.; GADDIS, S. Manifestations of personality in online social networks: self-reported Facebook-related behaviors and observable profile information. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, v. 14, n. 9, p. 483-488, 2011.

HAUG, C. Organizing spaces: Meeting arenas as a social movement infrastructure between organization, network, and institution. **Organization Studies**, v. 34, n. 5-6, p. 705-732, 2013.

KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. Introduction. In: KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. (Org.). **Methods of social movement research**. Social movements, protest, and contention. v. 16. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

KRAEMER, R.; WHITEMAN, G.; BANERJEE, B. Conflict and astroturfing in Niyamgiri: The importance of national advocacy networks in anti-corporate social movements. **Organization Studies**, v. 34, n. 5-6, p. 823-852, 2013.

LEMOS, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004. 295p.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000. 260p.

- _____. **Ciberdemocracia**. Trad. Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. 249p.
- MACHADO, J. A. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, v.9, n. 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.
- MACHADO, J. R.; TIJIBOY, A. V. Redes sociais virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. **Novas Tecnologias na Educação**. CINTED-UFRGS. Porto Alegre, v. 3, n. 1, maio 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/13798/7994>. Acesso em: 25 jan. 2012.
- MARQUES, E. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 157-161, 2007.
- MARTELETO, R. M. Análise das redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso: 18 jan. 2012.
- MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. New York: Cambridge University Press, 1996.
- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 134-50, 1997.
- MORAES, D. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 23, n. 2, p. 142-155, 2000.
- NEGROPONTE, N. **Vida digital**. Trad. Sérgio Tellaroli. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PERUZZO, C. M. K. Comunidade em tempo de redes. In: PERUZZO, C. M. K.; COGO, D.; KAPLÚN, G. (Org.). **Comunicação e movimentos populares: quais redes?** São Leopoldo: Unisinos, 2002. p. 275-298. Disponível em: http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades_em_tempos_de_redes.pdf. Acesso em: 13 fev. 2012.
- PRIMO, A. F. T. A emergência das comunidades virtuais. In: Intercom 1997 - XX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 1997, Santos. **Anais...** Santos, 1997. Disponível em: <http://www.sitedaescola.com/downloads/portal_aluno/Maio/A%20emerg%EAncia%20das%20comunidades%20virtuais.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.
- RECUERO, R. C. Webrings: As Redes de Sociabilidade e os Weblogs. **Revista Sessões do Imaginário**, FAMECOS/PUCRS, Porto Alegre, v. 11, p. 19-27, 2004a. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/webrings.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.
- _____. Teoria das Redes e Redes Sociais na Internet: considerações sobre o Orkut, os weblogs e os fotologs. In: XXVII INTERCOM - CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Anais...** Porto Alegre, 2004b. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17792/1/R0625-1.pdf>. Acesso

em: 18 jan. 2012.

_____. Dinâmicas de redes sociais no Orkut e capital social. **UNIREvista**. Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo, v. 1, n.3, jul. 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_daCunha.PDF. Acesso em: 25 jan. 2012.

RHEINGOLD, H. **Comunidade virtual**. Trad. Helder Aranha. Lisboa: Gradiva, 1996.

SANTOS JÚNIOR, D. L.; MANTOVANI, D. M. N. Comunicação nas redes sociais: um estudo com usuários das comunidades do Orkut. **Análise**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 30-41, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/8235/5905>. Acesso em: 17 jan. 2012.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n. 196, p. 77-92, mar./abr. 2005.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. 21, p. 109-130, 2006.

SCHLEMMER, E.; BACKES, L.; FRANK, P. S. S.; SILVA, F. A.; DEL SENT, D. T. ECoDI: A criação de um Espaço de Convivências Digital Virtual. In: XVII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO – XVII SBIE. **Anais...** Brasília. 2006. Disponível em: <http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/507/493>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SZELL, S.; THURNER, S. Measuring social dynamics in a massive multiplayer online game. **Social Networks**, v. 32, p. 313-329, 2010.

WELLMAN, B. Network analysis: from method and metaphor to theory and substance. In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (Ed.). **Social structures: a network approach**. New York: Cambridge University Press, 1988. p.19-61. Disponível em: <http://homepage.ntu.edu.tw/~khsu/network/reading/wellman2.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2012.

_____. From little boxes to loosely-bounded networks: the privatization and domestication of community. In: ABU-LUGHOD, J. (Ed.) **Sociology for the twenty-first century: continuities and cutting edges**. Chicago: University of Chicago Press, 1999, p. 94-114. Disponível em: <http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/littleboxes1/littleboxes1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. Little Boxes, Glocalization, and Networked Individualism. In: TANABE, M.; BESSELAAR, P. V. D.; ISHIDA, T. (Ed.) **Digital Cities II: Computational and Sociological Approaches**. Berlin: Springer-Verlag, 2002, p. 11-25. Disponível em: <http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/littleboxes/littlebox.PDF>. Acesso em: 10 fev. 2012.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. **Social structures: a network approach**. New York: Cambridge University Press, 1988.

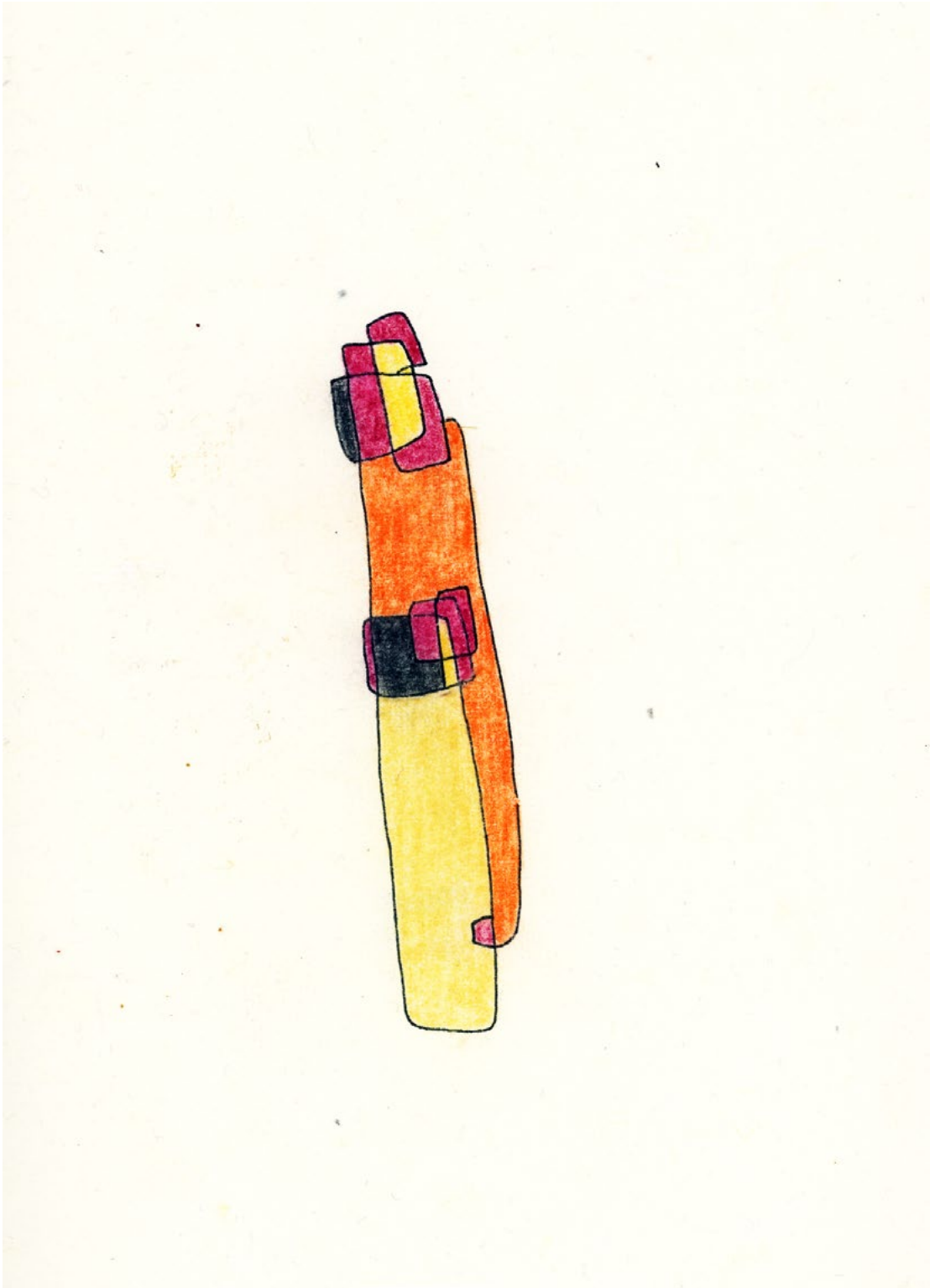
WELLMAN, B.; GULIA, M. Net surfers don't ride alone: virtual communities as communities. In: KOLLOCK, P.; SMITH, M. (Ed.). **Communities and Cyberspace**, New York: Routledge, 1999. Disponível em: <http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/netsurfers/netsurfers.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2012.

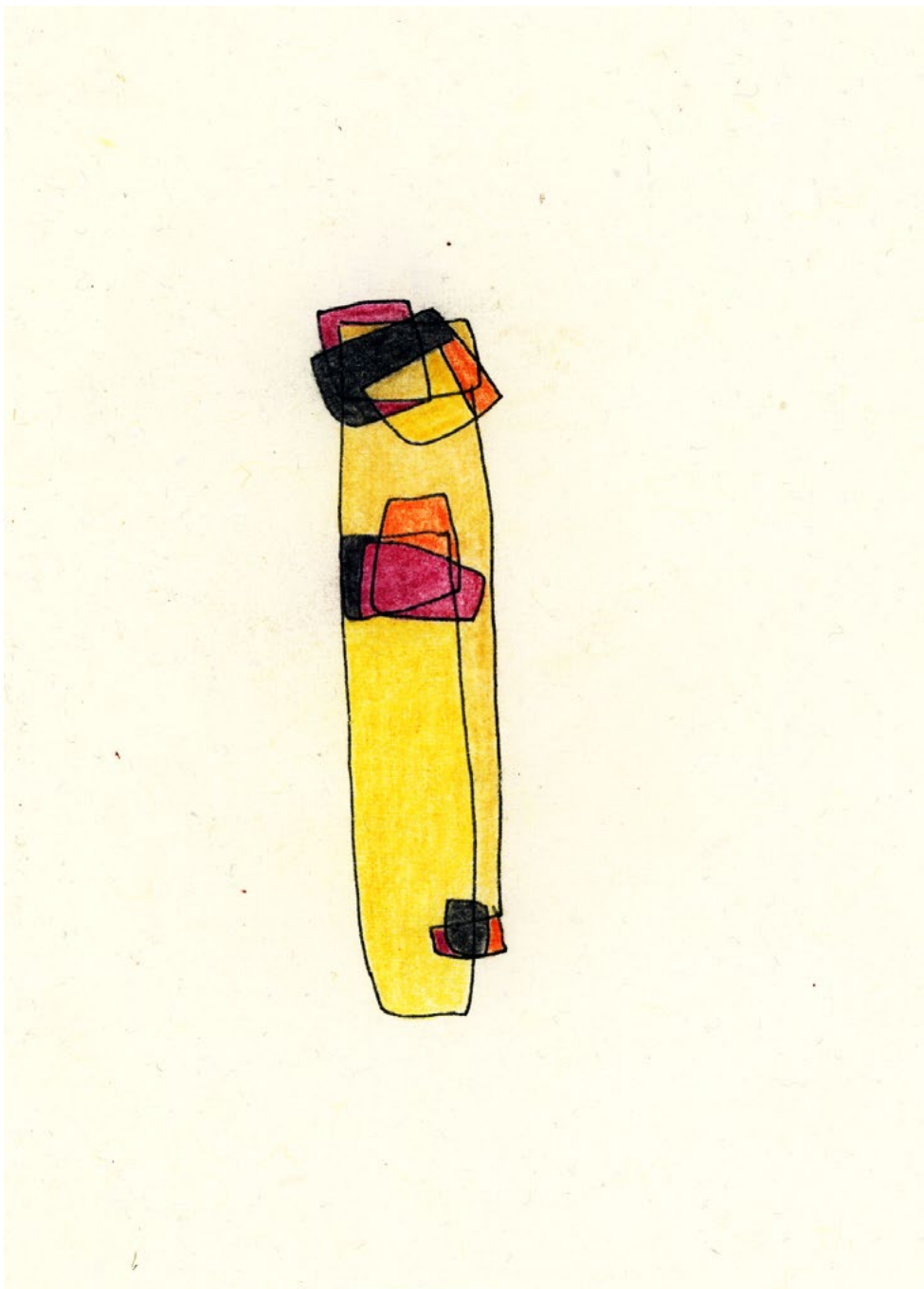
**Wellington
Tavares**

Professor Assistente na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e graduado em Administração pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Estudos Organizacionais.

**Ana Paula
Paes de Paula**

Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (1994), Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1998), Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e Pós-Doutora em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - SP (2005). Realizou formação teórica em psicanálise no Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG) (2009-2014). Atualmente é professora titular e pesquisadora da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, além de professora residente do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT-UFMG). É também coordenadora do "Núcleo de Estudos Organizacionais Críticos e Transdisciplinares" do CEPEAD.





Reflexões sobre Negras (in)confidências: Bullying não. Isto é Racismo.

Maria José Santos Oliveira

Resumo

“Negras (in)confidências: Bullying, não. Isto é racismo” é um livro organizado por Benilda Brito e Valdecir Nascimento, no contexto dos 10 anos da Lei nº 10.639/03, publicado pela Mazza Edições no final de 2013, composto por 21 relatos de mulheres negras que vivenciaram o racismo no ensino fundamental e sobre suas estratégias de sobrevivência ao racismo. Traz a diferenciação entre racismo e *bullying*; histórias reais de sofrimentos e humilhações, de estratégias para sobreviver às violências sofridas no passado, que teimam em persegui-las durante a vida.

Palavras-chave

Racismo. Mulheres Negras. Educação. Lei nº 10.639. Identidade.

Abstract

“Negras (in)confidências: Bullying, não. Isto é racismo” is a book edited by Benilda Brito and Valdecir Nascimento, at the 10th anniversary of Law No. 10.639/03, published by Mazza Edições by the end of 2013, including 21 reports of black women who have experienced racism during *ensino fundamental* and their strategies to cope with racism. It displays a discussion on the distinction between racism and bullying; real stories of suffering and humiliation; strategies to survive the violence suffered in the past, which stubbornly chase them throughout their lives

Keywords

Racism. Black Women. Education. Law N°10.639. Identity.

“*Negras (in)confidências: Bullying, não. Isto é racismo*” é um livro de 128 páginas, custa R\$ 30,00. Foi publicado pela Mazza Edições no final de 2013. Composto por 21 relatos de mulheres negras sobre o racismo que vivenciaram no ensino fundamental e sobre suas estratégias de sobrevivência ao racismo.

Foi organizado por Benilda Brito: pedagoga, mestranda em Gestão Social - CIAGS - UFBA, especializada em psicopedagogia, políticas públicas e Direitos Humanos, militante do movimento negro e feminista, coordenadora do Programa de Direitos Humanos do ODARA - Instituto da Mulher Negra e membro do Grupo Acessor da Sociedade Civil da ONU Mulher; e por Valdecir Nascimento: historiadora, mestre em Educação e Contemporaneidade, Consultora do PNUD, Relações Raciais e Gênero, conselheira do CNPPPIR, coordenadora executiva do ODARA, professora na UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

O livro “*Negras (in)confidências: Bullying, não. Isto é racismo*” é gestado e concebido em um contexto de avaliação dos esforços dos movimentos negros que culminou em uma de políticas públicas e leis para combater o racismo, dentre elas a Lei nº 10.639/03, que, para além do ensino da história de África e da cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras, abre portas para reparar simbolicamente a população negra brasileira, além de dar pistas do papel ativo das escolas na reprodução das desigualdades econômicas e simbólicas. Esta lei completa 10 anos e, no entanto, continua o “mal estar” para trabalhá-la e seus efeitos na educação estão aquém do necessitado e do esperado pela comunidade negra.

Essa obra traz os elementos pré-textuais: prefácio e apresentação e logo após as 21 vivências. O prefácio é da psicóloga Marília Carvalho Soares, que analisa as experiências explicitadas à luz das teorias e acaba por revisitar a própria história. Explica ainda que esses relatos são retratos da condição da criança negra no país, ou seja, o registro do racismo nosso de cada dia, uma ferida aberta, cuja externalização através da escrita, crê a psicóloga, pode atenuar as dores provocadas pelo racismo; para ela o livro é uma experiência terapêutica.

Na apresentação, Benilda Brito e Valdecir Nascimento fazem um apanhado geral sobre o racismo no Brasil, dos 10 anos da Lei nº 10.639 e explicam que a população negra invés de ter sido incluída na sociedade, como era de se esperar, foi excluída através de leis, decretos e políticas que a impediam de adentrar espaços, inclusive a escola. Explicam ainda que o silêncio que envolve essas questões só não se cristalizou devido às contribuições dos Movimentos Negros. Afirmam que a comunidade acadêmica continua a manter e a distribuir conteúdos que não contribuem para a desconstrução de estereótipos racistas.

As organizadoras fazem questão de afirmar que o que ocorre com as crianças negras não é *bullying* e sim racismo, pois, no primeiro caso, a maior parte das agressões acontece sem a presença dos adultos e os que sofrem a agressão tendem a cometer atos de agressão por terem sofrido agressões, mas não falam sobre o assunto. O racismo, no entanto, é uma ideologia que afirma uma raça superior a outra; a ideologia é tão difundida que as agressões ocorrem tanto na presença de adultos, como os mesmos as promovem, assim, mesmo que as crianças procurem ajuda na escola, não a obterão, o que aumenta a sensação de injustiça e solidão. Acreditam que o *bullying* inferioriza e o racismo, para além de inferiorizar, desumaniza

o ser humano. Essas reflexões e experiências oportunizam melhor entendimento das transversalidades e da complexidade do tema que é caro à gestão social, cuja apreensão é necessária para o desenvolvimento de uma gestão mais humanizada e de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, essa coletânea de vivências traz à tona retratos de sofrimentos e humilhações provocados ainda na infância (momento de desenvolvimento da identidade) e que comprometem a imagem de si, a autoestima e podem desembocar na negação da própria identidade e na busca incessante para ser algo impossível para uma pessoa negra: Ser branca! Trata-se de 21 relatos de mulheres negras que atualmente são professoras, psicólogas, militantes, falando do racismo que sofreram no ensino fundamental, histórias reais de lutas e estratégias para superar os silêncios, a invisibilidade causada pelo racismo, a sensação de não lugar, sentimento de injustiça e recuperar a autoestima, roubada ainda na infância.

Assim, esse livro fornece pistas para uma formação voltada para a diversidade racial, possibilita a troca de experiências; a escrita de si mesma como terapia; o autorreconhecimento e, por consequência, a minimização do sentimento de solidão, vivenciado por quem sofre as violências do racismo e, no caso de mulheres negras, tangenciadas pelo sexismo e, muitas vezes, também pela desigualdade econômica, e aponta a construção de redes de solidariedade e o reconhecimento da negritude como caminhos possíveis para sobreviver ao racismo e ter dias melhores.

Assim, é indicado para acadêmicos e profissionais que se interessam pelos temas: racismo, sexismo, construção de identidade, Lei n ° 10.639/03 ou os que desejam um mundo mais justo.

NOTA

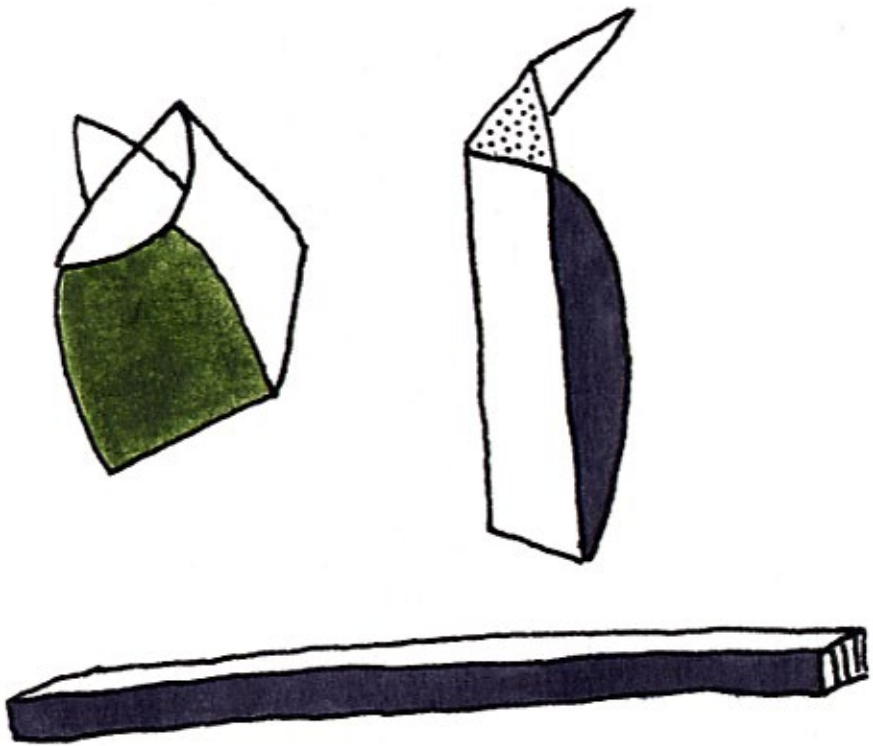
1 For children between 6 and 14.

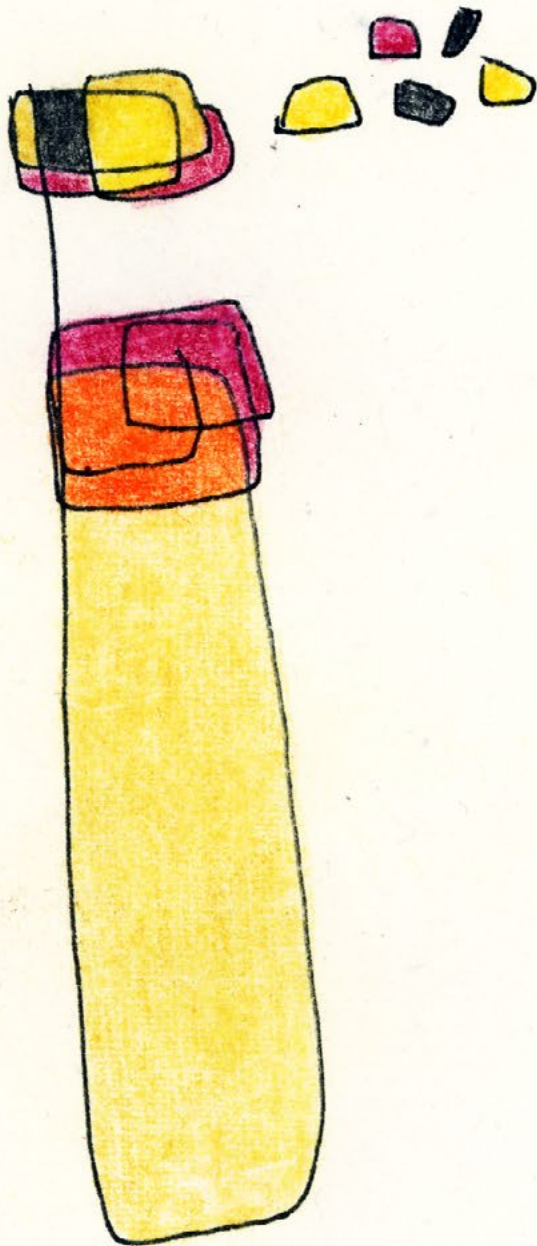
REFERÊNCIAS

BRITO, Benilda; NASCIMENTO, Valdecir (Coord.). Negras (In) Confidências – Bullying, não. Isto é Racismo. (Mulheres Negras contribuindo com as reflexões sobre a Lei 10639/03). 1. ed. Belo Horizonte – MG: Mazza Edições, 2013.

**Maria José
Santos
Oliveira**

Graduada em Administração pela Universidade Federal da Bahia.





RIGS

revista interdisciplinar de gestão social

A RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social é uma publicação acadêmica com periodicidade de 4 meses, contando, portanto, com 3 números por ano.

Pressupõe-se que a gestão social situa-se na contemporaneidade e em territórios pluridisciplinares de prática e investigação acadêmica, tratando de diversas problemáticas ligadas a campos de conhecimentos tais como Sociologia, Antropologia, Administração, Educação, Geografia, Arquitetura, Ciência Política, dentre outras.

Ao valorizar essa concepção abrangente e inclusiva da gestão, a RIGS publica documentos originais para o contexto brasileiro. São textos, fotos e vídeos que demonstram sua contribuição para o avanço da pesquisa e da prática com base na interdisciplinaridade.

A RIGS publica documentos inseridos em seis tipologias de contribuição: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual.

www.rigs.ufba.br

